

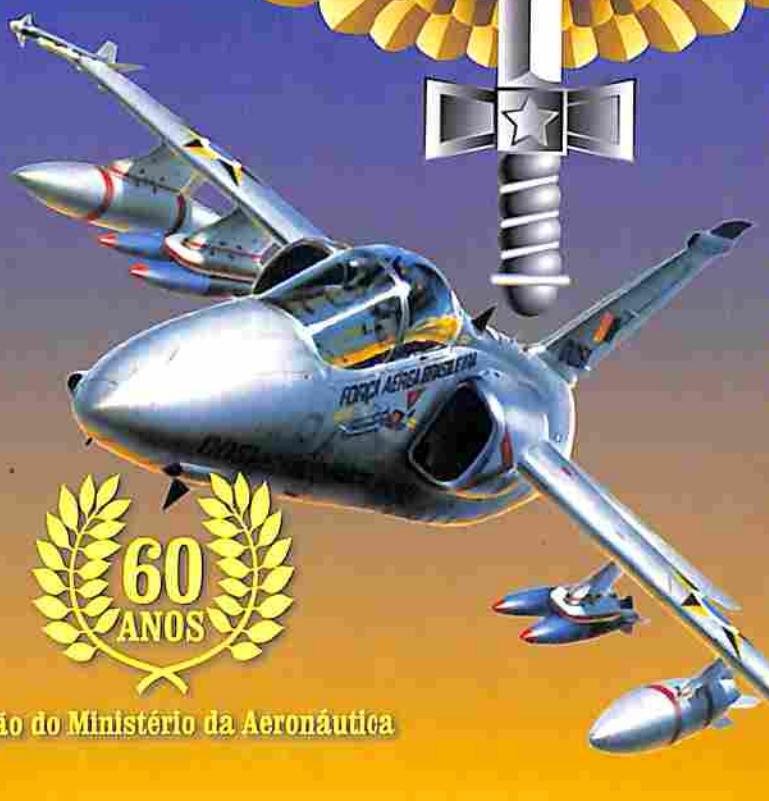
ISSN 0011-7641



A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS

ANO LXXXVII - Nº 789
JAN/FEV/MAR/ABR 2001



BIOÉTICA E A
APRESENTAÇÃO
DA ESPÉCIE
RACIONAL

Waldcir Rosa da Silva

GEOPOLÍTICA E
GEOESTRATÉGIA:
O QUE SÃO
E PARA QUE
SERVEM

Raul François Martins

ATUALIDADE DA
GUERRA
PERNAMBUCANA

J. F. Maya Pedrosa

Criação do Ministério da Aeronáutica

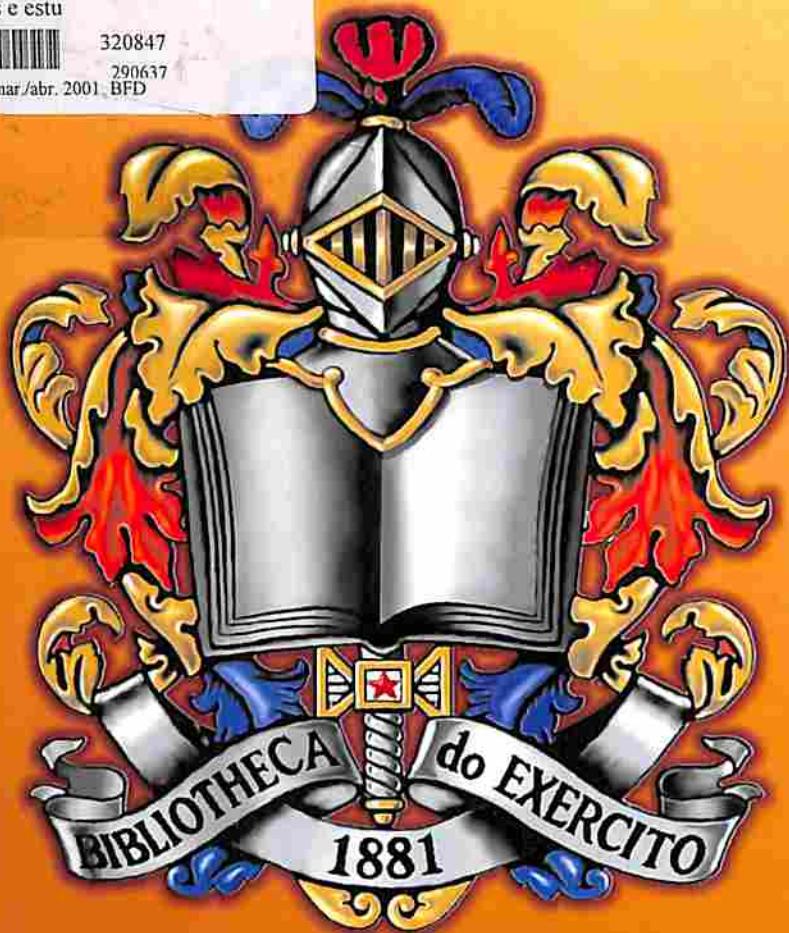
Título: A Defesa Nacional : revista de
assuntos militares e estu



320847

290637

v.87, n.789, jan./fev./mar./abr. 2001. BFD



Biblioteca do Exército

Cada vez mais a serviço
dos ideais, dos valores e das
necessidades da cultura
militar brasileira.

Editorial

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA – 60 ANOS



Sessenta anos atrás, criava-se no Brasil, o Ministério da Aeronáutica. Rendia-se o País à evidência do poder aéreo, que começava a ganhar corpo para firmar-se no restante do século XX e projetar-se no século XXI, isento de limitações, como poder aeroespacial.

Administrativamente, o objetivo era unificar a Aviação Militar e a Aviação Naval, novas Armas do Exército e da Marinha, respectivamente, adotadas em função do eficiente uso de aeronaves nas operações da Primeira Guerra Mundial. Criava-se, assim, a Força Aérea Nacional, logo Força Aérea Brasileira, a nossa FAB, segmento militar do novo ministério, o qual absorvia também o Departamento de Aviação Civil, o DAC, órgão do Ministério de Viação e Obras Públicas àquele tempo.

Essa era a parte visível de um projeto muito maior, na concepção idealista dos que o iriam implementar, eis que os feitos de Santos Dumont, que simbolicamente o presidia, era ainda um dos suportes do orgulho nacional, hoje tão carente de ícones compatriotas, fora do mundo dos desportos.

O novo ministério herdava o espírito pioneiro dos que inspiraram a criação do Correio Aéreo Nacional, de homens com a estatura moral do quilate de Eduardo Gomes, e Lavanèvre-Wanderley. E, mais que isso, ele chegava fazendo História. Já em 1942 estaria a FAB atuando no patrulhamento aéreo do litoral brasileiro e provendo segurança aos navios aliados que cruzavam o Atlântico Sul, pouco tardando para estender, aos céus da Itália e do Mediterrâneo, sua participação na Segunda Guerra Mundial, vivendo a guerra aérea em suas mais ousadas e reais circunstâncias. Foram mais de 400 missões, 2.550 surtidas, 600 horas de vôo e 4.000 bombas lançadas que consagraram nosso 1º Grupo de Aviação de Caça e seu lema guerreiro, senta a pua!, personalizado no avestruz cow-boy gravado na fuselagem de suas aeronaves.

Nesses sessenta anos, o Ministério soube mostrar a que veio. Que falem, em seu nome, o SAR, o PARASAR, o ITA, a INFRAERO, os SINDACTA, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, a EMBRAER, o SIVAM, a própria FAB e o DAC sobre o quanto têm feito pelo Brasil e seu povo, não obstante os entraves orçamentários sempre presentes ao longo do caminho, a crônica dificuldade em manter aeronaves a pari passu com os avanços da tecnologia e a conhecida briga de foice do dia-a-dia da aviação comercial.

Há quem se preocupe com os efeitos perversos que a globalização e o neoliberalismo possam causar à obra construída e ao idealismo que a inspirou. Queira Deus tudo não passe de premonição infundada, de mau agouro sem chance de vingar.

A DEFESA NACIONAL

Diretor

Gen Div Sénio Scolano Fernandes

Editor

Cel Eng Luiz Eugênio Duarte Peixoto

Redator

Cel Eng EM Virgílio da Veiga

ADMINISTRAÇÃO, REDAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO

Biblioteca do Exército

Palácio Duque de Caxias
Praça Duque de Caxias, 25 – 3º andar
Ala Mário Dias – CEP 20221-260

Rio de Janeiro, RJ – Brasil

Tels.: (21) 519-5707 e 519-5715

Fax: (21) 519-5569

Ligação gratuita: (0800) 238365

E-mail: bibliex@sm.com.br

Homepage: www.bibliex.eb.br

Conselho Editorial

Cel Inf R/1 Hélio Ribeiro Alves

Ten Cel Art QEMA Paulo Davi de Barros Lima

Ten Cel Com QEMA Lineu Rohde Rachevsky

Ten Cel Cav QEMA Roberto Fanti Saurin

Ten Cel Eng QEMA Enio Roberto dos Santos Bénia

Ten Cel Inf QEMA Mauricio Eduardo de Toledo

Ten Cel Art QEMA Júlio César Spindola Caldas

Ten Cel QEMA Lauro Luís Pires da Silva

PROGRAMAÇÃO VISUAL &

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

Murillo Machado e Rodrigo Tonus

Teletax: (21) 244-9863 e 244-9939

REVISÃO

Ellis Pinheiro

Ricardo Braula Pinto Bezerra Pereira

Renaldo di Stasio

IMPRESSÃO

Sermograf - Artes Gráficas Editora Ltda

Telefax: (24) 237-3769 e 237-3709

E-mail: sermograf@sermograf.com.br

Os conceitos emitidos nas matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a opinião do Exército Brasileiro.

A revista não se responsabiliza pelos dados cujas fontes estejam citadas.

Salvo expressa disposição em contrário, é permitida a reprodução total ou parcial das matérias publicadas, desde que mencionados o autor e a fonte.

Aceita-se intercâmbio com publicações nacionais ou estrangeiras.

Os originais deverão ser produzidos em formato A4 (210 x 297mm), com margens de 25mm (usar apenas um lado de cada folha), acompanhados de uma síntese do currículo e endereço postal.

Os originais do autor encaminhados à Redação não serão devolvidos.

As referências bibliográficas devem ser feitas de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Por imposição de espaço, a Redação, sem alterar o sentido e o conteúdo, pode fazer pequenas alterações no texto original.

PUBLICAÇÃO QUADRIMESTRAL

ASSINATURAS E VENDAS DE NÚMEROS AVULSOS

A assinatura anual e venda de números avulsos são feitas na Administração.

A Defesa Nacional

REVISTA DE ASSUMPTOS MILITARES

Redatores — Princípios Tácticos: BRUNELLO BARBERI, ESTÉVÃO MÉTRO DE CASTRO & J. DE SOUZA REIS

N.º 1

Rio de Janeiro, 10 de Outubro de 1913

Ano I

SUMMARIO

Editorial: PONTA JOURNALISTICA. O EFETIVO e a organização do Exército. — Sistemas Tácticos. — A organização do Exército brasileiro em face das mudanças históricas. — Caso de mundo para a infantaria e metralhadoras. — Comando de Artilharia em combate. — A metralha automática de extrair cartuchos. — Corretas Tácticas na artilharia de fogo. — AÇÕES TÁCTICAS. A parada de 7 de Setembro. — Raid Nipônico. — O desenvolvimento progressivo da aviação brasileira. — Reorganização da aviação. — Exercícios militares. — Exercícios de infantaria. — Exercícios de artilharia. — Desenvolvimento de "Guerra de Massas". Questões à margem. — A Defesa Nacional. — O encerramento da guerra dos Balaços sobre artilharia. — A infantaria japonesa — Batalha de Lutzen. — Os intercaladores tácticos e a tática animal. — Exercícios de esquadrilhas e sobre a terra para a arma de infantaria. — Lutas francesas e alemanas.

Fac-símile da portada do Nº 1, Ano 1 - 10/10/1913 de A DEFESA NACIONAL

Cooperativa Militar Editora e de Cultura Intelectual

"A DEFESA NACIONAL"

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Diretor-Presidente

Gen Bda Paulo Roberto Brum de Moraes

Diretor-Secretário

Cel Art EM Luiz Paulo Macedo Carvalho

Diretor-Administrativo

Cel Eng Luiz Eugênio Duarte Peixoto

Diretor-Tesoureiro

1º Ten João Marcelo Devide Serafim

Conselheiros

Cel Prof Celso José Pires

Cel Cav EM Omar Santos Menna Barreto

Conselho Fiscal

Gen Div Carlos de Meira Mattos

Gen Div Aureliano Pinto de Moura

Gen Bda Aricildes de Moraes Mota

Suplentes

Cel Cav EM Nilson Vieira Ferreira de Mello

Cel Cav EM Victor José Freire

Cel Inf EM Jayme Moreira Crespo Filho



NOSSA CAPA

60º aniversário da criação do Ministério da Aeronáutica: 20 de janeiro de 1941.



Sumário

EDITORIAL	01
A BIOÉTICA E A PRESERVAÇÃO DA ESPÉCIE RACIONAL <i>Waldicir Rosa da Silva</i>	04
FORMAÇÃO, MODIFICAÇÃO E EXTINÇÃO DOS ESTADOS <i>Reis Friede</i>	10
ATUALIDADE DA GUERRA PERNAMBUCANA <i>J. F. Maya Pedroso</i>	19
QUESTÃO PALESTINA <i>Therezinha de Castro</i>	38
REFLEXÕES SOBRE O SISTEMA DE DEFESA NACIONAL – PARTE I <i>Ivan Fialho</i>	46
A MEDUSA: AS PERCEPÇÕES DA PROJEÇÃO DE PODER DO ESTADO BRASILEIRO NA CARTOGRAFIA DO SÉCULO XIX <i>Renato Amado Peixoto</i>	59
GETÚLIO VARGAS – O HOMEM E O PRESIDENTE <i>Ney Sales</i>	67
GEOPOLÍTICA E GEOESTRATÉGIA – O QUE SÃO E PARA QUE SERVEM <i>Raul François Martins</i>	75
AS COMISSÕES BRASILEIRAS DEMARCADORAS DE LIMITES – BREVE NOTÍCIA HISTÓRICA <i>Juvenal Milton Engel</i>	121
MEIO AMBIENTE: ALOCAÇÃO DE RECURSOS E AÇÃO GOVERNAMENTAL <i>Gerardo José de Pontes Saraiva</i>	128
COMENTÁRIOS	
O NACIONALISMO BRASILEIRO <i>Carlos de Meira Mattos</i>	142
INFLUÊNCIAS NA DOUTRINA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL <i>Cláudio Moreira Bento</i>	143
AS INSTITUIÇÕES MILITARES E A ERA PÓS-MODERNA <i>Nilson Vieira Ferreira de Mello</i>	147
O BRASIL E A COESÃO LATINO-AMERICANA <i>Manuel Cambezes Junior</i>	150
INFORMAÇÕES	
AMAZÔNIA – O GRANDE DESAFIO <i>Manoel Soriano Neto</i>	152
POLÍTICA DE BIOSSEGURANÇA NAS FORÇAS ARMADAS DO BRASIL <i>Alberto Henriques Guedes Farias</i>	155
UMA PÁGINA EQÜESTRE DA HISTÓRIA DE PERNAMBUCO NO BRASIL HOLANDÊS <i>Petrônio R. G. Muniz</i>	157
OPTOELETRÔNICA <i>Aldo Alvim</i>	159
DESTAQUES DA IMPRENSA	163

A Bioética e a Preservação da Espécie Racional¹

Waldecir Rosa da Silva*

À semelhança do ocorrido em meado do século XX em relação ao uso da energia atômica, surgiu, ao seu final, a necessidade de se estabelecerem as condições de convivência da humanidade com as cada vez mais espetaculares descobertas no campo da Biotecnologia, dando origem à Bioética, assunto de que trata o presente ensaio.

Toda arte e toda investigação e, da mesma maneira, toda ação e toda escolha, parecem tender a algum benefício; por isso se tem dito que o bem é aquilo a que todas as coisas tendem. Porém, parece que há alguma diferença entre os fins, pois uns são meramente atividades, e outros, à parte destas, certas obras; nos casos em que há alguns fins à parte das ações, são naturalmente preferíveis as obras às atividades. Como são muitas ações, artes e ciências, resultam também muitos os fins: com efeito, o da construção naval – o barco; o da estratégia – a vitória; o da economia – a riqueza, o da medicina – a saúde.

Aristóteles

O assunto é tão emergente e filosófico, quanto vasto e complexo, para que se possa esgotá-lo neste ensaio. É necessário, entretanto, maior conscientização sobre a sua importância, para o esclarecimento responsável, de caráter científico, a respeito dos

fundamentos éticos que garantem a preservação da espécie, consagrando o direito de existir do homem, na singularidade de sua individualidade e na universalidade de sua humanidade.

Nas últimas duas décadas, os problemas éticos da medicina e das ciências biológicas explodiram em nossa sociedade com grande intensidade. Isso abalou as formas tradicionais de fazer e decidir dos seus profissionais, fragilizando a hierarquia

* Major Médico. Diplomado pela ECEME.

¹ Selecionado pelo PADCEME.

de valores já estabelecidos pelos princípios morais universais. Constitui, portanto, um desafio para a ética contemporânea providenciar um padrão moral comum para a solução das controvérsias provenientes das ciências biomédicas e das altas tecnologias aplicadas à saúde.

HISTORICIDADE

Tratada, no mundo das ciências, como ética aplicada à vida, a bioética tem uma história relativamente recente. Segundo registros históricos, foi Van Rensselder Potter, professor e pesquisador da Universidade de Wisconsin, Madison, quem pela primeira vez utilizou a expressão *bioética* na sua *Bioethics: bridge to the future*, publicada em janeiro de 1971. Ainda em julho do mesmo ano, André Hellegers introduziu o mesmo termo, de novo com caráter inédito, ao fundar o *Joseph and Rose Kennedy Institute for the Study of Human Reproduction and Bioethics*. Apesar da aparente coincidência semântica do termo, cada um dos cientistas dá um significado próprio ao novo conhecimento. Potter entende a bioética, num sentido marcadamente ecológico, como uma ciência da sobrevivência; por outro lado, Hellegers restringe-a como uma ética das ciências da vida, particularmente consideradas ao nível do humano. Do ponto de vista teórico, é esta última significação de bioética que tem prevalecido e que tem estado na base da sua constituição como área específica de uma nova expressão do saber.

A gênese da bioética ocorreu, a rigor, na chamada *revolução biológica* defla-

grada no início da década de 1950 com a descoberta do DNA, pelos doutores James Watson e Francis Crick, o que lhes distinguiria com o Prêmio Nobel de Medicina, em 1962. Era só o começo de uma longa escalada de descobertas nesse campo da investigação científica.

Em 1973, os doutores Stanley Conhen e Herbert Boyer fazem a transferência de um gene pela primeira vez, dando o passo inicial na era da engenharia genética; em 1983, são produzidas as primeiras plantas (tabaco) e animais (camundongos) transgênicos.

Começava aí a caçada a genes associados a doenças genéticas, como a doença de Huntington e a fibrose cística. Em 1985, são realizadas as primeiras reuniões para sequenciar todo o genoma humano; em 1995, foi decifrado o primeiro genoma de um ser vivo, o da bactéria *Haemophilus influenzae*, causadora da meningite e infecções do ouvido, e nasce a ovelha transgênica (Tracy); em 1998, é concluído o primeiro genoma de um organismo multicelular, o *Caenorhabditis elegans*.

Daí por diante, têm sido galopantes os avanços científico-tecnológicos no campo das ciências médicas, criando situações inéditas que demandam, a rigor, uma reflexão mais criteriosa e responsável pelas questões humanas na sua dimensão ética, tal como se formulam no âmbito da prática clínica ou da investigação científica, e como método próprio à aplicação de sistemas éticos já estabelecidos ou de teorias a estruturar, que cabe à bioética definir. Um exemplo marcante da preocupação do que fazer em face das implicações dessas extraordinárias conquistas biotecnológicas está no gesto

altruístico do Dr. Belding Scribner de constituir em 1962, o *God'Committee*, para tratar dos casos mais complicados.

A ampliação da reflexão bioética, desde então, tem sido evolutiva no sentido conceitual, segundo o entendimento dos seus pesquisadores. Para Roy (1979), *a bioética é o estudo interdisciplinar do conjunto das condições exigidas para uma administração responsável da vida humana, ou da pessoa humana, tendo em vista os progressos rápidos e complexos do saber e das tecnologias biomédicas*. Numa visão mais amadurecida, Potter (1988) redefine a bioética como *a combinação da biologia com conhecimentos humanísticos diversos, constituindo uma ciência que estabelece um sistema de prioridades médicas e ambientais para a sobrevivência aceitável*. Em 1989, G. Durant descreve-a como *a pesquisa de soluções para os conflitos de valores no mundo da intervenção biomédica*. Nesta última década, Engelhardt (1991) conclui que *a bioética funciona como uma lógica do pluralismo, como um instrumento para a negociação pacífica das instituições morais*, e, por sua vez, Reich (1995) entende que *a bioética é o estudo sistemático das dimensões morais – incluindo visão moral, decisões, conduta e políticas – das ciências da vida e atenção à saúde, utilizando uma variedade de metodologias éticas em um cenário interdisciplinar*.

De forma concreta, extrapolando o sentido conceitual, podemos destacar as primeiras iniciativas de peso e que testemunham uma preocupação bioética inequívoca, ocorridas no final da década de 1980 na Europa continental, com a institucionalização de diversas comissões de ética, mui-

to em particular com os Conselhos Nacionais de Ética, como inicialmente aconteceu na França, em 1983.

Hoje, concebida pela UNESCO como ciência fundamental para a formação de uma nova cultura de respeito e preservação da vida, a bioética é consagrada como escola de responsabilidade no Art. 16 da Declaração Internacional sobre o genoma humano e os direitos da pessoa que reza: *os Estados se comprometem a promover um ensino específico concernente às implicações éticas, sociais e médicas da biologia e da genética médica*.

UMA CONCEITUAÇÃO ANTROPOLÓGICA DA BIOÉTICA

O ponto de partida da bioética é a consideração do homem e das condições éticas para uma melhor qualidade de vida humana. A sua perspectiva originária é, portanto, fundamentalmente humanista. Essa visão antropológica da bioética permite a formulação de propostas mais justas e concretas, do ponto de vista científico, para as angustiantes situações produzidas pelo surpreendente e avassalador progresso das biotecnologias nestas quatro últimas décadas.

Na verdade, a autoconfiança eufórica de poder, aparentemente sem limites, que o homem vinha conquistando desde a década de 1950 pelo desenvolvimento extraordinário da biologia e das ciências médicas, vem sendo substituída de forma gradual por um sentimento mais amadurecido e responsável, que reconhece a impotência humana diante dos grandes sucessos nas diversas áreas do conhecimento biotecnológico: os transplantes de ór-

gãos, a clonagem de animais, as técnicas reprodutivas, as potencialidades da engenharia genética e, quem sabe, a clonagem de seres humanos? No plano de aplicação das biotecnologias ao homem, no afã de melhorar a qualidade de vida, diminuindo a mortalidade e aumentando a expectativa de vida e, até mesmo, a própria qualidade da espécie, criaram-se situações inéditas para os profissionais de saúde, pacientes e suas famílias, os quais se viram desafiados a questionar os benefícios do suposto alcance humanitário de alguns desses procedimentos terapêuticos. Nas décadas de 1960 e 1970, o poderoso movimento dos direitos humanos trouxe à tona uma discussão vigorosa sobre os valores individuais e coletivos numa sociedade livre e democrática. Gerou-se uma crise extremamente salutar de noção de progresso tecnológico e suas reais consequências, que estimulou o seu questionamento, por parte da sociedade científica. Era o despertar de uma nova consciência do ser, de um apurado sentido humanista, que conduz o homem a interrogar-se com preocupação – o que devo fazer, deixando de lado a conduta egoísta e prepotente do *eu posso fazer?*

Mais que os outros, os progressos da biotecnologia suscitam apreensão; os novos poderes de transformação do ser humano colocam em risco, e isso é inegável, o futuro da espécie humana e os valores democráticos de nossas sociedades. Nessas condições, a bioética visa a alertar as sociedades sobre as consequências de seu avanço desenfreado. Não se trata, no momento, de condenar essas pesquisas, ricas de múltiplas promessas. No domínio do ser humano, por exemplo, elas devem re-

volucionar o aporte terapêutico a numerosas doenças em que fatores genéticos estão implicados; já no campo da agricultura e da alimentação, o avanço das biotecnologias abre a via da melhoria da segurança alimentar da humanidade, particularmente com os exaustivos trabalhos do Dr. Norman Borlaug nas décadas de 1950 – 1970, que culminou com o merecido Prêmio Nobel da Paz, pelos seus esforços para aumentar a produção de alimentos no mundo.

Na realidade, o que se deseja, de fato, é promover de maneira justa uma forma de controle democrático do processo de inovação tecno-científico, resguardando, sobretudo, a dignidade e os inalienáveis direitos da pessoa, seja no campo da investigação, da experimentação ou mesmo da aplicação dos conhecimentos científicos.

Há um modelo de análise teórica para caracterizar a fundamentação antropológica da bioética, denominado *personalista*. Esse, profundamente enraizado na filosofia européia contemporânea, em particular na sua tradição fenomenológica e no desenvolvimento que esta conhece no existencialismo, privilegia um raciocínio deontológico, de fundamentação teleológica que toma o homem, na sua dignidade universal, como valor supremo do agir. O modelo parte da pessoa, na sua natureza única, relacional e social e como qualidade essencial do homem, ou traço de sua humanidade, para enveredar pelo sentido que conduz a pessoa como categoria ética na mais plena realização de si mesma nessa constituição tridimensional.

É nesse contexto que a tese antropológica serve de fundamento à reflexão ética.

O COMPROMISSO COM A PRESERVAÇÃO DA ESPÉCIE RACIONAL

A genética humana é responsável por uma gama considerável de questões éticas complicadas, relativas à aplicação de técnicas biomédicas que carecem, indubbiavelmente, de uma análise mais criteriosa sobre os seus reais benefícios em favor da humanidade.

A engenharia genética tem sido o carro-chefe das grandes descobertas nesse campo. A fecundação *in vitro* e a inseminação artificial, por exemplo, são técnicas já consagradas com extraordinários resultados para os que delas se utilizam, e que sinalizam, entretanto, para a ectogênese, um avanço biotecnológico que exclui definitivamente a necessidade do útero materno para procriação, um passo para a *fabricação* em série, via laboratório, de seres humanos. Há benefício nisso? E se há, qual seria? Eis a questão. Como agravante, um outro ponto sensível, de difícil solução do conceito bioético, nesse sentido, é a questão dos pré-embriões, *fabricados* em laboratório e não implantados. O que fazer com eles? São ou não seres vivos? Quem pode garantir-lhes o direito de sobreviver e de se perpetuarem na espécie que lhes deu origem?

Dante das situações absolutamente inéditas geradas pelo desenvolvimento da ciência a serviço do homem, o imperativo tecnológico dá lugar ao bom-senso ético. Além disso, os avanços das ciências da vida levantam questões que concernem à intimidade de cada um de nós, quer se trate da procriação artificial, do aconselhamento genético, dos testes genéticos, da bioclonagem ou, ainda, dos novos alimentos transgênicos.

A Assembléia Parlamentar do Conselho da Europa, na Recomendação 1.160, de 28 de junho de 1991, fez a seguinte declaração: *os problemas universais ocasionados pela aplicação da Biologia, Bioquímica e Medicina exigem soluções que propiciaram a nova disciplina denominada Bioética. Com as expectativas suscitadas pelo progresso nessas ciências, entremeiam, por vezes, as inquietudes referentes aos direitos mais importantes da pessoa humana.*

Segundo o Professor Comte-Sponville (1997), bioética, como se diz hoje, *não é uma parte da biologia; é uma parte da ética, ou seja, é parte de nossa responsabilidade simplesmente humana; dos deveres do homem para com o homem, e de todos para com a humanidade.* Nesse sentido, a ética aplicada é a deliberação sobre os aspectos éticos relacionados com a vida, cuja repercussão pode se dar de forma individual ou coletiva na sociedade. De forma mais específica, a ética aplicada ocupa-se da reflexão que visa ao agir correto num tema de importância capital para o bem-estar ou sobrevivência da humanidade ou de um grupo social determinado. Desde os cuidados elementares com o meio ambiente, passando pela produção segura e sadia dos alimentos, ao respeito pelos direitos humanos e à garantia de qualidade de vida, são algumas das áreas de abrangência da bioética que contribuem decisivamente para a preservação da espécie racional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A nova preocupação trazida pelos riscos tecnológicos é perfeitamente compreensível. Na verdade, o progresso científico

em todos os tempos força as sociedades a questionamentos e adaptações delicadas, mas as potencialidades destrutivas das novas tecnologias colocam a questão da perenidade da espécie humana, tanto em sua identidade como em seus princípios morais. A tomada de consciência desses desafios universais certamente abriu o campo de reflexão ética, que tem como objeto, como ressalta Jean-Pierre Changeux, *o estudo teórico dos princípios, assim como o conjunto dos princípios, que guiam as ações humanas*, no sentido de oferecer critérios mais justos e adequados aos procedimentos que possam garantir a preservação da espécie.

Escola de responsabilidade, a bioética tem como objetivo prático o de contribuir para um desenvolvimento controlado das ciências da vida, garantindo o respeito da pessoa humana e dos valores democráticos essenciais. A soma das instâncias éticas através do mundo permitiu dar corpo a este imperativo de vigilância ética. Nesse sentido os comitês de bioética, compostos de modo pluralista e pluridisciplinar, têm vocação para identificar os diferentes desafios dos avanços científicos no campo humano e, assim, contribuir, por seus pareceres, favorecendo o debate público. Tais pareceres não esgotam o debate, pois todo cidadão deve

poder se posicionar livremente a respeito das questões levantadas, que se renovam, aliás, constantemente sob efeito das últimas descobertas.

Na verdade, a existência de uma rede mundial de comitês de ética representa um outro trunfo incontestável; a riqueza da reflexão conduzida por essas instituições constitui fonte pedagógica de escolha. Ela materializa a dimensão global da bioética, realçando a diversidade das colocações segundo os países e as culturas.

A visão holística da bioética, que preconiza a autonomia do indivíduo, como um dos seus princípios fundamentais, permite o entendimento inequívoco dos direitos a serem preservados, na relação estabelecida entre as ciências biomédicas e o homem, sempre em benefício deste último.

Finalmente, tomando-se por base teórica o modelo *personalista*, que considera a pessoa como o fundamento metafísico da ordem ética, progredimos num sentido que se afasta de toda a casuística e que evita qualquer relativismo, avançando na direção de um consenso universal dos valores inalienáveis da espécie. A visão humanista de Hellengers reforça a argumentação antropológica da bioética que, ao nosso ver, é a forma mais coerente e responsável de disponibilizá-la na prática, como ciência aplicada à vida. ☽

“Nada revela tanto o caráter de uma pessoa quanto as coisas que a fazem rir.”

Johann Wolfgang von Goethe



Formação, Modificação e Extinção dos Estados¹

Reis Friede*

O autor aprecia teoricamente os três fenômenos relativos ao Estado referidos no título do artigo e os correlaciona com testemunhos da História.

Superadas as questões básicas concernentes à *origem* e à *justificação*, bem como as relativas à *finalidade*, incluindo os *fins* e as *funções* do Estado, restou à doutrina dedicar-se ao fenômeno das *transformações* do ente estatal, no que alude às mudanças iniciais, intermediárias e finais que podem ocorrer, modernamente, na estrutura da organização estatal, por intermédio dos institutos da *formação*, *modificação* e *extinção* dos Estados.

FORMAÇÃO DOS ESTADOS

A primeira forma de transformação do Estado é exatamente a relativa à própria *formação* do ente estatal, e esta se classifica, segundo lições de A. Machado Paupério,² em três diferentes *modos*: *originário* (em que o Estado surge diretamen-

te do meio nacional, sem decorrer de nenhum outro Estado), *secundário* (em que o Estado forma-se ainda do interior, decorrendo do meio nacional, mas por intermédio da união de vários Estados que almejam formar uma unidade com base em diferentes critérios (*confederação*, *federação*, *união pessoal* e *união real*), ou por meio da fragmentação das partes de um único Estado, que ganham independência (*divisão nacional* e *divisão sucessoral*) e *derivado* (em que o Estado forma-se a partir do exterior, através dos processos de *descolonização* (como a maioria dos países africanos), *concessão dos direitos de soberania* (como no caso do Canadá, Austrália etc.) e *ação direta de entidade supranacional* (como no caso de Israel) ou ato de governo).

Além da clássica acepção doutrinária de Machado Paupério, é válido consignar

* Mestre e Doutor em Direito Público, Magistrado Federal. Autor de inúmeras obras jurídicas.

¹ Selecionado pelo PADECIME.

² *Teoria Geral do Estado*, 6^a ed., Rio de Janeiro, 1971, Forense, p. 191 a 196.

a extensa classificação de Groppalli, para quem a *formação* dos Estados se divide analiticamente em duas diferentes formas: *immediatas e diretas e indiretas derivadas*; a doutrina de Racioppi, segundo a qual a questão vertente apenas importa em análise classificatória quanto às *fundações* e às *transformações* do Estado; e a concepção de Santi Romano, que sustenta, em síntese, que um novo Estado pode constituir-se: a) sem que se modifique ou extinga um outro Estado sobre um território ainda não ocupado; b) mediante modificação de outro ou outros Estados, com a ocupação de território já ocupado e com a reunião de Estados independentes em um Estado federal; c) mediante prévia extinção de outro ou outros Estados, por fracionamento ou fusão; além da própria classificação de Sahid Maluf³ que muito se aproxima do modelo doutrinário de Machado Paupério.

Anderson de Menezes⁴, por outro lado, salienta que, nos tempos modernos, os *Estados* emergem apenas das seguintes situações: pela emancipação de colônias, que se desligam da antiga metrópole; pela cisão de um Estado em duas ou mais porções, passando cada uma delas a constituir um Estado distinto; pela secessão de uma parte do território, com a respectiva população, de um Estado, para a formação de outro; e pela reunião de dois ou mais Estados para o aparecimento de um só.

Conclui-se, no entanto, que, independentemente do modo próprio de formação, é mister que o Estado, para sua plena caracterização, possua os pressupostos

básicos (elementos constitutivos): *povo* (elemento humano), *território fixo* (elemento físico ou geográfico) e *soberania* (elemento abstrato de concreção), não obstante o mencionado autor, em especial, elencar, de forma equivocada, segundo nosso entendimento, a acepção do *governo* em lugar da *soberania*.

MODIFICAÇÃO DOS ESTADOS

É importante assinalar que o fenômeno da *formação* do Estado não pode ser interpretado de forma estanque, considerando que a própria *modificação* e também a eventual *extinção* de um dado Estado podem estar associadas, por sua vez, à *formação* de outro, num contexto mais amplo de *transformações* do Estado, ou da Nação.

Também merece ser consignado, com a necessária ênfase, que as teorias sobre a *formação* do Estado, como de certa feita registramos, são *múltiplas* e, por vezes, contraditórias, impedindo uma análise completa e conclusiva sobre o tema, em sua inteireza.

De qualquer sorte, além da clássica acepção doutrinária relativa aos extremos da *formação* e *extinção* do Estado (não obstante, em dadas situações, corresponderem ambos os conceitos a uma mesma realidade, posto que o Estado pode surgir, formar-se, a partir da extinção de outro), reveste-se de notável importância o entendimento do fenômeno alusivo à *modificação* do Estado, segundo o qual a entidade estatal perde determinadas carac-

³ *Teoria Geral do Estado*, 23^a ed., S. Paulo, Saraiva, p. 39 a 46.

⁴ *Teoria Geral do Estado*, 7^a ed., Rio de Janeiro, 1995, Forense, p. 165.

terísticas basilares para assumir nova feição constitucional, como no caso brasileiro em que o *Império*, Estado de feição unitária, cedeu à *República*, Estado de feição federativa.

EXTINÇÃO DOS ESTADOS

Machado Paupério (ob. cit., p. 196), em particular, registra expressamente quatro modalidades específicas de extinção dos Estados: *por conquista* (em que o Estado, por desorganização ou fraqueza, passa a subordinar-se a uma ou várias soberanias estrangeiras), *poremigração* (em que o Estado perde o seu componente humano, povo, por emigração, como ocorreu com os helvétios, nos tempos de César), *por expulsão* (em que o Estado perde o seu componente humano por expulsão, como ocorreu, com relativa constância, na época das invasões bárbaras) e *por renúncia dos direitos de soberania* (quando o Estado renuncia, em favor de outro, os seus direitos inerentes à soberania nacional).

Sahid Maluf (ob. cit., p. 45-46), em seu magistério, por sua vez, alude, de forma ampla, a duas causas básicas de extinção do Estado: as *gerais*, associadas genericamente à perda de um dos elementos morfológicos de caracterização do ente estatal, e as *específicas*, repetindo basicamente as lições de Machado Paupério.

TEORIAS JUSTIFICADORAS DAS TRANSFORMAÇÕES DO ESTADO

As transformações do Estado por *formação, modificação ou extinção* merece-

ram, como fatores preponderantes de alteração perceptível do equilíbrio mundial, uma especial atenção por parte dos mais expressivos estudiosos do tema, notadamente a partir do século XIX, com o propósito de prover, em última instância, relativa *jurisdic平ade* ao fenômeno em questão, com a intenção final de forjar instrumentos efetivos de justificação disciplinar, de índole jurídico-internacional, para o fenômeno vertente.

Nesse contexto, diversos princípios foram concebidos, objetivando impor um regramento comportamental comum entre os diversos Estados no ambiente internacional, por intermédio das seguintes teorias fundamentais: *teoria das nacionalidades*, *teoria das fronteiras naturais*, *teoria do equilíbrio internacional* e *teoria do livre-arbitrio dos povos*.

Teoria das Nacionalidades

Segundo a *teoria das nacionalidades*, a concepção do *Estado originário* como forma de organização política da *nação* forjou, em sua inerente tradução, a idéia de que a cada nacionalidade diferenciada deve corresponder uma *composição política autônoma*, própria e independente, em que os princípios da autodeterminação e da não-intervenção devem ser consignados como elementos fundamentais de caracterização. Como bem asseverou Sahid Maluf⁵ o *princípio das nacionalidades*, nos termos em que foi formulado, tanto se presta para o bem como para o mal; tanto serve às reivindicações legítimas como às más injustas espoliações. Sob a égide dessa teoria realizaram-se movimentos benéficos como a independência da

⁵ *Teoria Geral do Estado*, 23^a ed., S. Paulo, Saraiva, p. 48.

Grécia (1829), a separação entre a Holanda e a Bélgica (1830), a unificação da Itália (1859), a unificação da Alemanha (1867-71) e a independência dos países balcânicos (Romênia, Sérvia, Bulgária e Montenegro), que se desligaram do jugo otomano. Por outro lado, sob a sua égide, realizaram-se violentas usurpações, como as anexações da Alsácia, Lorena e Hanover à Alemanha, bem assim as de outros pequenos Estados reivindicados pelo racismo germânico. Também a Rússia procurou estender a sua hegemonia sobre as pequenas nações de raça eslava com a criação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), posteriormente extinta em 1991.

Teoria das Fronteiras Naturais

A teoria das fronteiras naturais, segundo a doutrina mais abalizada a propósito do tema, surgiu como incontestável instrumento de dominação das potências militarmente mais poderosas sobre as menos poderosas, não obstante seus objetivos iniciais restringirem-se à natural imposição dos acidentes geográficos como elemento de justo contorno das nações, considerando, acima de tudo, que não seria razoável traçar limites arbitrários quando existem elementos naturais de formação fronteiriça, tais como rios, cordilheiras, mar, montanha etc.

Teoria do Equilíbrio Internacional (Teoria da Paz Armada)

A teoria do equilíbrio internacional, também conhecida como teoria da paz armada,

mada, foi formulada particularmente para o cenário europeu do final do século XIX, baseando-se no princípio segundo o qual soberanias com idênticas (ou aproximadas) projeções de força efetiva tendem a estabelecer naturalmente uma coexistência harmônica e pacífica, garantindo as fronteiras nacionais preestabelecidas.

É importante registrar, contudo, que essa doutrina, esboçada por Richelieu, não evitou o surgimento da Primeira Guerra Mundial, em 1914, e, posteriormente – ainda que com ênfase menor –, a própria Segunda Grande Guerra.

Também, como bem lembra Sahid Maluf⁶, na partilha da Polônia, nos Tratados de Viena e sempre que se procurou reformar a configuração do mapa europeu, essa doutrina foi objeto de considerações e debates. Ponderável corrente de doutrinadores e estadistas continua a entender que a força deve ser contida pela força, por isso que o desenvolvimento do poderio bélico é um dos mais respeitáveis fatores da paz.

Por outro lado, é verdadeiro afirmar que, em nenhuma hipótese, condiz esta teoria com os ideais democráticos nem com os naturais anseios da justiça da maioria das nações.

Algumas variantes desse preceito, segundo estudiosos contemporâneos, surgiram no período imediatamente posterior à Segunda Guerra, através principalmente do advento da chamada Doutrina Truman (1947) e da denominada Política de Contenção, inspirada nos argumentos de George Kennan. Também, em decorrência das diferentes concepções de paz soviética (simples ausência de Forças Armadas no mundo) e norte-americana (uma

⁶ Idem, idem, p. 50.

força militar única comandada pela ONU) –, alguns autores têm sugerido que, no imediato pós-guerra, a *teoria do equilíbrio internacional* teria sido substituída provisoriamente pela vertente da *teoria da polícia mundial*, exercida pelos EUA, como potência hegemônica.

Doutrina Truman (Doutrina de Contenção Indireta)

O período da Segunda Grande Guerra foi, com toda a certeza, o mais marcante para as relações internacionais e, especialmente, para o fenômeno das transformações do Estado, com o surgimento (*formação*), *modificação* e *extinção* de vários Estados, contribuindo para uma relativa instabilidade internacional.

Nesse cenário sombrio de constantes *ajustes de fronteiras*, em que, em essência, uma *Europa* e uma *Ásia* fragmentadas pelos efeitos da guerra não podiam estabelecer um equilíbrio clássico, à luz da *teoria da paz armada* – ao mesmo tempo em que despontava uma nova realidade mundial, inicialmente *monopolar*, posto que os EUA, em termos econômicos, representavam aproximadamente metade da riqueza mundial, em medida de produto interno bruto e, posteriormente, *bipolar*, com o surgimento da *potência militar soviética*, reerguida, em velocidade impressionante, no imediato período pós-guerra –, e onde uma *confrontação* direta entre os EUA e a URSS parecia iminentemente dando, inclusive, concreção às idéias do General Patton que, no final da guerra, sugeriu que o Ocidente deveria *aproveitar*

tar a oportunidade das tropas mobilizadas e resolver, de uma vez, o problema, invadindo e ocupando a União Soviética, de matiz ideológico-comunista, surgiu a idéia básica de se formular um efetivo *compromisso* que, em última análise, alegava o fornecimento direto de ajuda militar e econômica *aos povos livres que resistem às tentativas de dominação por parte de minorias armadas ou de pressões externas*. Nesse sentido finalístico surgiu, com sua inauguração oficial em 12 de março de 1947, a chamada *Doutrina Truman* que, para alguns autores, constituiu-se no *marco inicial da Guerra Fria*, que se desdobrou rapidamente em autênticos *planos de ação*, como o *Plano Marshall*, em que os EUA passaram a oferecer ajuda econômica maciça para a reconstrução de toda a Europa, e em vários planos específicos de cooperação militar que, ampliando o alcance da aliança militar formada inicialmente pela Grã-Bretanha, França, Bélgica, Holanda e Luxemburgo⁷, acabou por originar a *Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN)* em 4 de abril de 1949, incluindo os EUA, Canadá e mais dez países da Europa Ocidental.

Doutrina de Contenção (Direta)

Como um desdobramento natural e necessário da *Doutrina Truman*, vários estrategistas e diplomatas, acreditando na inviabilidade prática do confronto direto entre os EUA e a URSS, e defendendo a tese segundo a qual o reconhecimento da dominação soviética na Europa Oriental constituía a única esperança de paz duradoura, passaram a insistir na necessi-

⁷ Tratado de Bruxelas, de 17 de março de 1948.

dade de cristalização de uma genuína *política de contenção*, estabelecendo *esferas de influência* soviéticas e americanas predeterminadas e fixas, através da construção de uma autêntica *muralha* de alianças militares ao redor da zona de influência comunista.

Segundo essa concepção geoestratégica, defendida por George Kennan, diplomata americano que servia, à época, na embaixada norte-americana em Moscou, o *Occidente Pluralista*, ou seja, as chamadas *Democracias Ocidentais*, mesmo após vencer o totalitarismo nazifascista pela força das armas, não deveria arriscar, com o totalitarismo comunista, a mesma solução, considerando, particularmente, que as próprias contradições no regime político desses Estados acabariam por dissolvê-los, sem a necessidade de se dar um único tiro, especialmente após o advento das armas de destruição maciça, de feição *nuclear* – bomba atômica norte-americana (1945), soviética (1949), inglesa (1952), francesa (1960) e chinesa (1964), entre outras – e *termonuclear* – bomba de hidrogênio norte-americana (1951), soviética (1953), inglesa (1957), francesa e chinesa.

A História provou, de forma surpreendente, e ainda que em período maior que o previsto inicialmente, a correção das idéias de Kennan e o importante papel das alianças militares ocidentais, apesar do esfacelamento de muitas durante o período da chamada *Guerra Fria* como forma de contenção do próprio *equilíbrio do terror*, imposto com o surgimento da concepção estratégica da *destruição mútua assegurada*.

Dessa feita, foram concebidos, além da OTAN (1949), a OTSA (Organização do

Tratado do Sudeste Asiático, 1954), com Austrália, Nova Zelândia e EUA, a partir do Anzus, 1951, além da França, Filipinas, Reino Unido, Paquistão e Tailândia; o *Pacto de Bagdá* (1955), com Iraque, Reino Unido, Irã, Turquia e Paquistão, que, posteriormente, originou a OTC (Organização do Tratado Central, 1959) com os mesmos membros, exceto o Iraque; além de pactos nos extremos insulares como o *Tratado do Rio de Janeiro*, envolvendo os países sul-americanos.

Inicialmente, a estratégia estadunidense era a da *resposta total*, ou seja, em caso de agressão comunista a qualquer dos membros dos diversos pactos militares, os demais responderiam maciçamente com todos os meios disponíveis, que foi logo desacreditada com os acontecimentos na Coréia (1950-53) e, posteriormente, com o envolvimento francês na Indochina (1954); passando para a *resposta flexível* (ou *dissuasão graduada* – Robert McNamara/1962) e, finalmente, chegando à *política de contraforça* (Reagan/1983), segundo a qual os EUA deveriam incentivar uma nova corrida armamentista e, sobretudo, tecnológica com a URSS, buscando na própria competição, insustentável economicamente para os soviéticos, a *quebra* do sistema imperial monolítico concebido pelos comunistas.

Nesse particular, a chamada *Iniciativa de Defesa Estratégica*, anunciada em 1983, pelo governo Reagan, com o nome vulgar de *guerra nas estrelas*, pode ser entendida como o marco inicial dessa nova política norte-americana que acabou, conjuntamente com outros importantes fatores, atingindo o seu objetivo último de encerrar o período da *Guerra Fria*.

(1945/49-1990), inaugurado com o pós-guerra, e com as três fases de *bipolaridade de poder global* e, particularmente, *militar*, que seqüencialmente se apresentaram nas relações mundiais: *bipolarização confrontativa* (em nível de contenção), *bipolarização distensiva* – com a assinatura de vários acordos de redução de arsenais e desarmamento, tais como os SALT (*Strategic Arms Limitation Talks*) I (1972) e II (1979) e os START (*Strategic Arms Reduction Treaty*).

Teoria da Autodeterminação dos Povos (Teoria de Livre-arbítrio dos Povos)

Não obstante a nítida prevalência no cenário internacional, especialmente a partir da segunda metade do século XX, da *Teoria do Equilíbrio Internacional*, ainda que através de suas *variantes*, já comentadas, não podemos deixar de assinalar o sinérgico ressurgimento, com significativa intensidade, sobretudo no início do século XX, da consagrada *Teoria da Autodeterminação dos Povos* (também conhecida como Teoria do Livre-arbítrio dos Povos, em sua acepção primitiva), segundo a qual, conforme afirmou Condorcet, em 1792, *nenhuma potência estrangeira tem o direito de submeter um Estado nacional contra a vontade soberana de seu respectivo povo*.

Em 1919, aliás, o próprio Presidente Wilson voltou a proclamar que *cada povo deve formar a sua nacionalidade, não se admitindo a intervenção de outros Estados nos negócios internos de cada um*, reavivando, desta feita, essa *doutrina* que,

para parte substancial dos estudiosos do tema, inaugura, em última instância, uma importante *acepção jurídica* relativamente ao conjunto das demais teorias justificadas das transformações do Estado, de nítida *feição política*.

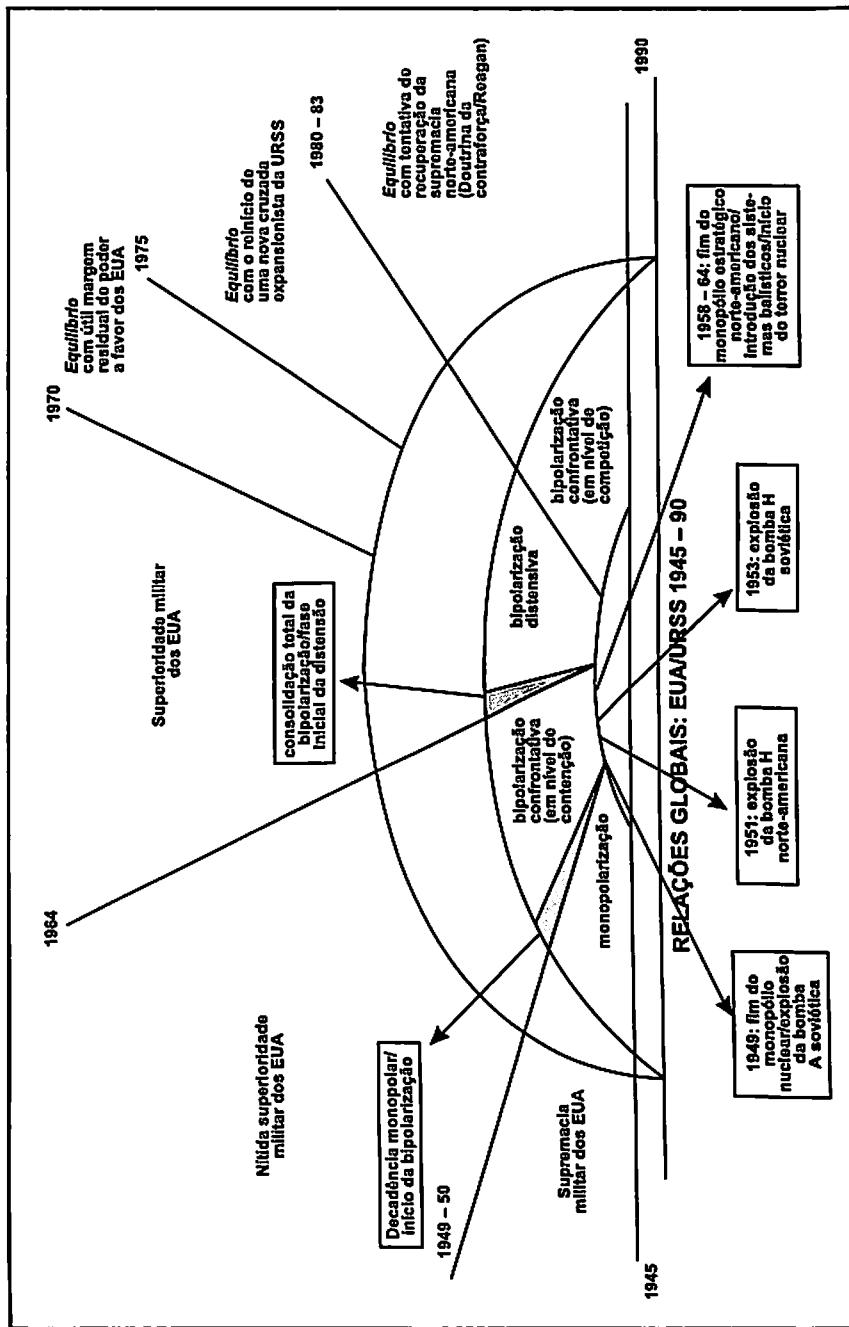
Como bem lembra Sahid Maluf⁸ (ob. cit., p. 50-51), a propósito do tema, em nome da *Teoria da Autodeterminação dos Povos* foram realizadas *a restauração da Polônia, a independência da Iugoslávia, a criação da Tchecoslováquia, a integração da Grécia, a unificação da Itália e a devolução da Alsácia-Lorena à França; ao passo que igualmente solucionaram-se as questões da Baía do Sarre, Alta Silésia, Prússia Oriental, Nice, Bélgica e de outros pequenos Estados e territórios contestados, nos quais foram realizados plebiscitos para a apuração da vontade de cada povo*.

Nem todas as pequenas nações, porém, tiveram respeitados os seus *direitos de autodeterminação*, notadamente depois da Segunda Guerra Mundial, posto que, sob o argumento da imperiosa necessidade de se conter o expansionismo soviético, a *Teoria da Autodeterminação dos Povos* foi simplesmente relegada a segundo plano até porque, como já afirmamos, a base doutrinária das relações estatais internacionais no período em questão teve como ênfase principal a *Teoria do Equilíbrio Internacional*, ainda que adaptada à nova realidade geoestratégica mundial. Não obstante, por um desses paradoxos da política internacional, os principais argumentos de legitimação intervencionista do *bloco ocidental*, liderado pelos EUA, fossem exatamente os de prover a necessária preservação da *autodeterminação dos povos*. ☀

⁸ Ob. cit., p. 50 e 51.

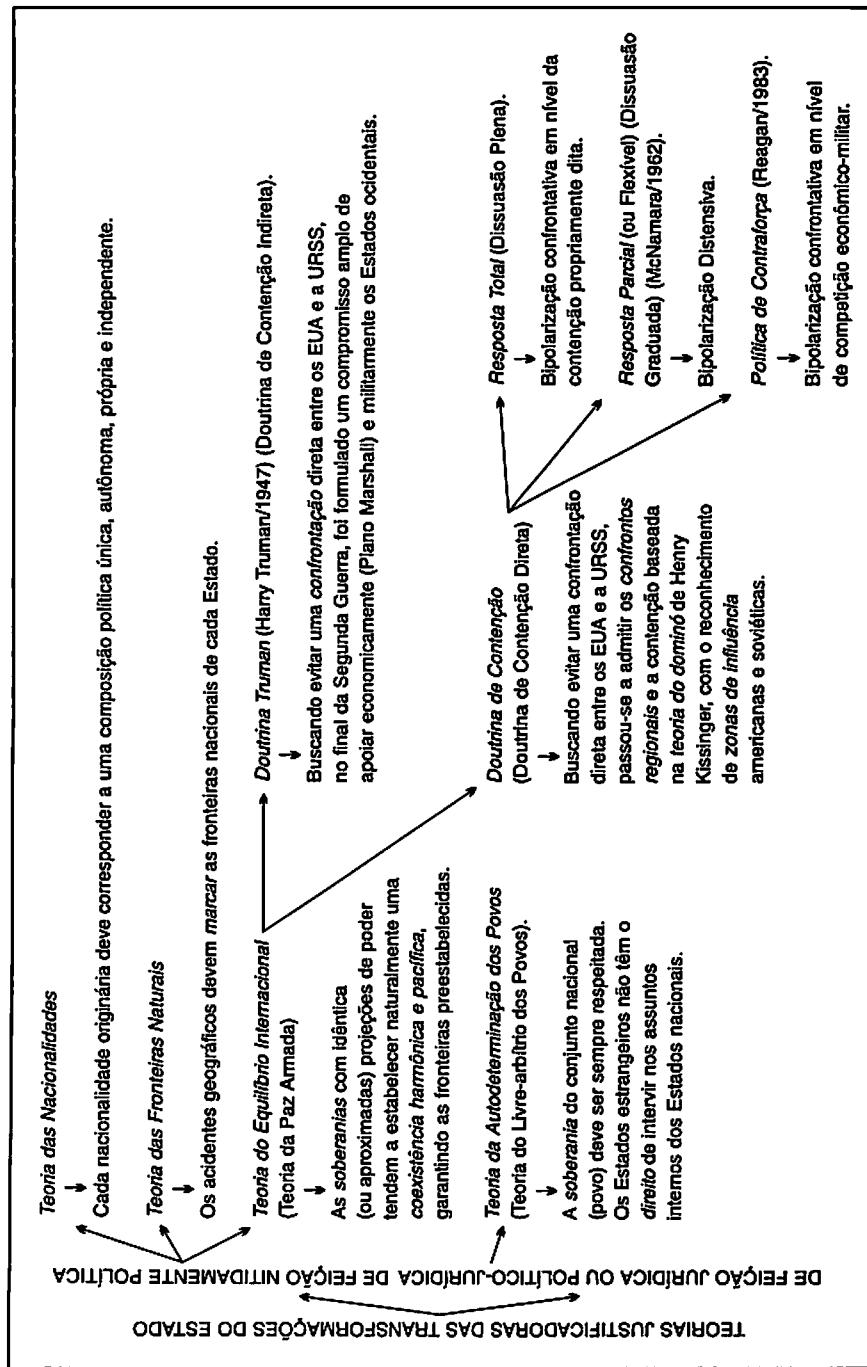
DIAGRAMAS – SÍNTSE

**Diagrama 1: ESQUEMA HISTÓRICO DA POLARIZAÇÃO DE PODER GLOBAL E FASES DE CAPACIDADE MILITAR
(Relações EUA-URSS 1945-90)**



FORMAÇÃO, MODIFICAÇÃO E EXTINÇÃO DOS ESTADOS

Diagrama 2: TEORIAS JUSTIFICADORAS DAS TRANSFORMAÇÕES DO ESTADO



Atualidade da Guerra Pernambucana¹



J. F. Maya Pedrosa*

O artigo faz um estudo da Guerra Pernambucana do ponto de vista da doutrina aplicada aos diferentes aspectos das operações nela desenvolvidas. Inicia com um alerta e conclui com uma oportuna advertência.

Atualidade da Guerra Pernambucana contra os holandeses (1630-54) parece evidente na medida em que, no panorama internacional, a soberania das nações é contestada pelas chamadas potências, prognosticando conflitos, pelo menos no campo do Direito e da Política, quiçá na configuração de conflitos militares.

Ainda não é hora de assinalarmos de público os possíveis agressores, mas devemos trabalhar para o desenvolvimento de um arcabouço moral e material para que o País se posicione bem no presente cenário.

É certo que se descontinam grandes modificações no campo internacional, impondo uma tomada de consciência sobre o assunto, primeiro e importante passo para as demais ações que marcarão a postura de defesa da Nação.

Parte-se do pressuposto de que a humanidade não parece ter abandonado suas inclinações para o poder e a hegemonia, a menos que a História, como mestra da vida, tenha deixado de existir. Entretanto, qualquer reflexão sobre as semelhanças históricas entre duas épocas tão diferentes (1630 - 2000) exige cuidado, muita crítica e uma atitude de compreensão inteligente, sob pena de desagradável exagero ou inutilidade do radicalismo nacionalista.

Mas a tarefa nem é impossível nem proibitiva, como tentaremos mostrar nas linhas adiante rabiscadas.

UM BALANÇO DO PASSADO

Numa tese apresentada ao Congresso Internacional de História das Américas, (Rio de Janeiro, 1922), o historiador militar, Capitão Nilo Val, fez um balanço dos governos gerais no apagar das luzes do século XVI.

* Coronel de Infantaria e Estado-Maior.

¹ Selecionado pelo PADECIME.

Ele disse que a Metrópole conseguira congregar elementos dispersos e dar-lhes uma orientação para a defesa da Colônia. No balanço dos resultados, assinalou que Portugal, sob o silêncio de sua discreta administração, evitou a fragmentação da Colônia, conservando os mesmos princípios religiosos e de unidade política, evitando que o estrangeiro fincasse pé em seus domínios.

Nesse mesmo congresso, o Major Paula Cidade, outro historiador militar, assinalou que a doutrina militar portuguesa cedeu lugar, no Brasil, a um procedimento novo, resultado das ordenanças e regimentos da Metrópole confrontadas com as influências locais da heterogênea e nascente sociedade colonial, da geografia americana e da maneira indígena de combater. Qualificou o português, naquele processo colonial de defesa, três aspectos importantes de sua doutrina militar.

Primeiro, havia um liame forte entre as capitaniais e o governo-geral, tornando as operações de defesa mais eficientes e coordenadas.

Segundo, no centro do dispositivo defensivo, na Bahia, praça fortificada, havia uma força de reação para atender ao perigo onde ele se apresentasse.

Terceiro, embora com as deficiências da Metrópole, reforços eram enviados de Portugal para o combate aos franceses. Posteriormente, mesmo depois da anexação à Coroa de Espanha, durante a guerra contra os holandeses, inúmeros reforços foram remetidos da Europa, prática suspensa na Guerra de Restauração de Portugal.

Pode-se dizer que, apesar de o Brasil-Colônia ser interpretado como uma exten-

são de Portugal, a sociedade que se formava em um século de lutas contra os franceses e índios hostis já não era mais portuguesa – poderíamos chamá-la de luso-brasileira – fruto de uma experiência peculiar, inédita e essencialmente diferente das que o colonizador vivera na África e nas Índias.

Formou-se aqui a integração de elementos dispareus num conjunto satisfatoriamente coeso e governável, sobretudo pela miscibilidade do português e pelas ambições de riqueza e poder do homem renascentista, pela necessidade de mão-de-obra e soldados para defesa.

Os traços da sociedade colonial, nos últimos anos do século do Descobrimento, eram de um organismo social em evolução, uma espécie de papel em branco já rabiscado, onde se desenhava o perfil da futura nacionalidade brasileira: cultura lusitana (civilização ocidental ibérica), cultura indígena influente, cultura dos sobados africanos, com passado próprio, dramático e violento.

E havia outros ingredientes nessa sociedade emergente como a religião, a língua portuguesa, o engenho de açúcar imprimindo complexidade notável a um conjunto produtivo e rentável, sem igual paralelo ou dimensão em outras partes do mundo.

Nesse quadro social já existia, segundo inúmeros historiadores, um pensamento militar defensivo próprio, uma doutrina militar local; enfim, um lastro histórico que nos ajudará no entendimento da guerra contra os holandeses.

O fato explica a reação dos baianos aos holandeses, na invasão de 1624 e 1625, e a de Matias de Albuquerque, em 1630 a 1635, em Pernambuco.

A situação que julgamos hoje como atrocidade – a escravidão –, base da economia colonial pela exploração bárbara do trabalho, era aceita por toda a Europa e, até, pela Igreja. Convém recordar que o progresso decorrente dessa experiência tornou-se motivo de cobiça dos Países Baixos reformados, no contexto de motivações econômicas, políticas e religiosas da Guerra dos Trinta Anos. Pernambuco, de fato, era o maior centro produtor de açúcar jamais criado no mundo. E os holandeses e judeus, envolvidos na indústria do refino e no comércio, além de estarem em guerra contra a Espanha à qual fora anexado Portugal, desde 1580, não desejavam perder suas fontes de suprimento do produto. Nesse contexto, é bom lembrar que os judeus corridos pela Inquisição de Portugal e Espanha refugiaram-se nos países reformados, em especial na Holanda, de onde tudo fizeram para retomar sua participação nas lucrativas atividades do açúcar.

DIREITO NA GUERRA, MOBILIZAÇÃO E ESTRATÉGIA

Outro aspecto interessante na configuração do conflito é a discussão sobre o Direito no quadro europeu e americano.

Sem dúvida alguma, o Brasil era, como colônia, por completo dependente de Portugal, mas foi criando a seu modo fisionomia própria à revelia do colonizador, às vezes contrariando suas diretivas. Na guerra, já demonstrava características de uma sociedade particular com interesses próprios, embora muito dependente.

Em Pernambuco, os primórdios de sua história estavam em Duarte Coelho, ano

1535, havendo antecedentes mais remotos na feitoria, como na expulsão dos franceses da nau *Pelerine* aqui estabelecidos.

Assim, como Estado derivado, nossa legislação importada configurou o Direito Colonial Português classificado por Hélio de Alcântara Avelar (*História Administrativa e Econômica do Brasil*) como *legislação extravagante* ou *Direito de circunstância*. A legislação portuguesa era, portanto, uma resposta aos intermináveis conflitos e mudanças da nação nas lutas contra Castela, contra os mouros na Reconquista, e os indianos, africanos e, novamente, os mouros, na expansão ultramarina; contra os países reformados mais recentemente, numa história conturbada e incerta.

Além do mais, a sociedade portuguesa detinha algumas peculiaridades da sua transição pioneira do feudalismo para a Idade Moderna, no relacionamento jurídico e político entre a Coroa e a Igreja, nos direitos outorgados pelo Papa a Portugal, na ingerência do Clero na política, na participação de seu povo nos assuntos nacionais, tudo resultando em constantes alterações no relacionamento humano.

Nesse contexto, é fácil entender o caráter flexível, mutável e circunstancial da legislação da Colônia o que facilitou, por ações e omissões, o lapso ocasional da autoridade e do Direito ou, no mínimo, a adaptação dele às novas circunstâncias do meio americano, o que ficou evidenciado no fracasso das capitania hereditárias, muito bem explicado nas cartas dos capitães ao rei de Portugal.

No final das contas, o Direito Português, especialmente na área da administração, permitiu certo grau de auto-

nomia, facilitou as lideranças locais, sobretudo porque as suas fontes ou seu fulcro estavam na Metrópole distante, ou falidas, quando D. João IV fez alianças com o inimigo holandês, logo depois da Restauração do Trono – 1640 –, na guerra contra a Espanha.

A idéia da aliança de dez anos de Portugal com a Holanda no ano seguinte, admitindo a posse holandesa no Nordeste, não foi aceita pela maioria dos pernambucanos. E tornou-se uma das causas da Insurreição e motivo para a luta quase autônoma que empreenderam – um autêntico *lapso jurídico por incompetência da autoridade* –, ou para alguns, uma traição ou abandono pelo Estado de uma de suas partes componentes, da qual abdicou vergonhosamente a soberania.

Todos podem imaginar os reflexos dessa situação, na Guerra Pernambucana ou, para os holandeses, *Guerra Brasílica*, através da organização natural e espontânea dos comandos e até a descentralização das operações militares e a composição excêntrica das forças de reação. E, justamente por esse motivo, os pernambucanos faziam uma guerra que aos holandeses parecia tumultuada e surpreendente, autônoma em grande parte, portanto irregular, mais ligada aos agentes naturais do que à arte militar convencional.

Outro aspecto importante do Direito como formador do ambiente da guerra foi a tradição portuguesa do *contributo* que remontava à Reconquista contra os mouros, na qual cada aldeia ou vila, instituição religiosa ou pessoa jurídica era obrigada a apresentar pronta uma parcela ponderável de sua população posta em armas, o que ficou marcado nas Ordena-

ções Afonsinas, Manuelinas, Sebásticas e circunstancialmente Filipinas.

Dessa forma, implanta-se, com base no costume antigo e na lei, o que foi chamado pelos historiadores militares de *povo em armas* ou *nação em armas*, uma mobilização geral dos pernambucanos para a luta, movidos pela tradição que vinha de D. Henrique, o fundador de Portugal, aplicada aqui como norma escrita na segunda metade do século anterior, a partir dos governos gerais.

Esse procedimento nada mais foi do que doutrina militar de mobilização, convocação dos senhores nobres e seus servos e servidores, do clero, através das ordens religiosas, de todo o povo, o que era usado em Portugal e adaptado às circunstâncias da Colônia na luta contra os franceses e índios hostis.

Assim, o enquadramento militar, especialmente nas Ordenanças Sebásticas de 1570, era essencialmente não-profissional, por inexistir um exército permanente, mostrando-se, entretanto, de satisfatória eficiência nas lutas coloniais, onde os homens disponíveis para a chefia eram os mais capazes e preparados, basicamente os donos de engenhos e fazendas, os nobres menores, em geral administradores residentes, e os colonos.

O apoio mútuo entre as capitaniias no Governo-Geral também tinha fundamento no proceder português nas campanhas contra os franceses e *ajuntamentos desordeiros* de índios caetés, goitacases, aimorés e negros palmarinos para o controle interno da Colônia.

Dessa forma, a doutrina de mobilização colonial fez-se com a união de todas as camadas sociais e unidades admi-

nistrativas no esforço de defesa, através das ordenanças e regimentos, base organizacional das tropas pernambucanas.

No que se refere aos componentes étnicos, todos os historiadores do período estão de acordo em que, malgrado os maus tratos da escravidão e até o extermínio dos índios rebeldes à cristianização, o gentio brasileiro participou largamente das lutas contra os franceses e foram, por outro lado, preciosos aliados do invasor, demonstrando eficiência na execução dos seus propósitos bélicos, atitude tomada como reflexo de suas divisões internas e guerras entre tribos diferentes.

Pelo seu valor militar e doutrina de prontidão e guerra permanente entre tribos, o elemento nativo teve poderosa influência na doutrina militar dos portugueses adaptada à Colônia, como afirmaram Paula Cidade e quase todos os historiadores brasileiros, dentre eles João Batista Magalhães em *Evolução Militar do Brasil*.

As atrocidades contra os índios desde os primeiros tempos, aliadas às divergências tribais muito antigas, contribuíram para que, em Pernambuco, parte dos gentios tenha servido aos holandeses, o que não se constituiu em novidade alguma. E é possível que tal fato um dia venha a ocorrer novamente no Brasil dos nossos dias, já que a nacionalidade

brasileira entre eles ainda não é um fato político, havendo forças não-governamentais ponderáveis, nacionais e estrangeiras, repelindo a idéia da integração.

Doutores em guerra irregular, flexíveis, móveis (andarilhos e remadores infatigáveis), usando a surpresa e aproveitando o terreno que conheciam muito bem, os índios contribuíram para a configuração das companhias de emboscadas, organização inovadora e surpreendente para o invasor.

Quanto aos fundamentos históricos e jurídicos da invasão holandesa, é notória sua classificação como negação de um status jurídico anterior, porque faziam tábula rasa do direito adquirido pela Espanha e Portugal nas

bulas papais e tratados, especialmente o de Tordesilhas. Ocorreu então a prevalência do fato sobre o direito, dai o argumento militar como geratriz de um novo direito, digamos um direito reformado da nova Europa, um direito de profundas raízes na crença religiosa e na negação ao Papa, argumento que levaria à guerra.

Para os que acreditam que se formula atualmente a negação do conceito tradicional de soberania absoluta das nações, que adotamos desde o grande Rio Branco, eis um precedente interessante, um caso histórico de negação de um status jurídico anterior, motivo de conflito, tal como

As atrocidades contra os índios desde os primeiros tempos, aliadas às divergências tribais muito antigas, contribuíram para que, em Pernambuco, parte dos gentios tenha servido aos holandeses, o que não se constituiu em novidade alguma. E é possível que tal fato um dia venha a ocorrer novamente no Brasil dos nossos dias, já que a nacionalidade

ocorreu na Europa do início do século XVII, com suas roupagens próprias.

Na verdade, a Companhia das Índias Ocidentais, criada em 3 de junho de 1621, pretendia, no dizer de Alcântara Avelar, resultados colonizatórios com uma novidade importante no Direito Contratual dos povos: o Estado transferia para entidades particulares a sua prerrogativa de fazer a guerra, um dos motivos para o emprego do mercenário, numa época em que ele decaía por aconselhamento de Maquiavel, e pelo surgimento dos Estados nacionais.

Aliás, vale assinalar que Maquiavel, no auge do Renascimento, cem anos antes dos holandeses aqui chegarem, mostrou claramente *que a guerra, como ofício, não poderia ser executada por particulares em tempo algum. A guerra deve ser exclusivamente ofício dos governantes, repúblicas ou reinos. Jamais um Estado bem constituído permite a seus concidadãos, ou a seus súditos, executarem-na por conta própria.* (A Arte da Guerra, livro I, cit. Raposo Filho, op. cit. p. 101).

Tais são as coisas da História, o aforisma do velho e cético pensador não foi atendido pelos holandeses, para sua desgraça, como os acontecimentos iriam demonstrar, tanto por usarem mercenários como por delegarem ações militares a uma companhia particular.

Assim, o Estado, legando aos particulares a execução da guerra para finalidades comerciais prioritárias, gerou uma situação conflituosa com a realidade das operações e lances estratégicos. E mais ainda, vieram lutar contra os construtores de um parque produtivo, tirá-los de suas propriedades e sítios residenciais, o que promoveria fortes reações.

Sabe-se que havia uma intenção estratégica (estatal) dos Países Baixos de dominarem a Rota da Prata e a do Caribe, fonte de pirataria, corsos e empreendimentos comerciais e militares da época, daí as divergências entre Nassau e o Conselho, um querendo a civilização e a prevalência do Estado, o outro o lucro através da acumulação do dinheiro com o poder delegado.

As tropas seriam formadas pelo Estado e entregues à Companhia, para emprego militar por um Conselho de leigos que incontáveis erros cometaria, por incompetência e por ganância, como declarou Maurício de Nassau ao se despedir de Pernambuco.

Mercê de visão diferente da que tinham os argentários da Companhia, o Príncipe queria fundar uma Nova Holanda estatal, onde ele, seguindo o conceito de Maquiavel em nome da sobrevivência do Estado, realmente impusesse a estratégia a ser seguida.

NOVOS FATORES DA DOUTRINA MILITAR

A compreensão do pensamento político-militar do início do século XVII é fundamental para o estudo desta guerra e para caracterização de seus ensinamentos.

Com o Renascimento e as Reformas, no incrível passar do século XVI, vieram as grandes modificações na arte da guerra, ou seja, na organização militar, na tática e na estratégia dos exércitos; enfim, na doutrina.

Em primeiro lugar, foi nessa quadra da História que surgiram os Estados modernos, sob a égide do absolutismo e do nacionalismo, trazendo uma sensível

reformulação no mapa político da Europa, circunscrevendo o poder do Papa, propiciando coligações antes impensáveis, desenvolvendo-se o gosto pela especulação e pelo lucro, promovendo rápido e notável destaque aos países do norte europeu, Países Baixos, Inglaterra e França, em particular.

No campo econômico, despontaram o mercantilismo e o desenvolvimento tecnológico que, afinal de contas, levou para as batalhas as armas de fogo aligeiradas (os holandeses melhores fabricantes de armas), os grandes navios e modificou as formas de combater, valorizando a manobra, circunscrevendo o valor das fortificações como apoio ou obstáculo ao movimento, quando se decidia a guerra pela batalha campal.

No campo do pensamento, segundo Amerino Raposo Filho, em *Dimensões da Estratégia – Evolução do Pensamento Estratégico*, nessa fase histórica modificou-se o entendimento do conflito militar: *a guerra ganha dimensões e dinâmica de dependência crescente aos mandamentos da política*, pensamento que advém de Maquiavel, quando propugnou que a guerra estava a serviço do Estado, expressão nacional, não mais de caráter localista (*O Príncipe*, 1525).

Boa prova dessa novidade é que também foram pensadores políticos os teó-

ricos militares da época: Maquiavel, Gustavo Adolfo, Cromwell, Condé, Tourenne, Vauban, Richelieu, todos subordinando a guerra à política, isto é, ao interesse nacional para a defesa, glória e enriquecimento do Estado.

A Guerra Pernambucana foi moderna, porque nela foram utilizadas as mais inovadoras doutrinas militares e armas, e surgiram novos métodos de combate, tal como a guerra de guerrilhas até então fora de cogitação dos pensadores militares. Nela estava presente a política dos Estados europeus, onde se percebia o sentido econômico associado à grande manobra estratégica dos Países Baixos para o domínio de áreas produtoras e rotas de comércio.

A primeira conclusão sobre a influência dos novos tempos é a de que a Guerra Pernambucana foi moderna, porque nela foram utilizadas as mais inovadoras doutrinas militares e armas, e surgiram novos métodos de combate, tal como a guerra de guerrilhas até então fora de cogitação dos pensadores militares. Nela estava presente a política dos Estados europeus, onde se percebia o sentido econômico associado à grande manobra estratégica dos Países Baixos para o domínio de áreas produtoras e rotas de comércio.

A propósito, não é privilégio dos marxistas dizerem dessa associação que consideram *demoníaca* e determinante, mas reconhecer que são a riqueza e o poder os motores dos conflitos. Na moderna teoria realista do poder, essa associação de classes (nobreza e burguesia), vista por Marx, é substituída pela associação entre a riqueza e o poder, condicionada pelos fatores culturais, políticos, religiosos e geográficos de cada nação. Daí a grande novidade da Companhia das Índias criada para *negócios legais*, manifestação renascentista com roupagens modernas que, na prática, foi exem-

plo histórico da interveniência do particular em assuntos exclusivos do Estado, uma solução tipicamente mercantilista, prenúncio claro do nascente capitalismo.

Mas era uma solução experimental que dava à guerra um novo ritmo e sentido, estando Maurício de Nassau no centro da discussão sobre os seus resultados, quando previu o breve fim dos holandeses no Brasil (carta de demissão) devido aos erros fundamentais cometidos pelo Conselho da Companhia no Brasil, à revelia dos princípios de guerra. Era um homem de Estado, militar e político experiente, servindo a um grupo de negócios que tinha prerrogativas militares diretas sobre ele e seu exército.

Por outro lado, se procurarmos as razões da Espanha e Portugal, veremos o desejo de manutenção do poder, preservando suas fontes de suprimento, comércio e conquistas ultramarinas tão abaladas pelas Reformas, nas perdas ocorridas nas Índias (Ormuz em 1621), na interveniência da pirataria e do corso estimulados pelos países não-ibéricos, naquela língua percebida por D. João III ao revelar o estado deficitário dos cofres de Portugal.

Por estarem debilitados como potências do século anterior, situaram-se na defensiva estratégica, tendendo para a fragmentação, que ocorreu em 1640, na Restauração do Trono Português.

Na Guerra dos Trinta Anos (1618-48) delineava-se o quadro europeu das invasões da Bahia e de Pernambuco durante a qual ocorreram.

Mas, ao chegarem aqui os holandeses, sua *guerra metódica* modernizada, apesar de valorizar a manobra, era esquemática, restritiva em suas formações emassadas,

deparando-se o invasor com o meio americano que não conhecia. Assim, puseram em vigor a doutrina sistematizada por Gustavo Adolfo, precursor de Napoleão, última palavra em matéria militar, fim da guerra de usura, ganhando os exércitos espaços para manobrar e objetivos a conquistar. Mas, no Brasil os objetivos militares ou econômicos estavam situados onde a gente local dominava, onde os pântanos e florestas limitavam os deslocamentos a caminhos perigosos e mal-observados.

Apesar de o fator religioso estar sempre presente nessa guerra (daí o qualificativo *hereges* para os invasores), as circunstâncias locais fizeram diminuir sua importância, prevalecendo a ocupação como objetivo econômico imediato contra o desejo dos luso-brasileiros de defenderem o que era seu. Mas, durante toda a guerra, o componente místico serviu para levantar o moral da tropa luso-brasileira e da população, base do apelo dos chefes para a expulsão dos que, chegando de fora, violentaram os valores do culto local.

Desejo acrescentar mais alguma coisa sobre o soldado mercenário, que só desapareceu com os exércitos permanentes, invenção de Luiz XIV no final do século. O seu uso, já condenado por Maquiavel, foi motivo de massacres, como o de Magdáburgo, em maio de 1631, temperados pelo fanatismo religioso, na fome causada pelo desabastecimento em campanha e pelo saque como forma alternativa de pagamento de soldos.

No Brasil, o emprego de mercenários pela Companhia das Índias contribuiu para as crueldades, saques, incêndios e violências, que provocaram desloca-

mentos populacionais em massa, como ocorreu na Europa.

O fato de as perdas civis chegarem a cifras elevadas foi, sem dúvida, decorrente de tais migrações e do caráter impiedoso das tropas holandesas, pelo menos nos tempos de sua primeira expansão, a partir de 1632, e das condições de higiene e alimentação a que tais populações foram submetidas em seus deslocamentos forçados.

Em consequência das penúrias, criou-se um ambiente de repulsa ao invasor, que explica o envolvimento do povo nas ações militares, por sentimento de comunidade ofendida, medo, solidariedade, tradição de cem anos de lutas contra franceses e índios hostis na costa, desde o Rio São Francisco ao Rio Grande ou Potengy.

Seja como for, tudo demonstra que o cenário americano temperou a guerra com fortes colorações próprias, pela necessidade de mobilização de forças naturais da população e a exploração da geografia como elemento militar, a Metrópole débil aos olhos dos pernambucanos.

A COMPOSIÇÃO DOS EXÉRCITOS

Não se pode dizer que os exércitos da época eram profissionais de base exclusivamente nacional, desde que prevalecia, do lado holandês, o mercenário e, do lado luso-brasileiro, a milícia, com reduzidíssimo número de técnicos pagos

nas fortalezas e uns poucos *de linha*, como ocorreu na reação inicial de Duarte Coelho aos franceses e índios, mais adiante na Guerra dos Caetés e na campanha para a reconquista da Paraíba que durou mais de cinquenta anos.

Sob o ponto de vista da influência do meio social e político na chefia militar, notava-se que a chefia holandesa era formal, hierarquizada, com experiência profissional nos níveis do comando e da tropa mercenária; a chefia luso-brasileira era natural e enquadrada por senhores de engenho e pequenos nobres locais, chefes negros e mestiços que se destacavam nas ações militares.

Apesar da tradição de milícias e ordenanças, a situação militar da Colônia, por ocasião da invasão holandesa, era precária e decadente.

Por sua vez, o Estado Moderno vivido na Holanda reformista, expresso pelo seu exército bem-equipado e armado, sob comando experimentado na

Europa, não tinha no Brasil igual correspondência. Aqui sentiu-se o reduzido número de equipamentos, de líderes agindo sob doutrina leiga aplicada em função da natureza das tropas mestiças ou heterogêneas naturais do continente americano.

As distâncias e a pulverização de meios nos imensos espaços a defender davam aos luso-brasileiros formidável desvantagem numérica, compensada pela abundância de áreas de homizio e facilidades na escolha da hora e do local da ação militar.

Embora houvesse na Colônia uma doutrina militar, comandos organizados, fortificações, ordenanças e regimentos, faltavam (repito) os recursos, pela negligência ou impossibilidade material da Metrópole.

Sob o ponto de vista da influência do meio social e político na chefia militar, notava-se que a chefia holandesa era

formal, hierarquizada, com experiência profissional nos níveis do comando e da tropa mercenária; a chefia luso-brasileira era natural e enquadrada por senhores de engenho e pequenos nobres locais, chefes negros e mestiços que se destacavam nas ações militares.

Assinale-se que as tropas pagas de Tomé de Souza haviam sido dissolvidas, fato observado pelo historiador Mirales (citado em *A Evolução Militar do Brasil*, de João Batista Magalhães, p. 130) identificando-se apenas oitenta soldados de linha na Bahia de 1621.

O descaso pela defesa da Colônia é por ele assinalado nos defeitos técnicos até mesmo das forças portuguesas na própria Metrópole, que não acompanhavam os progressos militares da Europa, tornando-se aptas apenas para a guerra tumultuosa sem a necessária regra científica em que melhor se consegue a união e a boa ordem (Mirales) e mostrando que a guerra metódica, atualizada na Guerra dos Trinta Anos, não fora sequer adotada na doutrina militar portuguesa.

Nesse contexto, os números da ordem de batalha na Colônia, no início do século XVII, eram extremamente exíguos: na Bahia 1.000 homens de infantaria, 50 a cavalo; no Rio Grande do Norte, 80 de infantaria; na Paraíba, 150 de infantaria e 20 a cavalo; em Itamaracá, 250 de infantaria e 20 a cavalo; em Pernambuco, 1.000 de infantaria (150 de linha) e 200 a cavalo, e assim por diante.

A Espanha, por sua vez, entrou em completa penúria para sustentar os seus três exércitos em campanha (Flandres, Itália e Portugal), além do peso das classes parasitárias, a deficiência agrícola, a falta de indústrias, os costumes suntuários, o abandono dos cam-

pos..., e os infortúnios militares, as perdas do comércio com a ocupação de Pernambuco. (Pedro Calmon, op. cit. p. 541).

Apreciando essa situação, J. B. Magalhães, no citado livro, assinala que *as medidas convenientes à defesa do Brasil tomavam-se, porém, sempre tardivamente ou após o curso de graves perigos.*

Esse quadro estimulou as nações adversas a Portugal e Espanha a realizarem empresas de vulto no Brasil, porque a velha doutrina militar portuguesa dormia em sono letárgico.

Aspecto de enorme importância: tal situação de penúria tornaria a guerra uma questão mais pernambucana do que portuguesa e espanhola, o que foi um poderoso motivo de transformação na sociedade local, por ter cuidado de sua defesa sem o apoio da Metrópole, fator de nativismo reconhecido, por todos os historiadores, como esboço ou princípio da nacionalidade brasileira.

Para o teórico militar, isso atende ao princípio de que a guerra é arquiteta de nova organização social, especialmente quando ocorre em regiões afastadas e amplas.

Não existe dúvida, portanto, sobre os avanços políticos dos pernambucanos, entre 1630 e 1654, pelo contato de várias camadas de sua sociedade nos arraiais, estâncias e andanças militares, no sentido de que poderiam doravante exercer um papel mais importante na condução dos assuntos de governo, rememorando-se os acampamentos portugueses da reconquista contra os mouros, quando nobres, plebeus e clero se juntaram para a guerra, fato que marcou aquela sociedade nacional.

Assim, a velha política militar portuguesa na Colônia contribuiu para o

nativismo pernambucano, porque a chefia militar local foi entregue aos homens destacados, senhores de engenho e administradores, levando à participação de todos os habitantes na guerra.

A SOCIEDADE OU NAÇÃO LUSO-BRASILEIRA

Os que negam que havia aqui uma nação luso-brasileira com espírito e composição próprios devem rever suas convicções.

O conceito de nação organizada em Estado é usado para as sociedades de países já constituídos, com fronteiras reconhecidas, governo próspero, podendo até nela conviverem mais de uma nacionalidade, como na Espanha, na ex-União Soviética, na Índia. Mas há um conceito antropológico de nação, menos jurídico e mais cultural, mas nem por isso inconsistente, definindo nação como: *grupo social unido por uma comunhão de raça ou pelo menos de civilização, uma tradição histórica, aspirações comuns, mesmo que esse grupo não forme um Estado.* (*Vocabulário Técnico e Crítico de Filosofia*, de André Lalande, Ed. Martins Fontes).

Até mesmo no conceito clássico de nação dentro do Estado (o que significa um país), os pernambucanos faziam parte de uma nação em toda a sua plenitude, a portuguesa milenar, que lograra sua independência de Castela ainda no século XI, que se expandira pelos mares do mundo, que mantivera a colônia Brasil com sua extensão territorial por um século de agressões estrangeiras. Final, no ponto de vista da soberania, a Colônia fazia parte jurídica do próprio território português.

No conceito antropológico de nação, que mais se aplica ao caso brasileiro da época, formara-se aqui uma sociedade de três componentes raciais nas empresas comuns de produção e defesa que, no dizer de Darcy Ribeiro em *Formação do Brasil*, era uniétnica, apesar de composta de raças diferentes, porque em nossa terra não ocorreram enquistamentos permanentes.

Era uma nação mestiça, variada e complexa, peculiar, extensão de três continentes; enfim, a nação luso-brasileira, consequência ou parte da nação portuguesa.

Testemunhos dessa nação podem ser encontrados em Gabriel Soares e Souza, Fernão Cardim, Frei Vicente de Salvador, atestando, só em Pernambuco, 66 engenhos que tinham vilas próprias, uma humanidade complexa de técnicos, mecânicos, químicos, agricultores, transportistas, escravos, feitores, administradores, carpinteiros, pedreiros e até soldados, numa comunidade original descrita por Gilberto Freire, Nina Rodrigues, Artur Ramos, Manuel Diegues Júnior e tantos outros.

E foi justamente essa nação luso-brasileira que ocupou o espaço deixado pelos colonizadores vencidos em Salvador, ano 1624, quando formou as *companhias de emboscadas* e impediu a expansão do invasor, até chegar a esquadra de Dom Fradique de Toledo, no ano seguinte.

Foi o argumento de um exército popular improvisado, mestiço e ao mesmo tempo constituído por várias raças, mas longe de ser primitivo porque tinha sentimentos mais nobres do que a simples coleta de alimentos e sobrevivência.

Tal ponto de vista nada tem de ufanista nem é fundamentado em nenhuma

história oficial porque foi tirado de fatos reais, conclusões irrefutáveis, testemunhos pessoais, inclusive dos holandeses.

Foi justamente nessa adversidade que surgiu uma doutrina militar inovadora, constrangendo ao cerco as formações rígidas da doutrina militar européia, que dominavam técnicas de investir fortificações, combinavam o bombardeio naval com ações de desembarque, seguidas pelo emprego ordenado das tropas na batalha, como se fosse a guerra um jogo de xadrez, no dizer dos teóricos contemporâneos.

O mesmo ocorreu em Recife, no ano 1630, quando os holandeses surpreenderam uma guarnição aturdida e diminuta, o que evidencia o valor do bombardeio naval e desembarques em áreas selecionadas e desguarnecidas.

No entanto, para o apreciador dos fatos, o mais importante é considerar que a guerra brasílica só poderia ser feita com forte vontade coletiva, espírito de resistência ao invasor, moral elevado, unidade de propósito do povo, características próprias das sociedades complexas, muito mais do que primitivas; enfim, a guerra de uma nação.

Curioso é que a doutrina daquela guerrilha pernambucana foi basicamente a mesma descrita por Clausewitz (em *A Guerra*), no início do século XIX, exatamente dois séculos depois, como *guerra do povo* ou *guerra popular*, uma forma de luta própria com engajamento de toda

uma população, digamos, de uma nação, antes que de um Estado.

Leve-se em conta que a guerra, no sentido sociológico, só pode existir nas sociedades humanas constituídas de forma permanente, aprimoradas por alguma

O mais importante é considerar que a guerra brasílica só poderia ser feita com forte vontade coletiva, espírito de resistência ao invasor, moral elevado, unidade de propósito do povo, características próprias das sociedades complexas, muito mais do que primitivas; enfim, a guerra de uma nação.

tradição, com certo grau de civilização, leis e organização estatal, quando o indivíduo se identifica com o grupo através de sólidos interesses coletivos; no mais é a guerra primitiva ou tribal.

É, como disse Quincy Wright em *A Guerra* (p.19): *A guerra no sentido de situação*

legal permitindo que grupos expandissem a riqueza e o poder, através da violência, começou com a civilização, uma guerra como a que se passou aqui em Pernambuco, quando houve o engajamento da expressiva maioria de seus habitantes, energias totais empenhadas na luta.

A GUERRA METÓDICA

Já nos referimos à influência do Renascimento e das Reformas Religiosas nas guerras do século XVII, quando a manobra ganhou importância sobre as fortificações, quando ocorreu a vulgarização das armas de fogo aligeiradas e valorizou-se a batalha decisiva.

Entretanto, as técnicas do sítio e do investimento de fortificações permaneceram na pauta dos estrategistas e táticos, como aconteceu em Salvador, em 1624, e em Olinda e Recife, em 1630.

Mas não há dúvida de que a manobra de desembarque holandês em Pau Amarelo foi uma operação de guerra moderna, *mética*, agora disposta de artilharia de acompanhamento e grande número de armas de fogo portáteis, movimentos realizados com o apoio de artilharia naval, fixando-se o defensor através de desembarques diversionários e de bombardeio naval sobre as fortificações do porto, no Recife.

Atendeu-se, tanto em Salvador como em Recife, ao princípio de surpresa tática, massa ou concentração de esforços, de objetivo plenamente estabelecido. Mas somente no final da guerra houve a procura da batalha decisiva nos dois encontros de Guararapes, onde a situação militar havia mudado substancialmente e quando as unidades de guerrilha (companhias de emboscada) haviam-se transformado em regimentos e esquadrões regulares, embora o exército de Barreto de Menezes carregasse, na alma e na doutrina, a manobra ligeira, armas leves, soldados sem couraça.

Até mesmo em Guararapes, onde a batalha tomou aspectos convencionais, a razão das vitórias luso-brasileiras sobre um exército holandês moderno estava justamente na sua flexibilidade, no moral de seus soldados, nos ardís próprios de sua experiência anterior, aliados ao terreno pantanoso ao lado do campo de batalha, mostrando a superioridade da guerra brasílica sobre a guerra moderna, pelo menos naquele momento, como aliás vinha ocorrendo desde 1630.

A GUERRA BRASÍLICA

Sabemos que a Guerra Brasílica se aproximava dos atuais conceitos de guer-

ra irregular, guerra de guerrilha, ou *guerra popular*, segundo Clausewitz dois séculos depois.

Seja como for, além da surpresa dos holandeses diante de tais operações, tanto em Salvador como em Recife, o resultado foi o sítio que, por algum tempo, não lhes propiciou condições para se interiorizar em busca do açúcar, razão de sua luta.

Os luso-brasileiros, relembrô, inferiorizados em efetivos, armamento moderno e enquadramento militar, viram-se obrigados a contar com os recursos naturais, conhecimento do terreno, natureza do teatro de operações, facilitando a aplicação de métodos indígenas de guerra ligeira, mobilidade tática e determinação nas ações de combate.

Surgiram então as emboscadas em volta de Recife e Olinda com o emprego de pequenas unidades flexíveis, aligeiradas, atuando nos flancos e na retaguarda do inimigo, negando-se ao engajamento direto e frontal, homiziando-se em áreas de apoio fortificadas e vigiadas por um sistema de estâncias dispersas que dominavam caminhos de aproximação do inimigo, tudo ao inverso da doutrina militar rígida e pesada dos holandeses, durante mais de dois anos.

Dessa forma, compreende-se porque Matias de Albuquerque, mesmo depois da derrota em Olinda e Recife, estando as populações dispersas e amedrontadas, conseguiu manter o cerco de Recife e fazer notável reação ao invasor.

Mas, naquela oportunidade, a Guerra Brasílica não era apenas uma opção mas uma contingência pela falta de conhecimento do teatro de operações pelo

inimigo e pela inesperada adesão das populações locais a Matias de Albuquerque, posto que os invasores pensassem num *passeio militar*.

Então, a unidade tática dos pernambucanos passou a ser a *companhia de emboscada*, como em Salvador, e as tropas apoiadas por um grande ponto fortificado no Arraial do Bom Jesus, que dominava as vias de acesso de Recife para o interior e regiões vizinhas, de onde saíam as companhias de emboscadas para os golpes de mão e pequenos assaltos.

Ficou na defensiva durante quase três longos e humilhantes anos o exército mais moderno do mundo.

A TERRA ARRASADA

Segundo André Corvisier, em *A Guerra* (Bibliex, p. 253), a *prática da terra arrasada é própria dos exércitos em retira- da, de quem quer impedir o inimigo de voltar a aproveitar os recursos das áreas abandonadas*.

Afinal, a guerra não era entre povos semelhantes, e sim entre povos diferentes, luso-brasileiros católicos, de língua latina mesclada ao tupi, gente mestiça, contra um povo dolicolouro, protestante, falando língua germânica, com motivações morais e estilo de vida diferentes.

Para os holandeses, a terra arrasada era um argumento de terror utilizado com

finalidades operacionais, um proceder doutrinário, como ocorreu em Olinda, em Igaraçu, na incursão predatória do Coronel Lichhardt queimando a vila de Nossa Senhora da Conceição, a vila de Santa Madalena ou Alagôa do Sul, como intentaram fazer em Santa Luzia. Ademais, era o que vinha ocorrendo na Guerra dos Trinta Anos na Europa.

Novidade alguma havia em tal procedimento, porque todas as incursões navais e desembarques holandeses na Bahia implicavam em saques, pilhagens e incêndios, e foram muitas delas – Lichhardt, em 1640, Von Schoppe, em 1647, Cornelis With, em 1648, Von Der Brander, em

1649 - para não falarmos da ação dos corsários ingleses em toda a costa.

Leve-se em conta que a terra arrasada redundou num estado de espírito adverso aos holandeses, já citado neste estudo.

Segundo o historiador militar Antônio de Souza Júnior, os *ataques intempestivos e hostis, realizados contra povoações e engenhos o mais das vezes desguarnecidos, que eram como que violentos golpes desferidos contra o brio, o pundonor dos pernambucanos, apenas serviam para aumentar a animosidade e o ódio pelo invasor ambicioso e rapace*. (*Do Recôncavo aos Guararapes*, Bibliex, p. 57).

Muitos teóricos militares acreditam que a prática da terra arrasada era um dos primórdios da chamada *guerra total*, quan-

do as populações civis, antes preservadas dos efeitos diretos das operações, passaram a sofrer pesadas perdas e até se constituir em alvo militar. Isso quer dizer que a Guerra Holandesa foi não somente moderna como prenúncio de outras mais sangrentas ainda.

Mas, para os pernambucanos, a terra arrasada era parte da guerra econômica para negar ao invasor a produção do açúcar.

Sua prática foi iniciada depois de vencido o Arraial de Bom Jesus e outros pontos fortificados que delimitavam o domínio dos defensores: Nazaré, Porto Calvo, Rio Formoso, Itamaracá, Goiana, quando as populações ficaram à mercê dos holandeses e, através de um gigantesco êxodo, retiraram-se ordenadamente para o sul (1635).

Dai por diante, ficando as áreas ocupadas pelo invasor à disposição para finalidades econômicas, acharam por bem os luso-brasileiros utilizarem o mesmo processo do incêndio de navios, armazéns e prédios de Recife, imediatamente antes do assalto holandês ao porto, no ano de 1630.

O ÊXODO E A RETIRADA

O êxodo de populações civis nas guerras sempre foi resultado de um desequilíbrio da situação militar. E essa inflexão ocorreu quando Calabar passou para o inimigo informações vitais sobre o terreno e os métodos de atuação dos luso-brasileiros, propiciando condições para a ofensiva holandesa de 1632 a 1635.

Leve-se em conta que Pernambuco estava no desconhecimento cartográfico do invasor, exceção feita em algumas áreas costeiras para desembarque.

Diante de inúmeras derrotas, Matias de Albuquerque ordenou aquele deslocamento das populações (8 mil pessoas) sob guarda de tropa, retirada lúgubre como quase todas da História, uma calamidade da guerra, cruzes e túmulos assinalando o caminho, realizada em sua própria terra.

Estava criado o clima para o julgamento e morte de Calabar, a 22 de julho de 1635, por colaborar com o inimigo; fato interpretado pelos seus contemporâneos como um castigo pelos males que causou a seus patrícios e companheiros do Arraial do Bom Jesus.

Naquele ano, a desproporção de forças vindas da Holanda ou de Portugal e Espanha era de trinta para um, pela constante chegada de reforços holandeses e pela omissão quase absoluta da Espanha e de Portugal, quebrada pelos mil combatentes de Oquendo e outros tantos de Rojas e Borja aqui chegados.

Dessa vez, o inimigo, dispondo de informações de que precisava, consolidou sua posição em Igaraçu, Afogados, Rio Formoso, Itamaracá, Goiana, Barra Grande, Alagoas e Muribeca, afora incursões na Paraíba e no Rio Grande.

Foram dias de sacrifício a despertarem, nos holandeses, viva admiração pelo espírito indômito dos pernambucanos, mostrando a grande dificuldade que impunha ao domínio da região, observação já assinalada pelo Coronel Weerlenburch durante o cerco de Recife.

EXPEDIÇÕES, FORTIFICAÇÕES E SÍTIOS

Uma ampla apreciação da doutrina militar de ambos os contendores nessa guerra, no que se refere às expedições, for-

tificações e sítios, mostra que estes foram os aspectos operacionais que mais assemelhavam o conflito americano ao europeu.

Entretanto, só depois da Guerra Holandesa surgiu o teórico Vauban (1633-1707) ressaltando o valor das fortificações, junto com o poder de fogo para o seu investimento. Nesse caso, ele mesmo, Vauban, descreveu o cenário da Guerra Holandesa, realizada um pouco antes, como a última palavra em doutrina militar: uma combinação de atitude defensiva com atitude ofensiva, segundo as circunstâncias; as fortificações como proteção de áreas territoriais conquistadas, em geral portos e fundeadouros, servindo porém como base de operações ofensivas. Por parte do oponente, o correto seria fazer o sítio das fortificações para impedir a manobra adversa; pelo investimento e para reconquistar áreas perdidas.

Ainda continuava válido o aforisma de Maquiavel, no número 12 de sua *A Arte da Guerra*, de que *na guerra, a coragem vale mais do que o número mas o que é mais valioso ainda são as posições vantajosas*, daí o valor das fortificações de Recife, Nazaré, Rio Formoso, Paraíba, Reis Magos, Penedo, Arraial do Bom Jesus, Orange, Igaraçu e tantas outras, inclusive as do Ceará e Maranhão.

E, nesse particular, aponte-se o zelo dos inúmeros governadores da Bahia em construírem ou agravarem as fortificações de Todos os Santos, e de Matias de Albuquerque fortificando Recife pouco antes da invasão, enquanto melhorava as fortificações da Paraíba e Rio Grande.

Quanto aos holandeses, mestres das fortificações e sítios, vê-se a construção ou reformas dos fortões do Recife logo depois da invasão, dentre eles os de Cinco Pon-

tas, Brum e Três Pontas, o mesmo ocorrendo em toda a área por eles conquistada: Penedo, Ceará, Maranhão.

No sítio, eles investiram com sucesso, apesar das várias tentativas fracassadas, os fortões da Paraíba, dos Reis Magos, de Nazaré no Cabo de Santo Agostinho, do Rio Formoso com heróica resistência, o próprio Arraial de Bom Jesus, muitos dos quais na ofensiva de Nassau, em 1637.

A penosa conquista das fortificações do Arraial, segunda tentativa, está descrita por uma testemunha: Diogo Lopes Santiago. Ali desenvolveu-se uma moderna guerra de sítio contra uma defesa dinâmica; ofensiva difícil para os holandeses sob contra-ataques freqüentes, construção penosa de fortificações em volta para o investimento final, quando ficou evidenciada a determinação dos defensores, vencidos apenas pela fome e falta de munições.

Devemos levar em conta que, numa longa costa, abriam-se vias de acesso do mar para terra no teatro de operações, propiciando as manobras de desembarque com apoio naval necessário.

Foi na costa que padeceu vergonhosamente toda a esquadra do Marquês da Torre, ou, por parte dos holandeses, foi possível conquistar Porto Calvo, investir a Paraíba, o Rio Grande, o Ceará e o Maranhão, mostrando que naquela guerra estava sempre em voga a combinação de fortalezas com a manobra estratégica ou tática pelo mar, seguida do sítio.

A DOUTRINA MILITAR E POLÍTICA DE NASSAU

Atribui-se a vinda de Nassau ao Brasil a uma mudança de atitude política e

estratégica da Companhia das Índias e do Governo dos Países Baixos ou dos Estados Gerais.

A razão é terem percebido que as bases de sua colonização eram incorretas e levavam a maus resultados. Se alguma vitória militar houvera, fora às custas de enormes despesas e consequências discutíveis por contabilizarem, depois de sete anos de tropelias, populações descontentes, produção açucareira muito abaixo das expectativas.

E havia um precedente: depois do grande êxodo e da retirada de Matias de Albuquerque para o sul, em julho de 1635, e durante trégua para repouso e reorganização, a administração holandesa intentaria certa aproximação com os pernambucanos e habitantes do norte.

Contudo, o marco de tal inflexão foi a chegada de Maurício de Nassau, cujas qualidades de nobreza, de chefia militar e de administrador, de pessoa humana enfim, todos reconhecem.

E estava harmonizado com a política de seu país, uma sociedade erudita, nobre e das mais civilizadas da Europa reformada. Na verdade, era um soldado e um político pelas tradições de família e pela participação em guerras e outras ações. Tinha apurada visão estratégica, acreditava nas realizações diplomáticas, administrativas e artísticas, mas sobretudo acreditava no poder, no argumento das armas para dirimir o inconciliável, resolver litígios em última instância pela prevalência do mais forte e magnânimo, sabendo ser

tolerante como ardil de vencedor, tanto na guerra como na paz.

Tanto foi assim que, somente depois da vitória militar, permitiu a liberdade de culto, determinou o respeito às tradições e à propriedade dos vencidos mas

tudo à sua moda; enfim, como renascentista reformado.

Observando seu pensamento de estadista em Pernambuco, o historiador Pedro Calmon chegou a acreditar que desejava no Brasil *a criação de um reino, cuja*

coroa faltava em seu orgulho, isto é, o Brasil Holandês não mais propriedade de uma companhia de negócios e sim parte de uma Coroa, ou seja, com *status* idêntico ao de seus inimigos portugueses e luso-brasileiros que sempre, desde o Descobrimento, estavam subordinados a um rei. (op. cit. 2v).

Sua primeira grande tarefa, então, foi dilatar o domínio holandês para o Rio São Francisco, onde mandou construir um forte em Penedo; e para o Maranhão, com vistas ao domínio da Amazônia, lance estratégico pouco divulgado a seu respeito, etapa indispensável para o domínio do Caribe, velha pretensão nos documentos da época (Gedeon Morris – 1637).

Nassau também estava inteiramente harmonizado com a política de sua Metrópole em separar Portugal da Espanha, como determinava o Tratado de Rivoli, 1635, no contexto da Guerra dos Trinta Anos.

Como era de esperar, para quem se coloca entre dois pólos diferentes de po-

Nassau também estava inteiramente harmonizado com a política de sua Metrópole em separar Portugal da Espanha, como determinava o Tratado de Rivoli, 1635, no contexto da Guerra dos Trinta Anos

der – o político e o econômico –, Nassau nunca se entenderia bem com o Conselho da Companhia. Os comissários especulavam dinheiro e açúcar, desdenhavam dos colonos, queriam interferir diretamente nos assuntos militares, posto que pagavam soldo e sustentavam as despesas de guerra.

Maurício de Nassau, por sua vez, desejava autonomia no comando, considerava a sociedade pernambucana como aliada indispensável a conquistar pacificamente e pelo interesse nos negócios, num trabalho muito mais diplomático e político do que militar, argumento que considerava o último, embora decisivo.

Historiadores insuspeitos afirmam que o brutal fracasso do ataque holandês a Salvador, em 1638, foi obra do Conselho contra a vontade de Nassau, motivo para que se procedesse a uma revisão total de métodos na direção de uma trégua que finalmente viria em 1641.

Aí, então, surgirá uma faceta desconhecida do caráter de Nassau como político e estrategista, mandando atacar São Tomé e Angola durante os entendimentos ou mesmo depois do tratado entre Holanda e Portugal. Aproveitou-se do descuido geral e da crise da restauração do trono português, para assegurar o fornecimento de mão-de-obra escrava aos engenhos de Pernambuco, enquanto ocupava pontos estratégicos no outro lado do oceano.

Nesse momento crítico, quando era importante a busca de uma estabilização conveniente para a Holanda, Nassau despertou a desconfiança de D. João IV, do Governador-Geral do Brasil D. Antônio Teles da Silva e, sobretudo, dos líderes pernambucanos que o combatiam. Tal fato, como mostra a História, inviabilizou

o tratado de paz e precipitou a Insurreição Pernambucana.

Os motivos do desastre dos holandeses no Brasil transpiram na correspondência de Nassau em sua demissão voluntária, onde se vê uma melancólica série de lâminas, reclamações, incriminações, conselhos, justificativas próprias de um profundo conflito pessoal e institucional, prova de que a colonização holandesa no Brasil tinha bases efêmeras e viscerais em choque com a nobreza dos Países Baixos.

A INSURREIÇÃO

Como se não bastasse para a revolta dos pernambucanos a experiência militar acumulada e a autoconfiança adquirida na guerra, a Metrópole cometeu um ato iníquo: a entrega do Nordeste aos holandeses em troca da paz e segurança contra a Espanha.

E mais ainda, as mensagens de Portugal restaurado continham visível disfarce e hipocrisia que aborreciam os luso-brasileiros sugerindo o seu isolamento e solidão, ausência de apoio militar e completo abandono.

Disse D. João IV em suas diretrizes para o momento: *a guerra deveria continuar sozinha e hábil para que os acontecimentos americanos não comprometessem a sorte da Metrópole, a braços com a campanha da Restauração.* (Pedro Calmon, op. cit. p. 653).

Na mesma correspondência vinha uma recomendação surpreendente do Rei: *já era tempo de o Brasil, sem auxílio de Portugal, libertar-se sozinho!*

Apesar da alegria dos luso-brasileiros com a Restauração – notícia que chegou

à Bahia em dezembro de 1641 – a dubiedade da Coroa e o reconhecimento do direito de conquista pelos holandeses, à revelia dos guerreiros da Colônia, promoveram a reação natural dos súditos de um rei fraco.

Dai por diante, desencadearam-se os fatos.

Nassau, acusado pela Companhia de *perdulário e artista*, responsabilizado pelo desastre de 1638, retornou magoado à Europa, em 1644, com ele desaparecendo o esteio, *caindo, de repente a construção frágil* da Companhia das Índias no Brasil, numa frase feliz de Pedro Calmon (op. cit. p. 664).

Confirmando a excelência de Nassau e ao mesmo tempo o mito da colonização pela Companhia das Índias, desapareceu também o bom relacionamento entre a administração holandesa e os senhores de Pernambuco com 120 engenhos de açúcar; clausurou-se o Conselho dos Escabinos que tratava com a Companhia questões locais; os negócios no Brasil voltaram às mãos dos argentários e teria início a cobrança de dívidas, algumas contestadas, banqueiros irredutíveis; enfim, retornou-se ao ambiente de 1637.

E, como parte da doutrina militar da época, o curso da guerra se processou em duas batalhas campais de Guararapes, terminando os holandeses circunscritos ao Recife, tal como em 1630, logo depois de sua vitoriosa e dramática chegada.

CONCLUSÕES

No momento das invasões holandesas, o Brasil-Colônia estava militar-

mente enfraquecido pela longa crise portuguesa. Mesmo assim, a doutrina militar portuguesa fora eficiente nas lutas do século anterior contra os franceses e índios hostis. Havia uma sociedade ou nação luso-brasileira lastreada numa tradição militar, numa estrutura de defesa, comandos organizados, fortificações, *povo em armas*, no velho conceito lusitano.

A Guerra Holandesa experimentou a mais moderna doutrina militar de sua época e foi inovadora: pelos holandeses, a guerra metódica modificada; pelos luso-brasileiros, a guerra brasílica, antecedente da guerra de guerrilhas.

A guerra, como fator de criação de novas nacionalidades, deu início ao espírito nativista brasileiro que, evoluindo no curso dos acontecimentos futuros, foi o fundamento da Pátria brasileira.

Pelos atritos entre Nassau e a Companhia das Índias, e pelo caráter imediatista do Conselho, verifica-se que os holandeses não estavam aparelhados para uma colonização de base durável, salvo se a tarefa de governar fosse inteiramente transferida para o Estado, Países Baixos ou Estados Gerais.

Ficaram para a história do Brasil o espírito de luta contra o invasor e a excelência da Guerra Brasílica como método para desgastá-lo até a derrota, o *povo em armas*, a unidade administrativa e política, um aparelho militar capaz de dissuadir as veleidades estrangeiras em nosso território. Ficou confirmado o velho princípio de que a fraqueza militar atrai a cobiça internacional, não sendo crível que as nações poderosas de hoje pensem de forma diferente. ☀

Questão Palestina

Therezinha de Castro*

O artigo aprecia os aspectos mais importantes de um dos desafios a ser vencido pela *Nova Ordem Mundial*, em proveito da sua controversa credibilidade de intenções.

Abordando assunto de atualidade permanente, foi entregue pela autora antes do seu inesperado e sempre lamentado falecimento.

Palestina ou Filistia (País dos Filisteus), cenário de toda história bíblica é também chamada de Terra Santa, Terra da Promissão, como ainda Terra de Canaan ou seja, de fartura e alegria. Trata-se, porém, de um espaço do Oriente Médio marcado por impactos e choques.

Prolongamento da Síria, a paisagem palestina é caracterizada por três faixas paralelas.

A primeira, planície costeira do Mediterrâneo, ou planície da Filístia é larga ao sul, estreitando-se para o norte desse litoral retilíneo. A segunda, região das colinas, forma uma faixa que vai dos 40 aos 65km de largura, esquematicamente paralela ao Mediterrâneo, onde estão as cidades ligadas à vida de Jesus – no norte Nazaré e Canaan, no sul Betânia, Belém, Jericó e Jerusalém. A terceira é a profun-

da depressão do vale do Jordão, avaliada em 3.830km², com largura média que vai dos 15 aos 25km em laterais bastante escarpadas, chegando, em alguns trechos, a formar autênticos precipícios.

Encaixado entre essas laterais, um solo quase plano, sempre abaixo do nível do mar, serve de calha ao Rio Jordão, ímpar em paisagem de *ueds* ou rios temporários.

Corte em região semi-árida ou desértica em falha, a mais profunda do mundo, estendendo-se, desde a Galiléia, por 400km, até o Golfo de Akaba.

O Jordão nasce no Monte Hermon, na Síria, precipitando-se em várias quedas, até chegar ao Lago Tiberíades ou de Genesaret, onde já está a 200 metros abaixo do nível do mar. Forma, em seguida, vários meandros para, numa linha reta de 112km, seguir para o sul e entrar no Mar Morto, ou Lago Asfaltite, em profundidade de 300 metros, com seu fundo atingindo os 800 metros abaixo do nível do mar.

* Professora.

Pode-se então, à guisa de comparação, destacar-se o forte desnível, pois Jerusalém, que está a apenas 24km de distância desse mar interior, se encontra numa altitude de 900 metros acima do nível do mar.

Contrastam aí os dois lagos escalonados pelo Jordão. Cenário das pregações de Jesus, o Tiberíades ou Genesaret, medindo 21km de comprimento por 12km de largura máxima, têm suas águas transparentes bastante piscosas. Enquanto o Mar Morto, com 76km de comprimento por 17km de largura máxima, é também chamado Asfaltite, por ser freqüente o aparecimento de massas de asfalto em sua superfície, a alta salinidade e densidade de suas águas impede aí qualquer tipo de vida, permitindo que nele flutuem objetos pesados, inclusive o corpo humano.

Nesse espaço geográfico de três faixas paralelas distintas, as idéias monoteistas da lei mosaica iria preparar o advento do Cristianismo e, no conhecimento das duas, Maomé concebia o islamismo, cabendo ao islamismo proclamar que ninguém foge ao seu destino pois, ao nascer, Alá já traçou a sorte de cada um. Assim *Maomé teria como destino ser profeta* e, depois de Abraão, Moisés e Jesus ele seria o *último e o maior de todos eles*.

Num embate étnico-religioso, embora monoteístas, os seguidores de Javé ou Jeová e os de Alá se põem frente a frente num confronto secular na *Terra dos Profetas*.

MOSAICO ÉTNICO

A histórica Palestina dos profetas é espaço geográfico que se estende do Deserto da Jordânia até a costa do Mediter-

râneo, formando uma zona de passagem onde se mesclararam, na antigüidade, diferentes culturas.

Embora, etimologicamente, Palestina signifique país dos filisteus, esses não são citados pela Bíblia mas são lembrados por Heródoto. Sabe-se ainda que, passagem obrigatória entre o mar e o deserto, bem antes da chegada dos hebreus (século II e I a. C.), o litoral era ocupado pelos fenícios e o interior pelos cananeus.

O destaque seria dado aos hebreus por terem fundado os Reinos de Israel e Judá e viverem aí como o povo de um só Deus, até que a expansão assírio-babilônica, povo politeísta, em busca da Síria e do Egito pusesse fim ao seu esplendor.

Com a tomada de Jerusalém, começam os 60 anos de cativeiro em Babilônia (587 a. C.). Durante essa primeira diáspora, os poucos filhos de Israel que conseguiram ficar na Palestina eram judeus de hábitos religiosos imutáveis, pouco combativos, que se contentavam em passar horas diante do *Muro das Lamentações*, ruínas que restaram do tempo de Salomão, recitando suas lamúrias.

Conquistando Babilônia, o rei persa Ciro permitiu que os cativos judeus retornassem a Palestina, onde formaram de novo uma comunidade religiosa, mas nunca mais tiveram independência política. É que a região seria conquistada pelos greco-macedônios e romanos, quando Jesus, com sua mensagem transformada no Cristianismo, também monoteísta seria marco para nova História.

Aos judeus e cristãos viriam se juntar os árabes (636) e turcos (1517) associando ao conjunto um novo credo também monoteísta – o islamismo.

QUESTÃO PALESTINA

Os turcos dominariam toda a Palestina, incluída no Império Otomano, até 1917, que, derrotados com seus aliados alemães na Primeira Guerra Mundial, seriam substituídos pelos ingleses.

Foi, no entanto, durante a fase de dominação otomana que se realizaria a 1^a *alivah*, ou seja, a chegada de grande leva de judeus perseguidos na Rússia czarista, no final do século XIX; esses migrantes iriam se instalar nas imediações de Jafa, onde hoje se encontra Tel Aviv.

A continuidade de *programs* desencadeados tanto na Rússia como na Europa Oriental levaria mais 50 mil judeus para a Palestina na 2^a *alivah*.

Essas migrações judaicas levariam a um confrontamento com os árabes no espaço palestino, os judeus, já ocupando centros urbanos do litoral na estreita faixa entre a Galiléia e Samaria, bem como na margem direita do curso superior do Jordão, enquanto os árabes, bem mais espalhados ocupavam o interior desde a Galiléia – Samaria, até a Judéia. Essa ocupação iria inspirar a ONU, em 1947.

INFLUÊNCIAS EXTERNAS

Tanto árabe quanto judeus iriam, na Primeira Guerra Mundial, ajudar os aliados contra os turcos otomanos, lutando com os alemães.

Eis que, em novembro de 1917, quando a vitória dos aliados já estava garantida, o Ministro dos Negócios Exteriores britânico, Arthur James Balfour entra em contato com Lord Rothschild, um dos chefes da Comunidade Judaica, participando-lhe que *considerava favorável o estabele-*

cimento na Palestina de um lar nacional para o povo judeu.

A Declaração Balfour acirraria os ânimos. Não agradou os sionistas, por não falar explicitamente de um Estado judeu e sim num *lar judeu*, e levou os árabes a se considerarem traídos pelos *amigos ingleses*, que lhes prometera a formação de um Estado independente na Palestina.

Desconfiados, desiludidos e, mais do que nunca afeitos à rivalidade, tanto árabes como judeus viam, em 1922, a Liga das Nações conceder à Inglaterra o Mandato sobre a Palestina. O fator geoestratégico justificaria o Mandato britânico. Tratava a Inglaterra de defender, pelo leste, a Palestina, manter a rota da Índia via Oriente Médio e poder comunicar-se diretamente com o Iraque, de onde um oleoduto chegava através da Transjordânia ao Mediterrâneo.

No período de entreguerras, cresceria ainda mais a migração judaica para a Palestina, com o nazismo perseguindo esse povo, bem como a má vontade dos países ocidentais em abrir suas portas para receber os refugiados da Europa Central, atitudes com reflexo na Palestina, onde a comunidade judaica que era, em 1922, de 100 mil indivíduos, passava, em 1937, a somar 400 mil pessoas.

Para agradar os árabes, donos do petróleo e detentores do Canal de Suez, a Inglaterra tratava de restringir a migração judaica para a Palestina. Essa atitude levava os judeus a desenvolverem guerrilhas antibritânicas na Terra Prometida.

EXPERIÊNCIA ANÁRQUICA

Antes de Maomé, os árabes viviam em tribos esparsas sendo, pois, com o

islamismo que eles ingressam propriamente na História.

Entram para a História mas, a unidade política será sempre, no seio desse povo um objetivo impossível em proveito de uma instituição de cooperação entre Estados, na base de estrita igualdade. Essa instituição, conhecida como Liga Árabe, era criada em 22 de março de 1945, como instrumento de uma Inglaterra onipresente, consciente porém do declínio de seu poder.

A Liga Árabe era criação do Egito, como órgão promotor de uma associação flexível em oposição ao Iraque, desejoso da fusão dos Estados do antigo Crescente Fértil.

Essa Liga, que ia reunir 21 Estados árabes, incluía os palestinos, para os quais era reclamado o direito de um Estado, para o que, a *guerra santa* era não só pregada como preparada. O fortalecimento árabe refletia-se ainda no reconhecimento da independência da Transjordânia (22 de março de 1946) pela Inglaterra, que se reservava no direito de manter tropas na área. E ainda pelo fato de, dois meses depois (25 de maio), o segundo filho do Rei Hussein do Hedjaz, reino ao longo do Mar Vermelho na costa oeste da Arábia, Abdulah se haver proclamado Rei da Jordânia.

A formação da Liga Árabe, sob supervisão inglesa, e a constante migração judaica levariam o caos para a Palestina. Os ingleses, ainda com o Mandato, não conseguiam dominar a situação antibritânica nem os choques armados entre árabes e judeus.

Era chegada a hora propícia para os Estados Unidos desalojarem os ingleses

da região. E, para isso, levavam para a ONU o projeto de partilha da Palestina que era o seguinte:

- o Estado Árabe (11.665km^2), ocuparia a Galiléia Ocidental, no litoral mediterrâneo, e a faixa de Gaza, ao sul, ficando também com a faixa interior da Samária e Judéia;

- o Estado Judeu (14.477 km^2) ficava com a Galiléia Oriental, onde teria parte da depressão do Jordão, boa parte do litoral mediterrâneo de Haifa, até a faixa de Gaza, e o Deserto do Neguev, para assim atingir o Golfo de Akaba, onde teria o porto de Eilat.

Além dessa divisão da Palestina, em 30 de novembro de 1947 a Assembléia Geral internacionalizava a cidade *três vezes santa* da Palestina, Jerusalém, e também Belém, requerendo que a Inglaterra deixasse a região no prazo de oito meses.

Liderados pelos Estados Unidos, 33 países votaram a favor, outros 13 foram contrários (Grécia, Cuba e Estados muçulmanos) e 10 se abstiveram.

Numa espécie de *pré-Guerra Fria*, as duas nações anglo-saxônicas, aliadas na Segunda Guerra Mundial há tão pouco terminada, por interesses econômicos, alimentariam tensões e conflitos entre as comunidades judaicas e árabes que ficaria conhecida como *grande experiência anárquica*.

Desgastada pela guerra, enfraquecida política e economicamente, a Inglaterra, à meia-noite do dia 14 de maio de 1948, deixava a Palestina. Coincidemente, horas antes, no Museu Municipal de Tel Aviv, era executada a canção sionista *Hatikvah* (Esperança), hoje o hino nacional israelense, enquanto Ben Gurion lia o texto que proclamava a independência do

QUESTÃO PALESTINA

Estado de Israel, naquele mesmo espaço territorial indicado há menos de seis meses pela ONU.

Num rápido desenrolar de acontecimentos, 11 minutos depois, os Estados Unidos reconheciam a existência de fato de *Eretz Israel*. Por sua vez, a URSS, não mais aliada de guerra dos Estados Unidos, três dias depois, estendia ao direito, e não ao fato, a existência do novo Estado, pois o fazia no momento em que os exércitos do Egito, Iraque, Jordânia, Síria e Líbano atacavam Israel já com seu litoral bloqueado pela Inglaterra.

Esta é a chamada *Guerra da Independência*, durante a qual a resistência do *Haganah*, exército de defesa que nascerá com a colonização judaica, surpreendeu o mundo da época.

A intervenção da ONU bem como os vários armistícios assinados, entre fevereiro e julho de 1949, não significariam a paz. Nesse período em que Israel tornava-se membro da ONU (11 de maio de 1949), com o *Armistício de Rhodes*, a Palestina Árabe deixava de existir internacionalmente. Sem perda de tempo, o Rei Abdulah tratava de anexar a Filistina, ou Palestina Árabe, do território na margem direita do Jordão a partir do Lago Tiberíades (27 de janeiro de 1950). E, por estender seus domínios até a margem do Jordão, era proclamado, oficialmente, o *Reino Hachemita da Jordânia*.

Era o começo de longos anos de guerras, de fronteiras incertas e de paz com terror na Palestina, onde Israel com 14.477km², praticamente a metade do nosso estado de Alagoas (27.703km²), teria que enfrentar, cercado pelos árabes, o problema da coexistência. Assim, mais

uma vez, os árabes, por iniciativa do Egito, tomavam a ofensiva.

Em 13 de janeiro de 1964, numa pronta resposta contra o desvio de águas do Jordão para Israel, era criada a OLP (Organização de Libertação da Palestina).

Três anos depois (5 de junho de 1967), com a fulminante Guerra dos Seis Dias desencadeada por Israel, o Estado Judaico mais que quadruplicava sua área, passando a ter 89.600km², quase o equivalente ao território de Santa Catarina (94.798km²). Essa guerra foi, na realidade, um contra-ataque de Israel para livrar-se do ataque que o Egito, Síria e Jordânia preparavam. Com a vitória dos israelenses, era conquistado o Sinai, a Cisjordânia, a Faixa de Gaza e as Colinas de Golan, que o Governo israelense se negou a devolver, rejeitando a Resolução da ONU.

Tornava-se Israel ocupante do conjunto das regiões palestinas árabes do plano de partilha da ONU de 1947. Estendia ainda os limites municipais da *cidade santa*, de 607 hectares, para 7.285 hectares, levando a Constituição de 30 de julho de 1980 a transformar Jerusalém na *capital eterna de Israel*, ficando garantido o acesso aos lugares santos. Dotados de identidade israelense, os palestinos preferiram conservar sua nacionalidade e passaporte como voto formal à anexação. Na Cisjordânia ocupada, somente os lugares santos islâmicos tinham gestão assegurada pelo Reino Hachemita da Jordânia, que concedia passaporte provisório a seus pares árabes.

A partir de 1969, intensifica-se o terrorismo palestino contra Israel, com a indicação de Yasser Arafat, chefe da organização guerrilheira Al-Fatah, para a presidência da OLP. A resposta será sempre os

constantes bombardeios israelenses na Síria e no Líbano, que abrigavam bases guerrilheiras palestinas.

No feriado judaico do Yom Kippur ou Dia do Perdão, em 6 de outubro de 1973, enquanto o Egito avançava para retomar o Sinai, a Síria procurava reconquistar Golan, sendo repelidos, e levando os Estados Unidos e a URSS a interromper a contra-ofensiva e a assinatura de uma cessar-fogo por parte de Israel.

No ano seguinte, a ONU reconhecia a OLP como a legítima representante do povo palestino, enquanto Israel estimulava seus colonos a se estabelecerem nos territórios ocupados durante a Guerra dos Seis Dias.

Em novembro de 1977, o presidente egípcio Anuar Sadat faz uma visita de surpresa a Jerusalém, atitude que abriria o caminho para os *Acordos de Camp David* assinados nos Estados Unidos. Ficava estipulado o compromisso israelense de negociar sobre a autonomia dos territórios palestinos e iniciar a retirada do Sinai, que é devolvido ao Egito em 1982.

O Líbano porém vai ser invadido em junho de 1982, face aos sucessivos ataques guerrilheiros; a *intifada* termina com o massacre de refugiados palestinos nos Campos de Sabra e Chatila. Mas Israel só se retira do Líbano em 1985 mantendo, no entanto, a faixa de território fronteiriço das Colinas de Golan e continuando a instalar colônias judaicas na Cisjordânia, sem se preocupar com as pressões dos Estados Unidos que, já estavam às voltas com a Guerra do Golfo (1991) e quando Israel é atacado por mísseis *Scud* e recebe antimísseis *Patriot* dos Estados Unidos.

Finda a Guerra do Golfo, os Estados Unidos fazem pressões pela paz, nada conseguindo na Conferência Árabe-Israelense de Madri (outubro de 1991).

A vitória de Itzak Rabin com o lema *terra em troca de paz* (1992), Israel anuncia o congelamento parcial da construção de casas para colonos judeus nos territórios ocupados.

Em outubro de 1993, a OLP reconhece Israel e seu direito de existência, enquanto o país judaico aceitava a Organização presidida por Yasser Arafat como *a representante do povo palestino*.

Após meses de negociações secretas na Noruega, o Governo israelense e a OLP assinam um acordo de paz, que previa a instalação, por cinco anos, de um regime de autonomia limitada para os palestinos, inicialmente na Faixa de Gaza e cidade de Jericó, e que se estenderá posteriormente a toda Cisjordânia, ficando para resolução posterior a criação de um Estado palestino e o *status* de Jerusalém, cuja anexação por Israel é aceita pela OLP.

A Declaração de Princípios sobre os Acordos Interinos de Autonomia, de 13 de setembro de 1993, resultante das negociações secretas em Oslo, provocaram surpresa e um entrechoque político-diplomático no mundo árabe dos parceiros-aliados da OLP. Esse acordo palestino-israelense nada mais era do que a consequência imediata do fim da Guerra Fria, resultando nas últimas ilusões da coordenação interárabe. Impunha-se a política do *cada um por si* com relação a Israel, enquanto, livre do confronto com Moscou, Washington aparecia como o *único padrinho* do processo de paz. O aperto de mão entre Rabin e Arafat na Casa Branca consagrou, perante o mundo, esse fato.

QUESTÃO PALESTINA

Esses anos todos de experiências bélicas mantêm a população israelense num serviço militar muito pesado, levando o país a imaginar sempre cenários de conflitos muito intensos e de respostas militares correspondentes; assim a *previsão para o pior* é o único modo seguro para se preparar com vistas ao próximo ataque.

CONCLUSÃO

Na prática, finda a Guerra Fria sem o confronto dos Estados Unidos face aos soviéticos defendendo os árabes, Israel bem sabe que não tem aliado oficial nem vizinho amigo.

O apoio dos Estados Unidos será sempre bem-vindo, mas estão certos de que devem se manter dentro da auto-suficiência e que não podem contar com ninguém para sua segurança. Têm ainda na memória que, logo que nasceu, Israel, ameaçado por seus vizinhos, recorreu à França para modernizar e completar o armamento de suas tropas. Foi quando De Gaulle escreveu a Ben Gurion que não fosse tão obstinado, pois se o pior acontecesse iriam ser socorridos.

A elasticidade de suas fronteiras estreitas, o pequeno corredor que na realidade lhe cabe tendo em Tel Aviv, apenas 20km, ou mesmo os 25km da faixa de Golan, ou os 50km da Cisjordânia, transmitiram aos israelenses uma sensibilidade particular aos ataques-surpresa e a vulnerabilidade da retaguarda.

Daí a tática do ataque preventivo durante a Guerra dos Seis Dias ou de transferência do campo de batalha para o território inimigo, donde a sua doutrina militar fundamentada dentro do

conceito de dissuasão generalizado. Daí a visão árabe de que Israel é um agressor permanente.

O terrorismo palestino não ameaça propriamente a existência de Israel mas, não resta dúvida, se constitui num verdadeiro desafio de segurança.

Conclui que os palestinos desejam, como dizem, *um porto, um aeroporto e um passaporte; enfim, um Estado*. Assim, enquanto a idéia de segurança é essencial para os israelenses, a necessidade de um Estado é prioritária para os palestinos.

Por outro lado, Jerusalém é uma questão que desencadeia paixões, enquanto a questão da água se apresenta como a causa da perpetuação dos conflitos.

Na área, apenas a Síria e o Líbano são relativamente bem dotados de água. Os recursos do Vale do Jordão são ainda insuficientemente explotados, por causa do conflito territorial. Os grandes projetos de fornecimento de água pela Turquia são custosos mas são realizáveis, como ainda a tecnologia da dessalinização da água do mar.

Outra questão espinhosa é a das populações. Sabemos que a migração maciça de judeus foi a base da própria existência de Israel, enquanto o retorno de exilados palestinos é o cimento para a implantação do novo Estado. E não se nota muito a boa vontade dos israelenses no permitir o repatriamento maciço de milhões de palestinos quanto a relutância dos colonos judeus de sair dos territórios ocupados.

Enfim, que na mesa final das negociações a paz permanente venha para a Palestina e que tanto palestinos quanto israelenses sejam antes de tudo e ao mesmo

tempo *sabras*, palavra árabe que designa o fruto do cactus: duro e espinhoso por fora mas, por dentro doce como o mel.

Enquanto o século XIX foi a fase heróica da colonização, que o século XXI seja

o do *self determination* ou autodeterminação. Como explicitava a Carta do Atlântico, de 14 de agosto de 1941, é direito de cada povo o de escolher a forma de governo sob a qual deseja viver. ☺

BIBLIOGRAFIA

- Atlas Géopolitique du Moyen-Orient et du Monde Arabe (Le Croissant des Crises)* – Sous la direcccion de Philippe Lemarchand Editions Complexe. Paris, 1944.
- CHARLIAND, Gérard et Jean Pierre Rageau. *Atlas Stratégique (Geopolitique des Nouveaux Rapports de Forces dans le Monde)*. Editions Complexe. Paris, 1993.
- DEFARGES, Philippe Moreau. *Relations Internationales*. Volume 1 – Questions Régionales – Editions du Seuil, Paris, 1993.
- GRIMAL, Henri. *La décolonisation (1919-63)* - Librairie Armand Colin. Paris, 1965.
- KIRK, George E. *História do Oriente Médio*. Zahar Editores, Rio, 1967.
- PARMENTIER, Guillaume. *Le Retour de l'Histoire (Stratégie et Relations Internationales pendant et après la Guerra Fria)* – Questions au XX e S. Édition Complexe. Bruxelles, 1993.
- Vários Autores (Sous la direction de Ghassan Salamé) – Proche – Orient; les exigences de la paix – Editions Complexe – Paris, 1994.

*“Existe uma alma para um exército,
assim como para os indivíduos e nenhum general
pode contar com todo o potencial de seu exército
sem comandar as almas de seus homens,
bem como seus corpos e pernas.”*

William Tecumseh Sherman

Reflexões sobre o Sistema de Defesa Nacional – Parte I¹

Ivan Fialho*

Em face da sua extensão, a matéria apresentada pelo autor foi dividida, pela redação da Revista, em duas partes.

Na parte I, ela comenta os principais aspectos teóricos, políticos e técnicos a serem observados no planejamento nacional, do ponto de vista de uma potência média. Na parte II, a ser publicada na próxima edição o autor procura aplicar os conhecimentos apresentados no levantamento de idéias para a reformulação do sistema de defesa nacional brasileiro.

A organização da defesa nacional é sempre a expressão de uma doutrina estratégica...

Raymond Aron

AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE DEFESA NACIONAL (SDN)

A Situação Atual

O SDN, ao longo de sua evolução histórica, apresenta características derivadas de fatores culturais, políticos, econômicos e militares.

No âmbito regional, as hipóteses de guerra com os países vizinhos, especialmente no cone sul, foram as grandes condi-

cionantes do planejamento militar brasileiro. O preparo, desse modo, referenciava-se, objetivamente, a um inimigo definido, num cenário determinado. A principal ameaça era terrestre, oriunda dos países vizinhos, daí a preocupação maior com a defesa do território, considerando-se, também, a ameaça naval nas águas jurisdicionais meridionais do Atlântico Sul.

No âmbito internacional, durante a Guerra Fria, o planejamento estratégico brasileiro² e, inclusive, o latino america-

* Coronel de Material Bélico e Estado-Maior

¹ Selecionado pelo PADECME.

² Nesse período, a preocupação e concentração do pensamento no confronto Leste x Oeste, teria anestesiado, o planejamento estratégico dos países latino-americanos, segundo o então General-de-Divisão Gleuber Vieira, em palestra num Simpósio na Universidade de Miami, em Fev/94, intitulada "Perspectiva para um Futuro Sistema de Segurança Hemisférica", Revista *A Defesa Nacional*, Jul-Set/94.

no, foi profundamente influenciado pela polarização EUA x URSS, sendo o inimigo principal o Movimento Comunista Internacional (MCI). A segurança interna se sobreponha à segurança externa, do que derivava a proeminência da Força Terrestre na defesa nacional.

Desse modo, as Forças Armadas brasileiras e, principalmente o Exército, tiveram que se estruturar e se preparar para desempenhar ações na defesa externa, na defesa interna (vetor principal) e, ainda, outras ações subsidiárias, colaborando com o Governo, no desenvolvimento do País.

Nesse contexto, a Estratégia da Presença era a mais importante, especialmente para a Força Terrestre, levando à disseminação de unidades militares em todos os rincões do País, o que, não resta dúvida, representou fator de elevado significado histórico para a unidade e integração nacionais, além da coesão social.

A Necessidade de Revisão

O fim da Guerra Fria, com o desaparecimento do perigo comunista, ao lado da eclosão efetiva ou potencial de crises e conflitos de diversos matizes, propiciou nova conjuntura estratégica. Sob esse novo contexto, os países desenvolvidos redefiniram suas estratégias militares, diminuindo os gastos da defesa e os efeitos das Forças Armadas.

No caso brasileiro, outro vetor de mudança tem sido o processo de integração regional, especialmente no âmbito do cone sul, o qual tem sido fortalecido pelo Mercosul, superando antigos esquemas de confrontação e desenvolvendo novos esquemas de aproximação militar num quadro que tende ao de segurança cooperativa.³

Torna-se, portanto, oportuno e necessário repensar o SDN, discutindo com o segmento acadêmico dedicado aos estudos estratégicos, se procede, por exemplo, a afirmação de Antônio Carlos Pereira de que é muito provável que as Forças Armadas estejam mal dimensionadas e a estratégia da dissuasão que se julga exercer seja equivocada. O autor acrescenta que *nesta década, todos os países com presença no mundo fizeram profundas revisões de suas políticas e estrutura de defesa. Menos o Brasil*.⁴

A. C. Pereira acrescenta em outro trabalho, que o problema das Forças Armadas hoje não é financeiro, como se pretende e que a verdadeira questão é a definição de prioridades. Num outro texto, após afirmar que o estabelecimento militar brasileiro não está completamente estagnado e que nas últimas décadas, tem havido pequenas modificações estruturais, conclui que falta, no entanto, o salto que transforme de maneira mais radical a estrutura e a organização das Forças Armadas brasileiras.

O referido articulista se mostra céptico em relação à vontade dos militares de efetuar as mudanças necessárias afirman-

³ O conceito de segurança cooperativa, que se diferencia da segurança coletiva, será comentado posteriormente, com base no trabalho de Rut Diamint – *Segurança Hemisférica e Medidas para o Fomento da Confiança: Revisando Alguns Temas Conceituais*. Publicada nos anais do II Encontro Nacional de Estudos Estratégicos, realizado na Universidade de São Paulo em 1995.

⁴ Conforme Antônio Carlos Pereira numa série de artigos publicados na coluna Destaque do jornal *O Estado de São Paulo*, no 2º semestre de 1996, com comentários e críticas agudas e relevantes ao tema da defesa nacional.

do que *tais mudanças não podem ser feitas por consenso, no interior das Forças Armadas e muito menos devem ter origem em um processo de dentro para fora.*

Discordamos dessas últimas colocações. Em primeiro lugar, propomos mudanças incrementais e não radicais no SDN; em segundo lugar, julgamos que tais mudanças podem ser geradas nas próprias Forças Armadas, de baixo para cima, a serem decididas no nível Ministério da Defesa e, conforme sua natureza, submetidas à aprovação do Congresso Nacional. Destacamos que o poder de decisão no nível Ministério da Defesa, mesmo contrariando posições de alguma Força Singular, representará uma evolução necessária no atual processo decisório, por consenso, utilizado pelo EMFA.

A necessidade de ampla revisão do SDN é também levantada por Hélio Jaguaribe, tendo em vista que os *princípios norteadores de nossa defesa nacional se tornaram quase todos obsoletos*, levando ao *despreparo militar da Forças Armadas*.⁵

O autor propõe uma formulação do SDN com base nas seguintes premissas: vigilância e defesa das fronteiras terrestres com ênfase nas afetadas pelo narcotráfico, proteção do espaço aéreo por radar; transferência da ênfase na proteção militar da defesa territorial para a aérea e costeira – mísseis terra-ar e terra-mar, submarinos, barcos de vigilância costeira e embarcações

fluviais; vigilância e defesa do Atlântico Sul, com a Argentina e a África do Sul; e reorientação das Forças Armadas para a guerra tecnológica-cibernética.

O Almirante Vidigal propõe novo enfoque para a estruturação da defesa nacional, com base no conceito de *vulnerabilidades estratégicas*, que substituiria o enfoque anterior, já ultrapassado, de *hipóteses de guerra* ou mesmo de *hipóteses de conflito*. Tratam-se de deficiências que podem ser exploradas a um custo relativamente baixo, em caso de conflito, provocando sérios prejuízos à segurança nacional. Acrescenta que a *identificação dessas fraquezas indicará as medidas que deverão ser implementadas, nem todas de caráter militar, para reduzi-las ou eliminá-las*.⁶

Roberto Macedo sugere a adoção da análise econômica das questões militares, do tipo custo x benefício, que se torna crucial dada a escassez dos recursos econômicos. Cita sua experiência nos EUA, onde projetos militares eram freqüentemente contestados em análises do tipo custo x benefício.⁷

Domício Proença e Clóvis Brigagão propõem o conceito central de *força mínima* em relação à estrutura militar necessária ao País. Significa *redimensionar a estrutura militar em sua menor escala para a ação eficaz, integrando-a sob uma única administração* – o Ministério da Defesa.⁸

⁵ Conforme Hélio Jaguaribe na conferência "A Defesa Nacional Brasileira nas Presentes Condições do País e do Mundo" proferida no Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica, em 30.08.95.

⁶ Conforme conferência do Almirante (RRM) Armando Ferreira Vidigal – "Estratégia e o Emprego Futuro da Força", proferida e publicada nos anais do II ENEE, USP, 1995.

⁷ Roberto Macedo, "O Submarino do País Emergente". Jornal *O Estado de São Paulo* de 11.04.96.

⁸ a. Domício Proença e Clóvis Brigagão – artigo "Velhos Tigres de Papel e o Ministério da Defesa" publicado no jornal *O Globo*, 2º semestre de 1996.

b. Domício Proença e Eugênio Diniz. Brasil: "Rumo à uma Política de Defesa", de janeiro de 1997, apresentado no seminário sobre Democracia e Defesa Nacional, ANPOCS 97.

O Almirante Flores há muito vem discutindo e propondo novas bases conceituais de uma política militar brasileira *orientadora do preparo da capacidade militar, em função do que está em mudança no mundo e no Brasil.*⁹ O autor analisa uma nova configuração das Forças Armadas voltadas à dissuasão ou neutralização de ameaças externas regulares ou irregulares, a promoção autônoma ou preferencialmente solidária, da ordem regional e no mundo, e a manutenção da tranquilidade e unidade interna.

A Integração das Forças Armadas

A falta de integração adequada das Forças Armadas tem sido amplamente discutida e criticada, sendo desnecessário maiores comentários. Segundo Domício Proença e Clóvis Brigagão, *o que se questiona é exatamente a autarquia de cada uma delas em relação às demais, e das instituições militares em relação às mudanças no País e no mundo.*¹⁰

No que nos interessa no presente ensaio, esses autores consideram que o SDN pode ter sua unidade e coerência estratégicas prejudicadas, afetando sua capacidade dissuasória e credibilidade. Em consequência, as bases técnicas ou capacidades necessárias de um SDN, como o comando e controle, apoio logístico, interoperabilidade de sistemas de armas e de forças, doutrina e adestramento de emprego combinado, além da harmonização e balanceamento dos reequipamentos de cada Força Singular, tudo isso não é atendido satisfatoriamente. No nosso entender, a questão da aviação naval

com as polêmicas de 1965 e de 1996/97 são um exemplo de visões distintas quanto às missões e meios das Forças Singulares.

Há que se reconhecer, no entanto, que o processo de integração tem avançado bastante nos últimos anos, como demonstra a elaboração conjunta da PDN – Política de Defesa Nacional e da EMB – Estratégia Militar Brasileira. A criação do Ministério da Defesa poderá estabelecer novas bases para a efetividade dessa integração.

CONSIDERAÇÕES POLÍTICAS E TÉCNICAS

Co-responsabilidade civil-militar

A questão da apatia e desinteresse, ao lado de visões estereotipadas e preconcebidas da sociedade e de sua representação política em assuntos de defesa nacional, associada à correspondente autonomia das instituições militares, tem sido bastante discutida pelos segmentos acadêmico e militar.

O mais importante é destacar os efeitos desse quadro para o planejamento estratégico militar: na ausência de definições políticas superiores, os militares tiveram que formular suas próprias premissas e condicionantes, preenchendo o vácuo estratégico no nível nacional. Acrescente-se a essa indefinição política, as distintas e não bem integradas visões de cada Força Singular, e teremos como resultado, um SDN aquém do desejável e possível para o País.

A Política de Defesa Nacional surge como um primeiro e importante passo

⁹ Almirante (RRM) Mário César Flores. *Bases para uma Política Militar*, Ed. da UNICAMP, 1992.

¹⁰ Idem nota 7a.

para superar essa deficiência de orientação político-estratégica, embora ainda seja insuficiente.¹¹ A Estratégia Militar Brasileira como desdobramento da PDN, representa outro significativo avanço.

Cumpre salientar que cabe à sociedade definir o que deseja

em matéria de defesa nacional, arcando com os custos correspondentes, sendo que as próprias instituições militares têm buscado essa definição para orientar seus planejamentos e receber os recursos necessários. Conforme palestra do Ministro da Marinha sobre a Marinha perante o século XXI, esta deverá ser uma definição política e compete à so-

ciedade brasileira dizer o que deseja em matéria de defesa... Nós nos dedicamos com uma constância impressionantemente grande, a procurar levar os políticos a entenderem que compete a eles dizer o que é defesa nacional, compete a eles dizer o que devemos ter de Forças Armadas.¹²

Reforçamos o argumento de que a defesa nacional tem um aspecto político preliminar, relativo ao estabelecimento dos objetivos desejados e das estratégias para atingi-los, e um aspecto técnico derivado, relativo à definição dos

meios ou instrumentos necessários para atingir o cenário desejado. O primeiro cabe aos políticos e dirigentes, o segundo, aos militares, que são os profissionais e especialistas da defesa. Conforme editorial de influente jornal, propugnando por uma política de defesa para o Brasil, pouco tempo antes da aprovação da PDN: *definidos os grandes objetivos que o Brasil deseja perseguir no campo da defesa – objetivos que não podem colidir com os da política externa – e estabelecida a estratégia para obtê-los, os Estados-Maiores poderão recomendar os instrumentos que servirão à sua tarefa.*¹³

Acreditamos que o relacionamento civil-militar no Brasil tende a se tornar cada vez mais maduro e elevado, superando desconfianças e ressentimentos mútuos. Por outro lado, as instituições militares têm se posicionado e atuado de forma normal, obediente ao poder civil, como é próprio num regime democrático. Sob esse quadro, questões de defesa nacional podem ser tratadas de forma mais objetiva e realista, com base nos legítimos interesses nacionais, encarando a segurança como uma função pública

¹¹ a. Conforme crítica de Antônio Carlos Pereira à PDN. Ver Nota 3.

b. O Almirante Flores se refere à PDN como *vaga política de defesa vigente, com seus consensos naturais...* no artigo "O Front Interno da Defesa", publicado no *Jornal do Brasil*, de 11.09.98.

¹² Almirante-de-Esquadra Mauro César Rodrigues Pereira, Ministro da Marinha em palestra sobre a Marinha perante o século XXI., proferida no Clube Naval em 04.05.98, citado pelo Almirante Flores. Ver Nota 10b.

¹³ Editorial "Uma Política de Defesa para o Brasil", do jornal *O Estado de São Paulo*, de 17.09.96.

do Estado, em proveito da Nação. Desse modo, o conceito de segurança que fora banido da Constituição de 1988, segundo Oliveira Ferreira, volta a ser enfocado de forma racional pelos estrategistas civis e militares, perdendo sua conotação ideológica (no sentido pejorativo desse termo).

O Novo Enfoque Estratégico

Após o fim da Guerra Fria, deixou de existir a ameaça definida, mensurável e caracterizada, de origem comunista (Pacto de Varsóvia) e que servia de farol para o planejamento estratégico-militar dos países da OTAN. As ameaças então passaram a ser indefinidas e indeterminadas, levando a uma mudança fundamental na orientação do planejamento estratégico-militar, que se tornou mais complexo. Na ordem mundial anterior, era mais simples estruturar-se a defesa, porque se visava a um inimigo definido, num cenário específico.

Nesse novo enfoque, visa-se a estruturar forças militares baseadas em capacidades e não mais em ameaças, com as características de versatilidade, flexibilidade e mobilidade, aptas a cumprir múltiplas missões em diferentes cenários. A propósito, essa é a visão utilizada na EMB, associada ao novo conceito de *Hipóteses de Emprego* (HE) – a antevisão de possível emprego de forças militares em determinada situação ou área de interesse estratégico para a defesa nacional. Essas hipóteses decorrem

dos cenários admitidos e representam, dinamicamente, as grandes opções e injunções estratégicas da defesa nacional.

Desse modo, sob esse novo planejamento estratégico baseado em hipóteses de emprego, o fundamento passa a ser o preparo, abrangendo o desenvolvimento das capacidades necessárias para uma força militar profissional e com eficiência operacional, pronta para ser rapidamente organizada para o emprego, em qualquer cenário possível.

Esse enfoque estratégico, mais dinâmico e moderno, reformula e atualiza o anterior, mais estático, de *hipóteses de guerra* que, aliás, já havia sido, inclusive, substituído pelo de hipóteses de conflito. No entanto, no extremo do espectro, o conceito de hipótese de conflito armado representa, na verdade, uma variável semântica do anterior de hipótese de guerra.¹⁴

O conceito de hipótese de emprego apresenta dois aspectos: um técnico, ligado ao preparo e à estruturação de forças baseadas em capacidades, e outro político, ligado ao abandono das antigas hipóteses de guerra ou de conflito armado cuja utilização, no planejamento militar, gerava uma forte dissociação de pensamento entre o segmento militar e os segmentos político, acadêmico e empresarial brasileiros.

A respeito desse tema, Domício Proença e Eugênio Diniz julgam que *pensar uma política de defesa para o Brasil é... prover a capacidade de responder a eventuais contingências militares. Para a formulação*

¹⁴ Analisamos esse novo enfoque no artigo "Hipóteses de Emprego x Hipóteses de Conflito – Evolução do Pensamento Estratégico Militar", publicado no Informativo nº 1/98 do PADECENE, da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Nesse artigo faço referência ao discurso de transmissão de cargo de Comandante da ESG, pelo General Paulo Neves de Aquino, em abril de 1997, onde ele afirma que *a linguagem estratégica que dá exclusividade às HG ou HC Armado é, a nosso ver, uma linguagem restrita, sendo ultrapassada*.

dessa política há duas perspectivas distintas: resposta a ameaças, onde se dimensionam as forças pelas ameaças perceptíveis (Guerra Fria), prudência diante das incertezas, onde se dimensionam as forças pelas suas necessidades intrínsecas de capacitação, reprodução e emprego eficaz.¹⁵

A Estratégia da Dissuasão

Na orientação estratégica constante da PDN, afirma-se que essa política é centrada numa postura estratégica dissuasória de caráter defensivo, como, aliás, é comum para muitos países.

Dada a ampla utilização do conceito de estratégia de dissuasão no planejamento estratégico-militar e a larga bibliografia sobre o tema, convém esclarecer alguns de seus aspectos, tendo em vista sua posição central na estruturação da defesa nacional.

Vamos nos reportar, inicialmente, aos conceitos doutrinários ministrados na Escola Superior de Guerra do Exército argentino.¹⁶ Quanto à dissuasão militar convencional, seu efeito pode ser exógeno ou endógeno. O primeiro provém de circunstâncias alheias ao país dissuasor, considerando-se três casos quanto à origem do efeito: derivado de razões de equilíbrio internacional; produzido por uma potência hegemônica; ou produzido por aliança com potências maiores. O efeito de dissuasão endógeno é produzido, por sua vez, pelas capacidades do próprio poder nacional,

podendo ser direto, como resultado do fator militar, ou indireto, como resultado do poder ou potencial nacional em geral.

O documento prossegue, fazendo um alerta quanto à importância da expressão militar do poder nacional, para que a defesa disponha de efeito dissuasório. Segundo demonstra a experiência de praticamente todos os países do mundo, fazer descansar a defesa nacional sobre fatores dissuasores do tipo exógeno ou endógeno indireto, descuidando do direto, é considerado como algo extremamente perigoso e um risco inaceitável, quando estão em jogo interesses vitais de uma nação. Nesse sentido, parece existir opinião unânime no sentido de que a degradação do poder militar de qualquer Estado compromete sua capacidade dissuasória.

Edmundo Campos Coelho, com base em Patrick Morgan, distingue os conceitos de dissuasão genérica, derivada da própria existência de Forças Armadas como um dos fatores nas relações entre Estados, o de estratégia da dissuasão – utilização da ameaça do uso da força como forma de prevenir que outro Estado realize primeiro uma ação agressiva; e o de estratégia da dissuasão imediata, significando a mesma utilização anterior, por um Estado, mas em situação de crise.¹⁷

O autor destaca que a credibilidade da ameaça de usar a força é o elemento fundamental na estratégia da dissuasão.

Faz distinção entre capacidade de defesa e dissuasão exitosa: a capacidade de

¹⁵ Ver Nota 6.

¹⁶ Documento *Bases para el Pensamiento Estratégico*, da Escuela Superior de Guerra, Tenente-General. L. M. Campos, novembro 1994.

¹⁷ Edmundo Campos Coelho, "A Ordem das prioridades: Função das Forças Armadas ou Política Estratégica?" *Revista Política Estratégia* nº 2, Abr – Jun 87.

o Estado A deter e repelir um ataque do Estado B, certamente imporia custos ao agressor, mas não tão altos que desestimulassem a agressão, a não ser que A também possuisse e se dispusesse a utilizar uma capacidade para golpear primeiro.

E.C. Coelho se reporta a Morgan quando este afirma que *a teoria da dissuasão é ruim para a dissuasão. Suas propostas... têm o efeito de justificar forças cada vez maiores, em nome da dissuasão racional.*

Julga ainda que, nos casos de ameaças a um Estado fraco, *uma capacidade crível de defesa sobretudo uma força aérea e naval suficientemente desenvolvidas pode induzir as grandes potências a evitar demonstração de forças ou a desistir de escalar um confronto.*

Referindo-se especificamente ao Brasil, considera que cabe aos especialistas analisar *os prováveis cenários nos quais será intolerável para o País permanecer no nível atual de vulnerabilidade.*

Finalmente, o autor afirma que *no Brasil, a concepção geopolítica que tem prevalecido é claramente inadequada, porque reserva, às forças naval e aérea, uma função apenas subsidiária a das forças terrestres.*

O Almirante Vidigal julga que o efeito dissuasório do Brasil poderia ser aumentado se tivesse uma dimensão sub-regional ou regional. Nesse caso, *uma ação coordenada de países como a Argentina e o Brasil será um fator importante para dissuadir agressões de fora, venham de onde vierem. Se a nós chegarem-se os ou-*

*etros países do continente, o efeito dissuasório será ainda maior.*¹⁸

Paul Dibb reconhece a importância de uma postura dissuasória, particularmente na atual situação de grande incerteza estratégica e de mudança no equilíbrio do poder. Lança dúvidas, no entanto, sobre a utilização da postura dissuasória como critério para estruturação de forças, ao afirmar que, *excetuando as potências militares, contudo, a dissuasão não é em si, um determinante particularmente útil nas estruturas das forças. E pergunta: como se determina a hierarquia de armas convencionais mais ou menos dissuasórias.*¹⁹

Vimos assim, nesta breve citação de diversos autores, que a estratégia da dissuasão apresenta diversos aspectos e fatores a serem analisados, de modo a se tornar eficaz para um país como o Brasil.

Metodologia para Potências Médias

Nesse ponto, vamos nos basear no modelo de planejamento estratégico militar no mundo pós-Guerra Fria e na ausência de ameaças, apropriado para potências médias, desenvolvido por Paul Dibb.²⁰ No referido trabalho, o autor analisa a evolução do planejamento da defesa da Austrália, como aplicação dessa metodologia.

Paul Dibb julga que *a literatura sobre a guerra e paz tende a girar em torno das grandes potências e concentrar-se em teorias de grande conflito, desenvolvidas na*

¹⁸ Almirante Vidigal, "O Emprego Político do Poder Naval." *Revista Marítima Brasileira*, Abr–Jun 87.

¹⁹ "O Planejamento da Força de Defesa na Ausência de Ameaça: Um modelo para as Potências Médias." Paul Dibb, *Revista Parceria Estratégica do CEE/SAE*, nº 4 Dez. 97.

²⁰ Ver Nota 18.

Europa e nos Estados Unidos. Enquanto que, às potências médias, o enfoque mais apropriado é o de ameaças reduzidas e de conflitos de baixa intensidade. Nesse caso, surge um problema que é maior para as potências médias: *como planejar a defesa em ambiente de ameaça reduzida e ainda manter flexibilidade suficiente para expandi-la, se uma ameaça importante aparecer em prazo mais longo?*

O planejamento para as potências médias deve-se basear nos seguintes axiomas mais evidentes: perspectiva remota de guerra nuclear global; guerra entre as principais potências de pequena probabilidade; invasão por uma grande potência não se constitui numa contingência crível; e dados os avanços em armas e sensores modernos, as potências médias podem defender-se de ameaças menores, mas não de um ataque direto de parte de uma grande potência.

É destacado o conceito central de *prazo de alerta* – o prazo para configuração de uma ameaça militar concreta – que depende da capacidade de inteligência para detectar uma mudança na situação, com tempo suficiente para se promover a expansão do poder militar. O conceito se baseia na constatação de que ataques inesperados são raros, pois devem existir causas anteriores e específicas de desentendimentos e tensão crescentes entre Estados.

Em seguida, apresenta um modelo de processo de planejamento de defesa para

as potências médias contendo os seguintes tópicos:

- análise estratégica e derivação dos princípios da estrutura de forças;
- determinação das prioridades detalhadas da estrutura de forças e das estratégias de aquisição de equipamento; e
- alocação de recursos e planejamento orçamentário, de modo que possa ser financiada uma estrutura de forças a custos acessíveis.

Nesse processo, o primeiro passo é o mais complexo e o mais difícil, pois implica avaliar ameaças e fazer julgamentos quanto ao risco. Pensar a estratégia na ausência de inimigos constitui uma experiência inédita para a maioria dos planejamentos de defesa.

Paul Dibb também adota o enfoque de força baseada em capacidades e não em ameaças, apta para cumprir múltiplas missões, em diferentes cenários, ao levantar a necessidade de se concentrar na capacidade para operações genéricas e nas missões potencialmente importantes, tendo em vista uma faixa de contexto. Reforça, inclusive, o argumento, afirmando que o planejamento com base na capacidade é proposto por Paul Davis, como o mais adequado para encorajar a diversidade e a adaptação, do que o que se baseia em requisitos ou ameaças. Adverte, no entanto, que, diversidade e flexibilidade devem ser qualificadas com muito mais rigor pelos planejadores, em países cujo orçamento para defesa é relativamente pequeno.

Complementando o modelo de processo de planejamento de defesa para as potências médias, Paul Dibb aborda a base conceitual para o planejamento da estrutura das forças e estabelecimento das prioridades, sem uma ameaça clara, o qual vem sendo utilizado pela Austrália e cujos princípios são: a natureza permanente da geografia de um país, inclusive a natureza dos acessos por mar e ar e as fronteiras terrestres com países vizinhos; o tempo de alerta para se desenvolver capacidade para armar um ataque de vulto contra o país considerado; e a manutenção de uma base tecnológica suficiente para derrotar forças militares no âmbito regional.

A Base Tecnológica e Industrial Relacionada à Defesa

Uma das vertentes de um adequado SDN é a disponibilidade, no país considerado, de uma base tecnológica e industrial relacionada à defesa, que proporcione relativo grau de autonomia em termos de capacidade científico-tecnológica e de produção de material de defesa.

Isso porque nenhum país de certo nível de estatura político-estratégica pode prescindir de compatível base industrial relacionada à defesa e da correspondente capacidade de mobilização industrial, fundamentais para se dispor de uma capacidade de dissuasão com credibilidade e para atender

à necessidade de sustentação de forças militares que vierem a ser empregadas.²¹ Sem essas condições estruturais, o país perde autonomia tecnológica e de produção de material de defesa, elevando-se sua dependência bélica do exterior, o que, por sua vez, poderá constituir grave vulnerabilidade estratégica em situações de conflito – exemplo da Argentina, na Guerra das Malvinas.

Cumpre salientar que, embora a sustentação dos conflitos limitados e de baixa intensidade se baseie, principalmente, nos meios existentes ou mobilizáveis a curto prazo, há, mesmo assim, necessidade de suplementação ou de reposição de itens específicos de material. Isso representa uma capacidade logística adicional que não pode ser desenvolvida sem uma base industrial e tecnológica adequada, de modo a atender, em tempo hábil, àquelas novas necessidades. Trata-se da diferença entre mobilização e *surge capability* (capacidade de produzir em muito pouco tempo uma quantidade de material num “pulso” (*surge*), conforme Domício Proença.)²²

Não cabe nesse ensaio, apreciar a evolução histórica e a situação atual e prospectiva da indústria de material de defesa, o que exigiria um novo estudo. No entanto, mesmo os analistas que criticam seus possíveis benefícios econômicos e tecnológicos para o País, admitem seus benefícios de caráter estratégico-militar, o que legitimaria a indústria de material de defesa brasileira.²³

²¹ Transcrevemos trecho de nosso artigo “O Exército e a Indústria de Material de Defesa”. Revista Militar de Ciência e Tecnologia, editada pela BIBLIEC, 2º Trim. 98. Nesta passagem, reportei-me ao artigo *The Defense Technology and Industrial Base: Key Component of National Power* de Gordon Boezer, Ivars Gutmanis e Joseph Eimerckerman II. Revista Parameters, Verão 1997.

²² Domício Proença, Organizador, *Uma Avaliação da Indústria Bélica Brasileira: Defesa Indústria e Tecnologia* – GEE/UFRJ 1993.

²³ Idem. Nota 21, onde o Autor cita Roberto Peixoto Dagnino.

Um outro ponto a considerar, segundo Roberto Peixoto Dagnino, é a disjuntiva entre importar material bélico e produzi-lo para satisfazer necessidades imediatas, ou criar as condições para a sua produção e mobilizá-la no futuro, se necessário, para o atendimento das necessidades passíveis de serem proteladas no presente.²⁴

Julgamos que a satisfação de necessidades imediatas de material bélico por meio de importação, pode ser justificada por razões econômicas (relação custo x benefício), estratégicas (dissuasão e equilíbrio entre poderes militares) e psicossociais (moral da tropa).

No entanto, esses benefícios imediatos de ordem conjuntural não podem prejudicar objetivos mais importantes e duradouros de longo prazo, relativos à criação, no País, de uma adequada estrutura tecnológica e de produção de material de defesa sem o que a estratégia militar torna-se frágil, por não apoiada numa avaliação objetiva da realidade dos recursos materiais disponíveis ou potencialmente disponíveis.

Dagnino destaca também o exemplo de outras potências regionais que capitalizaram sua capacidade de produção de armamento como instrumento de política externa.

O SDN deve, assim, incorporar a vertente tecnológica-industrial, pois, do contrário, fica sem solidez, em decorrência de seu alto grau de dependência do exterior, quanto ao reequipamento, desenvolvimento de novos itens de

material, modernização e logística (manutenção e suprimento).

Uma Nova Visão da Segurança

Ao analisar o tema da defesa nacional, torna-se necessário abordar também o tema sobrejacente da segurança.

O conceito de segurança sofreu mudanças após o fim da Guerra Fria e com o advento da globalização.

Ziba Moshaver discute as mudanças nas relações internacionais, destacando a globalização da economia, o enfraquecimento do papel do Estado e a maior prioridade das questões econômicas, ecológicas e ambientais.²⁵ Observa um afastamento conceitual da velha definição de estratégia nas relações internacionais, baseada, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, em questões de capacidade e equilíbrio militar, bem como nas relações entre armas convencionais e nucleares. Nesse contexto, os meios técnico-militares disponíveis para os homens de Estado forneciam instrumentos para o controle racional e a gestão das políticas, cujos objetivos eram definidos como a busca da segurança político-militar, numa época de vulnerabilidade inevitável.

A autora julga que, para as potências emergentes, a estratégia de segurança no sentido militar está ocupando menos lugar nas prioridades nacionais, na medida em que estas, agora, abrangem problemas de cenários políticos internos, fatores econômicos e sociais, questões

²⁴ Roberto Peixoto Dagnino. "A Produção de Armamento e os Projetos de P&D militar no Brasil: Avaliação e Perspectiva." Publicado no livro citado na Nota 21.

²⁵ Ziba Moshaver. *Estratégia das Potências Emergentes*. Anais do II ENEE/USP, 1995. Ver Nota 2.

populacionais, ambientais e tecnologia. Desse modo, essas necessidades de segurança requerem tanto estruturas como meios técnicos e financeiros, em vez de capacidade militar.

Rut Diamint julga que o conceito amplo de segurança inclui aspectos militares; porém, é cada vez maior o peso de outros componentes tais como o político, o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais, o bem-estar econômico e as relações pacíficas entre os Estados.²⁶

Acrescenta que a resposta conceitual a esses novos modelos é a segurança cooperativa que implica numa relação não-hegemônica, não imposta, nem coercitiva, baseada na participação e em uma igualdade de decisão consensual. Segurança cooperativa é diferente de segurança coletiva, pois depende de diferentes dimensões da segurança.

Propõe a adoção de medidas para o fomento de confiança como um recurso eficiente para melhorar as condições de segurança dos Estados, visto que as mesmas já não admitem ser tratadas por métodos prévios de dissuasão, mas requerem formas mais construtivas e sofisticadas de influência...

A autora considera que as características de segurança têm mudado nos anos recentes e que essas mudanças têm transformado os fundamentos da estratégia passada – baseada na preparação para uma

confrontação militar, enfatizada de maneira inadequada ou pouco apropriada, como necessária para tratar os desafios futuros.

Esse novo conceito de segurança cooperativa foi discutido, em 1993, pela Comissão Especial sobre Segurança Hemisférica da OEA, como resultado do compromisso de Santiago de 1991.²⁷

O documento analisado pela Comissão afirma que o objetivo da segurança cooperativa – que transcende a dimensão militar – seria *evitar os conflitos, principalmente por meio da implementação de medidas preventivas que inibam a capacidade e o potencial de agressão.* Diferentemente da segurança coletiva que prevê resposta à agressão e sua derrota, a segurança cooperativa aspira à contínua prevenção da mesma. Explica que seu objetivo não é, por certo, a utópica erradicação das guerras e supressão dos armamentos, ou a eliminação das Forças Armadas; antes, na verdade, arbitrar os meios para reduzir coletivamente as possibilidades e alcance de eventuais agressões.

O conceito de segurança cooperativa se aproxima de outro de segurança defensiva da ONU.²⁸ Esse conceito está relacionado à noção de segurança comum; implica que os Estados reconhecem que sua segurança é indivisível, quer dizer, que a segurança de cada Estado depende de determinado grupo ou região e está inseparavelmente ligada a dos

²⁶ Ver Nota 2.

²⁷ Documento *Aportes para um Novo Conceito de Segurança Hemisférica-Segurança Cooperativa*, preparado pelo Presidente da Comissão Especial Sobre Segurança Hemisférica da OEA, embaixador representante permanente da República Argentina, Hernan M. Patiño, em maio de 1993. Revista *Seguridad Estratégica Regional*, em el 2000, nº 4, setembro de 1993.

²⁸ Ver capítulo nº 3 do Informe Sobre Segurança Defensiva, Elaborado por Grupos de Especialistas de Diversos Países entre maio de 1991 e julho de 1992, convocado pela Resolução 45/58, de 1990, da Assembléia-Geral das Nações Unidas. Revista *SER* em el 2000, nº 4, setembro de 1993.

outros, dentro dos princípios da Carta das Nações Unidas.

Subentende o respeito ao Direito Internacional, a resolução pacífica dos conflitos; o controle da política de defesa de cada Estado pelas legítimas autoridades políticas com assessoria das Forças Armadas; o destaque das capacidades defensivas, em relação às capacidades ofensivas, na concepção estratégica das forças, visando a proteger e preservar de um ataque o território nacional e restauração do *status quo ante*, se sua integridade tiver sido violada, abdicando, no entanto, de qualquer anexação de território estrangeiro, a renúncia a ataque prioritário ou preventivo, deixando o Estado de iniciar operações de combate, a menos que seus interesses vitais sejam violados.

Outro importante aspecto a considerar no tema segurança é o relativo à natureza das ameaças e dos conflitos que o Estado deve enfrentar no futuro.

Robert J. Bunker, por exemplo, julga que os EUA devem manter-se prepa-

rados para a guerra, mas não aquela entendida pelas percepções tradicionais de segurança. Isso porque a idéia secular de um confronto entre nações-Estado ou suas coalizões pela preservação e extensão da soberania nacional, corre o risco de se tornar irrelevante.²⁹

Reportando-se à análise de Martin Van Creveld, quanto a transformação da guerra, cita a declaração profética deste último de que, *no futuro, as guerras não mais serão travadas entre exércitos, mas por grupos a que hoje chamamos terroristas, guerrilheiros, bandidos e assaltantes...*

Bunker acrescenta que, nesse contexto, *a maior preocupação da segurança nacional será a necessidade de fazer guerra eficientemente contra combatentes não estatais emergentes e novas entidades combatentes, dentro das quais eles operarão.*

Trata-se, na verdade, de uma nova forma de guerra, que pode ser definida como luta entre formas rivais de organização política e social, da qual será resultante o sucessor eventual da nação-Estado. ☐

²⁹ Robert J. Bunker, "Mudança Notável: Guerra pela Organização Social e Política," Revista *Parameters*, Verão 97.



*Seja assinante
da BIBLIEIX
e receba sempre
bons livros*

A Medusa: as Percepções da Projeção de Poder do Estado Brasileiro na Cartografia do Século XIX¹

*Renato Amado Peixoto**

Teria a flutuação dos conhecimentos cartográficos e geográficos influenciado as diferentes percepções de poder do Estado brasileiro? A situação das fronteiras nas representações cartográficas apresentaria algum padrão ou tendência? O reconhecimento estrangeiro da soberania brasileira sobre as áreas limítrofes do Império correspondia às pretensões brasileiras? Se houve algum avanço nas fronteiras brasileiras, este ocorreu com o emprego brasileiro da doutrina do *uti possidetis*? Eis algumas indagações que o artigo se propõe a dar resposta.

O argumento de Carvalho Moreira, ao encontrar-se com Napoleão III, que tinha boas relações com o Governo imperial e simpatizava com (Solano) López, foi apontar, no mapa da América do Sul, o tamanho do Brasil vis-à-vis o do Paraguai.

Moniz Bandeira

Ainda que tenha se constituído unidade autônoma já no início do século XIX, o Brasil demoraria aproximadamente cem anos para conseguir consolidar, *de jure*, os seus limites territoriais. No decorrer desse período, em que a incerteza em torno de suas fronteiras seria a regra, ficaram registradas, através da cartografia, inúmeras

percepções da projeção de poder do Estado brasileiro.

Esses registros, brasileiros e estrangeiros, além de serem problemas relativos à geografia ou às relações internacionais, podem ser entendidos como tentativas de representar e produzir política internacional geograficamente. Nesse sentido, para a *Critical Geopolitics*,² o conhecimento geo-

* Mestre em História Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

¹ Selecionado pelo PADECIME.

² Escola geopolítica contemporânea que procura distanciar a geopolítica de enfoques centralizados no Estado, procurando desconstruir essas políticas e seus resultados.

gráfico, especialmente durante o século XIX, esteve intrinsecamente ligado à centralização, à expansão dos Estados nacionais e à verificação de seus interesses, desempenhando ainda um importante papel na formação da cidadania e da unidade nacional. Assim, a formulação e a construção dos conhecimentos cartográficos e geográficos poderiam ser estudadas como um produto da relação entre conhecimento e poder, que possibilitou, a determinadas perspectivas de interpretação, representar e estabelecer espacialmente os limites das diversas projeções nacionais.

O atlas foi o veículo por excelência da divulgação e propagação dessas leituras, *et pour cause*, se popularizaria durante o decorrer do século XIX, tendo sido adotado, em suas mais diferentes versões, pelas instituições de ensino oficiais e também pelos órgãos públicos de vários países, atingindo tiragens cada vez maiores e edições mais freqüentes.

Entretanto, como deveríamos considerar os atlas quanto a sua especificidade?

Sujeito a diversos interesses e interpretações, o atlas seria apenas uma metáfora pictorial dos interesses nacionais? Ou, em sua individualidade e finalidade, o atlas seria tão-somente a representação gráfica exata do espaço?³ Ora, ao serem examinados coletiva, serial e temporalmente, o caráter disseminativo dos atlas, torna-se aparente,⁴ sobretudo se levarmos em conta tanto a mutabilidade dos saberes técnico e científico, quanto a polissemia característica do sistema internacional do século XIX.

Portanto, os atlas obedeceriam a uma dupla especificidade, aonde os valores de individualismo e de responsabilidade não dominariam mais,⁵ e, ao se proceder um estudo serial dos atlas daquele período, seria possível verificar a coexistência de diferentes produtos e questionamentos, os quais remeteriam ao problema das técnicas cartográficas e da análise das projeções de poder.

Assim, se a produção cartográfica se prestaria não apenas ao estudo das percepções do político, mas também a uma interpretação das formas de produção e de representação do conhecimento geográfico, poderíamos aventar que esses últimos seriam também capazes de influenciar a formação do pensamento político: em razão de a cartografia ser uma das bases clássicas para a análise e a tomada de decisões, as especificidades relacionadas à aplicação do conhecimento científico (entendido como saber e técnica) nos atlas e cartas poderiam marcar sua leitura e a consequente formação e formulação do pensamento estratégico e político. Portanto, existiria, por assim dizer, uma inter-relação entre a cartografia-ciência e a construção das diversas projeções de poder. Mais especificamente, para nosso trabalho, consideramos que a reprodução do conhecimento geográfico e das representações cartográficas teria originado ou influenciado o pensamento das elites no Brasil.

Uma das questões relativas à relação da cartografia com o político no século XIX

³ Finalidade sem fim, ou *plaisir désintérêté*, conforme Derrida, 1978, 97.

⁴ Esse conceito de Jacques Derrida pressupõe não só a possibilidade de uma pluralidade de significados, mas a impossibilidade mesma da fixação de qualquer significado.

⁵ Derrida, 1972, 12.

seria a probabilidade daquela ter induzido a concepções errôneas ou deslocadas de estratégia ou de tomada de decisão. Nesse sentido, diversas variáveis atuaram, como por exemplo, as diferentes projeções cartográficas então utilizadas, que, de modo geral, exageravam a distorção e, consequentemente, a extensão das regiões próximas à linha do equador. Esse efeito seria ainda mais agravado pelas dificuldades encontradas então para a determinação das longitudes na selva, e mesmo pela incerteza quanto a localização de vários acidentes geográficos. Outra variável relevante, e que se relaciona com a anterior, é a que diz respeito à verificação e uniformização dos marcos geográficos e linhas imaginárias que serviram de limites naturais às diversas cartas e atlas.⁶

No que diz respeito a essas questões, e, para que se tornasse viável este estudo, decidimos efetuar a transcrição das informações contidas nas séries de atlas e cartas, segundo uma técnica comum e que possuísse um critério de uniformização quanto às projeções cartográficas e às suas escalas. Assim, adotamos como padrão a Projeção Robinson, com vistas a homogeneizar a transcrição da série e eliminar as distorções de escala, que nessa projeção se mantêm verdadeiras entre as latitudes 37° 50' Norte e 37° 50' Sul. Desse modo, julgamos possível proceder a uma análise comparativa e qualitativa das séries, em lugar de uma leitura direta dos atlas e cartas, sujeita como estava ao víncio de origem. Outra das condições para que essa análise fosse possível, era a de que deveríamos levar em conta não os dados presu-

midos na época, mas as suas reais localizações no espaço. Para esse efeito, utilizamos um *plotter* cartográfico para possibilitar a transposição exata dos dados geográficos.

Como resultado, verificamos que, de modo geral, nas representações cartográficas estudadas, as fronteiras brasileiras seriam inconstantes durante todo século XIX. Essa inconsistência dos limites nos remeteria a algumas questões pertinentes. Em primeiro lugar, a flutuação e alteração dos saberes cartográficos e geográficos teria influenciado as diferentes percepções de poder do Estado brasileiro? Em segundo lugar, a flutuação das fronteiras brasileiras nas representações cartográficas apresentaria algum padrão ou tendência? Terceiro, o reconhecimento estrangeiro da soberania brasileira sobre as áreas limítrofes do Império, correspondia às pretensões brasileiras? Por último, se houve algum avanço nas fronteiras brasileiras este ocorreu em consonância com o emprego brasileiro da doutrina do *uti possidetis*?

Em relação às duas primeiras questões, poderíamos começar definindo que a formação das fronteiras brasileiras durante o século XIX se orientou segundo dois modelos diferentes: um mais estático e de evolução progressiva para os limites meridionais, no qual as tensões se solucionaram através de conflitos com os países limítrofes, e um segundo modelo, flácido e inconstante para a fronteira setentrional, onde a flutuação das fronteiras coincidiu com os períodos de maior ou menor organização do Estado brasileiro e de seus vizinhos.

⁶ Por exemplo, cada país referia suas longitudes ao meridiano que cortava a capital de seu país. Havia, por conseguinte, latitudes referentes ao meridiano de Paris, Washington, Londres e Rio de Janeiro. O meridiano de Greenwich somente foi adotado como padrão internacional em 1884.

Nas primeiras cartas da série, a fronteira amazônica do Brasil ainda carecia de marcos naturais.⁷ Os limites setentrionais do Brasil eram genericamente representados por uma poligonal, a qual se constituía tendo como base o curso dos rios que serviram de vias de penetração à metrópole portuguesa. Com origem na Ilha de Cacuí, duas retas separavam o Brasil da América hispânica: enquanto a primeira seguia para o sudoeste até encontrar o Rio Javari, a segunda rumava a leste até o Rio Branco e, deste, até o Rio Carapana-tuba, o que levava a fronteira da Guiana Francesa, quase da atual Macapá até as fronteiras do atual Estado do Amazonas, o que deixaria o Estado de Roraima e o norte do Pará fora do atual território brasileiro. Desse modo, e como regra para a série cartográfica estudada, os rios Amazonas, Madeira e Javari, durante todo o século XIX, sempre seriam reconhecidos, em todo seu curso, como pertencentes à soberania brasileira, sendo esse *status* posteriormente estendido também ao Rio Branco, a partir da década de 1820. Entretanto, praticamente no mesmo período,⁸ os cursos superiores dos rios Negro e Solimões seriam definitivamente negados à influência brasileira. A Ilha de Cacuí, situada no Rio Negro, cedo, se tornou o limite extremo da penetração brasileira no norte, podendo ser, portanto, considerada o primeiro padrão definitivo

das fronteiras setentrionais e, em conjunto com o Rio Javari, um dos seus únicos marcos naturais.

Ainda logo nos primeiros atlas,⁹ um grave erro geográfico se incorporaria às representações cartográficas das fronteiras brasileiras. Esse equívoco, ao ser perpetuado durante todo o século XIX, traria graves consequências para a política externa brasileira: a nascente do Rio Javari seria situada, àquela época, a 10° 20' de latitude, ou seja, muito mais ao sul, onde na realidade se encontra. Como vimos anteriormente, então se considerava que os cursos dos rios Javari e Madeira pertenciam, em sua totalidade, à soberania portuguesa. Desse modo, a fronteira naquela área seria representada através do paralelo que ligava o ponto situado em 10° 20' S ao Rio Madeira. Assim, praticamente toda a região do que futuramente seria o Estado do Acre seria representado naquelas cartas como pertencendo ao território do Brasil.

Seguindo esse precedente, quase todos os atlas editados a seguir fixariam também a fronteira brasileira no paralelo 9° ou 10° 20' S, muito embora já não coincidissem mais nestes com o traçado inicial do curso do Rio Javari. Mesmo que, em 1848, um atlas francês situasse quase que corretamente a nascente do Rio Javari e traçasse a fronteira a partir daí,¹⁰ sua mesma edição em língua portuguesa insistiria em

⁷ La Rochette, 1807 (Anexo, Figura 1).

⁸ Entre 1807 e 1828.

⁹ La Rochette, 1807; Buchon, 1825 e Ostell, 1928.

¹⁰ Andriveau-Goujon, 1848 (Anexo, Figura 2). Entretanto esse atlas manteria o modelo do paralelo, em vez de uma diagonal ligando o Madeira ao Javari. Desse modo, estaria criada uma nova versão da fronteira, extremamente negativa para as pretensões brasileiras na região, uma vez que o paralelo rasgaria a Amazônia Ocidental até encontrar a Lagoa-Uanara. O Atlas Mitchell (1849) e o Atlas Balbi-Monlon (1858) também definiram a fronteira a partir da localização correta da nascente do Rio Javari. S. Augustus Mitchell foi o primeiro a utilizar a diagonal, enquanto que Balbi-Monlon apresentou duas versões do paralelo: a da nascente real e a mais benéfica ao Brasil. Houve, portanto, durante o século XIX, três modelos para a fronteira do Brasil na região, todos originários da versão de 1807.

desenhar a fronteira mais benéfica ao Brasil. Em 1868, tal representação iria se enraizar mais ainda no imaginário popular brasileiro, a partir da publicação do primeiro atlas *destinado à instrução pública no Império, com especialidade a dos alunos do Imperial Colégio de Pedro II.*¹¹ Esse erro persistiu, mesmo quando o próprio Governo brasileiro reconheceu, através da *Comissão da Carta Geral*, que a nascente do Rio Javari e o conseqüente traçado da fronteira na região do Acre estaria muito mais ao norte.¹² Assim mesmo, a representação popular seria mais persistente e dominante, originando a grande celeuma detonada por Rui Barbosa e pelos positivistas, que precedeu à assinatura do Tratado de Petrópolis.¹³

Em respeito à fronteira na região de Roraima, já com o primeiro atlas a retratar o Brasil independente,¹⁴ considerava-se que todo o curso do Rio Branco e o território até a linha de serras que circundavam o Planalto das Guianas pertenceriam à soberania brasileira. Dali, a fronteira seguiria pelas serras que dividem as águas da Bacia Amazônica com aquelas que desaguam no Caribe e depois desceria o curso do Rio Oiapoque até encontrar o

Atlântico.¹⁵ Dessa forma, à exceção do nordeste de Roraima, praticamente nenhum atlas no século XIX a reconheceria, como território brasileiro,¹⁶ o traçado da fronteira norte permaneceria o mesmo até os dias atuais. Adotou-se então, contrariamente a algumas pretensões brasileiras, a tese da divisão de águas. Ainda que em representações brasileiras posteriores se procurasse defender a tese de que o Brasil deveria possuir uma saída para o Caribe através da bacia do Rio Essequibo, na região do Pirara,¹⁷ a representação do território brasileiro seria limitada à Bacia Amazônica, enquanto que, a Venezuela (e posteriormente também a Guiana Inglesa) haveria de se contentar com o domínio das bacias do Orinoco e do Essequibo.

Ainda segundo a interpretação dos atlas estrangeiros, a expansão brasileira sobre o território dos Estados da Venezuela e de Nova Granada prosseguiria constante até a década de 1830. Nesse período, coincidindo com a desintegração da Grande Colômbia, a soberania brasileira se estendeu sobre grande parte do curso dos rios Japurá, Apapuriaés e sobre os afluentes superiores do Rio Negro. Sintomaticamente, com a organiza-

¹¹ Almeida, 1868, Portada.

¹² Rohan, 1875.

¹³ Aqueles grupos alegavam que o Brasil não deveria negociar o Tratado, uma vez que o território em questão sempre havia, de fato, pertencido ao Brasil. Ver Lins (1965, 293-301) e Viana Filho (1959, 343-350).

¹⁴ Buchon, 1825.

¹⁵ À exceção de alguns atlas franceses, todos os outros reconheceriam o Rio Oiapoque como a fronteira entre a Guiana Francesa e o Brasil.

¹⁶ Ver, por exemplo, Buchon, 1825; Becker, 1841; Philips, 1858 e Hachette, 1883.

¹⁷ As pretensões brasileiras começaram a ser contrariadas em 1838 com a invasão do missionário inglês Youd. No relatório de 1843 do Ministro dos Negócios Estrangeiros, na página 14, relata que seriam neutralizados o território entre o Rio Tacutu e Repunury, *que nunca foi posto em questão pela Holanda, outrora possuidora dessa Guiana*. Essa tese ainda possuiria repercussões na geopolítica brasileira da segunda metade do século XX. Ver Peixoto, Renato Amado. (2000). Terra Sólida: a influência da geopolítica brasileira e da Escola Superior de Guerra na política externa do Governo Castello Branco. Dissertação de Mestrado, UERJ.

ção paulatina dos vários Estados limítrofes à Bacia do Amazonas durante as décadas seguintes, e com a desordem política interna, particularmente durante os anos das Regências, o território brasileiro, segundo a mesma percepção, refluiria para limites anteriores aos da Independência, perdendo mesmo o controle do médio Solimões e do curso superior do Rio Negro até a confluência com o Rio Cataburi. Na mesma época, também não seria mais reconhecido o domínio brasileiro sobre uma vasta área, que compreendia os cursos médio e superiores dos rios Juruá e Purus. Provavelmente, no período entre 1840 e 1860, o Brasil teria atingido sua menor dimensão territorial desde o Tratado de Madri.¹⁸

Na fronteira meridional, a tendência diferiu um pouco, embora as tensões fossem muito maiores. Somente na década de 1840 a região da campanha gaúcha seria reconhecida como território brasileiro, circunstância que, na percepção estrangeira, não ocorreria nem mesmo quando da anexação do território uruguai sob a denominação de Província Cisplatina.

Em relação à fronteira com a Argentina, na região de Palmas, nunca houve, durante todo o século XIX, qualquer posição majoritária ou mesmo predominante na representação cartográfica da área, em parte talvez por conta das reivindica-

ções paraguaias sobre parte do território argentino das Missões, pretensões estas que se prolongariam até a década de 1860 e só teriam fim após a Guerra do Paraguai. O certo é que, ainda em 1890, nem o Brasil nem a Argentina estavam seguros da posse da região, o que de fato levou os dois governos a acertar a divisão da área através do Tratado de Montevidéu.¹⁹

A questão dos limites com o Paraguai seria ainda mais traumática, uma vez que somente se resolveria com a guerra, da qual provavelmente foi uma das causas.²⁰ De fato, nenhuma carta ou atlas estrangeiro reconheceria, após 1807, a soberania brasileira sobre o sul do Mato Grosso, a mais rica região dos ervatais do Paraguai. As próprias cartas navais da Marinha francesa, às vésperas da Guerra do Paraguai, em 1862, consideravam a região como território do Paraguai, sancionado juridicamente como a *interpretação mais racional do Tratado de Santo Ildefonso*.²¹

Conforme as representações cartográficas brasileiras do Alto Paraná, a pretensão à soberania sobre aquele território se baseava na aplicação do conceito do *uti possidetis*,²² o que, na prática, se chocava com a constante ocupação da área pelo Exército paraguaio (a manutenção de Forte Olympo datava de 1792). As tentativas de reverter esse quadro resultaram no confronto de Fecho dos Morros, que in-

¹⁸ Houzé, 1840; Bruè, 1845; Mitchell, 1849; Balbi-Monlon, 1858.

¹⁹ Ver Abranches, 1907, 12-13. Este Tratado não seria reconhecido pelo Congresso brasileiro, o que levaria a pendência ao arbítrio do Presidente americano.

²⁰ Na realidade, quase toda a fronteira paraguaia era contenciosa (Ver Anexo, Figura 3). A Guerra do Paraguai poderia ser considerada, *grosso modo*, como um grande acerto de limites pendentes entre Argentina, Brasil e Paraguai. Isso pode ser apreendido através dos textos anexos ao Tratado da Tríplice Aliança, pelos quais, o Paraguai perderia, ao final da guerra, mais da metade do que considerava como seu território. Ver Bandeira, 1998, 129-130.

²¹ Mouchez, 1862.

²² Ribeiro, 1856.

fluenciou toda a posterior política externa do Brasil para o Prata.²³ Contradicoratoriamente, enquanto o Governo brasileiro se utilizava do conceito do *uti possidetis* para reivindicar a expansão dos limites meridionais, na fronteira com o então Estado da Nova Granada e na mesma época,²⁴ o Brasil cedeu aproximadamente 209.000km² de área ocupada por brasileiros,²⁵ ainda que na mesma região tanto o Peru quanto o Equador também pretendessem direitos.²⁶ Portanto, a utilização do conceito do *uti possidetis* pelo Brasil durante o século XIX seria ambivalente na realidade pragmática e corresponderia, muitas vezes, a estratégias gerais da política externa brasileira.²⁷ Quanto ao reconhecimento estrangeiro da soberania brasileira sobre as áreas limítrofes e contestadas do Império, este correspondeu, quase sempre, ao oposto das pretensões

do Brasil, como, por exemplo, nos casos do Paraguai ou da Colômbia. Quase sempre, à exceção da fixação dos limites na região do Acre, o qual envolveu cessões territoriais ao Peru e à Bolívia, as fronteiras brasileiras se consolidaram segundo a interpretação majoritária daquelas representações.

Concluindo, o estudo das fronteiras brasileiras, segundo a representação cartográfica estrangeira, sugere que a projeção de poder do Estado brasileiro apresentou períodos alternados de retração e de expansão, ainda que essa interpretação possa não ser considerada de todo homogênea. Por último, apreende-se também que, quando houve avanço nas fronteiras do Brasil independente, este se deu somente por guerra ou sobre território aonde não houve uma interpretação majoritária contra a posição brasileira. ☈

²³ Em 14 de outubro de 1850, tropas brasileiras que tentavam ocupar uma posição estratégica na área reclamada foram derrotadas por tropas paraguaias. Nessa época o Governo paraguaio denunciava que o Brasil incentivava certos grupos indígenas, como os Guaicuru, a saquear os estabelecimentos paraguaios na região, de modo a permitir o assentamento brasileiro na área e inibir a presença paraguaia.

²⁴ Através do Projeto de Tratado de 25 de junho de 1853 que fixava a fronteira entre os dois países na reta Tabatinga-Apáporis, mas que não foi aprovado pelo Senado da Nova Granada em 1853.

²⁵ Ver Anexo, Figura 4.

²⁶ A diretriz da diplomacia brasileira foi convergir em torno da proposta da reta Tabatinga-Apáporis nas negociações com todos esses países, cedendo, se preciso, no conceito do *uti possidetis* naquela região. Com o Peru a primeira negociação resultou no Tratado de 23 de outubro de 1853 que resultou no Tratado de 22 de outubro de 1858, sacramentando a reta Tabatinga-Apáporis no seu artigo 7º. Finalmente, em 1904, o Brasil celebrou com o Equador o acordo condicional que também acordava a referida reta, (na realidade, um tratado secreto de aliança militar contra o Peru. Ver Jobim, 1962). Com a Colômbia, a grande beneficiada na questão, o acordo se arrastou desde a primeira tentativa, em 25 de julho de 1853 até a celebração do Tratado de Fronteiras em 24 de abril de 1907.

²⁷ Grosso modo, durante o Império, o Itamaraty sempre respondeu às pressões na fronteira meridional com concessões na fronteira setentrional.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

- (1828). *Ostell's New General Atlas* (XXVI). Londres: Baldwin and Cradock, Pasternoster Row.
- (1849). *New Universal Atlas of the World* (39-43). Philadelphia: S. Augustus Mitchell.
- (1858). *Philips' New General Atlas* (68, 69). Londres: George Philip and Son.
- (1883). *Atlas Manuel de Geographie Moderne*. Paris: Librairie Hachette & Cie.

- ABRANCHES, João Moura Dunshee de. (1907). *Atas e Atos do Governo Provisório*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.
- ALMEIDA Cândido Mendes de. (1868). *Atlas do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Litografia do Instituto Philomathico.
- ANDRIVEAU-GOUJON, J. (1848). *Atlas de Geographia Moderna*. Paris: J. Andriveau-Goujon, Éditeur.
- ANDRIVEAU-GOUJON, J. (1848). *Atlas de Géographie Moderne* (19). Paris: J. Andriveau-Goujon, Éditeur.
- BALBI, A. & Monlon, Emile. (1858). *Atlas da Geographia Universal*. Paris: J. P. Aillaud, Monlon e Cie.
- BANDEIRA, Moniz. (1998). O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata: Argentina, Uruguai e Paraguai, da colonização à Guerra da Tríplice Aliança. Rio de Janeiro: Revan.
- BECKER, F. P. (C. 1841). *The Comprehensive Atlas of Modern Geographie* (XXV). Londres: Harvey & Darton.
- BRUÈ, A. (1845). *Atlas Universel de Géographie*. Paris: Charles Picquet.
- BUCHON, J. A. (1825). *Atlas de deux Amériques*. Paris: J. Carez.
- DERRIDA, Jacques. (1972). *La dissémination*. Paris: Éditions du Seuil.
- _____, (1978). *La vérité en peinture*. Paris: Flammarion.
- GRATY, Alfredo M. du. *Mapa de la Repùblica del Paraguay*. Rio de Janeiro, Mapoteca do Serviço de Documentação da Marinha, 1861. Fotografia.
- GROSSELIN-DELAMARCHE (1873). *Atlas de Géographie Physique et Historique*. Paris: Bertaux, successeur de Grosselin.
- HOUZÉ, A. C. (1840). *Atlas Universel, Historique et Géographique*. Paris: Lebigre-Duquesne Frères, Éditeurs.
- JOBIM, José. (1962). *Examinar a Política Exterior do Brasil na ONU e na OEA e os compromissos, acordos e tratados em vigor, tendo em vista os interesses da segurança nacional*. (Disponível na Escola Superior de Guerra).
- LA ROCHEITE, Louis Stanislas D'Arcy de. (1807). *Colombia Prima* (3, 6, 8). Londres.
- LINS, Alvaro. (1965). *Rio Branco (o Barão do Rio Branco): Biografia pessoal e História Política*. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 2^a Edição (revista).
- MOUCHEZ, E. *Carte de La République de Paraguay*. Serviço de Documentação da Marinha, 1862.
- RIBEIRO, Duarte da Ponte. *Carta geográfica de uma parte do Império do Brasil confinante com a Confederação Argentina e a República do Paraguai*. Rio de Janeiro, Arquivo Militar, 1856. Mapa 47-62 cm.
- ROHAN, Henrique de Beaurepaire & Ribeiro, Duarte da Ponte. *Carta do Império do Brasil organizada pela Comissão da Carta Geral*. Rio de Janeiro, Instituto Heliográfico A. Henschel - Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1875. Fotografia em 4 partes medindo a maior 0,609 x 0,628 m.
- SCHRADER, F. (1907). *Atlas de Géographie Moderne* (62, 63). Paris: Librairie Hachette.
- VIANNA FILHO, Luiz. (1959). *A vida do Barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora. (1^a edição).

“Defeitos não fazem mal, quando há vontade e poder de os corrigir.”

Machado de Assis

Getúlio Vargas – O Homem e o Presidente

Ney Sales*

Com base no livro de memórias de Getúlio Vargas, recentemente editado, o autor deste artigo se propõe a compor o perfil do memorialista à luz de princípios de psicologia aplicada.

Escrever algo sobre Vargas era tarefa que há tempos acalentávamos, praticamente, desde os bancos escolares.

Ainda jovens, aprendemos a nele ver o homem que, com Gustavo Capanema, seu Ministro da Educação, modernizou o ensino no País.

Na década de 1940, já estudante secundarista, participamos das passeatas contra a forma com que Vargas insistia em sustentar-se no poder. Dessa época, lembramos os confrontos com a Polícia Especial, chamada de *chapeuzinho vermelho* por causa da boina dessa cor que seus integrantes usavam.

Veio a guerra e, com ela, a decisão de Vargas em opor-se à agressão do Eixo contra nossa soberania. Meu pai participou da organização da FEB e do esforço de guerra do País, tal como muitos outros brasileiros civis e militares.

Terminada a guerra, dentro da política do Governo de transferir os oficiais comprometidos com a democratização do País para longe do centro do poder, fomos residir em Campo Grande, MS, considerada então guarnição de castigo. Foi nessa época que ingressei no Exército, aprovado nos exames de admissão à Escola Preparatória de Cadetes, localizada em São Paulo.

Assistimos à posse de Vargas na presidência da República em 1951, já como cadete da Academia Militar das Agulhas Negras. No episódio de seu suicídio, em 1954, viemos ao Rio de Janeiro prestarlhe as honras fúnebres, que não chegaram a se realizar, dispensadas que foram por seus familiares.

Desde então, até o final da carreira militar, fomos testemunhas da vida política nacional, com seus altos e baixos, ao longo dos últimos cinqüenta anos.

Agora, com a consciência de quem presenciou todas as mudanças por que passou o País desde 1930, me pergunto:

* Coronel de Infantaria e Estado-Maior.

foi Vargas realmente um ditador? Embora, a partir de 1937 detivesse poderes discricionários, nossa resposta é não. Outra também não é a resposta se perguntado a respeito do que ocorreu em 1964.

Por isso, a dívida de gratidão para com aquele que foi, no nosso ver, o maior estadista brasileiro neste século, não estaria resgatada se não reverenciássemos, publicamente, sua memória.

E o fazemos ressaltando, à luz dos princípios da psicologia aplicada, seu perfil como homem e chefe de governo, para o que nos valemos dos apontamentos escritos de próprio punho, em treze cadernos, retratando o período de 1930 a 1942, no livro que recentemente veio trazido a público, *Getúlio Vargas – diário*, pela Fundação Getúlio Vargas e pela Editora Siciliano.

Os fatos são os mesmos constantes do diário. Mudamos apenas a metodologia utilizada adequando-a ao contexto militar, comentando alguns traços da personalidade essenciais ao verdadeiro líder.

CONHECER SUA POSIÇÃO

Ninguém melhor do que Vargas entendeu isso. Desde os primórdios da conspiração que desaguou na Revolução de 1930, deixou clara sua posição.

Apesar de ser um chefe incontestado, tinha em Oswaldo Aranha e Góes Monteiro, os líderes civil e militar, do movimento.

Assumindo a presidência do Rio Grande do Sul, Vargas passou a ser alvo das atenções do próprio Washington Luís, relativas à indicação de seu substituto. Disso ele logo se apercebeu; tanto que afirmou, desde cedo, sua intenção de não deixar a presidência de seu Estado natal.

Vislumbrando os rumos que as coisas tomavam, buscou apaziguar as desavenças em seu Estado para, só depois, fazer alianças com outras frações da Federação. Foi assim que Flores da Cunha e Borges de Medeiros se juntaram a ele.

Fora do Rio Grande do Sul, aliou-se aos líderes paulistas, mineiros e nordestinos contrários às demarches políticas do Governo central para eleger seu candidato. A Vargas aliaram-se Miguel Costa, Júlio de Mesquita e Francisco Morato, em S. Paulo; Olegário Maciel, Benedito Valadares e Cristiano Machado, em Minas Gerais; José Américo, Juracy Magalhães e Juarez Távora, no Nordeste.

Deflagrada, em Porto Alegre, a 3 de outubro de 1930, a Revolução culminaria com a posse de Getúlio, como presidente do governo provisório da República, no Rio de Janeiro, a 3 de novembro de 1930. Isso mostra que em trinta dias, Vargas consolidara sua posição. E isso duraria 15 anos.

CONHECER A SI PRÓPRIO E PROCURAR APERFEIÇOAR-SE

Nesse sentido, muitos foram os exemplos dados por Vargas, ao longo do primeiro ano de seu governo. Foi, sobretudo, nesse período que o recém-empossado presidente deu as maiores provas de seguir esse princípio.

Logo após a posse, iniciou os entendimentos para organizar seu ministério. A mentalidade criada pela Revolução não admitia o chamamento das velhas lideranças políticas. Por isso, causou-lhe certa dificuldade as intenções mineiras de indicar antigos políticos. Apesar disso, a escolha de seus ministros causou excelente

impressão. Assim procedendo, Vargas garantiu espaço para as mudanças políticas que pretendia fazer.

Aconteceram, porém, as primeiras divergências entre os próceres da Revolução. Os estados-chave do levante assediavam o Governo com insistentes pedidos. Era a herança de governos passados. Aparecem os primeiros atos de rebeldia contra suas ações.

Vargas inicia então uma série de viagens aos estados, buscando angariar apoio para seu projeto de governo. Aproveita para realizar as nomeações previstas e desfazer as reações, principalmente em São Paulo e Minas Gerais.

Esses fatos comprovam que Vargas conhecia a si próprio, seus aliados, suas limitações, e procurava aperfeiçoar-se no dia-a-dia de seu governo.

CONHECER SEU Povo E INTERESSAR-SE POR SEU BEM-ESTAR

Criado na fronteira gaúcha, Getúlio Vargas conviveu, desde pequeno, com o povo simples e rude da campanha. Pode-se dizer que conhecia toda a peonada e, como filho de estancieiro, zelava por seu bem-estar, a exemplo do que faziam seus pais e parentes. Intrinsecamente, esse sentimento sempre o acompanharia durante os 15 anos em que exerceu o cargo de presidente.

Inúmeras foram as provas por ele deixadas, começando pelas mudanças sociais a que se propunham os revolucionários de 30.

Um de seus primeiros decretos foi a criação do Ministério do Trabalho e a promulgação da Lei Trabalhista. Nas come-

morações do primeiro aniversário da Revolução, teve o reconhecimento de todo o povo brasileiro em todas as cidades e estados por onde passou.

Enfrentou os reflexos da crise financeira mundial, acompanhando a mudança dos padrões monetários internacionais. Consegiu manter estáveis os preços do café no mercado externo. À época, é bom ressaltar, era o café o principal produto de nossa pauta de exportações.

Superou as divergências políticas que grassavam na maioria dos estados, além das que ocorriam no seio das Forças Armadas. Mas nada melhor que as palavras que disse, para expressar a observância desse princípio: *A minha sorte não me interessa, mas sim a da coletividade.*

MANTER OS AUXILIARES SEMPRE BEM INFORMADOS

Começam as desavenças entre os líderes da Revolução e a cúpula do Governo. Surgem divergências entre os inteventores, em particular os de S. Paulo e Minas Gerais, referentes à liberação de verbas para seus estados. Getúlio reúne, em São Lourenço, os secretários de Fazenda de todos os estados com o Ministro da Fazenda e consegue chegar a um acordo.

De regresso ao Rio de Janeiro, recebe Virgílio de Melo Franco e Júlio de Mesquita, com quem trata da crise militar entre João Alberto e Isidoro, em São Paulo. No Rio de Janeiro, nega o pedido de demissão ao seu Ministro da Guerra, General Leite de Castro.

Enfrenta também as divergências entre Borges de Medeiros, Flores da Cunha e

o General Pantaleão Pessoa, conseguindo apazigar os ânimos no Rio Grande do Sul.

Em Recife sufoca a rebelião do 21º Batalhão de Caçadores. O Ministro da Guerra instaura uma comissão de inquérito, que se pronuncia favoravelmente ao fuzilamento dos revoltosos. A isso, Getúlio se opõe e o torna público, através de seu Ministro da Justiça.

Em todas essas crises, o que se vê é a preocupação de Vargas em manter-se sempre bem informado, procedendo de forma idêntica no tocante a seus auxiliares.

DAR O EXEMPLO

A 9 de julho de 1932, as tropas em São Paulo e a Força Pública rebelam-se contra o governo provisório, exigindo uma nova Constituição. São chefes do movimento os generais Isidoro Dias Lopes, Bertholdo Klinger e o Coronel Euclides Figueiredo.

É durante a Revolução Constitucionalista que Vargas segue à risca esse princípio. Os exemplos de coragem física e moral asseguram-lhe, desde o início da Revolução, a unanimidade do apoio em todos os demais estados. São Paulo fica isolado.

São constantes as visitas de Vargas às frentes de combate em Itararé e na Ribeira, em Minas Gerais e no Vale do Paraíba. Derrotados em São Paulo, os revoltosos falham na tentativa de levantar a guarnição federal em Mato Grosso. O General Isidoro parte para o exílio e o Coronel Euclides Figueiredo é preso em Santa Catarina, quando tentava fugir para o exterior. Finalmente, o General Bertholdo Klinger acerta os termos da rendição propostos pelo General Góes Monteiro.

Uma vez mais Getúlio Vargas é instado a se manifestar quanto ao destino a ser dado aos presos civis e militares. E uma vez mais volta a nos dar provas de sua magnanimidade, até mesmo contra os que a ele se opuseram pela força das armas.

Essas são algumas provas de que Vargas seguia esse princípio.

VERIFICAR COMO SUAS DIRETRIZES SÃO EXECUTADAS

Vários episódios ocorridos no início de seu governo mostram a importância que Vargas atribuía a esse princípio.

A indicação do General Waldomiro Lima para interventor em São Paulo foi contestada por Oswaldo Aranha, Juarez Távora e João Alberto. Vargas manda chamar os três para uma conversa na presença do General Waldomiro desfazendo os equívocos, após ficarem todos a par de suas diretrizes.

Outros casos comprovam como Getúlio procurava acompanhar a execução de suas diretrizes. Um deles refere-se à promoção a capitão dos jovens oficiais que participaram da Revolução. A proposta da Comissão de Promoções teve péssima repercussão nas diversas guarnições do Exército. Seu parecer foi a favor da promoção por merecimento e não por antigüidade, como seria natural. Getúlio determinou ao Ministro da Guerra que as referidas promoções devesssem ser apenas por antigüidade. Essa foi a sua diretriz e que perdura até nossos dias.

As pendências econômicas com os Estados Unidos e a Inglaterra são outro fato que atesta a clareza das diretrizes de Vargas. Pressionado pelos embaixadores de ambos países, Vargas reúne-se com os seus

ministros da Fazenda e do Exterior. E dá a seguinte diretriz: 1º suspender as negociações; 2º enviar uma comissão aos Estados Unidos e a Londres; 3º ele próprio nomear os chefes dessas comissões. O acerto da diretriz foi a assinatura de um acordo sobre a dívida com os Estados Unidos e a Inglaterra, favorável ao Brasil.

FAZER SUA ASSESSORIA TRABALHAR COMO UMA EQUIPE

Foi no período que vai de março de 1934 a outubro de 1935 que Vargas mais fez prevalecer esse princípio.

Três reformas foram implantadas pelo Governo: a tributária, a eleitoral e a administrativa.

A primeira foi a que suscitou maiores contestações. Ficou acentado que o Ministro da Fazenda mandaria um representante a cada ministério e a todos os estados para explicar as pretendidas modificações. Dessa forma, todas as mudanças foram entendidas e aceitas de comum acordo.

A reforma eleitoral empacava nos trabalhos da Assembléia Constituinte. Havia discordâncias de toda a ordem. Após apuradas essas discordâncias, foi promulgada a Constituição em 1934. Realizadas as eleições pelo Congresso, o nome de Vargas foi sufragado por 175 votos contra apenas 59 obtidos por Borges de Medeiros. Vargas passa a ser, de fato, o Presidente da República.

A reforma administrativa foi realizada após constituído o novo Ministério. Era dado o passo inicial para que se concretizassem as mudanças preconizadas pela Revolução. Estava constituída a equipe que mudaria a face do País, com reflexos

nas áreas de saúde, trabalho, viação e obras. Pela primeira vez o Governo trabalhava em equipe e segundo um planejamento. Os resultados não demoraram a surgir em todo o País.

DECIDIR COM ACERTO E OPORTUNIDADE

Dois fatos de suma relevância confirmam que as decisões de Vargas primavam pelo acerto e oportunidade. É o que ficou claro da participação brasileira na Conferência do Chaco e as atitudes desassombradas do presidente frente à Intentona Comunista.

A cessação das hostilidades entre paraguaios e bolivianos pode ser atribuído, em parte, à diplomacia brasileira. A atuação direta de Vargas junto aos argentinos e chilenos foi importante no acordo para pôr fim à guerra que vinha ensanguentando o continente sul-americano.

A conspiração comunista explodiu no 29º Batalhão de Caçadores, em Recife, e no 21º Batalhão de Caçadores, em Natal, simultaneamente. Em Recife, a rebelião foi dominada localmente por elementos fiéis ao Governo. Em Natal, quando a rebelião já se encontrava praticamente controlada, eis que eclodem os movimentos na Praia Vermelha e nos Afonsos, no Rio de Janeiro.

Getúlio, pessoalmente, esteve na Vila Militar, no momento em que o Grupo-Escola e o Regimento Andrade Neves iniciavam o ataque aos Afonsos. De lá, Vargas veio para o Catete e, após o almoço, dirigiu-se para a Praia Vermelha, onde aprovou as ordens expedidas pelo seu Ministro da Guerra para o bombardeio do 3º Regimento de Infantaria.

Graças a essas decisões, certas e oportunas, desanuiu-se o panorama nacional.

AMAR A RESPONSABILIDADE E DESENVOLVÊ-LA NOS AUXILIARES

O ano de 1937 prenunciava acontecimentos políticos de primeira grandeza. A par das atividades rotineiras, desenvolvia-se, nos bastidores, uma surda reação contra Vargas.

Nos estados, os interventores vinham sofrendo toda sorte de pressões dos políticos locais. Eram constantes as demissões e nomeações de novos interventores. Era intensa a movimentação política nos Palácios do Catete e Guanabara. Vargas sentia-se amargurado com a ingratidão, até mesmo dos que se diziam seus amigos.

Apesar da intensa ação do Governo, aumentavam as exigências dos políticos e militares para a promulgação de uma nova Constituição.

A 10 de novembro de 1937, as duas casas do Congresso amanheceram guardadas pela polícia. No dia 11, Vargas reuniu o Ministério e assinou a Constituição de 1937, que lhe dava plenos poderes. Começava o Estado Novo, que duraria até 1945.

As reações a essa medida que fechava o Congresso e proibia toda atividade política partidária precipitou a Revolta Integralista, que eclodiu em 10 de maio de 1938.

Vargas, uma vez mais, mostrou que amava a responsabilidade e buscava desenvolvê-la nos auxiliares. Comprovam-no sua participação junto com a família e seus ajudantes-de-ordens, enfrentando, de arma em punho, a guarda do

Palácio do Catete, mancomunada com os revoltosos, até a chegada da tropa de reforço, constituída por elementos do Batalhão de Guardas.

EMPREGAR OS MEIOS CONFORME AS POSSIBILIDADES

Mil novecentos e trinta e oito assinalaria o início de uma nova ordem internacional. Na Europa o confronto entre nacionalistas e comunistas incendiava várias nações, servindo de estopim para a Guerra Civil Espanhola.

No Brasil, a reorganização de nossas Forças Armadas passa a ser encarada seriamente, em particular após os levantes comunista e integralista. Tudo isso teve reflexos na política interna e externa brasileira.

A agressão à Polônia precipitou o mundo na Segunda Guerra Mundial. O Brasil, seguindo sua tradição diplomática reafirmou, a 4 de setembro de 1939, sua neutralidade. E a 3 de outubro do mesmo ano, assinava a Resolução de Neutralidade com que as repúblicas americanas procuravam se manter afastadas da guerra que já se alastrava no Velho Mundo.

Vargas, através de seu Ministro da Guerra, empregava os meios disponíveis conforme as possibilidades do País para enfrentar a eventualidade de sermos atacados. É nesse pormenor que nos dá mostra de seguir esse princípio.

A nova Lei do Serviço Militar, a aquisição de material bélico no exterior, a reforma do ensino militar, a construção da nova Escola Militar, da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e da Escola Técnica do Exército, atual Instituto Militar de Engenharia, as duas últimas na tra-

dicional Praia Vermelha, atestam o acerto das medidas tomadas no campo militar.

Vencendo desconfianças que grassavam no próprio País, os ministros do Exterior e da Guerra se empenharam no sentido de estabelecer uma política de boa vizinhança e cooperação com o esforço de guerra aliado.

ASSUMIR A RESPONSABILIDADE POR SEUS ATOS

Foi justamente nos dois últimos cínderos de seu diário que fomos buscar os argumentos que melhor definem a maneira como Vargas seguia esse princípio. O período compreendido vai de janeiro de 1940 a setembro de 1942 e antecedeu a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial.

Tinha, já, o Brasil referendado a Resolução de Neutralidade por ocasião da I Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos realizada no Panamá, quando ocorreu o ataque japonês aos Estados Unidos. Vargas não hesitou em assinar o Tratado de Assistência Recíproca, o que fez na II Reunião de Consulta realizada em Havana.

Consumada a agressão reuniu-se, no Rio de Janeiro, a III Reunião de Consulta, havendo Vargas rompido relações com os países do Eixo.

A 15 de fevereiro de 1942, foi torpedeado nosso primeiro navio mercante. Era o início da guerra para a qual não estávamos preparados.

Atendendo aos reclamos da sociedade brasileira, Getúlio Vargas não titubeou em declarar a guerra e determinar o aprestamento da Força Expedicionária

Brasileira que seguiria para os campos de batalha da Europa a fim de lutar ao lado das democracias.

Assim procedendo, Vargas deixa-nos claro que assumia a responsabilidade por seus atos, mesmo sabendo que isso representaria o declínio do governo de exceção vigente no País desde 1937.

A bem da verdade, é bom que se diga que muitos brasileiros que aplaudiram a histórica declaração de guerra assinada por Vargas em 30 de agosto de 1942 terem sido os primeiros a se furtarem à mobilização nacional decretada em 16 de setembro de 1942.

Fácil não foi, em poucas linhas, traçar o perfil de um político com a envergadura do Presidente Getúlio Vargas. Contudo, foi gratificante, para quem aprendeu a respeitá-lo pela firmeza de atitudes.

Realmente, Vargas, a partir de 1937, detinha em suas mãos poderes discricionários mas, nem por isso, personificou o ditador que muitos hoje o acusam de ter sido. Na década de 1930, todos os principais líderes das grandes nações enfeixavam em suas mãos gama de poder tal como o mundo jamais vira. Nem por isso Churchill e Roosevelt foram considerados ditadores.

Em nosso trabalho procuramos mostrar como Vargas seguia à risca determinados princípios, imprimindo, à sua ação de governo, o vigor de seu patriotismo, inteligência e determinação.

Melhor do que as palavras, comprovam o fato, a presença entre seus assessores de figuras de destaque nos vários setores da vida política nacional. Esse o motivo dos avanços sociais alcançados

em seu governo, as obras realizadas nos diversos recantos do País e a participação do povo e da Nação em todos os grandes eventos ocorridos dentre e fora de nossas fronteiras.

Sob Vargas, o Brasil cresceu interna e internacionalmente. E amadureceu...

Da leitura de seu diário depreende-se ter ele personificado, melhor do que ninguém em sua época, a imagem do chefe de Estado que norteou sua ação de governo na busca constante do que era melhor para nosso País e seu povo. Só assim se explica o fato de cinco anos após de de-

posto do governo, ter sido eleito presidente pelo voto direto.

Lendo os 13 cadernos que compõem o diário de Vargas procuramos em cada qual ressaltar os princípios de liderança tão necessários a um chefe de governo. Não queremos com isso dizer que cada caderno configure apenas a observância de um princípio. Ao contrário, todos estão em evidência em todos os cadernos, uns mais outros menos. Em cada um deles, apenas procuramos o traço que melhor caracterizasse a observância desse ou daquele princípio. ☺

“O segredo da vitória reside não inteiramente no conhecimento. Ele se esconde invisível na centelha vitalizante, inatingível, ainda que evidente como um relâmpago – a alma do guerreiro.”

George S. Patton

“Não se atinge a maturidade de uma Nação sem vencer dificuldades de toda a ordem.”

Marquês de Maricá

Geopolítica e Geoestratégia¹

O que são e para que servem

Raul François Martins*

Reprodução de matéria da revista *Nação e Defesa*

(Nº 78, Abr-Jun 96), do Instituto de Defesa Nacional de Portugal.

O conteúdo expresso no título, por difícil de ser dividido, para publicação em partes, sem quebrar o acompanhamento das idéias apresentadas até a conclusão, excede o número máximo normal de páginas adotado por *A Defesa Nacional* para os artigos que publica.

Nenhuma das duas perguntas formuladas no título deste trabalho tem uma resposta consensualmente aceita. Para cada uma delas existem diversas respostas que dividem entre si os especialistas destas e de outras disciplinas afins. No entanto, essas respostas são cruciais para discutir a questão fundamental de se saber se haverá ou não necessidade delas entre as diversas disciplinas que estudam as questões sociais, bem como para estabelecer, no caso afirmativo, os respectivos âmbitos.

A favor da sua necessidade, milita o fato de muitos ilustres autores, oriundos de áreas tão diversas como a Geografia, a História, a Ciência Política, as Relações Internacionais e as Ciências Militares, desde o fim do século XIX, terem vindo a produzir obras

que eles próprios, ou outros, consideram inserirem-se no domínio da Geopolítica. Porém, muitos outros também ilustres autores, desde essa época até hoje, vêm negando que elas sejam realmente necessárias.

A razão deste trabalho é apresentar alguns elementos de informação, assim como pontos de reflexão, que ajudem os eventuais leitores a formar, ou consolidar, ou, porventura, talvez mesmo em alguns casos, retificar, a sua própria opinião acerca desse tema, cuja discussão se mantém, e manterá, em aberto, por tempo indeterminado, mas que interessa não só ao estudo daquelas disciplinas, mas também ao dos assuntos da política, em geral, e das relações internacionais, em particular.

Numa primeira aproximação, tirando o sentido diretamente da composição das

* Qualificação profissional preferencial não especificada em *Nação e Defesa*.

¹ Selecionado pelo PADECIME.

palavras, poder-se-ia responder tratar-se de disciplinas que estudam as relações entre a Geografia e a Política quanto à primeira, e entre a Geografia e a Estratégia, quanto à segunda. Essa primeira aproximação não seria falsa, mas seria imprecisa. Questões fundamentais quanto à metodologia desse estudo, quanto à caracterização do seu âmbito e quanto à sua especificidade face a outras disciplinas afins, desde logo à Geografia, à Política, e à Estratégia, que também se interessam por aquelas relações, ficariam por responder.

Na opinião do bem conhecido sociólogo brasileiro Josué de Castro² a Geopolítica é uma disciplina científica que busca estabelecer as correlações existentes entre os fatores geográficos e os fenômenos políticos, a fim de mostrar que as diretrizes políticas não têm sentido fora dos quadros geográficos (...) o que chamamos Geopolítica não é uma arte de ação política na luta entre os Estados, nem tampouco uma fórmula mágica de prever a História, como queria Spengler. É apenas um método de interpretação da dinâmica dos fenômenos políticos em sua realidade espacial, com as suas raízes mergulhadas no solo ambiente. Essa afirmação, que pode ser considerada como resposta simultaneamente às duas perguntas formuladas no título deste trabalho, sugere desde logo a existência de diversos entendimentos para o que se poderá en-

tender por Geopolítica, entendimentos de que Josué de Castro se distancia, apresentando a sua própria versão, e que se percebe inserirem-se em correntes deterministas, normativas e programáticas (*não é uma arte de ação política... nem fórmula mágica de prever*), enquanto a do autor que estamos nos referindo se insere claramente numa linha analista descritiva (*É apenas um método de interpretação da dinâmica dos fenômenos*).

Outros autores, como os contemporâneos Gallois, O'Sullivan, e Yves Lacoste, podem ajudar-nos a exemplificar as divergências também quanto ao âmbito, ou abrangência, atribuída à Geopolítica. Assim, enquanto Gallois³ afirma que é o estudo das relações que existem entre a conduta de uma política de Poder no plano internacional e o quadro geográfico em que se exerce, dando a entender respeitar apenas à prática da política de Poder e só nas relações internacionais (entre Estados ou com estes como agentes decisivos), já para O'Sullivan⁴ a Geopolítica (...) estuda a geografia das relações entre os detentores do Poder, sejam eles chefes de Estado ou das organizações transnacionais, tratando-se, portanto, também das relações não-estatais, embora ainda centrando-se no campo das relações externas, enquanto que, para Yves Lacoste⁵, no âmbito da Geopolítica inserem-se igualmente determinados aspectos das políticas internas. Conforme escreve,

² CASTRO, Josué de. *Geopolítica da Fome*, 6º edição, S. Paulo, Editora Brasileirense, 1961, p. 27.

³ GALLOIS, Pierre, *Geopolitique, les voies de la Puissance*, Fondation des études de Défense National, PLON, Paris, 1990, p. 37.

⁴ SULLIVAN, P.O., *Geopolitics*, 1986, citado em "La Geopolitique est-elle une science?", artigo de Franck Debié, na revista *Stratégique*, p. 58.

⁵ LACOSTE, Yves, *Géographie et Géopolitique*, p. 292 (colaboração no livro *Espaces, jeux et enjeux*, coordenado por Franck Auriac e Roger Brunet, edição Fayard, fundação Diderot, 1986).

os problemas geopolíticos não se põem apenas ao nível das relações inter-Estados, mas também no quadro de cada Estado. Eles são, com evidência, particularmente graves nos Estados que agrupam diversas nacionalidades ou etnias mais ou menos rivais (...) Mas os Estados cuja unidade política e cultural é relativamente forte apresentam, eles também, problemas geopolíticos internos, por exemplo os da regionalização. A geografia eleitoral, isto é, a descrição e explicação da diferenciação espacial das tendências políticas, releva também de razões geopolíticas.

A esse respeito, os professores Harold e Margaret Sprout⁶ afirmam que as análises geopolíticas podem servir propósitos de pesquisa contemplativa ou de intervenção política (policy-making) e propaganda, e que qualquer que seja o declarado interesse dos autores (...) os seus escritos geopolíticos têm servido ambas as espécies de propósitos. No mesmo sentido, a de que será intrínseco ao pensamento geopolítico uma dimensão simultaneamente instrumental e instrumentalizável, pode entender-se a afirmação de R. Aron⁷ *a posição geográfica influí indiretamente sobre a política externa de um país, na medida em que serve de instrumento para determinar modos de pensar e sistemas políticos.* O texto de Josué de Castro que citamos há pouco parece-nos também referir, embora em parte de forma implícita, a existência dessas duas, ou mais exatamente, três vertentes da utilidade da Geopolítica,

a da análise descomprometida, a da intervenção política e a da propaganda.

Tanto a dimensão programática como a propagandística da Geopolítica foram enfatizadas pela “escola” de Munique, sobretudo, a partir do momento em que esta passou a ser instrumentalizada pelo nacional socialismo de Hitler (1936). Desse fato, de forma talvez excessiva, já que outras disciplinas como a História e a Biologia não foram menos instrumentalizadas pelos nazis, e, por outro lado, o pensamento geopolítico de antes da Segunda Guerra Mundial de modo algum se limitava ao pensamento alemão, resultou que a palavra “geopolítica” tivesse sido proscrita na maior parte dos meios acadêmicos, e, com a notável exceção da América do Sul, assim se mantivesse durante muito tempo. Ainda hoje, apesar de uma crescente recuperação de credibilidade⁸, a Geopolítica é encarada com maior ou menor desconfiança por muitos autores do âmbito quer da Geografia, quer da Ciência Política, quer mesmo da ainda jovem disciplina das Relações Internacionais.

Porém, apesar de a Geopolítica, conforme constataram os Sprout, não poder nunca deixar de ser também programática para além de esclarecedora, e de poder sempre ser instrumentalizada de forma a servir a fins de propaganda, o que aliás também acontece com outras disciplinas afins como a História, a Ciência Política, a Estratégia, a utilidade da sua dimensão propriamente analítica chamou desde sempre a atenção

⁶ SPROUT, Harold e Margaret, *Geography and International Politics in revolutionary change*, Journal of conflict resolution, IV n.º 1, p. 152, citado por Saul Cohen em *Geography and Politics in a world divided*, 2ª edição, 1973, p. 29.

⁷ ARON, Raymond: *Conflicto y guerra desde el punto de vista de la sociología histórica*. Editorial Tecnos, 1963, p. 251.

⁸ Na década de 1970, a utilização freqüente da palavra “geopolítica” por alguns destacados teorizadores e políticos, como por exemplo, Kissinger, marca um ponto de viragem nessa situação.

de estudiosos, analistas, e políticos. É bem conhecida e muitas vezes citada a frase de Napoleão: *a política dos Estados está na sua Geografia*, a qual não difere muito da constatação que, nos nossos dias, faz François Joyaux⁹, quando afirma que *a Geografia não permite apenas compreender as políticas tais como elas se elaboram, mas também tais como elas se manifestam*, abrangendo nesta sua afirmação tanto o processo decisório, como a sua implementação. Mais uma vez, na citação que fizemos de Josué de Castro, homem de esquerda, escritor dos anos cinqüenta, altura em que era preciso alguma coragem intelectual para reconhecer valia científica à Geopolítica, podemos encontrar também a constatação da importância da dimensão analítica daquela disciplina, tanto no que se refere à dinâmica dos fenômenos políticos, como no que respeita às diretrizes políticas, que vai ao ponto de afirmar *não tem sentido fora dos quadros geográficos*.

A análise geopolítica não será, talvez, em si mesma, muito diferente de outras formas de analisar os acontecimentos políticos, sobretudo das que se inserem na corrente das tendências realistas, nas quais, como na Geopolítica, interesses e relações de Poder constituem elementos centrais para as hipóteses explicativas. Difere delas, porém, na perspectiva dominante, a qual, partindo sempre da situação geográfica, esclarecida pela respectiva dimensão histórica, tende a ver acontecimentos, atores, comportamentos, projetados no espaço geográfico em função do tempo. Neles próprios, os atores, os objetivos, os comportamentos e os acontecimentos, são efetivamente os mesmos que outras formas de análise contemplam, dedicando a Geopolítica a sua atenção aos mesmos fatores, sociais, econômicos, políticos, estratégicos, militares e, naturalmente, também geográficos, que são utilizados nas outras formas de analisar os fatos. Mas a perspectiva própria da Geopolítica dá, entre esses fatores, um papel de primeiro plano à Geografia, que não só é trabalhada como um dos mais importantes, como também subjaz à discriminação, valorização relativa, e seleção, dos aspectos considerados pertinentes em cada um dos outros fatores, e ainda no entendimento do modo como cada um deles intervém nos acontecimentos, já que a Geografia que interessa à Geopolítica não é apenas a Geografia física, mas sim a Geografia humana, isto é, uma concepção da Geografia que reúne e integra todos aqueles outros fatores.

Certamente será discutível pensar-se que a Geopolítica tenha capacidade para explicar completamente todos os comportamentos políticos, e errado que possa prevê-los com exatidão, mas poder-se-á afirmar com boas razões que a análise geopolítica constituirá um bom complemento ou uma valiosa alternativa para outras formas de análise, tanto quanto à descrição, interpretação e explicação das situações, como quanto à determinação das tendências evolutivas dos fenômenos políticos, sobretudo quando se estudem os longos prazos. Para alguns autores e analistas, a perspectiva geopolítica, que poderá utilizar algum, ou alguns, dos vários métodos da Geografia Política (Hawthorn descreve quatro, aos quais

⁹ JOYAUX, François: *Géopolitique de l'Extreme Orient*, éditions Complexe, citado na revista *Stratégique* 49, p. 338.

Saul Cohen acrescenta mais dois¹⁰), constituirá mesmo a forma privilegiada, a que melhor permite perceber, e explicar, determinados acontecimentos políticos, e que, pela relativa permanência dos fatores geográficos, empresta às sempre falíveis mas indispensáveis prospectivas mais probabilidades de acerto.

A caracterização da análise geopolítica e da sua perspectiva específica é o objeto de todo um capítulo de um livro de Saul Cohen.¹¹ Nele afirma que a análise geopolítica tem dois aspectos principais, o da descrição dos ambientes ou suportes geográficos na sua relação com o Poder político, e o da elaboração de padrões territoriais que abranjam unidades de Poder em interação. Seguidamente cita Mackinder para referir a variação das perspectivas geopolíticas ao longo dos tempos, e foca a sua atenção sobre um dos aspectos que as caracterizam, o da diferenciação geográfica dos grandes pólos ou blocos de Poder a nível global, tendo em conta a respectiva hierarquia, ou seja, segundo a sua expressão que foi também a utilizada por James Fairgrieve¹², a diferenciação entre o mundo que conta e o que não conta. Conforme escreve¹³, até ao fim do século XIX, os maiores blocos de Poder eram associações de impérios baseados na Europa. O coração do Poder mundial residia numa área comprimida – o território mediterrâneo e europeu influenciado pelo mar. Durante mais de três mil anos os nódulos desse Poder foram pontos ou áreas como a

Mesopotâmia, o Nilo, a Pérsia Ocidental, a Hélada, Cartago, Roma, Bizâncio, Bagdad, Espanha, Portugal, França, Inglaterra e Alemanha. Este era o mundo que contava.

Um outro aspecto da especificidade das perspectivas geopolíticas, este dizendo respeito à forma de perceber e representar o espaço nas respectivas análises, aparece-nos claramente explicitado num texto de Raymond Aron.¹⁴ Conforme escreve: *o espaço pode ser considerado, à vez, como meio, teatro e objeto de disputa da política internacional (...) a distinção (...) entre meio e teatro exige algumas explicações. A Geografia humana descreve as sociedades sobre um solo, sob um dado clima (...) o meio que estuda e define é ao mesmo tempo natural e histórico, é concretamente definido, comporta todos os traços que os especialistas da fauna, flora, dos terrenos, dos climas, conseguem distinguir e o sábio julgue significativos. Considerado como teatro, o espaço não é concreto mas por assim dizer, abstrato, simplificado, estilizado, esquematizado pelo observador (...) o planeta, teatro das relações internacionais, é definido apenas pelas qualidades que os atores da política internacional devem ter em conta. É na medida em que o espaço planetário pode ser concebido como o quadro esquemático da política internacional que a geopolítica oferece uma perspectiva original e fascinante sobre a história diplomática (...) O geopolítico vê no meio geográfico o terreno do jogo diplomático e militar. O meio simplifica-se num*

¹⁰ COHEN, Saul Bernard: *Geografía y Política em um mundo dividido*. Ediciones ejército, 1980, 1^a capítulo.

¹¹ COHEN, idem, 2^a capítulo.

¹² COHEN, idem, p. 73.

¹³ COHEN, idem, p. 72.

¹⁴ ARON, Raymond: *Paix et Guerre entre les Nations*, Calman-Lèvy, 1962, 7^a edição, 1975, p. 188/189 e 196/197.

quadro abstrato, as populações transformam-se em atores, aparecem e desaparecem sobre a cena do mundo (...) as linhas de expansão, como as ameaças à segurança, são desenhadas antecipadamente sobre a carta do globo (...) a geopolítica combina uma esquematização geográfica das relações diplomático-estratégicas com uma análise geográfico-econômica dos recursos, com uma interpretação das atitudes diplomáticas em função do modo de vida e do meio (sedentários, nômades, terrestres, marítimos).

A esses dois aspectos das perspectivas geopolíticas, isto é, o da diferenciação espacial hierarquizada dos blocos de Poder, exemplificado na idéia do *mundo que conta*, e o da abstração do espaço considerado como teatro, poder-se-á acrescentar uma forma específica de analisar os fatores do Poder. Estes, conforme já assinalamos, são considerados do ponto de vista geográfico, isto é, da sua variação no espaço, sendo dado natural prevalência aos fatores da Geografia física, e, nestes, aos aspectos *posição, extensão e relevo*, sendo também estudados, mas em função dos anteriores, os do *clima* e da *fertilidade dos solos*.

De entre os aspectos ligados aos fatores sociais aparecem sempre destacados os demográficos e os etno-culturais. De entre os ligados aos fatores econômicos são em regra destacados os tecnológicos, os da produtividade industrial, os dos transportes e os dos recursos naturais, em especial os necessários à produção de energia. Quanto aos fatores políticos, é naturalmente concedida a maior importância aos aspectos diretamente relacionados com a geração e aplicação do Poder, assim como às atividades estratégicas e di-

plomáticas. Os fatores militares são sempre considerados com particular atenção.

Esses fatores, hierarquizados, organizados em função da sua dimensão geográfica, são estudados nos vários níveis de análise, o nacional, o regional e o mundial, a que correspondem diferentes escalas geográficas. Os resultados desses estudos são integrados, permitindo diferenciar no espaço as capacidades dos diversos agentes para influenciarem os acontecimentos (a perspectiva do *mundo que conta*), tudo sendo simplificado e projetado num espaço abstrato (o *teatro*), onde as grandes linhas dos conflitos, das forças, das tendências, são inscritas segundo modelos de análise. Esses modelos, específicos de cada teoria, materializam, cada um a seu modo, a perspectiva geopolítica.

Para aprofundar um pouco alguns desses aspectos agora apenas aflorados a propósito das duas questões que titulam este trabalho, propomo-nos prosseguir começando por discutir um pouco mais os conceitos de Geopolítica e Geoestratégia, bem como a sua conexão com os que lhe são muito próximos, de Geografia política e de Estratégia. Tentaremos depois uma sumaríssima referência a algumas das principais teorias de entre as que têm contribuído para constituir o acervo de conceitos e hipóteses característicos da Geopolítica, a qual tentaremos organizar segundo dois paradigmas, que designaremos por *dos grandes espaços* e da *oposição mar-terra*. São dois paradigmas que nos parecem subjacentes cada um deles a uma parte dos diversíssimos modelos propostos pelos diferentes autores para explicarem as situações concretas do sistema e subsistemas das relações internacionais,

bem como, para alguns, também de determinadas relações políticas internas. Esses dois paradigmas distinguem-se fundamentalmente pela forma como neles são aplicados os três aspectos da Geografia física mais relevantes nas análises geopolíticas, isto é, a extensão, o relevo e a posição. No primeiro, a extensão e o relevo adquirem maior importância relativa na elaboração dos respectivos modelos, ao contrário do que se passa com o segundo em que a maior importância relativa é atribuída à posição.

Dentro do primeiro paradigma distinguiremos duas subdivisões, ou dois subagrupamentos, consoante o que se nos afigura ser o critério principal subjacente à elaboração dos modelos dos respectivos teorizadores, num caso o político-econômico, no outro o sociocultural. Aproveitaremos a oportunidade da apresentação desse segundo subagrupamento para referir uma questão teórica importante na caracterização das teorias geopolíticas, até pelo menos à Segunda Guerra Mundial, que é a que trata da natureza da influência que o meio natural exerce nos comportamentos políticos, questão essa que separa *deterministas* de *possibilistas*. Como estes últimos estão ligados ao pensamento geopolítico francês do fim do século XIX, o qual, por sua vez, será englobado no subgrupo do paradigma dos *grandes espaços* subordinado ao critério sociocultural, será nessa altura que essa questão será abordada.

Após a apresentação de alguns aspectos de algumas das principais teorias, agrupadas segundo os referidos paradigmas que nos parecem presidir à elaboração dos respectivos modelos de análise, termina-

remos com breves considerações de caráter muito geral acerca de alguns aspectos da aplicação da análise geopolítica (e geoestratégica) ao sistema das relações internacionais após a Segunda Guerra Mundial, procurando desse modo exemplificar, de forma necessariamente muito sumária, a sugestão da hipótese dos dois paradigmas, bem como da sua diferente adequação à interpretação das realidades, sempre mutáveis, que estruturaram as situações nos sistemas e subsistemas das relações internacionais.

DISCUSSÃO DOS CONCEITOS

A Realidade Factual

Existe uma realidade factual que consiste na permanente interação biunívoca entre os indivíduos, as comunidades por estes constituídas e o meio ambiente natural onde se inserem. Esses três elementos evoluem juntos e interinfluenciam-se. Nesse conjunto, a Geografia aparece como fundamento do meio ambiente natural, sendo simultaneamente quadro, agente, objeto e instrumento no complexo de interinfluências atrás referidas. Além disso, e esse aspecto é freqüentemente referido como argumento a favor da importância dos estudos geopolíticos, os fatores geográficos são os de maior permanência entre os que atuam no referido complexo de interinfluências.

As Disciplinas do Estudo

Desde há muitos séculos, pelo menos desde a antigüidade clássica, que grandes personalidades da história do pensamen-

to, entre as quais figuram nomes como os de Heródoto, Platão, Aristóteles, Plínio, o velho, Estrabão, Ptolomeu, Maquiavel, Jean Bodin, Montesquieu etc., no decorso dos seus trabalhos e na medida em que tal para eles se tornava necessário, têm procurado estudar o complexo de interinfluências atrás referido, interrogando-se sobretudo acerca da natureza, importânciia e alcance das influências do meio ambiente natural sobre as características quer somáticas quer psicológicas dos seres humanos, assim como sobre a estruturação social e política, os usos e costumes, das comunidades por eles formadas.

No século XIX esse tipo de estudos aparece em quase todas as disciplinas em que se dividiam as ciências humanas, mas, no que concerne mais diretamente à relação do meio ambiente natural com os comportamentos políticos, sociopolíticos e político-econômicos, ganha maior relevância em disciplinas como a Geografia, a Ciência Política e a Estratégia. Na transição do século XIX para o século XX, autonomiza-se numa especialização da Geografia, a Geografia política, numa nova área de estudos interdisciplinares, a Geopolítica, e no que por uns é entendido como subdivisão da Geopolítica, e por outros da Estratégica, a Geoestratégia. Desse modo, temos que o estudo das relações entre decisões e atos políticos por um lado, e o ambiente natural em que decorrem, por outro, se integra no âmbito dessas seis disciplinas, sendo que, para as três últimas, esse estudo constitui o seu próprio objeto.

Essa sobreposição de âmbitos conduz naturalmente a que diversos autores con-

testem a necessidade das novas disciplinas, havendo entre eles os que consideram todas três desnecessárias, e os que admitem apenas a validade da Geografia política como especialização da Geografia, negando porém valia às outras duas. Por outro lado, conforme já referimos, a conotação da Geopolítica com a *escola* de Munique instrumentalizada pelo nazismo, leva a que alguns autores, embora em menor número hoje do que nos anos cinqüenta e sessenta, não só neguem a necessidade da Geopolítica e da Geoestratégia como, mais ainda, as considerem pseudociências.

Apesar disso, muitos autores foram desenvolvendo estudos no âmbito daqueleas disciplinas, os quais, de resto, como também já assinalamos, se têm multiplicado desde o final dos anos setenta. Entre os autores que reconhecem a importância da Geopolítica, porém, uma parte substancial não distingue dela a Geoestratégia, ou por não considerar importante fazê-lo, ou por considerar não haver diferença significativa entre ambas. Por outro lado, alguns autores, sobretudo entre os militares, entendem, como Lucien Poirier¹⁵ ao afirmar que *o espaço é uma das categorias usuais do pensamento estratégico (...) dizer geoestratégia é tautológico*, não haver razão para autonomizar Geoestratégia de Estratégia. Finalmente, existem os autores que, como o geógrafo Yves Lacoste ou o militar Célèrier, afirmam a necessidade de ambas as disciplinas, procurando caracterizá-las e distinguí-las entre si, assim como relativamente às que com elas têm maior afinidade, Geo-

¹⁵ Segundo citação de Hervé Couteau-Bégarie, na revista *Stratégique* nº 50 (2/91) p. 10/11.

grafia política quanto à Geopolítica, e esta e a Estratégia quanto à Geoestratégia.

A Distinção entre Geografia Política e Geopolítica

As quatro disciplinas que acabamos de mencionar são todas elas sincréticas, fazendo apelo a abordagens pluridisciplinares, onde os conhecimentos da Geografia humana interatuam com os da História, os da Política, os da Sociologia, os da Economia e os das Ciências militares, na tentativa de perceber as complexas relações entre o meio ambiente natural e as comunidades humanas que nele interatuam. Reunindo elementos de tão variadas disciplinas, essas quatro distinguem-se entre si, desde logo, pelas diferenças quanto à importância relativa que para cada uma delas assumem os contributos vindos de outras fontes. Assim, é evidente que, por exemplo, para a Estratégia, e, embora com menor relevo, também para a Geoestratégia, terão muito maior importância os conhecimentos militares do que para a Geopolítica e, sobretudo, do que para a Geografia política. Pelo contrário, principalmente para esta, mas também para a Geopolítica e Geoestratégia, os conhecimentos da Geografia serão mais importantes do que o são para a Estratégia. Por outro lado, o grau de interdisciplinaridade também não é idêntico, sendo a Geografia política e a Estratégia disciplinas mais especializadas, enquanto a Geoestratégia e especialmente a Geopolítica são abertamente interdisciplinares.

A distinção entre essas disciplinas torna-se mais difícil, mas também mais esclarecedora, quando feita entre as que entre si estão mais próximas, isto é, entre a Geografia política e a Geopolítica por um lado, a Geopolítica e a Geoestratégia por outro, e a Geoestratégica e a Estratégia, por outro ainda. Será portanto a comparação entre os termos de cada um desses pares a metodologia adotada, mas, para não alongar exageradamente essa exposição, limitar-nos-emos à simples apresentação de alguns dos respectivos critérios de distinção, acrescentando, no fim, sinteticamente, alguns elementos para uma configuração genérica dos conceitos de Geopolítica e de Geoestratégia.

A propósito da distinção entre Geografia política e Geopolítica, o Professor Sousa Lara¹⁶ apresenta três critérios. Segundo ele, a primeira seria claramente uma ciência descritiva, enquanto a segunda teria uma forte vocação programática. A Geografia política seria predominantemente sincrônica, isto é, tenderia a limitar as suas análises a um determinado segmento temporal, enquanto que a Geopolítica seria por essência diacrônica, isto é, analisando os acontecimentos segundo o vetor tempo, do passado para o futuro. Finalmente, a primeira, apesar de fazer apelo a conhecimento de outras disciplinas seria, antes de mais, uma divisão da Geografia, enquanto a segunda seria muito mais pluridisciplinar.

Esses critérios de distinção, embora não apresentados da mesma forma, encontram-se também em outros autores,

¹⁶ LARA, Antônio de Sousa: *Geopolítica*, ISCS, 1981, reproduzido em extratos no texto de apoio CO-4200/20 do Instituto de Altos Estudos Militares, p. 3-19.

entre os quais será possível encontrar ainda outros critérios, de que dois nos parece poderem complementar utilmente os três anteriores.

O norte-americano Kristoff¹⁷, por exemplo, afirma que *a única diferença real entre Geografia política e Geopolítica está na ênfase, no foco da atenção. A Geografia política tende a focar a sua atenção nos fenômenos geográficos. A Geopolítica, pelo contrário, tende a focar-se nos fenômenos políticos e tenta dar uma interpretação geográfica e estudar os aspectos geográficos desses fenômenos.* Isto é, se bem entendi, a opinião de Kristoff, a Geografia política não seria senão o estudo da Geografia a partir de um ponto de vista político, enquanto que a Geopolítica seria o estudo da Política a partir de um ponto de vista geográfico.

Para o francês Pierre Célèrier¹⁸, a distinção faz-se ainda de outro modo. Para além de considerar estática, porque ligada a um momento dado, a Geografia política, e dinâmica, porque se preocupa com as evoluções e as possibilidades, a Geopolítica, o que se integra no critério do sincrônico *versus* diacrônico já apresentado, Célèrier refere ainda que para a Geografia política *as visões de conjunto (...) são mais justaposições do que sínteses*, enquanto que a Geopolítica *pelo contrário, esforça-se por ligar entre si os diversos fatores determinantes em políticas (...) para chegar a uma síntese.*

A Distinção entre Geopolítica, Geoestratégia e Estratégia

As distinções entre Geopolítica e Geoestratégia, e entre esta e a Estratégia, são menos freqüentemente objeto da atenção dos especialistas do que as entre Geografia política e Geopolítica, talvez porque, para muitos deles, como referimos, a Geoestratégia será ou Geopolítica ou Estratégia. No entanto, entre os que autonomizam a Geoestratégia, é naturalmente possível encontrar alguns critérios de distinção.

Acerca da que possa existir entre Geopolítica e Geoestratégia, o critério mais comum é o de considerar que esta última tem a ver com os problemas estratégicos (situações de conflito e emprego de meios de coação) no âmbito da Geopolítica, entendendo-a como uma espécie de setor desta, com a qual o relacionamento de certa forma reproduziria o que existe entre Política e Estratégia. Será, no fundo, o que terá querido dizer Célèrier ao escrever que *a Geoestratégia, irmã mais nova da Geopolítica, forma com ela um dílico homogêneo que oferece, tanto ao político como ao militar, um mesmo método de aproximação aos problemas necessariamente interligados do mundo atual (...) ela trata do estudo das relações entre os problemas estratégicos e os fatores geográficos. Estes (...) são todos aqueles que vimos desempenhar um papel em Geopolítica.*¹⁹ No mesmo

¹⁷ KRISTOFF, Ladis: *The origins and evolution of Geopolitics*, artigo publicado no vol. 4 (março de 1960) do *Journal of Conflict Resolution*, conforme citação à p. 11 da publicação *Geoestratégia*, IAEM, 1982 do Instituto de Altos Estudos Militares.

¹⁸ CÉLÈRIER, Pierre: *Geopolitique et Geostratégie*, Presses universitaires de France, coleção *Que sals-je?* (1^a edição 1955), 3^a edição 1969, p. 16/1117.

¹⁹ CÉLÈRIER, obra citada, p. 61.

sentido vai o Léxico de Geopolítica, de Jacques Sopelsa²⁰, ao considerar que *a Geofestratégia é o estudo das relações entre os problemas estratégicos e os fatores geográficos. Com a Geopolítica, que completa, ela analisa assim as relações fundamentais que regem o mundo contemporâneo.*

Quanto à distinção entre Geofestratégia e Estratégia, os critérios mais utilizados são, por um lado a escala geográfica em que os estudos são feitos, em geral maior quanto à Estratégia, que estuda o teatro de operações com maior detalhe, focando por isso a sua atenção em espaços mais restritos do que aqueles que, em regra, interessam à Geofestratégia, e por outro, a forma predominante de encarar os acidentes geográficos, que o estrategista tende a ver, sobretudo, como condicionante, enquanto o geoestrategista os coloca no centro das suas análises, valorizando-os principalmente em função do seu eventual papel como objetivos, ou como fatores de Poder.

Esboço de Síntese Conclusiva Acerca dos Conceitos

Na seqüência do que temos vindo a escrever poderemos já, talvez, formular algumas afirmações, que em parte serão conclusões, em parte complementos e elucidações, do que antecede.

Pela sua natureza e na elaboração das suas análises, a Geopolítica e a Geofestratégia constituem metodologias para interpretação das situações políticas, segundo uma orientação realista, particularmente vocacionadas para aplicação nas

relações internacionais, embora também aplicáveis a determinados aspectos das políticas internas.

Ambas utilizam uma visão macroscópica, elaborando sínteses e modelos globalisantes, que integram vários níveis de análise correspondendo a diferentes escalas cartográficas (nacional ou local; subsistemas regionais; sistema mundial).

Centram as suas atenções no que diz respeito à geração, emprego e conquista do Poder, procurando perceber, relacionando-os entre si, os grandes condicionamentos à ação política, bem como aconselhar os decisores na formulação de objetivos (ambas incluem preocupações prospectivas, assim como fortes tendências para o programatismo).

Nos seus estudos, enquanto a Geopolítica se preocupa com o que se relaciona com a geração e o exercício do Poder em geral, a Geofestratégia preocupa-se em especial com o que se refere ao exercício da coação.

Não existem conceitos, menos ainda definições, consensualmente aceitas, para nenhuma dessas disciplinas, mas sim uma grande variedade de propostas apresentadas nos trabalhos de diversos autores. Porém, como uma simples hipótese de trabalho que concretiza de algum modo os diferentes critérios de distinção reunidos, bem como a nossa própria opinião, será possível, e talvez útil, apresentar em jeito de síntese, alguns traços caracterizadores dos conceitos de Geografia política, Geopolítica e Geofestratégia.

Assim, quanto à primeira, tratar-se-á de um estudo sincrônico da Geografia, a

²⁰ Léxico de Geopolítica, Jacques Sopelsa, edição Dalloz.

partir de um ponto de vista político, examinando e descrevendo as condições espaciais da vida dos povos organizados em Estados, nas relações biunívocas, que dessas condições decorrem, entre os processos políticos e os respectivos ambientes geográficos.

Quanto à Geopolítica, será o estudo diacrônico da política a partir de um ponto de vista geográfico, nas suas relações com os ambientes físico e social, estudo esse orientado para as relações internacionais embora não omitindo questões relevantes da política interna, (as que sofrem variações importantes devido à distribuição territorial) dedicando especial atenção ao que se relaciona com a geração, a aquisição e o emprego do Poder, tentando definir constantes tendências, limites e condicionamentos. É, por natureza, uma disciplina que se insere nas orientações realistas do estudo das relações internacionais. Constitui uma forma específica de interpretar a fenomenologia política particularmente vocacionada para a percepção e definição de interesses e objetivos, bem como dos fatores do Poder.

Quanto à Geoestratégia, poderemos considerá-la como o estudo das relações entre os problemas estratégicos e os fatores geográficos, à escala regional ou à mundial, procurando deduzir a influência dos fatos geopolíticos (econômicos, demográficos, sociais etc.) nas situações estratégicas e na consecução dos respectivos objetivos. Constitui uma forma específica de interpretar a fenomenologia política, particularmente vocacionada para a percepção e análise de conflitos (atuais e potenciais) bem como dos comportamentos nesses conflitos.

O ESPAÇO-EXTENSÃO COMO ELEMENTO CENTRAL

Os Dois Paradigmas

Conforme referência feita, a maior parte, senão mesmo a totalidade, dos modelos de análise propostos pelos geopolíticos, poder-se-ão agrupar segundo dois paradigmas, consoante a forma como valorizam e empregam os fatores da Geografia física. Embora todos atribuam um papel de primeiro plano à extensão e ao relevo, assim como à posição dos territórios, uns colocam no centro da elaboração das suas análises a posição, avaliada sobretudo em função da sua relação com mares e continentes, e enquadraram as relações de Poder predominantemente em termos de oposição entre circulações marítima e terrestre, enquanto outros, embora sem ignorar a importância daqueles aspectos, colocam no centro da elaboração das suas análises a extensão e o respectivo relevo dos territórios, enquadrando as relações de Poder mais em função da interação dos respectivos fatores e dimensão dos principais centros de Poder, do que relativamente à maritimidade ou continentalidade das principais linhas de circulação implicadas. Entre estes, ainda é possível distinguir dois subgrupos, consoante a valorização relativa que estabelecem entre os fatores político-econômicos e sócioculturais na forma como definem a estrutura dos grandes espaços em que baseiam os seus modelos.

Ao paradigma subjacente à elaboração dos modelos que colocam a posição no centro das suas análises daremos o nome de paradigma de *oposição mar-ter-*

ra. É, sem dúvida, o mais utilizado, o mais conhecido, e, para alguns, constitui mesmo um autêntico símbolo do pensamento geopolítico. Incluem-se nesse paradigma nomes ilustres como os de Maham, Mackinder, Spykman, Castex etc.

No entanto, os modelos de análise de alguns outros entre os grandes nomes da Geopolítica, designadamente todos os da escola alemã até à Segunda Guerra Mundial, ou os franceses La Blanche, Brunhes e Vallaux, não se enquadram naquele paradigma. No centro dos seus modelos colocam a extensão e o relevo, por isso, ao paradigma que lhes estará subjacente, daremos a designação de paradigma dos *grandes espaços*, subdividido, conforme dissemos, em dois subgrupos, o dos *grandes espaços de definição político-econômica* e dos *grandes espaços de definição sociocultural*, conforme, como aqueles alemães, privilegiem os fatores político-econômicos, ou pelo contrário, como aqueles franceses, os fatores socioculturais. Será por este paradigma dos *grandes espaços* que começaremos a nossa muito rudimentar evocação de algumas das principais teorias do que hoje consideramos Geopolítica, pois terá sido com ele, através da obra de Ratzel, que essa disciplina terá tido o seu início.

Ratzel, 1887

O geógrafo alemão Ratzel (1844/1904) é considerado o fundador da Geografia política como ramo autônomo da Geografia humana. Não é o criador do conceito nem autor dos primeiros trabalhos naquela matéria, mas o seu livro *Geografia Política*, publicado em 1887, é o primeiro a elaborar uma teoria geral pro-

curando explicar a cultura social e política em função do meio físico. É interessante notar que a sua obra, fundadora da Geografia política, é também o ponto de partida para a linha de pensamento geopolítico que freqüentemente se designa por *escola alemã*, e, de um modo geral, ainda hoje referência obrigatória para todo o pensamento geopolítico. Essa origem comum, conjugada com a sobreposição entre o objeto de uma e outra, contribui, naturalmente, para a dificuldade em distinguir Geografia política de Geopolítica que referimos nos dois capítulos anteriores deste trabalho.

As principais contribuições de Ratzel para a Geopolítica (então indiferenciada da Geografia política) podem considerar-se contidas em três conceitos e nas suas leis e teoria dos espaços. Essas últimas têm apenas um interesse histórico, pois tendo sido polêmicas e contestadas na própria época em que foram escritas, hoje estão claramente desadequadas e podem ser criticadas com a maior facilidade. Nelas são visíveis tendências deterministas, e a sua idéia central é a afirmação da conveniência, mesmo até necessidade, da expansão territorial.

Os três conceitos, porém, o do *Estado como entidade territorial*, o do *sentido do espaço* e o do *espaço vital*, fazem parte do acervo comum a todo o pensamento geopolítico que posteriormente se iria desenvolver. Mas sendo muitas vezes contestados e contrariados, mantêm-se ainda hoje como referências, embora dois deles, o de *sentido do espaço* e o de *espaço vital*, tenham sido praticamente abolidos das teorias modernas.

Na sua concepção do Estado como entidade territorial Ratzel enfatiza a im-

portância do território como elemento constituinte do Estado, atribuindo-lhe um papel verdadeiramente determinante na estruturação e no funcionamento do Poder político, assim como na vida e na cultura do povo. Afirma que o Estado tem duas coordenadas essenciais (da sua essência) que são o espaço (extensão e relevo do território), o qual considera ser o fator primordial da vida e da grandeza dos Estados, e a posição.

A essas duas coordenadas essenciais (que ainda hoje, como temos referido, continuam a ser as principais no pensamento geopolítico) Ratzel acrescenta duas outras, que são o objeto dos conceitos de *sentido do espaço* e de *espaço vital*. Quanto à primeira, seria um elemento constituinte do caráter dos povos, representando a aptidão coletiva, variável de povo para povo, para compreender o espaço e dele tirar partido. Quanto à segunda, estava ligada à idéia do espaço necessário à plena realização do sentido do espaço de cada povo. O elemento essencial desse conceito era o da existência de um direito natural, decorrente de um superior *sentido do espaço*, o qual se sobrepunha àquela necessidade.

Kjellen, 1916

O sueco Kjellen, formado em Direito e professor de ciência política na Universidade de Gotemburgo, onde, desde 1908, regeu uma cadeira intitulada *O Estado como forma de vida*, é o criador da expressão Geopolítica, que aparece pela primeira vez num livro publicado em

1916 com o título igual ao da cadeira atrás referida. Nesse livro, desenvolve uma teoria comprehensiva do Estado, a Biopolítica, pretendendo englobar toda a sua complexa realidade, considerando-o organismo vivo, sensível, racional, com formas próprias de atuar em função da sua personalidade e interesses. Divide a Biopolítica em cinco ciências interdependentes, a Demopolítica, ciência do povo como entidade natural e cultural, a Sociopolítica, ciência das estruturas e das instituições, a Cratopolítica, ciência do sistema integrador dos interesses e do exercício do Poder, a Ecopolítica, ciência dos recursos econômicos, e a Geopolítica, ciência do território como elemento integrador do Estado, a qual constituiria o centro de gravidade de todo o sistema.

A obra de Kjellen insere-se na continuidade da de Ratzel, mas mostrando-se claramente mais determinista e organicista do que a dele. Tal como Ratzel, entende que o território é uma força em si mesmo, que quanto mais território mais força, e vai mais longe do que Ratzel, ao afirmar explicitamente que os Estados têm um direito natural ao desenvolvimento e à expansão, e que as grandes Potências constituíram uma aristocracia, classe superior de Estados, com direitos e privilégios indefinidos. Na sua *tese da vinculação territorial do Estado*, reafirma a importância essencial que atribui ao território, ao afirmar que *cada Estado tem o seu núcleo territorial (...) do qual não pode separar-se ou desligar-se sob pena de sucumbir*²¹ e que o Estado é

²¹ Segundo citação de Políbio Valente de Almeida na sua obra *Do Poder do pequeno Estado: Enquadramento geopolítico da hierarquia das Potências* edição do ISCSP, 1990, p. 114.

capaz de suportar melhor a perda de muitas vidas humanas do que a de parte do seu território. A sua visão da política é inequivocamente *hobbesiana*, afirmando que o Estado é Direito por dentro, e força ou natureza por fora, e que, ao tratar-se da sua sobrevivência, o Estado deve preferir o emprego da força aos princípios da moral.

Kjellen forma como que um elo de ligação entre Ratzel e os autores que, a partir dos anos vinte, constituiriam a chamada *Escola de Munique*, para a qual iria contribuir não só com a nova palavra *Geopolítica*, como também com alguns conceitos, como o de *fronteiras naturais* (contido na sua *lei da individualização geográfica do Estado*), as quais define como limites do espaço que fosse possível integrar como *território natural*, o qual, por sua vez, seria todo aquele que estivesse de harmonia com as aptidões e dinamismo de um povo. Nesses termos, as fronteiras seriam limites variáveis consoante aquelas aptidões e dinamismo. A *Escola de Munique* iria retomar essa idéia, ligando-a, aos conceitos de sentido do espaço e de espaço vital, de Ratzel, e considerando a penetração cultural e, mais tarde, a pretensa superioridade racial, como manifestações concretas de superiores aptidões, fundamentos de um pretendido direito a determinadas *fronteiras naturais*.

Haushoffer e a Escola de Munique, 1923/45

Em 1923 o general-de-brigada, geógrafo, geólogo e historiador, Karl Haushoffer, então professor de Geogra-

fia na Universidade de Munique, juntamente com o também geógrafo e professor daquela Universidade, Ernest Obst, funda a *Revista Geopolítica*, a qual, reunindo trabalhos desses dois autores e de outros notáveis contemporâneos como Latensach, Dix e Otto Maul, viria a ser como que o símbolo e o elemento integrador de um conjunto de trabalhos e personalidades que ficou conhecido como *Escola de Munique*. Na produção dessa escola devem distinguir-se dois, ou mesmo três, períodos. Um primeiro de 1923 até 1933 (subida de Hitler ao Poder), o mais fecundo, em que a elaboração se mantém livre de interferências dos governantes. Um segundo período, de 1933 a 1936, em que o partido nacional-socialista passa a controlar, cada vez mais apertadamente a *escola* até que, a partir de 1936, quando é estabelecido um protocolo com o partido, e até ao fim da guerra e da *escola*, esta se torna um mero instrumento de propaganda do nazismo perdendo todo e qualquer valor científico (terceiro período).

A variadíssima produção geopolítica de Haushoffer e da *Escola de Munique* assentava em cinco conceitos, os princípios fundamentais, ligados entre si por decorrência lógicas.

O primeiro era o de *espaço vital*, herdado de Ratzel, com influências de Kjellen e algumas alterações introduzidas pelos autores que constituíam a *escola*. O Estado, que necessita do território apropriado para a realização das suas aptidões, é considerado um organismo vivo, constituindo com o respectivo ambiente geográfico uma comunidade vital indissociável (*sangue e solo*). A partir desse conceito, é elaborada a tese

do direito à expansão da raça alemã devido à sua superior capacidade para organizar o espaço (*sentido do espaço*).

Esse direito à expansão é argumentado também no segundo princípio, o do *direito a fronteiras naturais*, inspirado diretamente no conceito de Kjellen com o mesmo nome. As fronteiras do *espaço vital* deveriam ser, não as resultantes de quaisquer tratados nem as correspondentes a quaisquer acidentes orográficos (*sentido comum de fronteiras naturais*), mas sim as derivadas de um *direito natural*, correspondente aos superiores sentido do espaço e dinamismo social de um povo, materializados na resultante da expansão da sua cultura. Essas fronteiras seriam portanto móveis, dependentes da evolução cultural e demográfica das comunidades, sendo que essa última, a evolução demográfica, era valorizada apenas em função de uma preestabelecida hierarquia das culturas.

O terceiro princípio, o da *autarcia*, está muito relacionado com a experiência traumática da Alemanha na Primeira Guerra mundial, e com o consequente conceito de *guerra total* desenvolvido nessa mesma época por Ludendorff. A aquisição de capacidade para fazer face, com os seus próprios recursos, a situações de fortaleza sitiada, deveria ser a prioridade diretriz da Economia mesmo em tempo de paz, a fim de preparar convenientemente o Estado para a próxima guerra. Esse princípio relaciona-se com os anteriores na medida em que o espaço vital e as respectivas fronteiras naturais deveriam ter em conta a garantia da sobrevivência do Estado, a qual, por sua vez, estaria dependente do nível da *autarcia* conseguido.

O quarto princípio, o das *pan-regiões*, permitiria atingir a plenitude da autarcia. É, de certa forma, emblemático da *Escola de Munique*, e constitui o modelo de análise mais nítido e mais característico do que consideramos ser o paradigma dos *grandes espaços*. Desenvolve-se a partir de estudos em bases econômicas de Arthur Dix sobre o comportamento dos Estados, e de estudos de Walther Schmidt que propõe um critério geoeconômico em que os Estados industrializados aparecem como motores de conjuntos de países nos quais matérias-primas, sua transformação, produção e comercialização, se combinariam harmoniosamente em espaços autárquicos. A Escola de Munique concebe então a divisão do mundo em quatro grandes regiões, auto-suficientes, geograficamente compensadas ao longo dos meridianos para garantir em cada uma delas a suficiente diversidade de climas que lhes permitissem poder eqüivaler-se nas produções agrícolas, a Pan-América, a Pan-Euroáfrica, a Pan-Rússia (englobando o Afeganistão e o subcontinente indiano), e a Pan-Ásia oriental, ou zona de co-prosperidade da grande Ásia. Cada pan-região seria comandada por um *Estado diretor* (em situação não necessariamente de império, mas sim de efetiva hegemonia), o qual garantiria o desenvolvimento integrado de todo o conjunto, liderando a evolução científica e tecnológica, e orientando as especializações e as cooperações. No entender dos autores da *escola*, os *Estados diretores* seriam, respectivamente, os Estados Unidos, a Alemanha, a Rússia e o Japão, e esta organização do mundo, se fosse implementada, uma vez que cada pan-região seria auto-suficiente eliminando-se assim a necessidade das competições

e conflitos econômicos, permitiria estabelecer uma paz universal estável, duradoura, embora previamente algumas guerras tivessem eventualmente que ocorrer para se conseguir aquela organização.

O quinto princípio, o da *hegemonia mundial*, terá sido inspirado pelas teorias geopolíticas de um inglês contemporâneo, Mackinder, sobretudo pelas suas idéias de que quem controlasse o interior da Eurásia (*o heartland*) assim como a Europa Oriental (chave do acesso ao *heartland*, e zona tradicional de influência alemã) dominaria o mundo. Esse princípio é de algum modo contraditório como o anterior, na medida em que, de um mundo funcionando em paz sob o diretório de quatro *Estados diretores*, se passaria a um mundo regido pela hegemonia de um só Estado, a Alemanha, o que viria a introduzir um fortíssimo incentivo para guerras naquela organização do mundo em cuja proposta um dos argumentos principais era a suposta eliminação das causas da guerra. Por outro lado, apresenta-se como que na continuidade lógica do anterior, completando-o. A partir da constituição das pan-regiões, e de uma paz pelo equilíbrio, passar-se-ia a uma paz pela hegemonia, ou pelo império, (entendida como mais sólida que a de equilíbrio), através de um jogo de alianças, a constituir segundo três eixos principais. Um ligando entre si Berlim e Roma, destinado a permitir o completo controle do Mediterrâneo e do norte da África. Outro entre Berlim e Moscou, para estabilizar o controle da Europa Oriental e para evitar uma guerra com a Rússia que, baseando-se em argumentos geográficos, Haushoffer afirmava a Alemanha de então não poder vencer. Um terceiro entre

Berlim e Tóquio, para facilitar o ataque ao império asiático da Grã-Bretanha, entendido como sendo a principal fonte do Poder britânico.

A esses três eixos deveriam juntar-se quatro outros, os secundários, três a estabelecer entre a China e a Rússia, o Japão e a Rússia, e o Japão e a China, porque as características geográficas e tecnoindustriais desses países tornariam guerras entre eles longas e de resultado imprevisível, privando entretanto o mundo (em especial a Alemanha) de recursos essenciais para o êxito final da concepção subjacente a esse princípio. O quarto eixo deveria ser estabelecido entre o Japão e o Chile, a fim de abrir ao Japão bases seguras no continente sul-americano, bem situadas para ajudar ao controle do Pacífico Sul (a *escola* considerava a Austrália e a Nova Zelândia como áreas de expansão naturais para o Japão) e suficientemente afastadas dos Estados Unidos para dificultar a intervenção destes.

Essa teia de alianças, uma vez estabelecida, permitiria isolar os Estados Unidos no seu continente americano, criando-se assim condições para um seu progressivo enfraquecimento e *submissão* a prazo, após o que se entendia que a superioridade científica e tecnológica da Alemanha lhe abriria as portas para a pretendida hegemonia mundial.

O DETERMINISMO E O POSSIBILISMO

O Homem e a Natureza

O século XIX marca, de algum modo, a transição entre a época em que a humanidade tinha sobre a Natureza

uma capacidade de intervenção relativamente limitada, embora em contínua expansão desde o Neolítico, mas sentindo-se sempre o homem muito mais dependente dela do que capaz de a submeter à sua vontade, e uma outra, iniciada com a *revolução industrial*, em que, cada vez mais, os homens vêm conseguindo dominar as forças da Natureza e, sobretudo, se vêm considerando a si próprios como capazes de o fazer, apesar de ignorâncias e limites ainda hoje não ultrapassados.

Essa diferença nas relações entre o homem e a Natureza, e nas respectivas representações mentais, explica que, até ao século XIX, reconhecendo-se e afirmando-se um absoluto império da Natureza que só Deus poderia contrariar, a generalidade dos pensadores tendesse a considerar as influências da Natureza sobre o homem como determinantes, enquanto que, nos nossos dias, percebendo-se melhor os processos naturais e dispondendo-se de meios de intervenção muito mais poderosos, a quase totalidade dos pensadores tende a considerar as influências da Natureza sobre o homem apenas como condicionantes.

Durante todo o século XIX, e primeira metade do século XX, porém, influenciados também pela convicção de que era possível encontrar para os comportamentos humanos leis que os explicassem e regessem de forma análoga às das leis da física e da química para os fenômenos naturais, muitos autores, não apenas da Geopolítica mas de todas as ciências humanas, elaboravam as suas teorias em termos deterministas. Mas mesmo então, muitos outros, em número que foi

crescendo durante o nosso século, criticavam esse determinismo, ao qual contrapunham a afirmação do pleno exercício do livre-arbítrio nas relações entre o homem e a Natureza.

Na recusa do determinismo, dentro do pensamento geopolítico, poderemos detectar três vias principais para explicar as evidentes e importantes influências do meio ambiente natural, por todos reconhecidas, mantendo-as porém no quadro do livre-arbítrio. A primeira terá sido o *possibilismo*, proposto por La Blache. Já no nosso século, Toynbee e Vicens Vives, propõem a hipótese dos *desafios* ou *estímulos*, e, nos nossos dias, o casal Sprout apresenta o seu conceito do *behaviourismo cognitivo*.

La Blache (1845/1918), e a Escola Francesa

O geógrafo e historiador francês Vidal de la Blache foi o iniciador de uma corrente de Geografia política na França, no fim do século XIX e princípio do XX, onde se encontram nomes como os de Jean Brunhes e de Camile Vallaux. Foi também um dos principais contestadores e críticos de Ratzel, tendo sido em oposição ao determinismo deste que desenvolveu o seu conceito de *possibilismo*, o qual pode ser sintetizado na afirmação de que a Natureza não determina nem as decisões nem os comportamentos do homem, mas simplesmente lhe oferece uma gama de possibilidades, entre as quais ele livremente escolhe. Conforme escreve *Uma individualidade geográfica não resulta de simples considerações de clima e de geologia (...)* É um depósito onde

*dormem energias (...) cuja utilização depende do homem que é quem, adaptando-as ao seu uso, ilumina essa individualidade (...) Dessa maneira, o território ou o meio organiza-se e diferencia-se, e chega a ser medalha trabalhada na qual se esculpe a esfigie de um povo.*²²

Para esse autor, embora livres, as escolhas feitas pelos homens entre as possibilidades postas pelo meio (as energias adormecidas) são orientadas pelo que designa como *princípios de civilização*. Introduz a noção de *zonas de civilização* (grandes regiões ou espaços definidos segundo critérios de afinidades culturais) sustentando que a diferenciação cultural é a mais importante quer para perceber, quer para explicar, os comportamentos políticos e sociais. Para ele, contraditando Ratzel, não é apenas nem principalmente o espaço que deve ser considerado para cabal explicação dos fenômenos tanto geográficos como políticos, mas também o tempo, a duração, a História. Porque os fatos não permanecem sempre os mesmos mas variam ao longo do tempo, resulta para os fenômenos, incluindo os geográficos, um caráter de *fluidez* (outra noção introduzida por La Blach) devida à ação do homem. Nessa fluidez, os elementos mais estáveis não seriam os geográficos, ao contrário do que pensa a generalidade dos geógrafos e geopolíticos, mas acabariam por ser os *princípios de civilização*, que orientam a ação do homem nas suas escolhas.

Vicens Vives (1950)

Este espanhol, professor catedrático de História na Universidade de Barcelona, publicou, em 1950, um *Tratado general de Geopolítica*, onde reflete a influência, explicitamente referida, de Arnold Toynbee, revelando também implícitas convergências com o pensamento de La Blache. Começa por se afirmar claramente contra o determinismo e o organicismo tão influentes nos trabalhos da Geopolítica alemã, e por negar à entidade política Estado o papel mais importante na evolução da humanidade. Conforme escreveu, *nem o meio geográfico nem a raça são fatores determinantes, nem a sociedade se parece com um organismo biológico, nem o Estado é o principal ator no jogo da História.*²³ Afirma que a História e a Geopolítica fluem juntas e interligadas, que os valores geopolíticos serão sempre relativos ao seu tempo histórico, e que o elemento central das suas análises deverá ser a *sociedade cultural*, enquanto sujeita a uma série de estímulos resultantes da interação de fatores geográficos e humanos.

Esses *estímulos* ou *desafios*, que as *sociedades culturais* devem enfrentar, vencendo-os para se desenvolverem criando formas superiores de organização e vivência, Vives classifica-os em cinco grupos ou categorias; a *hostilidade do meio*, em que a diversidade das condições ambientais obriga a esforços de adaptação; as *novas pátrias*, em que, do desloca-

²² Segundo citação de Jean Gottmann na sua obra *La politique des États et leur géographie*, edição Armand Colin, 1952, p. de abertura.

²³ VIVES, Vicens: *Tratado general de Geopolítica*, editorial V. Vives, Barcelona, reimpressão da 2^a edição, 1961 (1^a edição 1950), p. 72.

mento de grupos ou de idéias para solos virgens, resultaria um incremento das suas potencialidades, o que seria reforçado quando o mar fosse atravessado; os confrontos entre comunidades diferentes, podendo, quando prolongados no tempo, dar origem a mais elevados níveis de realização política e cultural; as pressões, devidas a trocas e reações culturais em regiões de fronteira entre povos de culturas diferentes; e as sujeições de grupos ou culturas minoritários ou submetidos, podendo essa sujeição galvanizar as identidades assim como as vontades coletivas.

Mas o principal contributo de Vicen Vives para o pensamento geopolítico terá sido o seu conceito de *núcleo geohistórico*, que define como espaço natural favorecido pelo cruzamento de linhas de comunicação, onde, através dos contatos facilitados por esse cruzamento de linhas de comunicação, se vem a originar o ímpeto criador de uma nova cultura ou de um Estado. A esses núcleos geohistóricos corresponderiam *fronteiras geohistóricas*, zonas periféricas da tensão expansiva dos núcleos. Na sua opinião, essas fronteiras geohistóricas, mais do que separadores, função que prevalece nas fronteiras políticas, seriam órgãos periféricos de aproximação, funcionando como pontes entre os povos.

Será interessante notar alguma semelhança do conceito de fronteiras geohistóricas de V. Vives com o de fronteiras naturais (culturais) de Kjellen e da Escola de Munique, não se devendo porém esquecer a importantíssima diferença de que, para estes, essas fronteiras eram concebidas como elementos de penetração e de expansão à custa de outros povos, o que

mostra bem como fenômenos semelhantes podem ser vistos de formas muito diferentes, ou, talvez mais exatamente, como os mesmos fatos podem ter, simultaneamente, diversos significados, por vezes contraditórios entre si.

Margaret e Harold Sprout (1965)

Professores de Geografia e de Relações Internacionais em Princeton, os Sprout elaboraram diversos estudos sobre as relações entre os homens e o seu meio ambiente, designadamente num dos seus livros, escrito em 1965, *The ecological perspective on human affairs with special reference to international politics*, em que desenvolvem o seu conceito de *behaviorismo cognitivo*. Segundo este, o meio não impõe automaticamente comportamentos, mas provoca reações dependentes do entendimento que dele se tenha. O indivíduo responde conscientemente ao seu meio através da forma como o percebe. Desse modo, as idéias erradas acerca do meio podem ter tanta influência na formação de preferências, e na tomada de decisões, como as corretas. Porém, as falhas na percepção das condições limitativas do meio, tal como as ilusões e as más interpretações das circunstâncias geográficas, podem ter severas consequências face ao comportamento a que derem origem. Desse modo, embora as decisões políticas sejam baseadas nas percepções dos homens de Estado acerca do seu meio, os resultados dessas decisões são limitados pela natureza objetiva do meio, conclusão em que os Sprout se aproximam da afirmação de Josué de Castro quando este escreve conforme referimos que as *diretivas políticas não têm sentido fora dos quadros*.

geográficos. Para os Sprout, portanto, os fatores geográficos não compõem, nem mesmo condicionam, diretamente, os decisores políticos, mas sancionam as ações derivadas das suas decisões.

Na sua concepção das relações homem-meio, esses autores aplicam uma perspectiva ecológica, considerando que a Geografia afeta todos os fenômenos humanos e não humanos que possuam uma dimensão espacial e variem ao longo da superfície da Terra. Recordam que todas as comunidades políticas têm uma base geográfica, a qual é uma combinação única de situação (posição), tamanho, relevo, (espaço), clima e recursos naturais, pelo que grande parte das relações entre os Estados compreendem significativas, por vezes mesmo cruciais, considerações geográficas. Enfatizam a importância do papel da tecnologia (instrumental) e da cultura (orientadora das percepções) nas relações homem-meio. Conforme escrevem,²⁴ *um acurado levantamento dos instrumentos, perícias e inovações tecnológicas (...) é crucial para toda a teorização geopolítica (...) Geografia, organismos nos seu ambiente, meio psicossocial, tecnologia, meio operacional e crenças, todos se refletem uns nos outros.*

O ESPAÇO/POSIÇÃO COMO ELEMENTO CENTRAL

O Domínio de um Elemento e a Hegemonia

Muitas teorias e análises, geopolíticas e geoestratégicas, focam a sua atenção no

controle de um elemento (meio) físico (mar, terra, ar) como gerador de poder, procurando interpretar a influência desse controle na configuração da relação de forças entre as diversas Unidades Políticas num determinado sistema internacional. Nesse tipo de análise, que se insere no que designamos por paradigma da oposição mar-terra, a posição (situação), a circulação (mobilidade), e a tecnologia (em especial meios de comunicação e de transporte), assumem uma relevância primordial.

Embora as vantagens e desvantagens das posições marítimas ou terrestres já fossem discutidas desde a antigüidade clássica, onde foram objeto da atenção de autores tão importantes como Platão e Aristóteles, foram as navegações oceânicas, a partir das expedições portuguesas no século XV, que, ao ligarem entre si pela primeira vez com regularidade as diversas áreas civilizacionais de todo o mundo, vieram dar um novo alcance, um alcance global, à circulação marítima e que, ao armarem os navios com artilharia, trouxeram uma nova dimensão à projeção de Poder militar, alterando o papel dos navios, os quais, de mero meio de transporte das forças terrestres, passaram a ter também alguma capacidade de intervenção direta no combate na linha de costa utilizando o seu próprio poder de fogo. Afonso de Albuquerque garantindo com forças militares muito escassas o controle de um império de posições costeiras ligadas pelo domínio das vias marítimas, domínio esse permitido e facilitado pela posse, criteriosamente

²⁴ Segundo resumo de partes (p. 20 e 64) do livro dos Sprout *An ecological paradigm for the study of international politics* apresentado por Dougherty e Pfalzgraff em *Contending Theories of international relations*, a p. 59/60.

escolhida, daquelas posições costeiras, dá-nos o primeiro modelo de uma estratégia global baseada no Poder marítimo, capaz de confrontar eficazmente Poderes terrestres.

Mas o mar não funciona apenas, por via da sua homogeneidade e das suas características intrínsecas, entre as quais a densidade permitindo suportar cargas elevadas, e a extensão, cobrindo a maior parte da superfície da Terra, como meio que confere determinadas vantagens (e também algumas desvantagens) à sua utilização para a projeção do Poder militar. É também fonte de recursos alimentares, minerais, energéticos, gerador de riqueza pelo comércio marítimo e, através da ação do tempo, influenciador de comportamentos, de valores coletivos, de padrões culturais.

A importância econômica do domínio do mar tinha sido tida em conta nas mais antigas reflexões sobre as relações entre as comunidades humanas e os seus ambientes naturais, mas essa importância foi-se naturalmente acentuando na medida em que o comércio internacional se foi desenvolvendo e constituindo uma fração cada vez mais significativa no cômputo global das economias dos Estados. Desse modo, percebe-se que, já no século XVII, em plena expansão das trocas intercontinentais e desenvolvimento das teorias mercantilistas, um autor como o inglês John Evelyn escrevesse que *quem dominar o mar domina o comércio do mundo; quem dominar o comércio do mundo domina as riquezas do mundo;*

*quem dominar as riquezas do mundo, domina o mundo.*²⁵

A existência de influências sobre a maneira de ser e de viver dos povos vindas da sua prolongada relação com o mar também não escapara aos autores clássicos. Desde então, muitos autores escreveram a esse respeito, mas uma das reflexões melhor sistematizadas, e também, talvez por isso, mais conhecidas e citadas, é a do historiador belga Pirenne (1862/1935), que procurou estabelecer os principais traços comuns, por um lado a todas as civilizações marítimas (talassocráticas), e, por outro, a todas as continentais (epiocráticas), contrapondo-as entre si.

Segundo ele,²⁶ as civilizações talassocráticas seriam extrovertidas, vivendo do contato com outras civilizações, sendo as suas culturas produtos de sínteses sucessivas obtidas através de permutas materiais e espirituais com outros povos, resultando estruturarem-se em grupos sociais abertos, mesmo por vezes com prejuízo da solidariedade nacional. Nessas sociedades talassocráticas predominariam o individualismo e a concorrência, geradores tanto de tensões sociais como de riqueza. Quanto às epiocráticas, seriam introvertidas, vivendo voltadas para os seus próprios valores que sublinhariam e estimulariam, cultivando a idéia de superioridade étnica, recusando aculturações, sendo constituídas por grupos sociais fechados, com estruturas muito coesas, em que o indivíduo se submete ao grupo intolerante e rigidamente disciplinado.

²⁵ Segundo citação a p. 45 do manuel MC-4210 do IAEM *Origens e evolução do pensamento geopolítico, síntese histórica*. Outubro 1982.

²⁶ PIRENNE, Henri: *Les grands courants de l'Histoire Universelle*, citado e resumido, na parte referida, por V. Vives a p. 109 do seu livro já citado.

Do ponto de vista da política e da economia, as civilizações talassocráticas teriam a sua riqueza dependente sobretudo do comércio, baseada em bens perecíveis, o que facilita a mobilidade social, teriam o Poder descentralizado tendendo para a democracia, para o liberalismo e para a tolerância, expandir-se-iam pelo colonialismo, que tende para a futura independência dos povos assim trazidos à convivência internacional. Por seu lado, as epiocráticas teriam a sua riqueza ligada à posse da terra, em bens de raiz transmitidos de forma rígida, gerando-se assim classes dominantes, teriam o Poder centralizado, autocrático, tendendo para o despotismo, expandir-se-iam pela conquista e pelo satelitismo tendendo à incorporação e integração dos povos dominados.

As afirmações de Pirenne, ainda que alicerçadas na indiscutível validade da sua obra e do seu saber como historiador, sofrem naturalmente da inevitável subjetividade comum a todas as generalizações, assim como a todas as interpretações. Mas não só as opiniões que acabamos de resumir têm obtido o acolhimento explícito de muitos autores e convergido com as que independentemente muitos outros têm formulado sobre essa matéria, como também a observação dos fatos parece permitir, na maior parte dos casos, uma sua relativamente clara confirmação em linhas gerais.

Os traços civilizacionais assinalados por Pirenne, mais do que elementos que predispõem para o levantamento de um Poder marítimo ou de um Poder terrestre, são decorrência de práticas seculares das atividades relacionadas com a existência desses Poderes e, ou, deles caracte-

rísticas. Os elementos originários dessa existência e dessas práticas seculares, esses são de natureza muito diversificada. Radicam na geografia, mas não só. Derivam também da Demografia, da Economia, da Política e das tendências e predisposições culturais.

De fato, uma nação será marítima (talassocrática) ou continental (epiocrática), não apenas de acordo com a sua posição geográfica, que pode facilitar-lhe, dificultar-lhe, ou mesmo impedir a sua relação com o mar, mas também consonte a sua vida coletiva estiver mais, ou menos, centrada na relação com o mar, ou dele dependente. Serão a importância relativa para a sua economia do comércio marítimo, dos produtos do mar (pesca, sal, adubos...) dos transportes marítimos, do movimento portuário e da construção naval, bem como a sua história em termos de expansão e de ameaças predominantes, orientadas no sentido da costa ou, pelo contrário, no do interior, a forma como o seu território foi constituído, a importância assumida pela relação com o mar na definição e sedimentação de usos, costumes, tradições, ou seja, a Política, a Economia, a História e a Cultura, todas na sua relação mútua e com a Geografia, que, formando um sistema complexo, através da respectiva resultante, permitirão definir a maritimidade ou a continentalidade de uma nação. Dessa consideração podem tirar-se três corolários.

Primeiro, o de que a definição da maritimidade ou continentalidade de um Estado ou nação nem sempre é simples, podendo-se, em muitos casos, encontrar características mistas, designadamente quando o Estado integra diferentes po-

vos e culturas, ou quando o território da comunidade apresenta ambivalência nas suas características geográficas (por exemplo, formas compactas com um bom litoral, ou acesso fácil a rotas importantes tanto marítimas como terrestres).

Segundo, o de que os Estados instalados em vastos territórios tendem a ser de mentalidade continental, já que se constituíram ou a partir de núcleos geohistóricos interiores, ou expandindo-se na direção do interior, cuja conquista e, ou, organização, naturalmente mobilizaram o melhor do esforço coletivo durante grande parte da sua história, tendo-se habituado a basear a sua economia nos respectivos recursos, exceto nos casos em que as regiões centrais são improdutivas. O caso dos EUA por exemplo, é um caso em que grande parte da República, a parte central, apresenta uma mentalidade continental, explicável pela sua história (conquistada a partir do litoral atlântico mas povoada por agricultores e criadores de gado), tanto como pela sua posição geográfica, enquanto que os litorais, separados do interior pelos Apalaches e pelas Rochosas, desenvolveram mentalidades e Poder marítimos. Já a Rússia, com um litoral altamente desfavorável e uma expansão claramente orientada para o interior, constitui um exemplo inequívoco de Estado epiocrático. A China, por sua vez, com um extenso litoral favorável à relação intensa com o mar, mas com o seu núcleo geohistórico e as suas principais ameaças, direções de expansão e recursos econômicos localizados no interior, configura um caso de epiocracia menos nítido que o da Rússia, (tendo até, num curto período da sua história, no fim do

século XIV e início do XV, esboçado a constituição de um verdadeiro Poder marítimo), mas mais acentuado que o dos EUA.

Um terceiro corolário será o de que a variabilidade dos elementos que contribuem para definir a maritimidade ou continentalidade explicam que muitos povos tenham sido alternadamente continentais e marítimos ao longo da sua história, como a Inglaterra ou o Japão, os quais, só a partir de determinadas épocas (séculos XVI e XIX, respectivamente,) mudaram uma mentalidade até então predominantemente epiocrática (apesar das suas características geográficas) para assumirem um espírito e um comportamento coletivo talassocrático, ou como a Espanha e a França, as quais em determinados períodos da sua história se comportaram como talassocráticas, e em outros, como epiocráticas, e em outros ainda, podendo ser entendidas de um ou de outro modo.

Para terminar esta alínea destinada ao alinhavar de algumas considerações de caráter geral acerca do relacionamento teórico entre o domínio de um elemento e o exercício do Poder, acrescentaria ainda que a emergência e sua confirmação após a Primeira Guerra Mundial, da capacidade para utilizar o terceiro elemento, o ar, na circulação veio dar origem a novas teorias sobre as potencialidades do controle desse elemento para o estabelecimento de hegemonias. Na realidade, essas teorias são mais geoestratégicas do que geopolíticas, uma vez que o domínio do ar não traz recursos por si mesmo, não diferencia relativamente à sua aquisição os Estados em termos geográficos, mas sim exclusivamente em termos tecnológicos e econômicos, os

principais elementos de Poder que disponibiliza relacionando-se mais com a projeção do poder militar do que com o comércio. Por outro lado, essas teorias não se inserem claramente no paradigma da *oposição mar-terra*, pelo contrário, tendem a atenuar o respectivo contraste. Elas têm, não obstante, subjacentes à sua elaboração, uma forma de pensar análoga à que é característica das teorias dentro daquele paradigma, pelo que consideramos aceitável fazer-lhes referência neste capítulo.

Maham, o Mar, a Maritimidade

A primeira teorização do domínio do mar como gerador de Poder susceptível de basear a constituição de um império, ou de uma ampla hegemonia, deve-se a um contra-almirante da Marinha dos EUA, professor de História Naval e de Estratégia. O essencial da sua teorização sobre essa matéria, que hoje é do domínio da Geopolítica, encontra-se num seu livro publicado em 1890, sob o título *A influência do Poder marítimo na História*. Nele define o Poder marítimo como sendo *soma de forças e fatores, instrumentos e circunstâncias geográficas, que cooperam para conseguir o domínio do mar, garantir o seu uso e impedi-lo ao adversário*.²⁷

Constatando que o mar cobre a maior parte da superfície do globo (cerca de 7/10) e que a sua unidade e homogeneidade, livre dos obstáculos orográficos que accidentam e compartmentam a superfície terrestre, fazem dele um meio de comunicação melhor do que a Terra, pelo

que o comércio, importante elemento do Poder, se fazia principalmente pelo mar, Maham procura discernir quais as condições necessárias para levar um Estado a tirar partido da utilização do mar. Assim, aquele teria que criar excedentes para trocar, bem como obter navios mercantes para transporte, navios de guerra para defesa e segurança, e colônias que fornecessem pontos de apoio, posições estratégicas (bases terrestres convenientemente localizadas face às principais rotas marítimas, acessíveis por mar e defensáveis contra a terra), e zonas de expansão econômica.

Desenvolvendo essa idéia, define seis fatores decisivos para um Estado poder ser uma potência marítima, aos quais dá o nome de *elementos do Poder marítimo*, três relacionados com a configuração geográfica do respectivo território, dois com aspectos demográficos e sociais e um com o regime político.

A posição geográfica vem naturalmente à cabeça, salientando que a melhor posição de um Estado é a insular, onde não existam fronteiras terrestres a defender, permitindo concentração de forças no mar, maior liberdade de movimentos e flexibilidade estratégica, e que a valorização da posição prenda-se, sobretudo, com a existência ou não de pressões nas fronteiras, com a sua influência na concentração ou na dispersão das forças navais, com a proximidade ou afastamento relativamente às principais rotas marítimas, com o acesso fácil ou difícil aos mares livres, com as possibilidades de controle de estreitos, cabos, áreas marítimas e portos importantes.

²⁷ Segundo citação a p. 72 do manual MC 4210 do IAEM atrás referido.

Segue-se a configuração física, em que o que sobretudo interessa é a natureza e extensão relativa do litoral, a extensão, a permeabilidade, ou a defensibilidade das fronteiras, a existência e qualidade dos portos, a existência de rios navegáveis e de braços de mar, o clima, incluindo nesse elemento também considerações sobre o relevo, a natureza dos solos e os recursos naturais.

Quanto à extensão do território a que vimos a *escola alemã* dar tanta importância, para Mahan o que interessa, mais do que a área da superfície, é a extensão da costa, mas sendo esta valorizada só na medida em que permita o acesso ao mar e em função da maior ou menor facilidade desse acesso.

No que respeita aos aspectos demossociais, nas características da população, embora a quantidade total desta seja importante, mais ainda interessa a parte dessa que se dedica às atividades relacionadas com o mar. Quanto ao caráter nacional destaca o que se refere às aptidões para criar riqueza e para o comércio, bem como para se relacionar com outros povos.

Finalmente, no que respeita ao regime político, tratado no elemento a que dá o nome de *caráter do governo*, destaca a importância da visão, da coragem, da competência, dos chefes e das elites que conduzem os povos, manifestando desconfiança nos processos de decisão próprios das democracias pluralistas, aos quais considera preferível o governo autoritário se exercido por elites esclarecidas.

As suas idéias a respeito da importância do Poder marítimo, inspiradas pelos seus estudos da história da Grã-Bretanha, tiveram grande influência no pensamen-

to e na política da sua época, não só nos Estados Unidos, que no fim do século XIX iriam tornar-se uma potência marítima e proceder à sua expansão ultramarina, como também no Japão e na Alemanha, onde as suas obras eram estudadas nas respectivas escolas navais.

Além do que referimos acerca da definição do Poder marítimo, e que constitui o essencial do seu contributo para o pensamento geopolítico, encontram-se também em Mahan elementos de uma visão geopolítica global. Considerava que as massas terrestres do hemisfério norte constituíam a chave do Poder mundial, passando pelo Panamá e pelo Suez o limite sul das zonas de maior importância em termos políticos e econômicos. Nesse hemisfério, a massa dominante era a da Eurásia, e nesta, o Poder terrestre dominante seria o da Rússia. No entanto, a expansão russa na Ásia poderia, em seu entender, ser contida por uma aliança anglo-americana, devido às grandes vantagens que considera existirem na circulação marítima, dominada por esses dois Estados, face à circulação terrestre, que poderia vir a ser dominada pela Rússia.

Mackinder, a Terra, a Continentalidade

Embora seja a Mahan que se deva a primeira teorização do Poder marítimo, é na realidade com o inglês Mackinder que se estabelecem, de forma completa, os contornos das concepções geopolíticas baseadas no confronto entre potências marítimas e potências continentais para o domínio do mundo. É a partir das suas duas primeiras teorias (1904 e 1919) que se foram definindo os princi-

pais aspectos ou elementos do jogo mar-terra, em torno das respectivas bases de Poder (recursos disponíveis, comércio) das capacidades de intervenção ou de projeção de Poder (glacis, zonas de influência, zonas de interesse, manobras por linhas interiores *versus* linhas exteriores) das capacidades de proteção dos respectivos territórios (extensão, obstáculos naturais), bem como dos principais fatores a ponderar na análise e valorização desses aspectos ou elementos relativamente aos dois tipos de potências, e que são a posição, a extensão e a circulação, esta combinando os anteriores, geográficos, com a tecnologia disponível.

As principais vantagens e desvantagens relativas de cada um dos tipos teóricos de potências configuram-se, sensivelmente, do seguinte modo: as potências continentais dispõem de elevado potencial em recursos naturais e humanos no interior do seu próprio território, o qual é geralmente protegido por fronteiras seguras e por grande espaço de recuo, ou seja, profundidade estratégica, proporcionando-lhes a possibilidade de manobrar por linhas interiores protegidas e de intervir no exterior por linhas mais curtas; as potências marítimas dispõem de recursos próprios, em regra bastante inferiores aos das continentais, mas complementam-nos com os obtidos pelo comércio marítimo e nas colônias, a sua segurança advindo sobretudo da interposição do mar, necessitando porém de fronteiras seguras em terra face aos vizinhos, a sua projeção de Poder fazendo-se por linhas exteriores utilizando o mar, mais versáteis mas geralmente mais longas do que as linhas de comunicação terrestres correspondentes.

Ao contrário de Mahan, Mackinder não viu apenas as vantagens do Poder marítimo, tendo-se apercebido claramente das suas limitações, designadamente do fato de que sendo as potências continentais potencialmente superiores às marítimas quanto a recursos próprios, a eventual vantagem dessas últimas dependeria estreitamente de dois aspectos. Por um lado, da existência de uma superioridade da circulação marítima sobre a terrestre; por outro lado, da capacidade das potências marítimas para negarem às continentais a obtenção de uma capacidade de intervenção no mar que pudesse pôr em causa a sua exploração daquela superioridade. As consequências retiradas por Mackinder dessas condicionantes levou a que muitas vezes tenha sido considerado, pensamos que com alguma incompreensão, um *defensor* da supremacia do Poder continental sobre o marítimo. Na realidade, ele terá simplesmente estabelecido uma visão global do jogo da oposição *mar-terra* apresentando as vantagens e as limitações de um e outro dos tipos de Poder.

O biólogo, historiador, geógrafo e político, Mackinder, elaborou três teorias geopolíticas, ou, se se preferir, elaborou uma teoria, em 1904, que depois corrigiu profundamente por duas vezes, em 1919 e 1943. O conjunto da sua obra figura com justiça entre as mais importantes no âmbito da Geopolítica. Limitar-nos-emos a dela apresentar, seguidamente, alguns dos seus aspectos mais salientes em traços apenas esboçados.

Pode considerar-se que os seus trabalhos nessa disciplina formam um conjunto com três enunciados, conjunto esse ela-

borado sobre a idéia básica de que a emergência de novos meios de comunicação e transporte, em especial o caminho de ferro, ponto de inspiração para o enunciado de 1904, induziria uma mudança na valorização comparativa das vantagens entre as comunicações terrestres e as marítimas, favorecendo as primeiras. Centram-se os três enunciados, sucessivamente, no conceito de *pivot geográfico da História* (1904), na adaptação deste com outros limites e novo nome (*beariland*) às realidades do pós-guerra (1919), e no conceito de *midland ocean* (1943).

Basicamente, vê no globo a existência de uma enorme massa continental, dominante, susceptível de, a partir da conquista, unificação e desenvolvimento, de uma sub-região interior com características geográficas favoráveis, vir a ser controlada por uma potência continental. Essa massa continental dominante apresenta-se rodeada por dois anéis irregulares, grosseiramente concêntricos, o primeiro constituído por mares e desertos, que a separa do segundo anel constituído por continentes, ilhas e arquipélagos, susceptíveis de serem controlados pela potência marítima.

Nas duas primeiras versões considera que se a potência continental conseguir o controle da massa continental dominante (central) virá a desenvolver uma capacidade marítima que, enfraquecendo ou anulando o domínio dos mares pela potência marítima, dará à continental a hegemonia mundial. Na terceira, porém, concebe um sistema que tem inegáveis semelhanças com a OTAN (que só viria a ser estabelecida cinco anos depois), em que o controle da massa continental pela po-

tência continental não conduziria automaticamente à hegemonia mundial, podendo ser eficazmente equilibrado por um outro centro de Poder, organizado sobre o Atlântico Norte (o *midland ocean*) e ligando entre si as duas principais Potências marítimas de então (EUA e Grã-Bretanha), os recursos continentais da América, e uma testa de ponte na Europa, a França.

Na sua primeira teoria a massa continental dominante seria a Eurásia, separada da África pelo deserto do Sahara, e a região interior, que designa por *pivot geográfico da História*, cujo domínio abria o caminho para o controle da Eurásia, seria a grande área ininterrupta de estepes e planícies, zona de circulação por excelência, que se estende desde uma linha irregular entre o Mar Branco e o Cáucaso a oeste, até às regiões do Rio Kolyma e do norte da Manchúria e da Mongólia a leste, e desde a tundra do litoral ártico até às regiões do Altai, do Tien-shan, do Hindu-Kush e do Kara-kum ao sul. Essa orla contínua que rodeia a zona de circulação central é constituída por vastas regiões desertas, geladas, pantanosas e montanhosas, formando uma série de difíceis obstáculos naturais não quebrada por nenhum rio navegável a partir do oceano, pois todos desaguam ou em mares interiores ou em mares gelados, tornando-se extremamente difíceis os acessos à zona interior de planícies e estepes a partir dos litorais da Eurásia. Essa dificuldade nos acessos, conjugada com a própria extensão da área do *pivot da História* e com a severidade do seu clima, garantir-lhe-iam a defensibilidade, mesmo até a inexpugnabilidade, atendendo aos meios da época, constitu-

indo o *pivot da História* como que uma verdadeira fortaleza natural, ótima base de Poder para atuar sobre as regiões periféricas da Eurásia. Estas, segundo a designação de Mackinder, formavam um *crescente interior*, sendo o *crescente exterior* formado pelo anel de continentes e ilhas para além dos mares e do Sahara. O *crescente interior*, dividia-se em quatro grandes regiões: a Europa, o Médio Oriente, o sul da Ásia e a Ásia Oriental do Pacífico, correspondendo cada uma delas a uma grande área civilizacional caracterizada por uma religião dominante, respectivamente, a cristã, a muçulmana, a hindu e a budista.

Na sua versão de 1919, a massa continental dominante passa a ser a Eurásia mais a África, conjunto a que dá o nome de *Ilha Mundial*, e a região interior cujo domínio poderia permitir o subsequente controle de toda a ilha mundial contínua a ser sensivelmente a mesma a que chamara *pivot da História* mas agora com outro nome, *heartland*, e limites ligeiramente alargados para sul-este e bastante alargados para oeste, onde a linha divisória vem passar entre o Báltico e o Adriático. Mackinder adverte que o controle da Europa Oriental seria a chave do controle do *heartland*, e, portanto, um verdadeiro primeiro passo para a hegemonia mundial. Essa relevância dada ao controle da Europa Oriental tinha como intenção alertar os diplomatas que então, em Versalhes, estavam concebendo as novas fronteiras dos países daquela parte da Europa após o desmembramento dos impérios austro-húngaro e turco, de modo a que vissem a ser criados Estados suficientemente fortes para poderem servir de tampão entre a Alemanha e a Rússia. Teve, porém, a certamente inesperada consequência de influen-

ciar os geopolíticos da Escola de Munique, conforme já vimos, na sua concepção do princípio da *hegemonia mundial*.

Finalmente, na versão de 1943, quando a derrota de Hitler já era evidente e se começava a pensar no mundo do pós-guerra, a idéia diretriz passa a ser a de se conseguir um equilíbrio duradouro. O conceito de *midland ocean* procura responder a esse desiderato. Tem como pressuposto a idéia de que o continente americano teria potencialidades suficientes para poder equilibrar o domínio do *heartland* (que a URSS viria a completar em 1948) desde que mantivesse a capacidade efetiva de intervenção oportuna na Europa. É esse o significado da ligação necessária com a Grã-Bretanha e a França no conceito do *midland ocean*.

Quanto aos dois anéis rodeando a massa continental dominante, o primeiro, separador, constituído ou por mares e oceanos ou por vastas regiões, desertas ou semidesertas, o segundo constituído por ilhas e continentes controláveis ou hegemonizáveis pela potência marítima, sofrem também alterações de revisão para revisão, tanto na sua designação, como na sua definição, mas também, no essencial, tanto a visão global de um mundo geopoliticamente divisível em vastas zonas concêntricas, como aquelas funções, de separação para uma, de reserva de recursos controláveis pelas potências marítimas, para a outra.

Castex, o Perturbador Continental e o Equilibrador Marítimo (1935)

O almirante francês Raoul Castex (1878/1968) foi um notável teorizador da

Estratégia, mas a sua principal obra, *As teorias estratégicas*, escrita em 1935, constitui, no seu primeiro volume, também um verdadeiro tratado de Geopolítica e Geoestratégia, introduzindo idéias e conceitos que passaram a fazer parte do acervo comum daquelas disciplinas. É, aliás, um dos autores que argumentaram a superioridade intrínseca do poder marítimo, o que o coloca claramente dentro do paradigma oposição *mar-terra*.

Utiliza o conceito de espaço de Ratzel, valorizando, em especial, as respectivas potencialidades defensivas, como amortecedor de agressões externas. Conforme escreve²⁸, *a geografia não condiciona apenas as ações militares, atua também sobre os fenômenos sociais e políticos (...) Nos seus primeiros tempos poderia o regime soviético ter-se mantido se não estivesse protegido pela imensidão das distâncias, contra as reações morais, econômicas e militares, dos países estrangeiros?*

Acerca do conceito de posição, designadamente quanto à sua importância na gênese e na sustentação do impulso para as expansões ultramarinas de países como Portugal, Espanha, França, Holanda e Grã-Bretanha, defende idéias semelhantes às de Mahan, que, aliás, critica fundamentalmente em muitos aspectos. Define um conceito novo, que designa por *posições geobloqueantes*, as quais consistiriam em posições geográficas dos territórios de determinados Estados, com potencialidade para interceptar saídas das armadas de outros Estados para o mar livre, ou para dominarem importantes ro-

tas que sirvam esses outros Estados, dando como exemplos a posição da Espanha relativamente à França, a qual lhe daria condições para impedir ou dificultar grandemente as saídas do Golfo da Biscaia ou do Mediterrâneo, e a posição da Grã-Bretanha face à Holanda, à França e à Alemanha, devido às possibilidades que essa posição confere para dominar o canal da Mancha assim como as saídas do Mar do Norte.

A principal contribuição de Castex para o pensamento geopolítico terá sido o conceito de *perturbador continental*, segundo o qual, periodicamente, a estabilidade européia tem vindo a ser alterada por um Estado aspirando à hegemonia. Cita como exemplos a Espanha de Carlos V, e depois a de Filipe II, seguidamente a França de Luís XIV, e depois a de Napoleão, finalizando com a Alemanha de Guilherme II. Todos esses Estados, nessas épocas, correspondiam à mesma tipificação: país em pleno desenvolvimento tanto econômico como demográfico, com ambições expansionistas, que busca concretizar no continente, acabando porém por ser contido pela coligação de outros Estados, liderada pela potência marítima.

Conforme escreve o *Poder da Nação ou grupo perturbador nasce do esforço para dominar o seu extenso território, o que lhe dá um caráter essencialmente continental (...) o seu objetivo final, que nunca alcança, é conseguir o domínio do mar (...) quando chega ao limite da sua expansão continental, depara com os poderes marítimos contra ela coligados*.²⁹

Para Castex existe uma superioridade permanente do Poder marítimo sobre o terrestre, já que aquele se desgasta

²⁸ Idem, a p. 77.

²⁹ Idem, p. 79.

menos, devido ao seu estilo envolvente, flexível, enquanto este adota métodos penetrantes, rígidos, produtores de grande desgaste. Vaticina que o próximo perturbador continental seria a Alemanha de Hitler, o que em 1935 já era fácil de prever, à qual se seguiria como perturbador continental a União Soviética, o que então era muito menos previsível (a URSS tinha saído há apenas uma dúzia de anos de uma sangrenta e prolongada guerra civil que a deixara profundamente empobreceda e enfraquecida), e que ambas, como sempre tinha acontecido com os perturbadores continentais, seriam derrotadas pela aliança dos Poderes marítimos (o que, como sabemos, veio a verificar-se, embora as razões possam não coincidir exatamente com as que suportam as previsões de Castex).

Spykman e a Contentação do *heartland* no *rimland* (1942)

Professor de Relações Internacionais em Yale, o norte-americano Spykman (1893/1943) publica, em 1942, o livro *America's Strategy in World Politics*. Nesse livro, escrito num momento crítico da História, e tendo sido um dos mais lidos no seu país durante a Segunda Guerra Mundial, o autor discute o tema fundamental da política externa dos EUA, a dialética intervencionismo/isolacionismo, utilizando argumentação de cariz geopolítico.

Parte da análise da *Sociedade Internacional* como sociedade sem autoridade central que possa preservar lei e ordem, onde, portanto, os Estados devem promover o desenvolvimento do seu Poder próprio como finalidade primordial da sua

política externa, propondo, nesse sentido, algumas afirmações e regras de ordem geral. Assim, a política mundial seria governada pelas realidades geográficas, sendo a Geografia o fator mais fundamental da política externa por ser o mais permanente. O mundo deveria ser dividido em zonas de Poder equilibrado, com base na Geografia e no Poder militar, dentro das quais a recíproca neutralização dos Poderes dos respectivos Estados deixasse aos EUA capacidade de decisão ou de influência decisiva. Seria necessário impedir o acesso aos mares livres por parte dos Poderes continentais.

Considera a superfície do globo dividida em cinco grandes ilhas-continentes, a Austrália, a África, a América do Sul, a Eurásia e a América do Norte, sendo a metade norte claramente mais importante dos pontos de vista econômico, político e militar. Os EUA tinham uma posição privilegiada, pois estavam no hemisfério norte, tinham dimensão continental e tinham bons litorais e portos para os dois oceanos mais importantes, por onde passavam as relações entre a América do Norte e a Eurásia, as quais traçavam as linhas fundamentais da política mundial, já que ligavam entre si regiões de maior densidade de recursos e mais próximas entre si do que as ligadas pelas rotas do hemisfério sul.

Admite a base geográfica dos modelos de Mackinder, mas confere-lhe uma interpretação diferente. Divide o mundo não-americano em quatro zonas concêntricas: o *heartland*, com limites ligeiramente diferentes dos de Mackinder em 1919; O *rimland*, coincidente com o *crescente interior* ou *marginal* de Mackinder em 1904; o *Off*

Shore Continents and Islands, constituído pela África, Madagascar, Austrália, Nova Zelândia, Indonésia e Japão: o *Ocean belt*, constituído pelos oceanos Atlântico, Índico e Pacífico.

Os EUA teriam que impedir que o enorme Poder continental do *heartland*, nas mãos de um só Estado ou coligação, viesse a conseguir dominar o *rimland*, isolando os EUA de interesses vitais para a sua sobrevivência, no comércio, nas matérias-primas, nos combustíveis.³⁰ Assim sendo, deveriam manter uma permanente intervenção nessa vasta orla exterior da Eurásia, cujo papel seria decisivo na luta pelo controle do mundo. Segundo Spykman, o Poder marítimo dependeu sempre das suas posições e aliados nessa orla euroasiática, pelo que, ao contrário de Mackinder, que colocara no controle do *heartland* a importância decisiva, segundo Spykman poder-se-ia afirmar que *quem controla o rimland governa a Eurásia; quem domina a Eurásia controla os destinos do mundo*.³¹ De certa forma, a doutrina do *containment*, que anos mais tarde seria posta em prática pela administração Truman, viria a corresponder a essa importância atribuída por Spykman ao *rimland*.

Douhet, Mitchel, Sversky, o ar e a Unificação da Superfície

A aquisição pela humanidade da capacidade para utilizar a terceira dimensão, tanto em profundidade como em altura (aerostatos, submarinos, aviões, mísseis,

satélites), capacidade essa que atingiria uma dimensão já significativa em termos militares durante a Primeira Guerra Mundial, veio introduzir novas e importantes potencialidades, tanto econômicas como estratégicas, com naturais implicações políticas, sociais, geopolíticas (alterando os dados da circulação e o significado das distâncias, e, portanto, também da extensão e da posição) e, sobretudo, geoestratégicas. Essas potencialidades, no que respeita aos meios submarinos, têm principalmente a ver com os condicionamentos introduzidos ao exercício do Poder marítimo, facultando às potências continentais capacidade para dificultar, ou mesmo impedir, o livre uso das rotas marítimas, como se viu, no decorrer desse século, por parte da Alemanha e, depois da Segunda Guerra Mundial, por parte da União Soviética.

No que respeita aos meios aéreos, essas potencialidades poderão sintetizar-se através de determinadas suas características, tais como a flexibilidade, a versatilidade e a rapidez, todas muito superiores às de quaisquer outros meios de transporte marítimos ou terrestres, e relacionadas com outra sua característica importante, a independência relativamente aos obstáculos da superfície. No entanto, essas vantagens são limitadas pela reduzida capacidade de transporte, pela dependência de bases na superfície que terão de ser devidamente adequadas para a descolagem e para a aterragem, e por uma maior vulnerabilidade a condições climáticas

³⁰ Como vimos, este isolamento americano era, segundo a Escola de Munique, pressuposto necessário para uma hegemonia mundial da Alemanha.

³¹ Segundo Dougherty e Pfaltzgraff, obra já citada, p. 62, indicando como fonte a obra de Spykman *The Geography of the peace*, p. 43.

adversas, de tudo resultando que, ainda hoje, a maior parte do comércio mundial, cerca de 70%, continue a fazer-se através das rotas marítimas, só uma pequena fração, inferior à que é transportada por terra, cabendo aos transportes aéreos, os quais, além da sua maior limitação na capacidade de carga, são também o meio de frete mais caro (cerca de dez vezes mais do que o terrestre e cem vezes mais do que o marítimo).

Em termos militares, acresce ainda aquelas características a não menos importante de poderem facilmente atacar as forças tanto terrestres como marítimas em qualquer ponto do teatro de operações, o que lhes dá uma efetiva capacidade para condicionarem fortemente a ação das forças de superfície.

Em termos geopolíticos e geoestratégicos, resultam dessas características duas consequências principais. Por um lado, a tendência para se atenuar a importância da oposição entre potências marítimas e continentais, uma vez que a obtenção e uso dos meios aéreos (como aliás, dos submarinos) é praticamente independente da posição geográfica, e que a utilização dos meios aéreos condiciona com a mesma eficácia o uso tanto dos meios marítimos como dos terrestres, pelo que se poderá dizer que, de certa forma, vieram unificar a superfície. Por outro lado, na mesma medida em que os raios de ação e as capacidades de transporte dos meios aéreos se foram desenvolvendo, as virtualidades defensivas dos acidentes geográficos bem como das grandes extensões, mesmo das desérticas e das geladas, foram perdendo

algum do seu valor, que se mantém, não obstante, relativamente aos meios de superfície, mas que é suficientemente posto em causa pelos aéreos para obrigar a repensar o papel do *heartland* relativamente ao resto da Eurásia.

Em 1921, o italiano Douhet é um dos primeiros autores a teorizar a importância do Poder aéreo, em especial do ponto de vista estratégico, no seu livro *O domínio do ar*. Nesse seu livro, e em outras obras posteriores, desenvolve diversas idéias novas no seu tempo. Assim, afirma que a aviação, arma ofensiva por excelência dada a sua rapidez e flexibilidade que permitem, facilmente, concentrações inesperadas para o inimigo, revolucionara a guerra ao tornar vulnerável a totalidade do território alterando, portanto, os significados tradicionais de frente e retaguarda. Afirma também que a guerra será, cada vez mais, total,³² absorvendo todos os recursos disponíveis dos Estados, e que para vencê-la seria condição necessária possuir o domínio do ar, o que, por sua vez, implicava destruir prioritariamente os aeródromos e fábricas de aviões do inimigo. Conclui que os acontecimentos na guerra de superfície serão uma mera consequência da guerra aérea.

O americano Mitchel é contemporâneo de Douhet cujas idéias perfilha. Afirma, como este, que as guerras seriam cada vez mais totais, e que os objetivos prioritários das ações aéreas deveriam ser a destruição dos aeródromos e das fábricas de aviões do inimigo. No desenvolvimento lógico dessas perspectivas, afirma que todos os principais centros econômicos, in-

³² O conceito de "guerra total" fora desenvolvido durante este mesmo período pelo general alemão Ludendorff.

dustriais ou políticos, deveriam ser objetivos prioritários da arma aérea, (ponto de vista que prenuncia os bombardeamentos de cidades que iriam acontecer na Segunda Guerra Mundial). Mas a sua idéia mais importante, esta já com implicações verdadeiramente geopolíticas, é a de que os meios aéreos viriam valorizar regiões até então de escassa importância, como o Alasca, a Groenlândia e a Islândia, ou a abrir novas linhas de comunicação que se tornariam de grande importância, como as polares.

Slessor, marechal da RAF, que escreve as suas principais obras pouco antes da, e logo a seguir à Segunda Guerra Mundial, vem mitigar um pouco o otimismo dos autores que acabamos de referir acerca das vantagens e potencialidades da arma aérea. Sem as negar, chama, no entanto, a atenção para as suas limitações, afirmando que *obtida a superioridade aérea, esta terá de se apoiar nas Forças terrestres, uma vez que o Poder aéreo, por si só, não pode derrotar o inimigo. Como o Poder terrestre também não pode dispensar o apoio aéreo, a vitória depende do êxito de operações combinadas*³³. Acerca do espaço soviético, sublinha o fato de este se ter tornado vulnerável ao Poder aéreo. Reforça a idéia de Spykman acerca da necessidade de se conseguir o controle do *rimland* (onde admite a possibilidade de ocorrem guerras limitadas) para garantir acessibilidade terrestre ao *heartland*, já que a eventual ação aérea sobre este, no caso de

uma nova guerra mundial entre potências continentais e marítimas, só por si, não seria suficiente.

Renner, especialista norte-americano em relações internacionais, num seu trabalho escrito em 1944³⁴ é, de entre os autores mais conhecidos no âmbito da teorização do Poder aéreo, o que leva mais longe a reflexão sobre as implicações propriamente geopolíticas da emergência deste novo Poder. Defende a tese de que existe um *heartland* americano com características e potencialidades semelhantes às do *heartland* euroasiático, chamando a atenção para o fato de que as ligações mais curtas entre ambos passavam sobre as regiões polares. Concebe, desse modo, a existência de um *heartland* transpolar, dando ao Ártico um papel de grande nó de comunicações, atribuindo-lhe por isso a designação de *Mediterrâneo mundial*.

Sversky, piloto aviador russo durante a Primeira Guerra Mundial, refugiado nos EUA por causa da revolução bolchevique, autor de vários livros sobre o Poder aéreo durante a Segunda Guerra Mundial e logo após o fim desta³⁵, é conhecido como um dos mais fervorosos defensores da importância do Poder aéreo. Para além de idéias semelhantes às já formuladas por Douhet e Mitchel, acerca da necessidade de dar a maior prioridade à destruição do Poder aéreo inimigo através do bombardeamento de bases aéreas e de fábricas, e da correspondente necessidade de fazer dos bombardeiros de grande raio de ação o elemen-

³³ Segundo citação à p. 99/100 do manual MC 4210 já referido.

³⁴ Segundo citação de Políbio de Almeida, na sua obra já citada, p. 66, referindo como fonte *Peace by the map*, artigo de Renner publicado no *Colliers* de 3 de junho de 1944.

³⁵ De entre vários livros e muitos artigos escritos por Sversky tem especial interesse o livro *A Intervenção do Poder Aéreo na Vitória*, publicado em 1942.

to principal do Poder aéreo, afirma que será indispensável que a arma aérea se torne um ramo independente dentro das forças Armadas. Preconiza a importância fundamental da indústria aeronáutica, que considera ser como que uma verdadeira coluna vertebral do país, cujo Poder seria medido pelo respectivo Poder aéreo, sem o qual as forças militares de superfície para nada serviriam. Considera que a crescente autonomia dos meios aéreos, devida ao aumento espetacular dos seus raios de ação, produz uma tendência no sentido de se poderem vir a tomar dispensáveis as bases aéreas no estrangeiro, caras e dispersadoras das forças, na medida em que precisavam de ser defendidas. Imagina que uma futura guerra mundial seria como que uma guerra de posições; portanto, mais semelhante à primeira do que à segunda, que tinha sido uma guerra de movimento.

Nessa futura guerra, os adversários enfrentar-se-iam através de meios aéreos, a partir de bases nos respectivos territórios, perspectiva essa que não poderia deixar de influenciar as relações de Poder, mesmo em tempo de paz. Concebe então o traçado de duas grandes elipses sobre o mapa do mundo (projeção polar), centradas nos principais centros industriais dos territórios dos EUA e da URSS, abrangendo o espaço alcançável a partir desses centros pelos raios de ação dos bombardeiros de maior autonomia. A vasta zona de sobreposição das duas elipses, abrangendo quase toda a América do Norte, quase toda a Eurásia e o terço noroeste da África, por estar dentro do alcance de ambas as Forças Aéreas das duas superpotências, seria a área de decisão para a hegemonia mundial. O resto do mundo fora dessa

zona de sobreposição, mas dentro de cada uma das duas elipses, corresponderia a zonas de influência e de hegemonia da respectiva superpotência, isto é, o remanescente do continente americano para os EUA e as partes sobrantes da África e da Ásia, para a URSS.

A HEGEMONIA E OS EQUILÍBRIOS

A Visão Geopolítica do Mundo

Chegando ao último capítulo deste trabalho, depois desta sumaríssima referência a alguns dos principais tópicos abordados em algumas das obras importantes no domínio da Geopolítica e da Geoestratégia, seria talvez o momento adequado para tentar extrair, da exposição feita, conclusões sobre as respostas a dar às perguntas com que a iniciamos. Mas, para além de uma ou outra reflexão a esse respeito já apresentada ao longo destas páginas, a própria diversidade de respostas sugeridas pelos diferentes autores que apresentamos parece-nos fazer, ela também, parte do que se deverá entender sobre o que são e para que servem aquelas disciplinas. Assim sendo, uma síntese final tentando ligar em poucas proposições o conjunto de enunciados apresentados, profundo respostas simples e definitivas, não só seria difícil, como excessivamente redutor, e mesmo desadequado.

Deste modo, em vez de um capítulo final de conclusões, pareceu-nos preferível tentar exemplificar uma das vertentes da utilidade da Geopolítica, a analítica, através da proposição de alguns elementos de reflexão, numa perspectiva geopolítica e geoestratégica, acerca do mundo

na segunda metade deste século. Naturalmente não se pretende, de modo algum, elaborar uma análise completa, para a qual seria necessário todo um livro, mas apenas esboçar algumas linhas de um esquema muito geral, que, no entanto, apesar de rudimentar, talvez possa ser sugestivo.

Será então oportuno começar por recordar o que escrevemos na introdução deste trabalho acerca da especificidade da perspectiva geopolítica, a qual consistiria em conjugar a simplificação (abstração) do espaço/meio em espaço/teatro, com a diferenciação espacial (no espaço) da importância relativa dos principais atores políticos e, ou, culturais (*idéia do mundo que conta ou centro versus periferias*).

A visão geopolítica do mundo acaba assim por concretizar-se em esquemas e modelos, os quais, por sua vez, segundo a hipótese que apresentamos, se podem reconduzir a dois ou três grandes paradigmas. A cada um desses paradigmas correspondem formas características de ver o mundo. Assim, conforme tivemos oportunidade de verificar com clareza em Mackinder e em Spykman, mas também de forma implícita nos outros autores referidos no 5º capítulo, ao paradigma da *oposição mar-terra* corresponde a valorização predominante da *posição* e da *circulação*, de que decorre uma visão do mundo dividido segundo zonas concêntricas, oceanos rodeando continentes, litorais rodeando interiores, bem como a tendência para percepções e explicações dos acontecimentos em termos de bipolaridade (potência marítima *versus* potência continental).

Pelo contrário, ao paradigma dos grandes espaços, onde incluímos os auto-

res da escola alemã até 1945, os da escola francesa de La Blache, e V. Vires, corresponde uma valorização predominante da extensão e dos recursos próprios, do que decorre uma visão do mundo dividido, ou em faixas norte-sul, como as pan-regiões da escola de Munique, ou em mosaicos, como as zonas de civilização de La Blache ou os núcleos históricos de poder marítimo (quatro) e de poder terrestre (outros quatro) de V. Vives, bem como a tendência para perceber e explicar os acontecimentos em termos de multipolaridade em função de Estados diretores, ou de Estados centrais, ou de coligações de Estados, influenciando ou hegemonizando cada um dos *grandes espaços*. Nas suas propostas para a definição e organização destes, os autores podem privilegiar critérios de natureza político-económica ou, pelo contrário, de natureza político-cultural, pelo que se poderá subdividir esse paradigma conforme essa diferente valorização desses critérios.

Expansão *Versus* Equilíbrios

Através do exame das principais teorias geopolíticas desde o fim do século XIX até ao fim da Segunda Guerra Mundial será possível concluir-se que em todas, ou quase todas, o problema fundamental das relações de Poder no, ou nos, sistema ou sistemas, de relações internacionais, era posto em termos de expansão e contraposição à expansão, acabando a maior parte delas por procurar definir as condições geográficas que facilitariam a consecução de formas de hegemonia ou de império. A preocupação dominante da Geopolítica, conforme transparece clara-

mente em toda a escola alemã, nas obras de Mahan, e nas duas primeiras de Mackinder, terá sido perceber e fundamental a expansão dos Estados.

No entanto, desde a Segunda Guerra Mundial, verifica-se uma alteração dessa tendência, alteração essa que se pode já observar na terceira teoria de Mackinder e mesmo na obra de Spykman, e que depois se vai acentuando, (Vives, Léopotier, Célèrier, Cohen, Cline etc.), no sentido de privilegiar a busca das condições geográficas que facilitariam a consecução de equilíbrios dinâmicos sustentáveis. A preocupação dominante da Geopolítica parece então ter passado a ser a de encontrar as melhores vias para gerir os equilíbrios.

As razões para essa mudança de orientação estarão certamente ligadas à correspondente evolução das principais características definidoras do Sistema Mundial das relações internacionais. Entre estas, três, a arma nuclear, a descolonização e a ONU, por si e pela conjugação dos seus efeitos, poderão ter tido uma influência decisiva.

A emergência de uma nova arma capaz de, por si só, produzir mais destruição do que todo um exército provido de armas convencionais, capaz de, se aplicada, mesmo em quantidades relativamente reduzidas, destruir completamente países inteiros, veio revolucionar as condições do uso da força militar nos conflitos internacionais. Cedo, se percebeu que era uma arma dificilmente utilizável contra um adversário que dela não dispusesse, dado o impacto nas opiniões públicas que seria causado pelas enormes perdas de vidas humanas que seriam provocadas entre as populações, bem como pelos efei-

tos de poluição radioativa, os quais poderiam atingir outros povos para além dos inimigos, mesmo até o próprio agressor. Menos ainda seria utilizável, em termos racionais, contra um adversário que dela também dispusesse, por causa da alta probabilidade de isso arrastar à completa destruição mútua dos contendores. Dessa forma, a guerra, em que tal arma fosse aplicada, deixava de ser um instrumento racional da política.

Mas, por outro lado, a sua utilização por parte de um qualquer inimigo, até porque a racionalidade nem sempre preside às decisões e aos comportamentos humanos, mantinha-se sempre possível desde que este dela dispusesse, e essa possibilidade, por tênue que fosse, implicava riscos tão elevados que era indispensável garantir alguma forma de proteção contra tal hipótese. A melhor forma de proteção, mesmo a única possível, percebeu-se ser a aquisição da capacidade nuclear suscetível de garantir que qualquer eventual inimigo não pudesse nunca destruir completamente essa capacidade através de um primeiro ataque. Isso garantiria uma muito elevada probabilidade de vir a ser ele também destruído pela resposta à sua agressão. Estabeleceram-se assim os fundamentos da estratégia de dissuasão. Desse modo, a arma nuclear veio a ser a arma que, pela primeira vez na História, existe mais para não ser utilizada do que para o ser, baseando um novo tipo de paz, mais estável do que as tradicionais *pazes de equilíbrio*.

A esse novo tipo de paz deu R. Aron o nome de *paz de terror* porque dependendo não tanto do mero equilíbrio das forças, o qual poderia mesmo não ser atin-

gido (dissuasão do fraco ao forte) mas sim, sobretudo, do mútuo terror provocado pela capacidade de total destruição recíproca. Este excesso de Poder tornava o Poder nuclear inutilizável em termos racionais num confronto direto entre partes que dispusessem de tais armas, pelo que a paz estabelecida entre elas recebeu de Aron também o nome de *paz de impotência*, além do de *paz de terror*.

Naturalmente, nessas circunstâncias, o tradicional tema da busca de uma hegemonia mundial, dificilmente concebível sem arrastar graves conflitos entre as principais potências mundiais, justamente as que após a Segunda Guerra Mundial tinham adquirido capacidade nuclear dissuasiva eficaz, tornava-se inadequado. A *revolução nuclear*, só por si, bastaria pois para explicar a mudança de orientação que vimos referindo. Mas outros aspectos, em especial os outros dois que atrás salientamos, terão também desempenhado influência não despicienda nesse sentido.

A proliferação de novos Estados independentes que resultou da onda de descolonizações após a Segunda Guerra Mundial veio consolidar a repartição total das terras disponíveis. A expansão territorial de qualquer Estado não poderia fazer-se sem ser à custa de territórios de outros Estados independentes, com os inevitáveis riscos de guerra que isso acarretaria. Por outro lado, a implementação da ONU veio introduzir no Sistema Mundial das relações internacionais uma autoridade supranacional simultaneamente *legitimante* das relações e *garante* das soberanias, cuja capacidade de mobilização moral em prol do Direito Internacional, embora desprovida do Poder próprio para impor coativamente

as suas decisões, dificultaria a utilização do Poder militar em empresas expansionistas. Esses dois fatos, potencializando-se entre si, e conjugados com a existência da *paz de terror* entre as potências nucleares, por sua vez ligadas por redes de interesses, influências e alianças, a praticamente todos os outros Estados, vieram dar ao respeito das fronteiras estabelecidas e à estabilidade das relações internacionais em todo o mundo um caráter de menor precariedade do que no passado, susceptível de ser posto localmente em causa por problemas regionais, mas não devendo estes se agravarem ao ponto de poderem arrastar uma conflagração mundial.

A idéia de uma hegemonia mundial aparecia pois como excessivamente amarrada, além de ser cada vez mais difícil de pôr em prática. Em contrapartida, porque os equilíbrios não se estabelecem nem mantêm de forma automática, e podem ser estabelecidos de muitos modos e a diversos níveis, permitindo amplas margens de variação na intervenção dos Poderes em satisfação dos interesses particulares dos diversos Estados, a procura dos *equilíbrios convenientes* no cada vez mais complexo Sistema Mundial oferecia amplo campo de intervenção para as propostas e análises geopolíticas, as quais, pelo uso da Geografia, estão vocacionadas para a percepção dos elementos de relativa permanência, portanto, de alguma forma estabilizados, e por isso referências muito úteis num mundo em acelerada mudança.

A Contenção

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial até meados dos anos sessenta pode

considerar-se ter decorrido uma primeira fase da evolução do Sistema Mundial durante a segunda metade deste século, fase essa marcada por acontecimentos como os ligados ao estabelecimento de uma ordem econômica internacional baseada nos acordos de Bretton Woods e no GATT, com paridades cambiais fixas e o dólar convertível em ouro e funcionando como meio de pagamento universal, ou como os relacionados com a descolonização, mais do que duplicando o número de Estados independentes em todo o mundo, e, através da sua entrada para a ONU, cuja assembleia-geral passaram a dominar pelo número, dando aos países do Terceiro Mundo, do sul pobre e subdesenvolvido, uma voz e uma capacidade de intervenção nos assuntos internacionais que, embora restrita, esses membros do *mundo que não conta* ou da periferia nunca tinham tido até então. Um terceiro aspecto característico dessa fase, diretamente relacionado com os dois anteriores, foi o da emergência do movimento dos não alinhados que buscava potencializar essa recém-adquirida capacidade de intervenção procurando, sobretudo, influenciar as relações internacionais no sentido de obter uma *nova ordem econômica mundial* mais favorável aos países subdesenvolvidos. A conjugação desses acontecimentos tendia a polarizar uma série de conflitos internacionais segundo uma clivagem que os analistas passaram a designar por *confronto Norte-Sul*.

Em termos político-estratégicos, porém, todo o Sistema Mundial era dominado pelo conflito de interesses, à escala global, entre as duas superpotências nucleares, liderando cada uma delas um blo-

co de países e uma ideologia-projeto para o desenvolvimento econômico. Também essa oposição tendia a polarizar a generalidade dos conflitos em todo o mundo segundo uma grande clivagem, esta designada por *Conflito Leste-Oeste*. Neste enquadramento, essa primeira fase que estamos a caracterizar corresponde à primeira fase da Guerra Fria (que dura segundo alguns autores até à morte de Stalin, segundo outros até ao fim da crise dos mísseis de Cuba), e à fase da coexistência pacífica que se lhe segue, até, sensivelmente, ao início da *détente*.

Durante todo este período, idéias como as da condenação do imperialismo, do colonialismo e do neocolonialismo foram dominantes nos meios intelectuais e nos *mass media* de todo o mundo, mesmo nos países mais freqüentemente acusados desses *crimes*, colocados no banco dos réus da opinião pública mundial, os quais eram todos pertencentes ao Primeiro Mundo, ao hemisfério norte, ocidental, demo-liberal, desenvolvido e rico.

A URSS era então uma potência que correspondia claramente ao padrão das potências continentais, portanto, possuindo escassa capacidade para projetar Poder fora da Eurásia, enquanto os EUA eram também claramente uma potência marítima, mas, no entanto, divergindo do puro modelo teórico na medida em que dispunham de uma base de Poder continental cujas potencialidades não eram muito inferiores às da potência continental. Como potência marítima os EUA ostentavam uma decisiva capacidade de projetar Poder, podendo intervir em qualquer ponto do globo alcançável a partir do mar, e lideravam a organização de uma série de pactos

e alianças com, e entre, Estados situados na periferia da Eurásia, a cuja constituição presidiam sobretudo critérios de defesa e segurança, como a NATO, a SEATO, o Pacto de Bagdad, a ANZUS etc. Por sua vez, a URSS liderava também a organização do Pacto de Varsóvia e do COMECON. Desse modo, a configuração da distribuição dos Poderes a nível mundial era nitidamente bipolar, a estratégia que presidia às intervenções dos EUA era a da *contenção* da expansão da URSS no *rimland*, e o paradigma geopolítico mais adequado à percepção das dinâmicas subjacentes aos acontecimentos durante todo esse período era, sem dúvida, o da *oposição mar-terra*.

A Disputa do Terceiro Mundo

De certa forma, o envolvimento dos EUA na Guerra do Vietnã e a subsequente derrota do seu projeto político para aquela região marcam, de forma emblemática, o fim da configuração político-estratégica característica do período anterior. Na realidade, porém, muitos dos parâmetros que temos vindo a referir já vinham sofrendo alterações significativas desde a segunda metade dos anos sessenta. Uma segunda fase da evolução do Sistema Mundial pode assim ser identificada entre, sensivelmente, o fim da década de sessenta e o fim da década de oitenta.

Esse período corresponde, *grosso modo*, às fases de evolução do Conflito Leste-Oeste designadas por da *détente* (desde a visita de De Gaulle ao Kremlin, ou desde o início da *ostpolitik* de Willy Brandt, até ao início do envolvimento da URSS na Guerra do Afeganistão), por da segunda Guerra Fria (desde então até à ci-

meira de Rejkiavick), e por da *nova détente* (desde aquela cimeira até ao início do colapso dos impérios soviéticos).

As idéias da importância e da universalidade dos direitos humanos, bem como da proteção dos direitos das minorias, a convicção do que o desenvolvimento econômico deveria prevalecer sobre as ideologias e que esse desenvolvimento econômico seria favorecido pela economia de mercado e por alguma descentralização do Poder político, vão abrindo caminho nos meios intelectuais e nos *mass media* e vão-se progressivamente impondo, progressão essa estreitamente ligada a acontecimentos como os da invasão da Checoslováquia em 1968, os da Conferência de Helsinque em 1974, os da invasão do Afeganistão em 1979, ou os da eleição de um Papa polaco e a luta do Solidariedade na Polônia no início da década de oitenta. Os regimes totalitários, comunistas ou não, com frequência crescente aparecem também eles a ocupar lugar de réus perante a opinião pública mundial.

Porém, a grande viragem em termos político-estratégicos terá consistido no desenvolvimento de um enorme Poder marítimo por parte da URSS, a qual, durante a década dos anos setenta, se transforma na segunda potência naval do mundo, logo atrás dos EUA e muito acima da Grã-Bretanha e do Japão, ultrapassando mesmo os EUA quanto às frotas de submarinos, e desenvolvendo marinhas de comércio, de pesca e de investigação oceanográfica, que se colocam entre as primeiras do mundo. A URSS, embora sempre limitada pelas condições geográficas desfavoráveis dos seus litorais, adquire, não obstante, uma efetiva capacidade de

projeção de Poder para fora da Eurásia aparecendo a rivalizar com os EUA na disputa de zonas de influência na África e na América Central, deixando assim de corresponder inteiramente ao padrão de potência continental, antes se aproximando do tipo de potência simultaneamente continental e marítima que fora, e continuava a ser, o dos EUA.

Após o fim da grande vaga de descolonizações que se seguiu à Segunda Guerra Mundial, praticamente terminada no início da década dos anos setenta, a África, a Ásia do Sul, as ilhas do Pacífico e as Américas Central e Sul, tinham, como vimos, ganho importância geopolítica relativa, mesmo até, por vezes, e em certos casos, alguma capacidade para exercer influência no Sistema Mundial. Essa importância relativa cresce até atingir o seu apogeu na segunda metade da década dos anos oitenta, mas começando a declinar de então para cá. Para além das razões que afloramos já a propósito do período anterior, a competição leste-oeste tornara-se a grande responsável por essa valorização, ao alargar a margem de manobra das pequenas potências que aumentavam a sua capacidade de jogar com os interesses opostos das superpotências, na mesma medida em que aquela competição se radicalizava e se expandia. Ao incrementar a sua capacidade de intervenção fora da Eurásia, a URSS obriga a potência marítima a uma maior esforço na sua contenção, que passa a se estender, agora, também às regiões costeiras da África e das Américas. Ou seja, de certa forma, é como se surgissem novos *rimlands*, o que na realidade indicia uma menor adequação dos

modelos dentro do paradigma *mar-terra* para explicar as dinâmicas do Sistema Mundial.

Ao longo desse período, vão-se tornando cada vez mais aparentes alterações no parâmetro fundamental da circulação, em especial nas vertentes político-estratégicas deste, que dizem respeito à projeção de Poder. As crises políticas tornam-se mais freqüentes e mais influentes, na medida em que constituem a forma que a dissuasão nuclear consente para o confronto entre as superpotências, e a competição entre estas se estende ao mundo inteiro. Ora, na gestão das crises, como aliás também no desenvolvimento econômico, cada vez mais percebido como elemento fundamental de todo o Poder e também como elemento da maior importância na disputa de influências no Terceiro Mundo, a obtenção da informação e a rapidez, tanto na decisão como na intervenção, assumem importância decisiva.

Isso tende a valorizar o Poder aéreo, que, como vimos, depende pouco do fator geográfico *posição*, bem como os meios eletromagnéticos e eletrônicos de colheita, transmissão e gestão da informação, os quais, precisamente, conhecem um espacial desenvolvimento durante esse período e são independentes da *posição* geoestratégica. Por outro lado ainda, a evolução da produção industrial que assentava cada vez menos nas indústrias pesadas, o crescimento da mobilidade financeira cujo investimento, juntamente com a competência tecnológica, se tornaram decisivos para o desenvolvimento, aspectos que também caracterizam esse período, tornaram os Estados menos dependentes da circulação maciça de recursos materiais (a qual,

ao longo dos séculos, valorizara o transporte marítimo), do que dos meios rápidos de comunicação (áreos e eletromagnéticos), e das trocas de informação.

A todos estes aspectos deverá ainda acrescentar-se o crescimento da competição econômica entre as três grandes potências econômicas (EUA, CEE e Japão) que dividia o bloco que no período anterior, antes das crises dos anos setenta, fora claramente liderado pelos EUA, ao mesmo tempo que a rivalidade da China dividira o bloco liderado pela URSS. Em vez da nítida bipolaridade da primeira fase, vemos assim desenhar-se uma polaridade complexa, combinando uma bipolaridade, que se mantiña, mas atenuada e restringida aos aspectos político-estratégicos, com uma multipolaridade em termos apenas político-econômicos, mas estes tornando-se cada vez mais importantes na definição das relações de Poder a nível mundial.

Entretanto, a tendência para a organização regional de coligações de Estados que víramos no período anterior ser baseada sobretudo em razões de defesa e segurança, sendo essas organizações geralmente lideradas pelas superpotências, nesse período essa tendência manteve-se e acentuou-se, mas os vetores que presidem a essas organizações passam a ser predominantemente os econômicos, e muitas delas emergem sem qualquer interferência das superpotências. O modelo que nelas prevalece deixa de ser o da OTAN para passar a ser o da CEE.

Verifica-se também que as duas superpotências, cada uma delas um grande es-

paço politicamente unificado num só Estado, ambas combinam agora características quer de potência marítima, quer de potência continental, e que, se os EUA apresentam mais características de Potência marítima do que continental e o inverso se passa com a URSS, a verdade é que a diferença decisiva na relação de Poder entre ambas passou a assentar mais na diferente capacidade científica e tecnológica de cada uma do que na sua diferente posição face às rotas comerciais e às linhas de projeção de Poder.

A conclusão a tirar parece ser a de que o paradigma da *oposição mar-terra* terá perdido valor analítico durante esse período, tornando-se mais adequado o da dialética dos *grandes espaços*. O mundo deixara de poder ser adequadamente entendido em termos de zonas concêntricas e de oposições bipolarizadas, para passar a ser melhor compreendido se visto multipolarizado, como um gigantesco mosaico de grandes espaços. Parece ser esse o entendimento de Franck Debié quando, em 1990, escreve na revista *Stratégique*:³⁶ *a rivalidade percebida não é tanto a rivalidade política e militar com a URSS, como a rivalidade econômica e política com a CEE e o Japão. São as pan-regiões de Haushoffer mais do que o modelo de Mackinder que vêm agora obcecando a imaginação dos políticos, dos peritos, dos universitários e dos jornalistas americanos.* E essa parece ser também a tendência que preside à elaboração dos modelos geopolíticos de importantes autores dos anos setenta e oitenta, como Cohen, Clyne, Galtung...

³⁶ DEBIÉ Franck: *La Geopolitique est-elle une science? Un aspect de la Geographic Politique de Peter Taylor*, artigo publicado na revista *Stratégique*, p. 59.

A “Nova Ordem” Mundial

Com o colapso da URSS inicia-se uma nova fase, a que estamos vivendo. Os conflitos regionais, até então fortemente influenciados, não propriamente na sua gênese, mas na sua configuração e na sua evolução, pelas intervenções das superpotências, libertam-se agora desse enquadramento que lhes era dado pelo conflito leste-oeste, desaparecido, mas sofrem crescente influência do alargamento do fosso entre ricos e pobres gerador do confronto Norte-Sul. Por outro lado, a proliferação no Terceiro Mundo de indústrias militares, mísseis e armas de destruição maciça, iniciada no período anterior mas em constante progresso e de controle muito difícil, agravada pela situação quase anárquica que se vive no espaço da ex-URSS confere a essa libertação dos conflitos regionais uma periculosidade acrescida, preocupante, tornando-se talvez na razão principal para muitos analistas afirmarem estarmos hoje num mundo mais imprevisível e menos seguro.

Os radicalismos político-religiosos e os político-étnicos (fundamentalismos, xenofobias, racismos...) expandem-se e tendem a dominar a cena política internacional. De certa forma, parecem estar a ocupar o lugar das grandes ideologias políticas, como polarizadores, segundo vetores culturais, de revoltas e de conflitos muitas vezes com raízes econômicas e sociais. A evolução dos movimentos terroristas, a expansão avassaladora do narcotráfico e do crime organizado, que progressivamente se vão impondo como preocupações dominantes em termos de segurança e defesa, estão ligadas não só

entre si mas também à generalidade daqueles radicalismos.

A explosão demográfica nos países subdesenvolvidos e as sérias ameaças aos equilíbrios ambientais constituem outras duas ordens de preocupações que, pelo seu agravamento exponencial tornando já irrecusável reconhecer os efeitos nefastos assim como os enormes riscos a elas associados, e pela extrema dificuldade em combater os seus efeitos, estão atraindo uma crescente atenção tanto dos políticos como dos intelectuais, começando também já a mobilizar meios de comunicação social e opiniões públicas. Acresce que essas duas ordens de preocupações estão relacionadas entre si de uma forma complexa, já que quanto maior for o número de seres humanos maior é a agressão ao ambiente, mas por outro lado a poluição causada por cada indivíduo residente nos países ricos, onde o crescimento demográfico está estabilizado, é várias vezes superior à que é causada pelo residente nos países pobres. Por outro lado, ainda, os grandes centros industriais, indispensáveis ao desenvolvimento econômico do Terceiro Mundo, desenvolvimento que, por sua vez, constitui a única via eficaz para, a prazo, estabilizar o crescimento das suas populações, esses centros industriais são altamente poluentes, sobretudo os baseados em indústrias de baixa tecnologia, as quais são, justamente, as mais adequadas às capacidades tecnológicas e financeiras daqueles países.

Idéias como as do dever universal de respeitar os direitos humanos e os das minorias, da importância da cooperação internacional e da solidariedade social, da bondade do demoliberalismo (proposta

sociopolítica considerada vencedora do socialismo marxista no decurso da Guerra Fria) consolidam a sua predominância nos meios intelectuais e nos *mass media*, mas os princípios da não-ingerência nos assuntos internos de cada Estado e da inalterabilidade das fronteiras sem ser por acordo pacífico das partes, verdadeiros pilares dos conceitos tradicionais de independência e soberania, e da estabilidade nas relações internacionais, começam, o primeiro, a ser entendido como podendo ser posto em causa por razões humanitárias ou mesmo para proteção dos direitos de minorias em casos de grande gravidade, e o segundo, a ser violado pela utilização da violência armada com posterior aceitação dos fatos consumados pela comunidade internacional, arriscando-se assim a reabertura de um sem-número de conflitos sobre o traçado das fronteiras, em todo o mundo, muitos deles extremamente perigosos.

A configuração dos Poderes a nível global mantém a complexidade a que fizemos referência no período anterior, na medida em que continua a distinguir-se a situação em termos político-estratégicos da em termos político-econômicos, mantendo-se nesta a competição entre os mesmos três grandes pólos econômicos que tínhamos referido, mas transformando-se a bipolaridade político-estratégica em unipolaridade. Ao contrário, porém, do que teria acontecido em qualquer outro momento da História, essa unipolaridade político-estratégica não tende, pelo menos por enquanto, para a hegemonia mundial, devido precisamente à multipolaridade econômica que as idéias prevalecentes nas opiniões públicas, os regimes demoplura-

listas, a autoridade legitimante da ONU e a dissuasão nuclear, permitem conviver com, e equilibrar a, unipolaridade política-estratégica.

De tudo isto parece poder-se concluir estarmos vivendo um momento histórico marcado profundamente por um crescimento exponencial quer das interdependências (em muitos casos já interpenetrações), quer da necessidade da cooperação internacional. Essa necessidade da cooperação internacional, por sua vez, relaciona-se não só com aquele crescimento das interdependências como também com a natureza dos grandes novos problemas internacionais, ecológicos, do desenvolvimento econômico, da contenção das pressões demográficas, da proliferação de armas de destruição maciça, do terrorismo, droga e crime organizado, todos eles impondo ação internacional concertada para adequado controle. Necessita, porém, para vir a ser adequadamente satisfeita, de progressiva alteração das mentalidades, a qual, lentamente, se vem verificando, e que, de algum modo, se indica nas idéias prevalecentes que apontamos para cada um desses períodos que temos esquematizado.

Tanto as interdependências crescentes como a preferência pela cooperação potencializam a tendência, iniciada após a Segunda Guerra Mundial, para a organização de coligações de Estados em vastos espaços regionais, o que tem conduzido ao aparecimento de novas organizações e ao aprofundamento e alargamento de outras. Verifica-se, porém, que os vetores sócioculturais surgem com maior freqüência a desempenhar papel de relevo, para além das tradicionais razões de segurança e de vantagens econômicas, na emergên-

cia, na estruturação e no funcionamento dessas organizações. As idéias de La Blache, de V. Vives e de muitos outros geopolíticos, sobre a importância e o papel das entidades culturais, as preocupações de muitos políticos e analistas das relações internacionais quanto ao aumento de influência dos aspectos culturais, através de fundamentalismos e nacionalismos, no incremento da conflitualidade violenta a nível global, chegando a falar-se em guerras de civilizações³⁷, adequam-se a, ou inserem-se nesta, acrescida importância dos vetores culturais nas dinâmicas do Sistema Mundial. Essa acrescida importância está estreita e inevitavelmente ligada ao crescimento exponencial de todas as formas de comunicação entre os povos, crescimento esse que está no cerne da avassaladora proliferação das interdependências, e que, ao ameaçar provocar o progressivo apagamento das diferenças culturais em favor de uma cultura universal massificada, desperta e intensifica todas as formas de afirmação das culturas próprias e de rejeição das alheias.

Enquanto que a interdependência e tendência para a cooperação impulsionam, diretamente, a tendência para a organização de grandes espaços regionais, mesmo até para o esboço de estruturas supranacionais, pelo contrário os particularismos culturais, os fundamentalismos religiosos e as erupções nacionalistas, atuam em sentido oposto, gerando-se assim uma dialética que nos parece virá a ser a principal responsável pela configuração de uma futura nova ordem mundial. Dessa

dialética tanto poderá resultar o progressivo desfazer das organizações já existentes, regressando-se a situações do Sistema Internacional mais dominadas pelas rivalidades entre os Estados, soberanos e independentes, de certo modo análogas à prevalecente até à Segunda Guerra Mundial, com uma ONU reduzida ao papel da Sociedade das Nações, ou simplesmente desaparecida, como dela poderá resultar, no extremo oposto do leque das possibilidades, uma expansão e consolidação da organização dos grandes espaços, até estes assumirem alguns Poderes supranacionais e englobarem todos os Estados, substituindo-se-lhes como principais protagonistas do Sistema.

Nessa hipótese, porém, a dialética com as fortes pressões nacionalistas e religiosas deveria conduzir não só ao privilegiar de vetores culturais na estruturação daquelas organizações, como a uma relativamente grande descentralização política destas, através da prevalência de regimes políticos demopluralistas nos Estados-membros, da institucionalização de formas eficazes para garantir o respeito e a proteção dos direitos humanos e dos direitos das minorias, da concessão de autonomias regionais, de estrita aplicação do princípio da subsidiariedade na transferência de competências e poderes. Desse modo, as organizações supranacionais poderiam funcionar como grandes quadros político-econômicos, suficientemente flexíveis, no interior dos quais a pressão dos Estados sobre as suas minorias poderia ser aliviada, deixando a estas mai-

³⁷ Recorde-se a este respeito o bem conhecido artigo de Huntington *The clash of civilizations* publicado no *Foreign Affairs*, 72/3 (Summer 1993), p. 22 a 49.

ores possibilidades para o exercício de suficiente autonomia tanto administrativa como econômica, assim como para livre expressão das suas especificidades culturais, e, por outro lado, estas poderiam encontrar estabilidade e viabilidade que, de outro modo, a reduzida dimensão de muitas dessas minorias e a sua freqüente inter penetração territorial dificilmente possibilitaria.

Neste mundo muito complexo, em rápida transformação, a perspectiva geopolítica poderá ser mais útil do que nunca, apontando afinidades denunciando obstáculos, esclarecendo condicionantes, detectando potencialidades e vulnerabilidades, sugerindo configurações. O paradigma mais adequado para os respectivos modelos de análise, pelo menos enquanto a Rússia não emergir de novo no papel de grande *perturbador continental* para o qual, no entanto, as suas extensão e posição geográficas a empurram, conti-

nuará a ser, tal como terá sido durante as décadas de setenta e oitenta, o dos *grandes espaços*. Mas, enquanto que durante aquelas duas décadas se trataria sobretudo desse paradigma estruturado segundo a prevalência dos vetores político-econômicos, as condições atuais atrás descritas parecem aconselhar preferir-se agora optar pela sua versão estruturada segundo a prevalência dos vetores sócioculturais. As iniludíveis necessidades de mudança de mentalidades para adaptação às novas condições sociais e para encontrar as respostas adequadas que os novos desafios exigem a crescente importância das motivações culturais na gênese dos conflitos violentos, o constante alargamento das esferas de cooperação internacional e a evidência de que esta se estabelece mais fácil e mais solidariamente quando se partilham significados e valores, tudo parece concorrer para que, neste virar do milênio, assim seja. ☽

“A pátria é a família amplificada.”

Rui Barbosa

“Não corrigir nossas faltas é o mesmo que cometer novos erros.”

Confúcio

“Em todo lugar, lembrar-se da Pátria.”

José Bonifácio

As Comissões Brasileiras Demarcadoras de Limites

Breve notícia histórica

Juvenal Milton Engel*

O artigo apresenta uma síntese informativa das ações realizadas pelo órgão vinculado hoje ao Ministério das Relações Exteriores responsável pela implantação dos marcos definidores das fronteiras terrestres nacionais.¹

As Comissões Brasileiras Demarcadoras de Limites, órgãos integrantes do Ministério das Relações Exteriores, têm por competência executar, juntamente com os delegados das comissões estrangeiras correspondentes, os trabalhos de demarcação e de caracterização dos limites internacionais do Brasil e incumbir-se da inspeção e da manutenção dos marcos anteriormente erigidos. São duas, as comissões: a primeira, com sede em Belém, tem a seu cargo as fronteiras com o Peru, a Colômbia, a Venezuela e às Guianas; à segunda, sediada no Rio de Janeiro, estão afetas as fronteiras com a Bolívia, o Paraguai, a Argentina e o Uruguai.

Convém, desde logo, fazer uma distinção técnica entre os termos demarcação e caracterização: *demarcação* é a operação pela qual são colocados os marcos princi-

pais, a saber, os de mudança de direção, no caso de os limites serem definidos por linhas retas, ou os de mudança de regime, quando se passa de fronteira fluvial para linha seca, por exemplo; e *caracterização* é a fase na qual são intercalados marcos secundários, tanto quanto possível intervísiveis, entre os marcos principais, nas fronteiras secas. Todas as nossas fronteiras estão demarcadas, num trabalho que teve início em meados do século XIX, estando algumas delas com o trabalho de caracterização praticamente concluído.

RESUMO HISTÓRICO – AS PRIMEIRAS TENTATIVAS DE DEMARCAÇÃO

Curiosamente, o interesse pela definição de nossas fronteiras antecedeu mesmo ao descobrimento do Brasil. Efetiva-

* Coronel Engenheiro Militar, Sócio Titular do IGHMB.

¹ Maiores informações sobre fronteiras e limites do Brasil podem ser encontradas no site www.sedl.gov.br.

mente, pelo malfadado – e nunca cumprido – Tratado de Tordesilhas, assinado em 7 de junho de 1494; a partilha das terras de Portugal e da Espanha seria feita por uma raia meridiana distante 370 léguas a oeste das Ilhas de Cabo Verde.

Por razões diversas – entre elas a total impossibilidade, na época, de determinar longitudes (que seriam imprescindíveis para implantar no terreno a raia meridiana acima citada), a própria imprecisão geográfica do Tratado (como e a partir de qual das ilhas, seriam contadas as 370 léguas?) e o total desconhecimento do continente recém-descoberto, que só aos poucos foi sendo explorado – não foi possível, por mais 250 anos a contar de nosso descubrimento, proceder à definição dos limites na América do Sul, com o que se aproveitaram os aventureiros luso-brasileiros (os bandeirantes, principalmente) para a expansão de seus territórios, ultrapassando largamente a linha de Tordesilhas.

O primeiro documento que tratou dos limites do Brasil-Colônia foi o Tratado de Utrecht, assinado com a França em 1713, cujas disposições serviram, quase dois séculos apôs, em 1900, para o Barão do Rio Branco defender a posição brasileira na Questão do Amapá.

Esfôrço objetivo para dividir as terras das duas Coroas ocorreu com a assinatura, em 1750, do Tratado de Madri, cuja negociação foi conduzida com mão de mestre pelo brasileiro Alexandre de Gusmão, na época Secretário do Rei D. João V e membro do Conselho Ultramarino português. Nele, os limites foram estabelecidos com base na ocupação real de territórios por uma e outra Coroa – introduzindo-se assim um novo princípio,

o de *uti possidetis*, que colaborou para a aceitação, pela Espanha, da ampliação dos territórios luso-brasileiros no continente.

Em 1751, já sob a orientação do Marquês de Pombal, foram assinadas as Instruções para a demarcação do Tratado de Madri, sendo constituídas duas Comissões de Limites: uma destinada a explorar e demarcar as fronteiras meridionais do país (entre Castilhos Grandes, no Oceano Atlântico – hoje território uruguaio – e a boca do Rio Jauru, no Rio Paraguai) e outra para demarcar as fronteiras setentrionais, a partir do Rio Jauru.

Para a primeira das Comissões acima mencionadas foram nomeados Primeiros-Comissários: Gomes Freire de Andrade (depois, Conde de Bobadella), por Portugal, e o Marquês de Val de Lírios, pela Espanha. Os trabalhos desenvolveram-se de 1752 a 1760, sendo que uma das três *partidas* em que se subdividiu a Comissão teve suas operações interrompidas, entre 1753 e 1758, pela violenta oposição feita pelos índios das Missões religiosas do oeste gaúcho – a tristemente célebre *Guerra Guaranítica*.

A Comissão encarregada de demarcar os limites amazônicos não teve qualquer sucesso. O Primeiro-Comissário português, Francisco Xavier de Mendonça Furtado (irmão do Marquês de Pombal), nomeado em 1753, aguardou em Barcelos, às margens do Rio Negro, a chegada do Primeiro-Comissário espanhol, D. José de Iturriaga. Este, nomeado em 1752, deveria dirigir-se a Caracas, subir o Rio Orenoco até a região das cabeceiras do Rio Negro e descer por este último, só tendo, porém, chegado a Barcelos em fins de 1759, quando o Comissário português já tinha se retirado para Portugal.

Anulado em 1761 o Tratado de Madri pelo do Pardo, que simplesmente declarou nulos os atos praticados em obediência ao Tratado anterior, os trabalhos dos demarcadores da década de 1750 não foram perdidos. Pelo contrário, serviram como testemunho preciosíssimo da exploração dos confins então percorridos, vindo a ser de inestimável utilidade para a negociação dos futuros tratados de limites.

O último tratado de limites assinado nos tempos coloniais, o Tratado de Santo Ildefonso (1777), seguiu, em linhas gerais, os limites pactuados em 1750 – embora com grave prejuízo para Portugal, no extremo sul – e não chegou também a ser implantado no terreno.

AS DEMARCAÇÕES NO IMPÉRIO E NO PRINCÍPIO DO SÉCULO XX

Baldadas no século XVIII as tentativas de demarcação, continuaram abertas ainda por quase um século as nossas fronteiras, tendo ocorrido nesse intervalo (já no primeiro quartel do século XIX) a independência, tanto do Brasil como dos países limítrofes.

Nossos primeiros tratados de limites como país independente foram firmados com o Uruguai e com o Peru, ambos em 1851, já durante o Segundo Reinado. A partir dessa época tiveram início os trabalhos de Comissões de Limites nomeadas para tratar de cada fronteira em particular. Com o Uruguai, por exemplo, foi nomeado Primeiro-Comissário brasileiro o General José de Souza Soares d'Andréa (Barão de Caçapava), sendo Primeiro-Comissário uruguai o Coronel José Maria Reyes, renomado geógrafo oriental. Os

trabalhos foram realizados de 1852 a 1862. Tendo falecido em serviço, em 1858, o Primeiro-Comissário brasileiro, foi chamado para substituí-lo o Brigadeiro Pedro de Alcântara Bellegarde, que completou a demarcação dessa fronteira.

Durante o Segundo Reinado e nos primeiros tempos da República (mais exatamente, até 1928), eram nomeados para o cargo de Chefe de Comissão de Limites, pelo Ministério das Relações Exteriores, pessoas do mais alto nível e da plena confiança do Governo – quase sempre militares, com sólidos conhecimentos geográficos, afeitos à rude vida do campo e das fronteiras. Inúmeros são os exemplos: o Coronel Rufino Enéas Gustavo Galvão, depois Barão de Maracaju (nas fronteiras com o Paraguai e a Bolívia), o Coronel Francisco Xavier Lopes de Araújo, mais tarde Barão de Parima (nas fronteiras com a Bolívia e a Venezuela), o Capitão-Tenente José da Costa Azevedo, depois Barão de Ladário (nas fronteiras com o Peru e a Guiana Francesa), e muitos outros. Vale lembrar em especial o nome do General Dionísio Evangelista de Castro Cerqueira, figura ímpar de militar (atuante na Guerra do Paraguai, deixou sobre ela obra definitiva), homem público (além de outras importantes comissões, foi Ministro das Relações Exteriores, de 1896 a 1898) e demarcador (na fronteira Brasil-Argentina, quando passou para o terreno as estipulações do Tratado de Limites, que ele mesmo, como Chanceler, firmara em 1898).

AS COMISSÕES DE LIMITES APÓS 1928

A partir de 1928, por iniciativa do Chanceler Octavio Mangabeira, os tra-

AS COMISSÕES BRASILEIRAS DEMARCADORAS DE LIMITES

lhos de demarcação tornaram-se sistemáticos, a cargo de três Comissões: a do Norte (abrangendo as fronteiras com as Guianas e a Venezuela), a do Oeste (Colômbia, Peru e Bolívia) e a do Sul (Paraguai, Argentina e Uruguai). Por decreto de 1934, ficou estabelecido que as Comissões Brasileiras Demarcadoras de Limites teriam organização militar (o que, aliás, vinha ocorrendo desde o Império), que os chefes e subchefes seriam oficiais superiores das Forças Armadas, com especialização técnico-geográfica, e que o serviço prestado na demarcação de fronteiras teria preferência, em tempo de paz, sobre qualquer outra comissão. A organização acima foi alterada em 1939, ficando reduzidas as Comissões para apenas duas, com as denominações de Comissão Brasileira Demarcadora de Limites – Primeira Divisão (a do Norte, abrangendo as fronteiras com as Guianas, a Venezuela, a Colômbia e o Peru) e Comissão Brasileira Demarcadora de Limites – Segunda Divisão (a do Sul, fronteiras com a Bolívia, o Paraguai, a Argentina e o Uruguai).

Os nomes das duas Comissões foram novamente alterados em 1973, pelo *Regimento Interno da Secretaria de Estado das Relações Exteriores* (RISE), passando a *Primeira Comissão Brasileira Demarcadora de Limites* – PCDL (a do Norte) e *Segunda Comissão Brasileira demarcadora Limites* – SCDL (a do Sul).

Ao final da primeira metade do presente século, ficou praticamente completa a demarcação de limites com nossos vizinhos, a menos das fronteiras com a Venezuela e a Bolívia:

- Venezuela: apenas na década de 1970 é que foi ultimada a fase demarcatória da fronteira Brasil-Venezuela, estando desde

aquela época em fase de execução os trabalhos de caracterização de extensos trechos de divisor de águas ao longo das serras de Parima e Pacaraima, que se desenvolvem em região de floresta equatorial de difícil acesso.

- Bolívia: no período de 1970 a 1978 foram realizados trabalhos de demarcação e de caracterização ao longo de cerca de 250 quilômetros da fronteira Brasil-Bolívia, em obediência ao Acordo de Roboré – que, firmado em 1958, aguardou por dez anos a aprovação do Congresso Brasileiro. Ficou assim completada a demarcação da parte terrestre dessa fronteira, em falta apenas a adjudicação das ilhas dos rios Guaporé e Mamoré, assunto que está agora entrando em pauta.

TRABALHOS MAIS RECENTES

Outras importantes missões foram cumpridas pelas Comissões Brasileiras Demarcadoras de Limites nos últimos trinta anos.

- Fronteira Brasil-Venezuela.
Criada em 1929, a Comissão Mista Brasilero-Venezuelana Demarcadora de Limites empenha-se, desde meados da década de 1970, em campanhas anuais de cerca de um mês de duração, sempre com o precioso apoio de aeronaves das Forças Aéreas brasileira e venezuelana, na realização de trabalhos de caracterização nos trechos fronteiriços ainda abertos.

- Fronteira Brasil-Paraguai.
Foi restabelecida, em 1969, a atuação da Comissão Mista de Limites e de Caracterização da Fronteira Brasil-Paraguai, cujos trabalhos tinham estado suspensos por mais de cinco anos devido ao projeto de

aproveitamento, pelo Brasil, da energia que poderia vir a ser gerada pelo desnível existente na região do Salto das Sete Quedas, problema solucionado pela histórica Ata das Cataratas, firmada em Foz do Iguaçu, em 1965. A assinatura do Tratado de Itaipu, em 1973, ensejou a construção da barragem e da Hidrelétrica de Itaipu, e a consequente criação de um lago artificial com área aproximada de 1.400 quilômetros quadrados, pouco ao norte da cidade de Foz do Iguaçu. Ainda pende de definição o limite internacional ao longo desse lago. Com base em levantamento hidrográfico realizado pela Marinha Brasileira, mais de meia centena de ilhas do Rio Paraguai puderam ser adjudicadas pela Comissão Mista a um ou a outro país (1978) tendo sido construídos, em duas campanhas, 24 marcos em algumas dessas ilhas.

- Fronteira Brasil-Argentina.

Suspensas desde 1928, as operações nessa fronteira foram retomadas em 1971 com a criação de uma nova Comissão Mista, a de Inspeção dos Marcos da Fronteira Brasil-Argentina, que realizou, nas décadas de 1970 e de 1980, o levantamento minucioso do divisor de águas entre as nascentes dos rios Peperi-Guassu e Santo Antônio (único trecho de fronteira seca ao longo dessa raia), e, com base nesse documento, procedeu à intercalação de 260 novos marcos terciários entre os marcos principais e secundários anteriormente erigidos. Além disso, todos os marcos das ilhas dos rios Uruguai e Iguaçu foram vistoriados, e, quando necessário, reconstruídos ou reparados.

- Fronteira Brasil-Uruguai.

Como resultado de uma ampla negociação entre as Chancelarias dos dois

países, assessoradas de perto pelas respectivas Comissões de Limites, foi assinado em 1972 um acordo por troca de notas que estabeleceu a fixação da barra do Arroio Chuí – cujo leito era de instabilidade conhecida desde a primeira demarcação, na década de 1850 – e definiu a Divisória Lateral Marítima entre o Brasil e o Uruguai. Em decorrência desse acordo, a Comissão Mista de Limites e de Caracterização da Fronteira Brasil-Uruguai deu acompanhamento às obras de construção, pela Portobrás, dos molhes de fixação do trecho final e da barra do Arroio Chuí, inaugurados em 1978.

- Fronteira Brasil-Colômbia.

Constituída em 1976, a Comissão Mista de Inspeção dos Marcos da Fronteira Brasil-Colômbia tem como sua missão mais importante a inspeção e a caracterização da grande geodésica Tabatinga-Apaporis, medindo mais de 300 quilômetros, em plena selva amazônica.

- Fronteira Brasil – Guiana Francesa.

Como decorrência das negociações realizadas em Brasília e em Paris, no final da década de 1970 e no início da de 1980, a Comissão Mista Brasileiro-Francesa Demarcadora de Limites conseguiu definir o talvegue ao longo da Baía de Oiapoque, assim como a linha de delimitação marítima entre Brasil e Guiana Francesa, acordos consignados no Tratado de Paris, assinado em 30 de janeiro de 1981.

- Fronteira Brasil-Bolívia.

Com o fim de obter subsídios para os estudos de adjudicação das mais de oitenta ilhas do trecho limítrofe dos rios Mamoré e Guaporé, ao longo de perto de mil quilômetros da fronteira Brasil-Bolívia, delegados da Comissão Mista

Demarcadora de Limites Brasileiro-Boliviana acompanharam, no ano de 1997, os trabalhos de levantamento batimétrico do canal principal desses rios, executados pela empresa brasileira Hidrocarr. Uma coleção dos originais cartográficos desse levantamento, em 22 folhas, foi entregue formalmente à Comissão Boliviana por ocasião da 28ª Conferência da Comissão Mista, aguardando-se a realização de nova reunião plenária da mesma Comissão para a conclusão dos estudos a respeito do assunto, se possível com proposta concreta aos dois governos visando à adjudicação das ilhas.

ASSUNTOS AINDA PENDENTES

Completada, como vimos anteriormente, a fase de demarcação de todas as nossas fronteiras, continuam a cargo das duas Comissões Brasileiras Demarcadoras de Limites tarefas igualmente importantes, a saber: o completamento da caracterização das linhas demarcadas – entre elas, a longa geodésica Tabatinga-Apapóris, na fronteira com a Colômbia, assim como os extensos trechos de divisor de águas na fronteira Brasil-Venezuela – e as sistemáticas inspeções nas raias limítrofes, com a consequente reparação ou reconstrução dos marcos que tenham sofrido qualquer tipo de dano, seja pela ação das intempéries, seja pela do homem. Para a realização dessas tarefas de rotina, Comissões Mistas, integradas por delegados brasileiros e do país em cuja fronteira se vai operar, cumprem agendas de trabalho, acordadas previamente, permanecendo em campanha por prazos que atualmente duram em torno de um mês (para cada fronteira em trabalho).

Cabe assinalar que existem ainda importantes missões pendentes de realização pelas Comissões Mistas, como são os casos, mencionados de passagem anteriormente, referentes à adjudicação e demarcação de mais de oitenta ilhas dos trechos limítrofes dos rios Mamoré e Guaporé – assunto que depende do estudo e do acordo da Comissão Mista Demarcadora de Limites Brasileiro-Boliviana antes de ser apreciada pelas Chancelarias dos dois países –, bem como à definição do limite internacional ao longo dos quase duzentos quilômetros do Lago de Itaipu, na fronteira Brasil-Paraguai.

OBSERVAÇÕES SOBRE A CARTOGRAFIA DAS FRONTEIRAS DO BRASIL

Um dos cinco maiores países do mundo em vastidão territorial, o Brasil é, coerentemente, um dos que possuem mais extensas fronteiras terrestres – que atingem perto de 17 mil quilômetros, quase metade da circunferência terrestre.

Toda essa fronteira – a linha limítrofe e arredores – era, até o século passado, quase inteiramente desconhecida em termos cartográficos. Foram as Comissões Mistas de Limites, a partir da segunda metade do século XIX (nas fronteiras com o Uruguai, a Bolívia, o Peru, o Paraguai, a Venezuela e a Colômbia), em missões históricas, no decorrer dos trabalhos de demarcação, que, além de palmilhá-las metro a metro, levantaram, com o equipamento e os recursos de que dispunham, as extensas raias limítrofes.

Mais recentemente, já a partir da década de 1930, foram levantados com maior precisão muitos trechos de nossos li-

mitos internacionais, durante a fase de caracterização – na qual, além da intercalação de marcos secundários entre os principais, anteriormente erigidos, procede-se à determinação das coordenadas geográficas dos mesmos e ao levantamento de detalhes do trecho percorrido. Com o objetivo de permitir a representação cada vez mais correta dos limites – inclusive com o

intuito de dar subsídios e assessoria aos órgãos cartográficos brasileiros, no âmbito federal – as Comissões Demarcadoras adquiriram, na última década, equipamentos de rastreamento de satélites geodésicos do sistema GPS, com os quais estão sendo redeterminadas com muito maior rigor de exatidão as coordenadas geodésicas dos marcos erigidos no passado. ☺

RESUMO DAS LINHAS DE LIMITE

PAÍS	TOTAL (quilômetros)	Linha seca	Rios, Lagos e canais	Número de marcos
Guiana Francesa	730	303km	427km	10
Suriname	593	593km	–	60
Guiana	1.606	908km	698km	134
Venezuela	2.199	2.199km	–	2.682
Colômbia	1.644	835km	809km	128
Peru	2.995	992km	2.003km	86
Bolívia	3.423	751km	2.672km	438
Paraguai	1.365	437km	928km	910
Argentina	1.261	25km	1.236km	310
Uruguai	1.068	320km	748km	1.174

“Quebro-me mas não me vergo.”

Diogo Antônio Feijó

*“Acima dos ódios e das rivalidades e
acima dos partidos, paira a imagem da Pátria.”*

Rui Barbosa

Meio Ambiente: Alocação de Recursos e Ação Governamental

*Gerardo José de Pontes Saraiva**

Conforme expresso na conclusão, o artigo procura demonstrar que, em face da escassez de recursos e da impossibilidade de atender, qualitativa e quantitativamente a todos os desejos humanos, o problema básico da Economia fica sendo o da alocação de recursos, e que o meio ambiente não pode ficar de fora na formulação de políticas e estratégias que administrem os recursos que a natureza nos põe à disposição.

Sem a cooperação da natureza, nem a indústria nem a agricultura podem produzir.

Johann Heinrich von Thünen

Para a Economia, durante muito tempo, o ar e a água foram exemplos clássicos conhecidos de bens livres existentes em superabundância, cotados a preço nulo e incluídos na classe dos bens comuns, da mesma forma que peixes e aves. Os resíduos resultantes do consumo e da produção não eram levados em consideração no cálculo econômico, e matérias-primas minerais, reservas de energia, em resumo, os tesouros da natureza foram incorporados ao sistema econômico, sem que as pessoas se interrogassem como o consumo desses recursos

poderia influenciar o bem-estar das gerações futuras. O meio ambiente, no conjunto dos bens naturais, quer do ponto de vista da teoria econômica, quer do ponto de vista da economia política, não desempenhava nenhum papel importante na definição do espaço vital humano.

A partir da perspectiva da Economia, já há muito tempo, porém, o meio ambiente tornou-se um bem escasso. Em se tratando de bens escassos, surge a pergunta a respeito de como devem eles ser distribuídos entre as diferentes modalidades de emprego, quase sempre concorrentes en-

* Engenheiro Civil, doutor em Ciência. Do Corpo Permanente da ESG.

tre si. O meio ambiente é não só utilizado como bem de consumo público, mas também como meio de absorção de resíduos eventualmente perniciosos, e como fornecedor de matéria-prima. Como a procura dessas diferentes possibilidades de emprego excede os limites da oferta de recursos da natureza, a solução do problema do meio ambiente pode consistir em reprimir algumas de suas utilizações, decidindo-se orientar o uso dos bens e dos recursos naturais para as necessidades prioritárias. Disso se depreende que a utilização do meio ambiente passa a ser um problema de alocação de recursos.

UTILIZAÇÃO DO MEIO AMBIENTE: UM PROBLEMA DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS¹

A causa fundamental do problema da alocação de recursos consiste em que os sistemas ambientais são inseridos no contexto econômico, admitindo-se para os fatores um preço nulo ou muito baixo, mesmo quando se trata de materiais que causam dano ao meio ambiente. Esse procedimento, muitas vezes institucionalizado, concorre para que haja prejuízos para a qualidade ambiental, com reflexos nos bens de consumo.

Há outro aspecto a ser considerado: a regulamentação institucional causa uma superutilização do meio ambiente e tem

como consequência, ainda, que custos econômicos isolados difiram dos custos sociais² e que os preços dos bens não representem corretamente os custos de oportunidade. Isso ocorre porque os setores produtivos, que causam danos ao meio ambiente, têm um peso muito elevado, quando considerados numa alocação ótima de recursos. Em outras palavras, a estrutura produtiva existente beneficia aqueles setores cujos fatores podem causar mais danos à qualidade ambiental e estão muito entrelaçados com uma grande quantidade de outros fatores.

A solução desse problema de alocação exige, pois, que seja diminuída a discrepância entre os custos privados e os custos econômicos. Para tanto, é necessário que se adote uma medida de natureza institucional que modifique as condições econômicas do mercado, de modo que os custos das unidades produtivas sejam reorientados no sentido de aproximá-los dos econômicos.

Além do papel do Estado, há outros fatores a serem considerados. Como os sistemas ambientais são sempre interligados espacialmente, o problema ambiental adquire uma dimensão espacial e a solução para os problemas de sistemas ambientais, que excedem as fronteiras nacionais, exige uma cooperação de Estados soberanos. Quando o sistema ambiental

¹ Não desconhecemos que, além da alocação de recursos, sua distribuição e a escala em que isso é feito, principalmente em se tratando de desenvolvimento sustentável – caso em que a alocação dinâmica (espacial) é muito importante –, são fatores essenciais que devem ser considerados. Principalmente, no aspecto comercial, quando se examina a liberação de autorizações (certificados) para poluir, a escala em que isso deve ser feito é um assunto a ser minuciosamente estudado. Neste ensaio, porém, nos restrinjiremos à alocação estática de recursos.

² *Custos sociais* são despesas feitas durante o processo de produção e que não são pagas pelos que as ocasionaram, mas por terceiros ou transferidos para toda a sociedade. São as despesas acarretadas, por exemplo, pela poluição do ar ou das águas, acidentes de trabalho, destruição da flora etc. Determinar esses custos é muito difícil, pois apenas uma parte deles chega a ser identificada em grandes monetárias.

coincide com as fronteiras de um país, a política ambiental nacional interfere na vantagem de preços comparativos desse país e no fluxo internacional de mercadorias. Um país que se especialize na produção e exportação de um bem prejudicial ao meio ambiente, aumenta concomitantemente a produção de resíduos. Assim, o lucro obtido com o comércio exterior, proveniente de uma política ambiental equivocada, pode defrontar-se com os prejuízos causados ao meio ambiente, anulando-se ou, até mesmo, transformando-se em perda.

Além dos aspectos alocacionais de natureza estática, internacional e regional, aparece ainda uma dúvida quanto à utilização dos bens e fontes de recursos do meio ambiente ao longo do tempo, ou seja, existe mais o aspecto intertemporal da alocação. De fato, o meio ambiente coloca à disposição do sistema econômico não apenas bens coletivos ou bens públicos, mas também matérias-primas. Impõe-se, pois, uma análise de como, ao longo do tempo e em que intensidade qualitativa e quantitativa, podem esses bens ser utilizados, como podem ser consumidos materiais provenientes, por exemplo, de fontes energéticas; enfim, que recursos devem ser preservados para as futuras gerações.

Que qualidade ambiental deve ser preservada para a próxima geração? Até que ponto uma deterioração ou mesmo uma

O meio ambiente coloca à disposição do sistema econômico não apenas bens coletivos ou bens públicos, mas também matérias-primas. Impõe-se, pois, uma análise de como, ao longo do tempo e em que intensidade qualitativa e quantitativa, podem esses bens ser utilizados, como podem ser consumidos materiais provenientes, por exemplo, de fontes energéticas; enfim, que recursos devem ser preservados para as futuras gerações.

destruição parcial ou total do meio ambiente é irreversível e não passível de ser reparada no futuro? Até que ponto as indústrias que ofertam produtos, serviços que absorvem resíduos e dejetos, serviços outros que servem de suporte à vida, como bem-estar, devem ser mantidos para as gerações que advirão? Há ainda um fator complicador: por que a geração atual deveria absorver todo esse ônus, se às gerações futuras, devido ao maior e melhor progresso tecnológico, que com certeza advirá, poderá ser exigida uma maior participação no equacionamento e solução desse problema, de vez que elas poderiam assumir – com maiores possibilidades de corrigir – uma relativa pior qualidade ambiental?

Como se afirmou tratar-se, a utilização do meio ambiente, de um problema de alocação de recursos, é preciso que se determine a prioridade do emprego dos diferentes materiais em face das necessidades concorrentes que surgem. Dentro do conceito de efeitos externos na economia de um país existem atividades econômicas que se influenciam reciprocamente nos processos não passíveis de serem medidos pelo mercado.

Meio Ambiente

Por meio ambiente compreendemos a totalidade dos fatores que definem o

espaço vital natural da humanidade. O Quadro 1, colocado a seguir, esclarece de maneira muito clara que funções o meio ambiente apresenta para a economia.

Procuraremos, agora, explicá-lo visando a torná-lo mais compreensível e a comprovar a correlação existente entre *Ecológia* e *Economia*, duas ciências irmãs, muitas vezes dissociadas e, até mesmo, tratadas como divergentes.

Na sequência, aludindo ao Quadro 1, para atingir o objetivo colimado, seguiremos não a ordem numérica caracterizada pelos diversos algarismos que aparecem nos segmentos de reta situados entre os diversos retângulos nomeados, mas uma ordenação que nos parece mais perceptível.

beleza da paisagem, e possibilidades de a natureza recuperar-se.

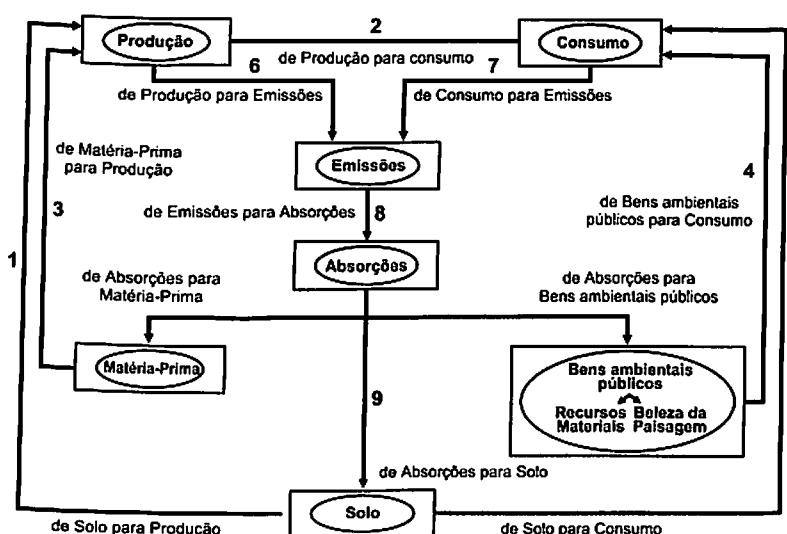
Antes de mais nada, conceituemos *bem público*.

Um *bem público* pode ser caracterizado por dois aspectos. Primeiro, do contrário da maior parte dos bens privados, ele pode ser utilizado simultaneamente por muitos indivíduos. Essa possibilidade de utilização coletiva, porém, não é suficiente para definir um bem público, pois que o consumo coletivo pode existir em uma grande quantidade dos assim chamados bens privados, como, por exemplo, um jogo de futebol. Segundo, tecnicamente, ele não permite a exclusão de concorrentes que o queiram utilizar ao mesmo tempo.

Exemplo muito ilustrativo disso é a utilização de um farol como ponto de orientação por vários pescadores, mesmo quando um deles não esteja disposto a participar nos custos. Ao lado dessa impossibilidade técnica, contudo, há uma série de bens nos quais essa exclusão seria tecnicamente possível: TV a cabo, por

exemplo, em que um utilizador potencial é obrigado a renunciar devido a regras normativas. Deduz-se, pois, que um bem público deve ser definido como um bem

Quadro 1 – A Função do Meio Ambiente



Fonte (adaptada): SIEBERT, H., 1978, p. 10

O meio ambiente põe à disposição da economia bens de consumo públicos e mesmo vitais como ar e água, e outros bens de consumo importantes, como a

do qual ninguém pode ou deve ser excluído. É necessário que esse *ou deve* tenha um caráter determinante. O caráter não exclusivo dos bens públicos pode ser atribuído a um julgamento de valor. Uma exclusão técnica, embora seja possível, não é socialmente desejável e o bem deve poder ser utilizado por todos.

Na utilização do meio ambiente como bem público, deve-se distinguir dois casos: a) o meio ambiente põe à disposição dos agentes principais do consumo, em numerosas unidades quantitativas, grande quantidade de bens mensuráveis como água em litro, oxigênio em quilo; b) o meio ambiente oferece *inputs* que somente qualitativamente podem ser considerados (beleza da paisagem, funções em que a natureza tem que estabelecer o equilíbrio). No caso a) se, por um lado, o recurso flui do meio ambiente para as atividades de consumo, no caso b), isso não ocorre necessariamente.

A seguir, para simplificar, consideraremos qualidade ambiental como bem público, sem fazer diferença entre as diversas espécies de *inputs*.

Uma análise mais profunda do meio ambiente como bem de consumo teria – partindo da teoria de consumo de Lancaster³ – que definir atos de consumo tais como nadar, respirar etc. e vê-los como resultado dos *inputs* de consumo e considerar esses *produtos*, que são colocados à disposição pelo meio ambien-

te, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos.

O meio ambiente fornece ao sistema econômico fontes de recursos ou matérias-primas que são introduzidas como inputs nas atividades de produção: transportadores de energia, metais, oxigênio como combustível nos processos de combustão etc. (segmento 1).

Os bens produzidos são reintroduzidos no consumo (segmento 2). No Quadro 1, o sistema econômico é representado pela área de produção, consumo e emissões, enquanto o sistema ambiental, pelas matérias-primas, solo, bens públicos ambientais e absorções.

Os recursos⁴ usados na produção e consumo e não mais utilizáveis (segmentos 6 e 7) são restituídos e jogados no meio ambiente.

Esses produtos aparecem quando ocorrerem simultaneamente vários bens no processo de produção. Muitas vezes não existe outro emprego para esses produtos. Isso é algo indesejável e ocorre, por exemplo, com a água utilizada na refrigeração ocorrida na produção de energia elétrica ou o monóxido de carbono, que os nossos veículos produzem. Exemplo muito ilustrativo surge na indústria química, quando se compara o resultado da produção com os resíduos que ela provoca. A absorção desses recursos não mais utilizáveis é a terceira função do meio ambiente em relação ao sistema econô-

³ O comportamento do consumidor em mercados de produtos diferenciados pode ser especificado seguindo a abordagem de Lancaster ou seguindo a de Hotelling de competição temporal (espacial). (*Economics Letters*, vol. 54 (2), p. 147-154).

⁴ Na realidade, trata-se de recursos (não são catalisadores) que, embora necessários ao processo de produção e dele façam parte, não resultam em produtos, sendo descartáveis. A literatura alemã utiliza o termo *kuppelprodukte* e a inglesa, *jointproduct*.

mico (segmento 8). A utilização do meio ambiente como meio de absorção pode ser considerada como fator de produção.

Grandes quantidades de resíduos absorvidos por partes do meio ambiente-atmosfera, solo, água (oceano, rios, lagos) – são decompostos e parcialmente transportados para outros locais ou modificados em sua estrutura. As emissões são aqueles recursos acima referidos, utilizados na produção e no consumo, descartados para o meio ambiente. Essa relação entre emissões e absorções é denominada como função de difusão ou transformação. A diferença entre emissões e absorções é importante para definir a medida final da qualidade ambiental; é necessário que se observem as absorções no sistema ambiental, já que os poluentes têm efeito sobre o ser humano.

Os materiais nocivos que permanecem no meio ambiente, ou que nele se encontram num dado momento, influenciam a qualidade dos serviços ambientais, isto é, dos bens de consumo públicos.

Essa relação resulta do fato de que as absorções atuam sobre as características dos *inputs* nos processos de consumo. Além disso, as absorções podem influir nas atividades de produção, na medida em que a qualidade dos *inputs* antes do seu emprego na produção possa ser alterada (por exemplo, água contaminada na produção de cerveja). Existe, pois, uma relação entre absorções de um lado e serviços ambientais e recursos de outro. Essa função descreve o dano aos consumidores devido à variação da qualidade dos bens de consumo públicos e os custos de produção adicionais do empreendimento, em face de ter sido modificada a qualidade das matérias-

primas. Designa-se essa função como *função de poluição* (segmento 9).

O meio ambiente, num determinado espaço, é colocado à disposição do sistema econômico (segmentos 3 e 4), para a produção e o consumo.

Refere-se, aqui, ao solo para a instalação de indústrias, solo para a plantação (agricultura), solo para habitação e infraestruturas, atmosfera para uso da aviação ou utilização em motores automotivos, para o consumo. Tal função apresenta semelhança com o fornecimento de matérias-primas; no caso do solo para extração, ambas as funções são idênticas.

Tarifa Nula da Utilização Ambiental

Sendo a utilização do meio ambiente um problema de usos concorrentes, surge com isso a questão da escassez em sentido amplo. Segue-se, pois, que, para o economista, o problema de alocação de recursos é um problema de fundamental importância. Tudo se reduz a saber se o meio ambiente deve ser utilizado para todos os diferentes usos concorrentes. Admita-se que o meio ambiente seja utilizado como um meio de recepção de materiais poluidores a uma tarifa nula, como acontecia no passado e, em parte, ainda hoje ocorre. Sob tal condição de utilização, resulta uma discrepância de custos econômicos privados e custos econômicos públicos (políticos) e uma alocação equivocada tanto do meio ambiente quanto dos fatores de produção *trabalho e capital*.

Os custos representam o consumo avaliado de fatores e recursos. Entende-se como *custos de oportunidade*, segundo

o conceito de Marshall⁵, aqueles custos que não devem ser considerados como absolutos, mas iguais a uma segunda melhor oportunidade de benefícios não aproveitada. Ou seja, quando a decisão para as responsabilidades de utilização de um bem A exclui a escolha de um melhor B, pode-se considerar os benefícios não aproveitados decorrentes de B, como *opportunity costs*, custos de oportunidade.

Da análise das causas até aqui procedida, segue-se que uma tarifa nula, no caso de escassez de um bem ambiental, não pode conduzir a uma alocação ótima de recursos do meio ambiente em se tratando de usos concorrentes. A solução desse problema é, quando for tomada a decisão, priorizar a utilização dos bens concorrentes, isto é, acrescentarem-se os seus custos de oportunidade aos empregos isolados desses bens.

MEIO AMBIENTE: AÇÃO GOVERNAMENTAL

Políticas de Controle Ambiental

A economia estuda a administração social, ou gerenciamento de recursos, e a escassez. A escassez surge porque os recur-

sos disponíveis são insuficientes para satisfazer todos os desejos humanos. Em consequência, uma das principais contribuições da economia é sugerir mudanças institucionais e outras – tais como variações no mercado ou mecanismos políticos ou, em outros casos, a introdução ou a não continuação de mecanismos sociais – para melhorar o gerenciamento de recursos a fim de reduzir a escassez.

Economistas têm defendido a tese de que há quatro maneiras principais de reduzir a escassez econômica: melhorando a alocação de recursos entre usos alternativos, de modo que a eficiência do sistema econômico em satisfazer os desejos humanos seja aumentada; assegurando emprego a todos aqueles que desejam trabalhar, permitindo que toda sua capacidade produtiva seja aproveitada na produção; promovendo o crescimento econômico e tanto quanto isso diga respeito à escassez, melhorando a distribuição de rendimentos.

nos seja aumentada; assegurando emprego a todos aqueles que desejam trabalhar, permitindo que toda sua capacidade produtiva seja aproveitada na produção; promovendo o crescimento econômico e tanto quanto isso diga respeito à escassez, melhorando a distribuição de rendimentos.

Basicamente, a perseguição dos três primeiros objetivos aumenta o tamanho do *bolo*, enquanto a perseguição do último objetivo conduz a uma distribuição mais eqüitativa desse *bolo* econômico.

⁵ MARSHALL, Alfred: economista e matemático inglês (1842-1924) principal representante da segunda geração da escola marginalista inglesa ou Escola de Cambridge.

Agora, contudo, supõe-se que pelo menos um dos meios sugeridos para reduzir a escassez possa acrescentar algo ao problema. O crescimento econômico pode contribuir para aumentar o problema da escassez, pois que ele não é sustentável, de vez que só pode reduzir a escassez a curto ou médio prazo. De fato, a longo prazo, o crescimento econômico poderá resultar em uma maior escassez econômica devido à exaustão dos recursos não renováveis e à deterioração irreversível do meio ambiente causada por ele. Então, o crescimento econômico do passado, que tem sido visto por muitos como o mais seguro caminho para a salvação econômica da humanidade, está sendo questionado pelo fato de poder, a longo prazo, contribuir para a escassez. Ele pode conduzir a uma sociedade insatisfeita em termos de relações interpessoais e de autodesenvolvimento. Isso pode ter consequências ambientais inaceitáveis, como a extinção de um número exagerado de outras espécies de seres vivos. Tais aspectos têm sido debatidos por aqueles interessados na economia *verde* ou ecológica, pelo menos desde o início da década de 1970, a partir de quando tem sido largamente incrementado o interesse por tais assuntos.

Instrumentos Econômicos para o Controle de Problemas Ambientais

Dois importantes documentos trataram dos instrumentos de controle ambiental. O primeiro deles (IUCN, 1980) *The World Conservation Strategy*, deu

maior ênfase às soluções administrativas para os problemas de conservação ambiental, enquanto o segundo *Caring for the Earth: A Strategy for Sustainable Living* (IUCN - UNEP - WWF, 1990)⁶ pôs em realce, dando-lhes prioridades, os instrumentos econômicos para tratar os problemas do meio ambiente.

Caring for the earth reconhece que muitos dos problemas de meio ambiente e de sustentabilidade surgem, na prática, pelo fato de os valores recebidos e os custos pagos pelo agente econômico individual para usar o meio ambiente e os recursos naturais não refletirem em sua totalidade os custos sociais envolvidos. Muito freqüentemente, os bens ambientais são tratados como bens livres quando, na realidade, eles são bens relativamente escassos e, portanto, sob o ponto de vista econômico, deviam ter seu preço agregado ao seu uso, traduzindo seu valor social. O ar puro, por exemplo, é escasso. Assim, aqueles que lançam na atmosfera elementos poluidores sem pagar por sua utilização, estão optando por um sistema de preços que não incorpora os verdadeiros valores econômicos sociais ou custos. Tal sistema implica conduzir a economia a provocar resultados insatisfatórios sob o ponto de vista ambiental e econômico. O pensamento econômico majoritário mantém a idéia de que os recursos ambientais e os recursos naturais sejam corretamente valorados, a fim de que reflitam os custos de sua utilização em termos não somente da deterioração ambiental, como também, em termos de benefícios futuros não considerados e

⁶ International Union for the Conservation of Nature - United Nations Environmental Programme - World Wildlife Fund, 2nd. Draft, IUCN, Gland, Switzerland.

não computados; em outras palavras, os custos de uso e de conservação devem ser levados em conta.

Uma análise mais acurada dos dois documentos leva à conclusão de que ambos advogam a idéia de que o desenvolvimento sustentado deve basear-se na conservação. Isto que é preconizado exige a conservação daquilo que serve de suporte à vida, ou seja, aqueles processos ecológicos que mantenham o planeta adequado para a sobrevivência, a conservação da biodiversidade e o uso sustentável das fontes renováveis.

A política econômica é também um instrumento essencial para conseguir obter a sustentabilidade. Uma vez que os recursos naturais sejam corretamente valorados e incluídos nos planejamentos nacionais, e o custos de sua exaustão sejam tornados evidentes, o sentido de conservação será largamente fortalecido. Os instrumentos econômicos são também ferramentas valiosas para o fortalecimento de práticas sustentáveis, porque tornam disponível uma força fortemente incentivadora, ao tempo em que deixam aos indivíduos e às indústrias a liberdade de escolha, bem como das precisas medidas que devem adotar (UNEP-WWF-1991, p. 69).⁷

É necessária uma análise para que produtores e consumidores em face dos custos sociais totais de suas decisões, bem como os planejadores governamentais façam uma avaliação mais realista das possibilidades econômicas. Os custos sociais totais incluem os custo econômicos e os custos dos usuários (benefícios subtraídos aos futuros usuários dos recursos, como

consequência de decisões adotadas pelos usuários do presente).

Nos sistemas econômicos voltados para o mercado, isso implica melhoramento nas políticas de preço, na alocação dos direitos de propriedade e na utilização de instrumentos econômicos, tais como, taxas, subsídios e *licenças comercializáveis*. Naqueles casos em que a economia é do tipo *comando e controle*, ou naquelas áreas da economia onde as diretrizes mais do que as sinalizações do mercado são utilizadas para determinar o uso do recurso, as apreciações de planejamento (implícitas ou preços-sombra) devem refletir os custos sociais totais, isto é, devem incluir os custos econômicos mais os custos dos usuários. Isso, com muita freqüência, não é feito.

Embora não em todos os casos, *Caring for the Earth* preferencia a abordagem de fazer os agentes econômicos pagarem o custo social total associado com o seu uso dos recursos, ou seja, adota o *Princípio Usuário Pagador* – PUP, uma generalização do *Princípio Poluidor Pagador* – PPP (IUNC-UNEP-WWF, 1991, p.70), mas reconhece que existe um número de instrumentos econômicos alternativos para tentar atingir o mesmo objetivo, cada um dos quais tem suas vantagens e desvantagens. Esse documento sugere também que medidas econômicas são mais eficientes e efetivas em termos de utilização de recursos do que as medidas administrativas para conseguir que as fontes de recursos sejam conservadas. Além do mais, um número de medidas econômicas como taxas, tarifas apropriadas para o uso de recursos naturais e, em certos casos, licenças comercializáveis para recursos ou uso ambiental geram retorno para os cofres públicos.

⁷ Citado por Tisdell, 1993, p. 240.

As vantagens atribuídas aos instrumentos econômicos pelos economistas neoclássicos são normalmente apresentadas a partir de contraposições aos mecanismos de regulação direta, também conhecidos como políticas de *comando e controle*, já acima referidas, uma vez que estas impõem modificações no comportamento dos agentes poluidores através de:

- padrões de poluição para fontes específicas (limites para emissão de determinados poluentes, por exemplo, de dióxido de enxofre);
- controle de equipamento: exigência de instalação de equipamento antipoluição (por exemplo, filtros); obrigatoriedade de utilização de tecnologias *limpas*, já disponíveis;
- controle de processos (exemplo: exigência de substituição de insumo empregado de óleo combustível de alto teor de enxofre para outro de baixo teor);
- proibição total ou restrição de atividades a certos períodos do dia, áreas etc., por meio de concessão de licenças (não comercializáveis) para instalação e funcionamento; fixação de padrões de qualidade ambiental em áreas de grande concentração de poluentes;
- controle do uso de recursos naturais por intermédio da fixação de cotas (não comercializáveis) de extração (exemplo: para extração de madeira e pesca); etc.

A principal característica da política de *comando e controle* é que ela, em base legal, trata o poluidor como *ecodelinquente* e, como tal, não lhe dá opção de escolha: ele tem que obedecer à regra imposta, caso contrário sujeita-se a penalidades em processos judiciais ou administrativos. A aplicação de multas em caso

de não cumprimento da obrigação é bastante usual.

Essa característica é considerada desvantagem por uns e vantagem por outros. Desvantagem: os poluidores não têm liberdade de selecionar e promover ajustes ao longo do tempo que lhes convier; não é uma regra justa, de vez que não leva em consideração as distintas situações dos agentes individuais para cumprir a obrigação; como vantagem, esses instrumentos têm uma elevada eficácia ecológica – uma vez fixada a norma (de modo apropriado), será cumprida (se os poluidores violarem a lei).

Podem ser citadas algumas vantagens de políticas ambientais que incluem incentivos econômicos: o incentivo para escolher a melhor tecnologia e as melhores medidas econômicas para atingir os objetivos ambientais; o controle das forças do mercado; encorajar o desenvolvimento de tecnologias que reduzam a poluição; a provisão de incentivos para o uso e o desenvolvimento de processos e produtos alternativos visando à proteção ambiental.

As medidas econômicas para corrigir desvios causados pela não consideração dos custos totais da utilização dos recursos naturais incluem taxas, tarifas, subsídios, depósitos compulsórios remunerados, *performance bonds* etc. Todos, exceto os subsídios, pretendem assegurar que o utilitário dos recursos naturais pague pelo uso desses bens escassos; todos eles, exceto os subsídios, podem propiciar retorno financeiro para o Governo.

Estratégias para o Controle de Recursos

Conforme se tentou demonstrar no que até aqui se escreveu, o enfoque mais

adequado ao equacionamento do problema da preservação ambiental deve partir da premissa de que os bens da natureza relevantes para essa preservação necessitam ser integrados aos mecanismos institucionais que regem o funcionamento do sistema econômico.

Isso resulta de uma irrecorrível interpretação entre a Economia e a Ecologia assinalada desde o início deste trabalho, pois implica considerar os serviços ambientais como complementares dos processos levados a cabo pelos sistemas econômicos, de tal sorte que a sua avaliação e utilização devem ser integradas, tanto quanto possível, em um único princípio operacional.

Resulta, certamente, daí a tendência de autores modernos em confiar cada vez menos em medidas de natureza meramente de controle direto (policial-administrativas), voltando suas preferências para o esquema mais diferenciado de definição de direitos e de criação de mecanismos de mercado para a sua utilização. Até porque essas últimas medidas melhor se adaptam aos princípios que regem o funcionamento dos sistemas econômicos mistos do mundo ocidental moderno, nos quais o setor *mercado* desempenha um papel predominante nas decisões sobre o emprego e utilização dos recursos escassos da sociedade.

Existem ainda, todavia, muitas medidas baseadas fundamentalmente no controle direto, bem como em instrumentos envolvendo as finanças públicas – tributos, subsídios e gastos governamentais.

De maneira geral, essas medidas podem ser enquadradas em três setores: medidas de controle direto, medidas de finanças públicas e medidas baseadas no mercado.

Medidas de Controle

Repousam, essas medidas, fundamentalmente, em restrições administrativas e de cunho policial e seu não cumprimento causa implicações de caráter penal, tais como multas, interdições, fechamento de unidades etc. Compreendem proibição do uso e da venda de determinados produtos, determinação de padrões mínimos para certo tipo de emissões, imposição de determinada composição química para certos produtos, regulamentos de caráter sanitário, leis diversas sobre a utilização das águas, sobre os ruídos, sobre a conservação da paisagem, obrigatoriamente do emprego de artefatos que reduzam as emissões nocivas (filtros, por exemplo), e outras.

Esse tipo de medidas, cujo emprego estaria muito mais coerente em países de economia centralizada, tem sido utilizado principalmente em países ocidentais de economia marcadamente descentralizadas – daí, talvez, a sua inoperância, quando utilizadas isoladamente. O equívoco, porém, reside na origem, isso porque existe uma assintonia entre a natureza do fenômeno que se pretende coibir e os instrumentos adotados para essa finalidade.

Medidas de Finanças Públicas

Fundamentam-se, essas medidas, na utilização de estímulos e punições de caráter fiscal, destinadas a induzir as unidades geradoras de poluição a modificar o seu procedimento, adequando-o aos padrões desejados de controle ambiental. Trata-se, como se pode depreender, da aplicação do princípio clássico de Pigou,

segundo o qual, quando o mercado se revela inoperante ou ineficiente para captar o efeito externo, cabe ao Estado, identificando-o, tributar a fonte geradora do mesmo, quando negativo, ou subsidiá-la, quando positivo. Essa solução, teoricamente simples, passou a ser aceita, de maneira geral, pelos economistas, criando-se aquilo que Coase denominou de *tradição pigouveana*, contra a qual se levantou em seu famoso artigo,⁸ no qual colocou uma série de objeções à idéia do tributo. Segundo ele, esse tributo não pode ser considerado como uma panacéia universal, podendo sua aplicação, além da dificuldade de sua execução, conduzir a distorções maiores no nível da produção do aquela ser corrigida.

Houve muitas críticas à Coase e sua teoria teve bastante repercussão entre os economistas, preocupando-se diversos deles em mostrar que nem sempre a presença de efeitos externos justifica a intervenção estatal, alertando para alguns perigos ou *efeitos perversos* às vezes ligados a essa modalidade de tratamento. Buchanan, por exemplo⁹, mostrou que, numa situação de livre concorrência, a imposição de um tributo deixaria um saldo de bem-estar, pois a redução na produção do bem taxado seria compensada pela eliminação da deseconomia. No caso, porém, de haver monopólio, a taxa tenderia a reduzir a produção de maneira mais que proporcional em relação ao prejuízo que estaria sendo infligido a terceiros e assim a eco-

nomia estaria experimentando um efeito negativo duplo: o do monopólio, pela redução da produção, e o da deseconomia externa. Dest'arte, somente a avaliação concomitante de ambas poderia levar a uma solução adequada.

Por sua vez, Baumol¹⁰ adota uma posição bastante pragmática. Advoga ele que, num caso de deseconomias plurilaterais, sejam estabelecidos padrões mínimos de poluição e metas para a purificação do meio ambiente. Tais padrões corresponderiam, no campo econômico, aos limites estabelecidos no campo macroeconômico para variáveis tais como a expansão monetária, a taxa de inflação, o nível de emprego e outras.

Como se pode depreender, as opiniões são muito variáveis. Há um certo consenso no sentido de que as taxações seriam empregadas tão-somente no caso de efeitos externos negativos, deixando-se aos subsídios, a correção nos casos de efeitos externos positivos. Surgiram, assim, as isenções tributárias, os créditos fiscais e outros tipos de subsídios, inclusive os disfarçados sob a forma de financiamento a longo prazo e a juros negativos para a instalação e equipamentos necessários ou para a introdução de novos processos tecnológicos.

Do ponto de vista conceitual, o subsídio não deixa de representar uma certa contradição, de vez que a unidade geradora do custo estaria sendo compensada pelo pagamento desse custo. Além do mais, num certo sentido, social, não acar-

⁸ Coase "The Problem of Social Cost", in *The Journal of Law and Economics*, outubro 1960, p. 1-40.

⁹ Buchanan, J., "External Diseconomies, Corrective Taxes and Market Structure", in *American Economic Review*, março/1969, p. 131.

¹⁰ Baumol, W., "On Taxation and the Control of Externalities", in *American Economic Review*, Vol. 62 (3) junho/1972, p. 307-322.

reta a sua internação, pois o que for pago às firmas será o que provirá da receita fiscal geral coletada de todos os contribuintes. Resumindo-se, pode ser afirmado que os instrumentos de caráter financeiro já são um avanço em relação às medidas de controle direto e, em grande número de casos, podem contribuir com boa parcela para as tarefas de preservação ambiental.

Medidas com Base no Mercado

Essas medidas são oportunas quando se deseja incluir, no circuito mercantil, os bens ambientais e associar diretamente seus preços à sua utilização.

Deste modo, o sistema econômico passa a levar na devida conta e, de maneira específica, todos os saques feitos aos bens da natureza que possam significar custos externos, no sentido em que este termo vem sendo empregado.

Este sistema pretende introduzir nas decisões sobre o uso dos bens ambientais o mesmo tipo de sinalização utilizado pelo mercado para as demais decisões. Assim, a fábrica, confrontando-se com a necessidade de pagar pelos resíduos lançados, passará a tratá-los como um custo seu, custo esse que poderá ser reduzido, ou mesmo eliminado, caso se decida a investir na compra de um filtro ou de outros aparelhos aptos ao tratamento das substâncias que até então saíam pelo esgoto das indústrias. Isso pode ser assemelhado, usando-se o mesmo raciocínio, ao caso de usar um aparelho que reduzisse o consumo de óleo ou de eletricidade.

A grande vantagem desse sistema reside na sua flexibilidade e na sua certeza. Flexibilidade, porque será o empresário quem irá decidir se e quando irá instalar os aparelhos antipoluentes. Certeza, porque os custos envolvidos nessa decisão serão conhecidos e estáveis (pelo menos num determinado intervalo de tempo). Além do mais, não dependem de qualquer barganha ou regulamentação burocrática.¹¹

Em suma, é isso exatamente o que se pretende de uma política de preservação dos recursos ambientais: em primeiro lugar, que haja suficiente estímulo à produção e à difusão de aparelhos e de técnicas não poluentes; em segundo lugar, nos casos em que isso seja absolutamente impossível, a redução a um mínimo dessas atividades e a sua substituição por outras.

A essa altura, uma pergunta pode ser colocada: será possível medir as emissões residuais e avaliar o seu custo, de sorte que se possa fixar tarifas de maneira adequada?

Ousamos responder que sim. Quanto à medição das emissões, isso é um problema técnico de solução perfeitamente viável. Em países como a Alemanha, França, EUA e Japão, já existem estudos e modelos completos e complexos sobre as técnicas de tarifação. Nos EUA, por exemplo, no caso do Rio Delaware, tais modelos estabelecem séries completas de objetivos a serem atingidos, classificados segundo as possíveis utilizações da água e que vão desde a natação até ao tratamento de resíduos industriais, fixando-se o volume do oxigênio dissolvido compatível com esses vários usos. A partir daí, mediante o emprego

¹¹ Mohring, J. e Boyd, H., "Analysing Externalities: Direct Interaction versus Asset Utilization", in *Economica* (Londres), novembro/1971, p. 347-361.

de diversos cálculos baseados na técnica da programação linear chega-se à determinação de custos mínimos, envolvidos na consecução desses objetivos e nas tarifas a serem cobradas por efluente. A dificuldade, a nosso ver, reside exatamente na fixação do valor dessa tarifa.¹² Consideramos que essa dificuldade poderá ser satisfatoriamente superada com a aplicação de conceitos da Lógica Fuzzy e com o emprego da Matemática Fuzzy.¹³

CONCLUSÃO

Ao longo deste trabalho, procuramos demonstrar que o problema básico da Eco-

nomia, em face da escassez de recursos e em presença da impossibilidade de atender, qualitativa e quantitativamente, a todos os desejos humanos, é um problema de alocação de recursos, e que o meio ambiente deve ser levado em consideração quando da adoção de políticas e estratégias que administrem os recursos que a natureza põe à nossa disposição.

Em face disso, considerando que o Estado não pode deixar de intervir em determinados setores da vida sócioeconômica, foram sugeridas algumas políticas a serem adotadas e algumas estratégias a serem postas em prática, visando a, senão eliminar, pelo menos minimizar o problema. ●

¹² No caso do Rio Delaware, chegou-se à conclusão de que deveria ser cobrada uma tarifa de 8 a 10 centavos por libra de BOD (*Biochemical Oxigen Demand*), unidade utilizada para medir a quantidade de substâncias poluentes emitidas.

¹³ A Lógica Fuzzy baseia-se no princípio de que o pensamento humano é estruturado não em números, mas sim em classes de objetos, cuja transição entre pertencer ou não a um conjunto é gradual e não abrupta.

BIBLIOGRAFIA

- FAUCHEUX, Sylvie, NOËL, Jean-François, *Economie des Ressources Naturelles et de l'Environnement*, Paris. Armand Colin Editeur, 1995.
- MAY, Peter, *Economia Ecológica*, Ed. Campos, 1995.
- PEARCE, David W. e TURNER, R. K., *Economics of Natural Resources and the Environment*, - John Hopkins University Press, 1990.
- , *Environmental Economics: Policies for Environmental Management and Sustainable Development*, Cambridge, Great Britain, University Press, 1994.
- ROLL, Eric, *Historia de las Doctrinas Económicas*. Fondo de Cultura Económica, México, 1987 [Orig. inglés, *A History of Economic Thought*].
- SIEBERT, Horst, *Ökonomische Theorie der Umwelt*, Tübingen, Mohr, 1978.
- TISDELL, Clem, *Environment Economics*, Edward Elgar Puli., 1993.

Comentários

O NACIONALISMO BRASILEIRO

Carlos de Meira Mattos*

No Brasil da modernidade tornou-se hábito taxar-se de nacionalista à pessoa ultrapassada no tempo, incapaz de compreender as excelências da influência da tecnologia moderna nos costumes das sociedades, um sobrevivente, em fim, das eras pré-históricas: um *dinossauro!*

Sobre o nacionalismo existe ampla e erudita obra acadêmica. O Professor Byrd G. Sharper, ex-presidente do *International Committee of Historical Science* dos Estados Unidos, escreveu volumoso e elucidativo tratado sobre a matéria, em obra que denominou *Faces of Nationalism*. Estendeu sua pesquisa a obras e autores dos quatro continentes, oferecendo conceitos sobre o nacionalismo que abrangem vasto plantel de autores, acadêmicos, políticos e sociólogos. Vejamos alguns conceitos:

- o nacionalismo é a fusão emocional de dois fenômenos muito antigos – nacionalidade e patriotismo; corresponde à suprema devoção do ser humano em engrandecer as nacionalidades, fundada numa consciência política de nação lingüística ou cultural (Carlton

Hayes, considerado o pai dos estudos políticos sobre nacionalismo nos Estados Unidos);

- o nacionalismo é uma ideologia que assegura à nação o direito de ser árbitro imparcial e final nos assuntos de seu interesse (Dorothy Dohen, do livro *Nationalism and American Catholicism*);

- nacionalismo é a garantia da independência e da preservação da integridade da soberania e a afirmação do prestígio do estado-nação (Raoul Girard, no livro *Le Nationalisme Français*);

- nacionalismo é a consciência de parte de indivíduos ou de grupos de membros de uma nação, traduzida no desejo de levar avante a liberdade e a prosperidade nacional (Royal Institute of International Affairs, Londres).

Vários autores, acadêmicos, políticos, sociólogos, inclusive Sharper, estudaram o nacionalismo desde o século XVII, época da consolidação das grandes monarquias europeias.

No seu livro mais recente (1993), editado pela Universidade Harvard, o Professor Liah Greenfeld (*Nationalism – Five roads for Modernity*) observa que o nacionalismo, ao longo da História, aparece, desaparece, mas sempre reaparece. Consideramos o atual nacionalismo um fruto da Revolução Fran-

* General-de-Divisão.

cesa de 1789 que resultou da eclosão das idéias de participação do povo no governo da nação, idéias que vieram se aquecendo no cadinho das pregações de Hobbes, Voltaire, Jefferson, Montesquieu e Rousseau.

Todos os conceitos emitidos pelos autores pós-revolucionários (1789), sejam de acadêmicos, políticos ou sociólogos, trazem como tese comum a de que o nacionalismo, seja ele ideologia, consciência, sentimento, significa, sempre, a defesa dos interesses nacionais e a luta pela prosperidade do povo.

Assim entendemos a fonte do nacionalismo brasileiro cujo herói e patrono foi Tiradentes.

As idéias da Revolução Americana e da Revolução Francesa chegaram ao Brasil Colonial e vieram fazer fervilhar os impulsos libertários do patrono de nosso nacionalismo, o alferes Joaquim José da Silva Xavier, mais conhecido por Tiradentes. O alferes Tiradentes recebeu essas idéias que o apaixonaram, do estudante brasileiro José Alvarenga Maciel que regressara da Europa em 1788 (um ano antes da tomada da Bastilha), e que lhe ofertou livros e publicações recentes sobre as idéias revolucionárias que já convulsionavam a França, e também um livro sobre a Revolução Americana (1776).

Essa foi a literatura que empolgou os conspiradores mineiros que se aliaram a Tiradentes: Cláudio Manoel da Costa, Inácio José de Alvarenga Peixoto e Tomás Antonio Gonzaga, líderes da Conspiração Mineira, todos presos e condenados; Tiradentes foi enforcado e os demais desterrados para África.

INFLUÊNCIAS NA DOUTRINA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL

*Claudio Moreira Bento**

O Exército Colonial, até a união das Coroas de Portugal e Espanha (1580-1640) possuía sua doutrina emanada de Portugal. Durante a união das Coroas recebeu influência da doutrina espanhola, caracterizada pelo *terço*, as *bandeiras* e os *troços*, nomes dados aos equivalentes, hoje, regimento, companhia e pelotão. O comandante do terço, atual regimento, era chamado mestre-de-campo, que eqüivalia a coronel.

Essa doutrina militar, ao tempo das guerras holandesas, estava em decadência na Europa e os luso-brasileiros, desenvolveram uma doutrina militar genuína chamada na Europa, por especialistas, de *Guerra Brasílica*. Ela aligeirou os terços e deu liberdade de iniciativa a cada combatente, que tinha como arma de choque a espada ou o chuço, por falta de arma de fogo e munição correspondente, em razão, do bloqueio naval do Brasil.

Traduziu a diferença de doutrinas, a Brasílica e a holandesa, a mágoa de um oficial holandês revelada ao Major Antônio Dias Cardoso¹, ao final da 1^a Batalha dos Guararapes, durante uma troca de prisioneiros:

Oficial holandês: – *Da próxima vez seremos nós que venceremos, pois combateremos dispersos como vocês combateram!*

*Coronel de Engenharia e Estado-Maior. Presidente da AHMTB.

¹ Atual patrono do Batalhão de Forças Especiais.

Dias Cardoso: – *Melhor para nós, pois para cada soldado de vocês disperso, necessitarão de um capitão ao lado deles, enquanto que cada soldado nosso é um capitão!*²

Com a rendição dos holandeses, na Campina da Taborda, (1654), a doutrina luso-brasileira passaria a ter influência inglesa, direta ou indireta, através das Ordenanças, do Exército de Portugal. Ela perdurou mesmo após a Independência, no todo ou com adaptações (1654-1910). Em Canudos, ela fracassou, e a criatividade dos quadros do Exército encontrou soluções originais, como a transformação de uma companhia de Infantaria em esquadrão de Cavalaria, como tropa de reconhecimento que passou a prevenir emboscadas e, ao mesmo tempo, como instrumento de suprimento, ao recolher, na caatinga, animais que pudessem alimentar a tropa, até a chegada do Ministro da Guerra, Marechal Bittencourt, que solucionou o apoio logístico. Enfim, soluções genuínas não constantes das Ordenanças de Portugal foram adotadas então.

Como influência inglesa marcante tivemos o corpo de doutrina baixado pelo Conde de Lippe, o qual enviou, para o Brasil seu delegado, Tenente-General Henrique Bonh, que organizou o Exército Colonial do Brasil, fortificou o Rio de Janeiro e terminou por liderar o Exército do Sul, na expulsão definitiva dos espanhóis que ocupavam o Rio Grande do Sul,

havia 13 anos, ao reconquistar a Vila de Rio Grande (1^a de abril de 1776).³

Existem, em coleções de obras raras, alguns exemplares da Doutrina do Conde de Lippe.

Com a vinda da Família Real para o Brasil, foi implantada na tropa a Doutrina Militar do Marechal Carr Beresford, um inglês a serviço de Portugal.

Mas, na Academia Real Militar, D. João VI introduziu fortíssima influência francesa nos ensinos fundamental e profissional. Neste último, era muito usada a obra do Conde Cessac, um *expert* no assunto do Exército da França.⁴

Em 1861, o Duque de Caxias, Ministro da Guerra, com base em sua vitoriosa experiência operacional em quatro campanhas pacificadoras, na guerra externa contra Oribe e Rosas (1851-52) e na experiência de cerca de oito anos no comando da atual Polícia Militar do Rio de Janeiro, adaptou as Ordenanças de Portugal para as armas às realidades que vivenciara, com a ressalva de *até que se disponha de uma tática* (Doutrina) genuinamente nossa.

Com isso ele se tornou pioneiro a favor da nacionalização progressiva da Doutrina Militar Terrestre Brasileira conforme temos repetido, e, como focalizou pioneiramente, na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECMEE), em 1958, o Coronel Amerino Raposo Filho, em *Caxias e o Problema Militar Brasileiro*. (Rio, SGeEx, 1969. p. 56-63 – esgotado).

² O fato pode ser aprofundado em *As Batalhas de Guararapes - Análise e Descrição Militar* (Recife, UFPE, 1971), (2 v. textos e mapas) e no site <http://www.resenet.com.br/users/shimtb>, home page da AHIMTB, e no Site do Exército sobre a Batalha de Guararapes.

³ Para melhor idéia sobre o Corpo de Doutrina consultar *A Guerra da Restauração do Rio Grande do Sul, 1774-76*, Rio de Janeiro, BIBLIEC, 1996, Coleção Taunay.

⁴ Ver "O Brasileiro que foi General de Bolívar", *A Defesa Nacional* 725, Mai/Jun 1986.

Essa Doutrina baixada por Caxias foi a que presidiu o emprego do Exército Brasileiro na Guerra do Paraguai (1865-70), usada por ele como Comandante-em-Chefe das forças brasileiras e aliadas (1866-68).

Antes, Caxias, como Ministro da Guerra, em 1855, aproveitando a estrutura operacional que imprimiu ao Exército em operações na Guerra de 1851-52, introduziu no Ministério da Guerra, duas estruturas, uma operacional e outra logística: a operacional sob a égide do Ajudante-General do Exército, que passou a ser efetivamente o comandante do Exército e que, em 1899, foi substituído pelo Estado-Maior do Exército; a logística, sob a égide do Quartel-Mestre-General e que se ramificava por toda a organização de paz e de guerra.

O Ajudante-General foi substituído pelo Estado-Maior do Exército, esse órgão de influência doutrinária prussiana sugerida pelo então Capitão Augusto Tasso Fragoso, que viria a chefiá-lo na década de 1920.

Depois da Guerra do Paraguai, houve um grande declínio doutrinário, por cerca de trinta anos (1874-1905). O Exército foi dominado pelo *bacharelismo militar*, com outras preocupações que não o desenvolvimento da Doutrina do Exército como força operacional. A Doutrina estava a cargo da Congregação de Professores da Escola Militar da Praia Vermelha, que não a implementaram efetivamente.

Certa feita, o Coronel Conrado Bittencourt, heróico comandante do Batalhão de Engenheiros aquartelado na Praia Vermelha, encaminhou um importante regulamento militar francês solicitando à Congregação que o traduzisse para

ser lido pela tropa. Veio a resposta: *Não é necessário pois nós o lemos no original!*

Nesse período, raros oficiais brasileiros *tarimbeiros* valiam-se da obra (traduzida) do General Favé: *Curso de Arte Militar* (Rio de Janeiro. Tipografia Militar 1892.)

Essa involução doutrinária refletiu-se nos conflitos internos no início da República: Guerra Civil, Revolta na Armada (1892-95) e Canudos (1897). Neste último apareceu a citada e complexa *Ordenança de Portugal*, que recebeu o nome de *Regulamento Moreira Cézar*, em razão de a Comissão encarregada de sua feitura haver homenageado o coronel morto em Canudos, colocando o seu retrato ilustrando-lhe a capa. Era ele incompatível com as realidades dos pampas sulinos e das caatingas nordestinas, a não ser na defesa de localidades como foi o caso de Bagé e Lapa, sitiada por federais em 1893-94.

Ainda em Canudos, para enfrentar as mesmas realidades operacionais e logísticas, foi que o Coronel Carlos Telles, comandante do 31º Batalhão de Infantaria, de Bagé, teve a inspiração de improvisar um Esquadrão de Cavalaria com o qual preveniu futuras emboscadas e recolheu cabeças de gado esparsas na caatinga para alimentar a tropa. O problema logístico só seria, porém, solucionado com a Cadeia de Apoio Logístico que o Ministro da Guerra, Marechal Bittencourt, estabeleceu na Bahia, em apoio as forças operando contra Canudos. Foi o que lhe valeu a consagração, como patrono da Intendência do Exército.

De 1910-20 o Exército sofreu grande influência prussiana. O Marechal

Hermes da Fonseca, como Ministro da Guerra, enviou oficiais para estágio no Exército alemão. De retorno fundaram, em 1913, a revista *A Defesa Nacional*, que passou a difundir a Doutrina Alemã, a qual ganhou grande impulso pelas mãos da *Missão Indígena*, da Escola Militar do Realengo (1919-21), integrada por muitos dos oficiais com curso na Alemanha ou a eles ligados.

Em 1918, quase ao final da guerra, o Brasil enviou à França 24 oficiais que integraram a Comissão de Estudos e Operações e de Aquisição de Material Bélico (1918-19). A finalidade era absorver, inclusive combatendo nos exércitos aliados, ensinamentos da Doutrina Militar Terrestre da França e adquirir material bélico para implantá-lo no Brasil, no Exército e na sua Aviação.

Eles trouxeram valiosos subsídios e idéias, como o Tenente-Coronel José Fernandes Leite de Castro, e os tenentes José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque e Cristovão de Castro Barcellos, que tiveram grande projeção nos destinos do Exército depois da Revolução de 1930.

Estudou a vida do Marechal José Pessoa, o chefe de maior projeção dessa Comissão, idealizador da AMAN e introdutor dos blindados em nosso Exército, o Coronel Hiram Freitas Câmara em *Marechal José Pessoa, a força de um ideal.* (Rio, BIBLIEX, 1986.)

Era adido militar na França o Major Alfredo Malan d'Angrone quando foi encarregado de contratar a Missão Militar Francesa (MMF), para o nosso Exército, sendo a primeira chefiada pelo General Gamelim.

Essa Missão Militar chegou ao Brasil, em 1920 e, por cerca de 19 anos, até a Segunda Guerra Mundial, exerceu grande influência doutrinária no ensino do Exército. Em 1939, ela foi substituída por uma Missão Militar dos Estados Unidos.

No Arquivo Histórico do Exército foi iniciado, em 1985, um projeto denominado *História da Doutrina do Exército Brasileiro*, reunindo regulamentos que de longa data vêm presidindo o emprego do Exército Brasileiro.

Eis, pois em largos traços as influências doutrinárias recebidas pelo nosso Exército.

Para nossa satisfação, a partir de 1999 cadetes do 3º ano da AMAN estão realizando pesquisas sobre a evolução das doutrinas das armas e serviços de 1890 a 1960. É um promissor começo. Li alguns trabalhos que achei de excelente qualidade e objetividade, todos partindo do conceito pragmático de doutrina militar como sendo *as maneiras e modos pelos quais uma força militar é organizada, equipada, instruída, motivada (para a instrução e para o combate) e empregada.*

Sinto, porém, necessidade de um aprofundamento maior na História Militar Terrestre na Amazônia, pouco conhecida, pesquisada e, sobretudo, não interpretada quanto às lições táticas, estratégicas e logísticas que sugere, a serviço da segurança da Amazônia, hoje com mais ameaças potenciais que no passado. Penso impor-se um esforço para levantar-se a História Militar dessa área, como foi feito nos últimos cerca de 77 anos sobre a História Militar Terrestre do Brasil no sul e no oeste.

AS INSTITUIÇÕES MILITARES E A ERA PÓS-MODERNA

*Nilson Vieira Ferreira de Mello**

Não escapa, nem mesmo ao mais desatento observador, a percepção de que o mundo atravessa fase de amplas e profundas transformações.

Segundo Alvin Toffler, autor de *O choque do futuro* e de *A terceira onda*, toda a história da civilização decorreu do impulso de três grandes ondas. A primeira aconteceu quando tribos nômades, ao descobrirem a agricultura, sedentarizaram-se, dando ensejo ao surgimento de aldeias, excedentes econômicos, comércio; enfim, à construção da própria civilização.

A era da agricultura perdurou por muitos séculos, até quando o homem, ao inventar a máquina, pôde substituir a força muscular, própria e a dos animais a seu serviço, pelo trabalho mecânico, multiplicando exponencialmente a sua produtividade. Os efeitos dessa transformação foram tão espetaculares que a História os registra como Revolução Industrial.

A era industrial, cujo símbolo é a linha de montagem, caracteriza-se pela cultura de massa, que influenciou não apenas concepções econômicas mas também políticas, sociais e até militares, como o demonstram os exércitos de milhões de homens das duas guerras mundiais.

Essas concepções, ditas modernas, estão se tornado rapidamente obsoletas. Uma terceira onda, a do conhecimento, cujo símbolo é o computador, choca-se com as estruturas nascidas daquelas con-

cepções. Esse turbilhão gera perplexidades, temores e insegurança, fragilizando a ordem social e subvertendo conceitos e valores, mas dele surgirá, necessariamente, uma nova era para a humanidade.

No que tange às instituições militares, observa-se terem sido elas forte e drasticamente atingidas pelas transformações ocorridas no século XX. Não me alongarei citando aquelas espetaculares decorrentes do progresso tecnológico; ficarei apenas com uma, pouco visível para muitos mas de suma importância. Refiro-me à perda de legitimidade do recurso à força militar em nome de interesses nacionais, como consequência de haver sido o nacionalismo apontado como a causa fundamental das duas guerras mundiais do século. Desde então, até mesmo as nações mais poderosas, como os EUA, quando têm de defender suas posições estratégicas e econômicas, o fazem sob o artifício da coalizão de países, organizando forças conjuntas sob a égide de um organismo supranacional.

A internacionalização da força militar é pois uma tendência identificável desde o término da Segunda Guerra Mundial, quando começaram a proliferar as chamadas missões de paz da ONU, como as de Angola, Moçambique e Timor Leste, para citar apenas algumas com participação brasileira, e outras nada pacíficas, como as intervenções na Coréia, Vietnã e Golfo Pérsico. De tal tendência ampliar-se pela generalização dos exércitos multinacionais (há a idéia, ainda muito controvertida, de transformar a OTAN em força militar da Comunidade Européia), o prestígio da carreira militar declinará no seio das comunidades nacionais, pela di-

* Coronel de Cavalaria e Estado-Maior

minuição da sua presença e de sua atuação no interior do país.

Outra tendência perceptível é a da mais íntima integração das três forças singulares. A batalha da terceira onda, cujo modelo foi apresentado ao mundo pela TV, ao vivo, durante a Guerra do Golfo Pérsico, exige o aprofundamento das ações, utilizando simultaneamente meios aéreos, navais e terrestres, que devem atingir com igual violência as tropas da linha de contato e as das linhas de apoio sucessivas, bem como instalações logísticas e centros de comando, coordenação e controle, instalados no interior do território do inimigo.

No Brasil, essas tendências nem sempre são claramente identificadas como decorrentes do processo global de transformações, em virtude da nossa posição excêntrica em relação aos centros de poder mundial e das nossas peculiaridades culturais.

A criação do Ministério da Defesa pode servir de exemplo de como são vistas as coisas da modernidade entre nós. Conquanto a mais completa integração das forças singulares seja algo plenamente estabelecido na doutrina militar hodierna, esse ato governamental, tal como as privatizações e a flexibilização do monopólio do petróleo, ainda é objeto de desconfianças e controvérsias. Há os que o atribuem a pressões externas, nomeadamente do Governo americano, conjugadas com tardio e insidioso revanchismo, com o propósito de afastar os militares das mais altas esferas decisórias da República. Estes últimos acham que, quando o Exército indicou representante em comissão destinada a indenizar herdeiros de guerrilheiros e terroristas, que

voluntariamente e sob todos os riscos, optaram pela luta armada para estabelecer, no País, regime inspirado nas ditaduras marxistas, deu aos revanchistas o sinal de que poderiam implantar a totalidade do seu programa dito civilista. Desse programa seriam etapas a extinção do Gabinete Militar da Presidência da República, a desmilitarização das polícias militares e a criação de agências civis para gerenciar atividades tradicionalmente dirigidas por órgãos militares. Ainda recentemente, nota publicada em jornal carioca revela que o Ministro da Defesa teria declarado a um grupo de deputados que seu propósito é *desmilitarizar* a INFRAERO, substituindo por técnicos civis cerca de duzentos oficiais da reserva da Aeronáutica.

Ora, uma análise ponderada dessas posições revela que ambos os lados têm suas razões. A criação do Ministério da Defesa, de baixa prioridade diante dos assombrosos problemas com que se defronta a Nação, foi mal-apresentada pelo Governo. Não obstante os poderosos argumentos técnicos em favor da sua efetivação, eles foram negligenciados dando lugar a que outros, de cunho político, encontrassem curso na opinião de muitos observadores. Não faz muito tempo, autoridade governamental declarou que o Ministério da Defesa tinha a virtude de submeter as Forças Armadas ao poder civil. Declarações infelizes como esta jamais foram anuladas por outras claramente técnicas, contribuindo para que se forme, no espírito de muitos, a idéia de que se trata efetivamente de mal disfarçado revanchismo, mais do que de uma reconhecidamente necessária reestruturação do Estado.

A despeito de incompREENsões e equívocos, o Ministério da Defesa está implantado, assim como outras reformas constitucionais e estruturais que não cabe mais discutir, senão para buscar as alternativas para melhor operacioná-las.

Quanto ao Exército, sua nova posição no arcabouço do Estado e a tendência, verificada no mundo, de internacionalização da força militar põem em evidência duas ordens de preocupações. A primeira é a de mantê-lo visível perante a opinião pública como instituição permanente e útil à nacionalidade, no momento em que as forças militares tendem a perder sua característica de *ultima ratio* da soberania nacional para adquirirem a de polícia internacional. A segunda é a de valorização da carreira militar diante dos programas *civilistas* em voga, não em termos meramente profissionais mas num sentido cultural mais amplo, que permita aos seus quadros uma adequada colocação na hierarquia social e intelectual do País.

Muitas são as alternativas, que indubbiavelmente estão sendo consideradas pelos chefes militares, para fazer face àquelas preocupações. Manter as Forças Armadas permanentemente afinadas com as necessidades das comunidades nacionais certamente está na base daquelas alternativas, o que poderá, ocasionalmente, realçar atividades incluídas nas chamadas missões complementares, as quais convém sejam amplamente divulgadas, de forma a contribuir para uma melhor visibilidade do Exército como instituição útil à nacionalidade. Os riscos à segurança nacional devem ser avaliados sem quaisquer preconceitos, mesmo aqueles que não se enquadrem nos padrões tradicionais das

preocupações militares. Ninguém contestará, de boa fé, que o narcotráfico, o contrabando de armas, enfim o crime organizado constituem o problema de segurança mais grave com que se depara o País. Esperar que surjam *áreas liberadas* no território nacional onde não vigorem as leis brasileiras, como já ocorre em países latino-americanos, para então chamar as Forças Armadas para eliminá-las talvez não seja a melhor atitude. Elas não devem existir apenas para policiar território alheio, como o Timor Leste, mas também para atuar, mediante planejamento que contemple o emprego escalonado de meios adequados, nomeadamente os da Polícia Federal e polícias estaduais, de forma a evitar o pior. Faz pouco tempo, os jornais noticiaram, com destaque, o relacionamento controvertido de uma figura proeminente dos meios artísticos e financeiros com um traficante carioca, o *Marcinho VP*, o qual seria o líder de um movimento social revolucionário inspirado na *favelanía* e que seduz artistas e intelectuais. A transformação de criminosos em heróis e a simpatia que despertam em personalidades notórias, inclusive alta autoridade do sistema de segurança estadual, demonstram a gravidade de uma situação que já se apresenta até mesmo com veleidades revolucionárias.

Mas, não basta que a carreira militar seja um reservatório de valores éticos, morais e intelectuais, mas que essa excelência seja reconhecida pela opinião pública, como já acontece com o Instituto Militar de Engenharia (IME), o Instituto de Tecnologia da Aeronáutica (ITA) e os colégios militares. Nesse particular, o sistema de ensino tem tido relevante papel, que talvez pudesse ser ampliado

através do entrosamento com entidades civis de pesquisa, de qualificação profissional e culturais.

Finalmente, aumentar a visibilidade do Exército significa dar prioridade ao público externo na divulgação de notícias e atividades militares. Porém, para isso é preciso vencer o *patrulhamento* ainda claramente presente no nível das redações dos órgãos de imprensa, o que talvez seja alcançável mediante aproximação dos altos chefes militares com os dirigentes superiores dos citados órgãos.

O BRASIL E A COESÃO LATINO-AMERICANA

*Manuel Cambeses Júnior**

Transcorreram apenas 11 anos da queda do Muro de Berlim e a ingênuo e efêmera euforia dessa época converteu-se em um passado remoto. A *Nova Ordem Mundial*, embasada na unipolaridade e na *Pax Americana*, que despertou as ilusões de alguns e os temores de outros, encontra-se profundamente desgastada e esquecida, juntamente com os jornais da época da Guerra do Golfo.

Samuel Huntington, em um interessante artigo publicado na revista *Foreign Affairs* intitulado “A superpotência solitária”, afirma que estamos vivendo um sistema internacional de transição, ou seja, um estranho híbrido a que ele batizou de *unimultipolar*. O momento unipolar já expirou e, dentro de duas

décadas ingressaremos em um verdadeiro sistema multipolar.

Segundo Zbigniew Brzezinski, os Estados Unidos serão a primeira, última e única superpotência global. Nesse período transitório, esse país continuará sendo o único com preeminência em todas as dimensões do poder, em suas diversas expressões política, econômica, social, ideológica, militar, tecnológica e cultural, com o alcance e a capacidade de promover os seus interesses a nível global.

Entretanto, a solução dos problemas fundamentais do sistema requer, necessariamente, a ação conjunta da superpotência e de alguma combinação com outras grandes potências. Os Estados Unidos mantêm, no momento, o direito de veto nos assuntos de maior relevância internacional. Várias potências regionais estão fortalecendo suas posições em suas esferas de atuação geopolítica: a China e, potencialmente, o Japão, na Ásia Oriental; a União Européia (liderada, em minha opinião, pela Alemanha, ainda quando encontramos quem advogue a liderança de um condomínio franco-alemão); a Rússia, na Eurásia; a Índia, no sul da Ásia; o Irã, na Ásia Sul-Oidental; a África do Sul e a Nigéria, no continente africano e o Brasil, na América Latina.

Estamos, portanto, vivendo um período de transição e, como sói acontecer, toda mudança sempre implica em contradições e riscos. A globalização econômica e o cosmopolitismo cultural ocorrem, conjuntamente, com um extraordinário ressurgimento do medo e da desconfiança com o diferente, com o estranho e com o desconhecido. Assistimos ao retorno do tribalismo, dos etnicismos,

* Coronel-Aviador. Do Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra.

da xenofobia, dos racismos e dos fundamentalismos religiosos. Essas forças desintegraram a União Soviética, pulverizaram a Iugoslávia, dividiram a Checoslováquia e converteram em Estados fracassados alguns países como Congo, Afeganistão, Libéria, Somália, Ruanda e Serra Leoa, entre outros. A Indonésia e vários países da Ásia Central correm o risco de cair no mesmo despenhadeiro. As forças da desagregação assolam, também, países avançados como Canadá, Bélgica e Espanha. A América Latina, felizmente, até o presente momento, não tem sofrido, de forma avassaladora, a pressão dessas forças centrífugas, ainda que alguns Estados com grande proporção de populações indígenas descuram-se em prevenir-se contra potenciais explosões raciais e étnicas.

Estamos vivendo em um mundo perigoso, no qual a soberania, já bastante limitada, dos pequenos e médios Estados, vê-se cada vez mais ameaçada, não somente pela presença das grandes potências e pelas forças secessionistas mas,

também, pelo crescente poder globalizado das máfias, da criminalidade organizada, dos grupos terroristas de cunho fundamentalista e pelas seitas apocalípticas. Para reduzir nossa vulnerabilidade frente a essas ameaças é necessário, em primeiro lugar, que nos fortaleçamos internacionalmente, aumentando a capacidade da sociedade e o potencial do Estado brasileiro. Isso implica, fundamentalmente, num verdadeiro Estado de Direito. Sem o império da lei, sem segurança jurídica, sem regras econômicas bastante claras e estáveis, não existirá criação de riqueza, somente distribuição desigual da miséria.

Certamente não haverá um projeto histórico mais ou menos autônomo para a América Latina, neste alvorecer do terceiro milênio, sem unidade e coesão dos Estados-membros. Ademais, é urgente e necessário que transformemos a integração latino-americana em um imperativo geopolítico, se desejamos deixar de ser considerados exóticos e marginais espectadores no cenário internacional. ☽

“A cada direito corresponde um dever.”

Rui Barbosa

*“Quem não lê, não pensa, e quem
não pensa será para sempre um servo.”*

Paulo Francis

Informações

AMAZÔNIA – O GRANDE DESAFIO

Amazônia é uma porção do globo que ocupa 1/20 da superfície terrestre, 1/10 da América do Sul e 3/5 do Brasil, país que possui 60% de toda a sua extensão.

A Amazônia legal brasileira ocupa uma área de quase cinco milhões de km².

Em sua biodiversidade, além do incomensurável potencial potamográfico de que é possuidora, a hoje tão cobiçada Amazônia brasileira contém o maior banco genético do mundo, lá também se encontrando a mais vasta província mineralógica do planeta, onde ocorrem, entre outras, abundantes jazidas de ouro e cassiterita e de minérios estratégicos de terceira geração, como o urânio, o titânio, o nióbio etc.

A Força Terrestre, desde o longínquo ano de 1616, há 384 anos, portanto, se faz presente nos longes da Amazônia.

Luso-brasileiros ergueram, na região, fortalezas, fortins, redutos, vigias, baterias e casas-fortes, num total de 35 dessas fortificações.

O Forte do Presépio – que deu origem à cidade de Belém – foi o primeiro a ser construído, em 1616, juntamente com o de Macapá, para garantia da posse da foz do Rio Amazonas, pelo que a 8º Região Militar ostenta, com orgulho, a denominação histórica de *Região Forte do*

Presépio. A seguir, num verdadeiro arco de proteção, foram erguidos, em locais de acesso aos principais rios, o Forte Príncipe da Beira e o de Tabatinga, que asseguravam o domínio da navegação do *rio-mar*. E aprofundando esses baluartes, mais para o interior, os fortés de São José da Barra, de Óbidos e tantos outros.

A construção do Forte Príncipe da Beira, durante sete anos, em região inóspita e de difícil acesso, constituiu-se em uma verdadeira epopéia. O construtor da ciclópica obra, Capitão-General Mello e Cáceres, assim se dirigiu a seus comandos: *A soberania e o respeito de Portugal impõem que neste lugar se erga um forte. E isto é obra e serviço dos homens de El-Rei de Portugal, nosso Senhor e, como tal, por mais duro, por mais difícil e por mais trabalho que isso dê, é serviço de Portugal e tem de se cumprir!*

A propósito, urge assinalar que a 9º Região Militar, sediada em Campo Grande, MS, possui a denominação histórica de *Região Mello e Cáceres*; a 17º Brigada de Infantaria de Selva, de Porto Velho, RO e o Comando de Fronteira de Rondônia / 6ª Batalhão de Infantaria de Selva, de Guaporé-Mirim, RO, exibem as denominações de *Brigada Príncipe da Beira* e *Batalhão Forte Príncipe da Beira*, respectivamente.

Hoje, em plena selva, desdobra-se o Comando Militar da Amazônia (CMA),

integrado por duas Regiões Militares, quatro Brigadas de Infantaria de Selva (compostas de várias Organizações, desde os Pelotões de Fronteira aos Batalhões de Infantaria de Selva), um Grupamento de Engenharia de Construção e um Esquadrão de Helicópteros. Esse Comando sedia-se em Manaus, onde também se localiza o Centro de Instrução de Guerra na Selva, (CIGS), *Centro Coronel Jorge Teixeira*, o mais importante estabelecimento do mundo a ministrar técnicas de combate em ambiente de selva tropical.

No distintivo do CMA enxerga-se a Cruz de Cristo, representativa da expansão lusitana na conquista da região, relembrando as memoráveis expedições de Raposo Tavares e de Pedro Teixeira; nele também é exibida uma cabeça de onça pintada, caracterizando a imensa selva amazônica e o indômito sentimento de bravura sempre guardá-la e defendê-la, além da legenda *Amazônia*, vocábulo emblemático que nos faz lembrar da mais extensa e potencialmente rica região do Brasil, árdua e valorosamente conquistada por nossos antepassados.

Atualmente, o brado de *Selva!* é uma espontânea e vibrante saudação, verdadeira mística, entre os integrantes do CMA, conhecida nacional e internacionalmente. Vejamos como ela surgiu.

À época da sua implantação, o CIGS ainda não dispunha de fichas de serviço de viaturas. Tal era a operacionalidade daqueles pioneiros do combate na selva, que a pergunta as sentinelas sobre o destino das viaturas que saíam do quartel, era, costumeiramente, respondida de forma apressada e lacônica: *Selva!*

Essa breve e tão repetida resposta, foi oficializada pelo primeiro Comandante do Centro, Major de Artilharia Jorge Teixeira de Oliveira, conhecido por *Teixeirão*, mais tarde Prefeito de Manaus e Governador de Rondônia, como *saudação obrigatória* entre os integrantes do Centro e que veio a se expandir para todas as Organizações Militares da Amazônia.

O CMA, hoje comandado pelo General-de-Exército Alcedir Pereira Lopes, é oriundo do Comando de Elementos de Fronteira, criado em 15 de julho de 1948, sendo esta, por isso, a sua data de aniversário.

O Comando de Elementos de Fronteira enquadrava, quando de sua criação, a 3º Companhia de Fronteira, de Porto Velho, e os Pelotões de Fronteira de Forte Príncipe da Beira, Guajará-Mirim, Rio Branco, Tabatinga, Içá, Japurá e Cucuí. Subordinado ao Comando da 8º Região Militar, possuía cerca de mil homens.

Várias transformações ocorreram, até à atualidade. Em 1957, o Comando de Elementos de Fronteira passa a denominar-se Grupamento de Elementos de Fronteira (GEF), integrando o recém-criado Comando Militar da Amazônia e Comando da 8º Região Militar (CMA/8º RM), cujo Comandante, a partir de dezembro de 1958, foi o General-de-Divisão Humberto de Alencar Castello Branco. Em 1969, o GEF se transforma em Comando Militar da Amazônia e 12º Região Militar (CMA/12º RM), com sede em Manaus, sendo extinto o CMA/8º RM, de Belém, passando a 8º RM a subordinar-se ao recém-criado CMA/12º RM. O General-de-Divisão Rodrigo Octávio Jordão Ramos instalou o mencio-

INFORMAÇÕES

nado Comando do CMA/12º RM, em Manaus, em 2 de julho de 1969. Em 1982, finalmente, ocorre o desmembramento dos Comandos do CMA e da 12º RM, sendo aquele comando, privativo do posto de general-de-exército.

No presente ano, em 20 de julho, comemorou-se a data de aniversário (15 de julho de 1948) do CMA.

Em memorável solenidade, da qual participamos com muita honra e emoção, tivemos a feliz oportunidade de constatar o elevado espírito de corpo de que estavam imbuídas todas as Organizações Militares daquele Grande Comando. A declamação da *Oração do Guerreiro de Selva*, por toda a tropa, sob o fundo musical dos acordes de *O Guarani* e da *Aquarela do Brasil*, é algo assaz emocionante para quem presencia o evento pela primeira vez e transmite, com toda a certeza, uma firme convicção de que ao brado de *pátria em perigo*, o soldado amazônida ocorrerá, pressuroso, ao patriótico chamamento para a defesa da honra e da soberania nacionais.

E, principalmente, saberá fazer uso, com superlativa eficácia, das técnicas de combate na selva, tão bem explicitadas no belo e comovente texto da *Oração*, linhas atrás mencionada, e que hoje fazem parte, de requisitos imprescindíveis da *estratégia da resistência*, com vistas à preservação da integridade do solo pátrio, naquela rica e ambicionada região.

Na cerimônia em commento, o General-de-Exército Alcedir, Comandante Militar da Amazônia, proferiu brilhante alocução alusiva, em que rememorou, minuciosamente, a história daquele Grande Comando e concitou a seus comanda-

dos a vencerem, com galhardia, as dificuldades típicas da Amazônia e a se precatarem contra os maus brasileiros, que não comungam dos ideais patrióticos de amor ao Brasil. A ordem do dia, por ele lida, pessoalmente, assim finalizou-se: *tudo isso somente é e será possível graças à consciência, à combatividade e à honestidade do combatente de selva, que integra uma tropa homogênea, pronta a cumprir qualquer missão, em qualquer lugar e a qualquer hora, apesar das adversidades. Soldado da Amazônia! A Pátria confia em você. Cumpra a missão custe o que custar!*

O vibrante desfile, de mais de meia hora, de todas as tropas do CMA, sediadas em Manaus e de contingentes da Marinha, Força Aérea e Polícia Militar, seguido de uma bela demonstração de pára-quedistas civis e militares, encerrou a comemoração do aniversário do Comando Militar da Amazônia. Ao regressarmos a Brasília, trouxemos conosco uma *amazônica saudade* e a certeza de que a presença do Exército na região é penhor seguro da integridade daquele bendito chão brasileiro, herdado de nossos avoengos lusitanos.

Com sabedoria, o General Rodrigo Octávio, primeiro comandante do 2º Grupamento de Engenharia de Construção, de Manaus, nos legou a seguinte lição: *árdua é a missão de desenvolver e defender a Amazônia. Muito mais difícil, porém, foi a de nossos antepassados em conquistá-la e mantê-la.*

Tal dístico legendário encontra-se hoje exibido, com ufania, em todas Organizações Militares do CMA.

*Manoel Soriano Neto
Coronel de Infantaria e Estado-Maior.*

POLÍTICA DE BIOSSEGURANÇA NAS FORÇAS ARMADAS DO BRASIL

Na atualidade, o tema Biossegurança reveste-se de grande importância, pelo surgimento das doenças emergentes transmitidas por agentes recentemente descritos em diversas partes do mundo e com potenciais de patogenicidade, em alguns casos, bastante elevados. A identificação de surto epidêmico de febre hemorrágica em militares na Amazônia brasileira, sinalizou para a necessidade da capacitação de recursos humanos e adequação de instalações especiais para o enfrentamento dessas ameaças. No campo militar, a Biossegurança se reveste de caráter estratégico, considerando-se suas aplicações no contexto da Doutrina de Defesa Biológica, objetivando neutralizar a ação de agentes infecciosos e toxinas, potencialmente utilizáveis como armas biológicas. Nesse contexto, foram desenvolvidos estudos de estado-maior, culminando com a elaboração de uma diretriz objetivando estabelecer as bases da Política de Biossegurança nas Forças Armadas do Brasil.

A Política de Biossegurança nas Forças Armadas no Brasil tem seu início com a aprovação da Portaria Ministerial nº 228, de 28 de abril de 1998, do então Ministro do Exército, referente à Diretriz para a Implementação da Política de Biossegurança no Âmbito do Exército Brasileiro, visando a contribuir para o desenvolvimento da Doutrina de Defesa Biológica do Exército face a possíveis ameaças, naturais ou intencionais, envolvendo agentes biológicos ou toxinas.

ALGUMAS DEFINIÇÕES

Doenças Emergentes – são enfermidades novas, de origem infecciosa, provocadas por agentes etiológicos novos ou modificados, e que exigem a imediata identificação microbiana, descrição de seus mecanismos de transmissão e o controle epidemiológico. Têm sido diagnosticadas em diversas partes do mundo a partir da década de 1970, com prognóstico de aumento de incidência nos próximos anos. Exemplos típicos são o surto de *legionelose* nos Estados Unidos (1976), a pandemia pelo HIV (1981) e a epidemia causada pelo vírus *Ebola* na África (1992). No Brasil, temos como exemplo a febre hemorrágica brasileira, *hantavírus*, no interior do Estado de São Paulo. Em maio de 1995, três militares participantes de um curso de sobrevivência na selva, na região Amazônica brasileira, apresentaram um quadro infeccioso agudo extremamente grave, um dos quais evoluiu para o óbito nas primeiras 72 horas de internação hospitalar. O provável agente causador da infecção foi um novo arbovírus.

Doenças Reemergentes – são enfermidades causadas por agentes etiológicos conhecidos, os quais se julgava controlados ou mesmo em extinção, que voltam a causar epidemias por mutação em seu genoma, reincidindo com maior grau de patogenicidade. No Brasil, temos, como exemplos, a *cólera*, o *dengue* e a *tuberculose pulmonar* associada ao HIV.

Biossegurança – é o conjunto de ações voltadas para a prevenção, minimização ou eliminação de riscos inerentes às atividades de pesquisa, produção, ensino, desenvolvimento tecnológico e

prestação de serviços, que possam comprometer a saúde do homem, dos animais, do meio ambiente ou a qualidade dos trabalhos desenvolvidos.

Laboratórios de Segurança Biológica

– são instalações especiais dotadas de equipamentos necessários ao isolamento, identificação, cultura e contenção de agentes biológicos patogênicos capazes de causar dano à saúde do homem ou ao meio ambiente, requerendo pessoal capacitado e observância de normas e procedimentos próprios para o seu funcionamento. São classificados, quanto ao seu grau de diferenciação, em níveis biológicos NB-1, NB-2, NB-3 e NB-4, assim definidos:

– NB-1 (*Laboratório Básico*) – destinado ao isolamento, identificação e cultivo de microorganismos que, provavelmente, não causam doenças humanas;

– NB-2 (*Laboratório Protegido*) – destinado ao isolamento, identificação, cultivo e estoque de microorganismos capazes de causar doenças humanas, para os quais existem medidas profiláticas e tratamento eficazes, com risco reduzido de contaminação por auto-inoculação, exposição de mucosas ou por meio de aerossóis;

– NB-3 (*Laboratório Contenção Biológica*) – destinado ao isolamento, identificação, cultivo e estoque de microorganismos transmissíveis por via respiratória, capazes de causar doenças humanas graves, para as quais existem medidas profiláticas e tratamento eficazes; e

– NB-4 (*Laboratório Contenção Máxima*) – destinado ao isolamento, identificação, cultivo e estoque de microorganismos transmissíveis por via respiratória ou desconhecida, capazes de causar doenças humanas graves ou potencialmente letais,

para as quais não existem medidas profiláticas ou tratamento eficazes.

DIRETRIZ PARA IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE BIOSSEGURANÇA NO EXÉRCITO – Objetivos e Condições de Execução

A Diretriz para a Implementação de uma Política de Biossegurança no Âmbito do Exército tem como objetivos: contribuir para a redução do hiato biotecnológico e da dependência científica do exterior e para a atualização da Doutrina de Defesa Biológica do Exército; participar da modernização do Exército, e participar do Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica na área de Doenças Emergentes e Reemergentes do País, acompanhando o desenvolvimento das atividades de Biossegurança no controle de agentes patogênicos.

Essa diretriz tem, como respaldo legal, a Lei nº 8.974, de 05 de janeiro de 1995, que regulamenta o Artigo 225 da Constituição Federal do Brasil; o Decreto nº 1.752, de 20 de dezembro de 1995, que cria a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança e a Lei nº 9.257, de 9 de janeiro de 1996, que dispõe sobre o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia.

Na implementação da política de Biossegurança no Exército Brasileiro estão previstas as Condições de Execução expressas nos tópicos a seguir:

Ações Permanentes – capacitar recursos humanos; promover o intercâmbio com instituições civis de ensino e pesquisa, e realizar pesquisas científicas de interesse do Exército, conforme prioridade estabelecida pelo Estado-Maior do Exér-

cito, mediante proposta do Departamento-Geral de Serviços.

Ações a Curto Prazo – adequar e equipar instalações existentes ao nível BL-2, e promover a capacitação técnica de pessoal de níveis superior e médio.

Ações a Médio Prazo – desenvolver um Laboratório de Contenção Biológica (BL-3); prosseguir na capacitação de pessoal para as novas instalações e capacitar engenheiros militares para esta atividade específica.

Ações a Longo Prazo – desenvolver um Laboratório de Contenção Máxima (BL-4), dotado de Enfermaria de Segurança Biológica Máxima, com a capacidade de 04 a 08 leitos, e assegurar o desenvolvimento tecnológico necessário para a identificação, combate e controle de agentes biológicos e toxinas.

*Alberto Henrique Guedes Farias,
Major Médico com Curso de Chefia e
Estado-Maior dos Serviços. Diretor
do Instituto de Biologia do Exército.*

UMA PÁGINA EQÜESTRE DA HISTÓRIA DE PERNAMBUCO NO BRASIL HOLANDESES

Na equação do desenvolvimento, a prática dos desportos eqüestres constitui um dos mais seguros indicadores do progresso de uma comunidade.

Governador Marco Maciel - 1981
O passado sempre nos alcança. Nesses tempos em que a memória do construtor da *Mauritzstadt* está com justiça sendo feita na exposição *O Brasil e os Holandeses* é de direito que se proclame outras suas qualida-

des menos conhecidas: a de cavaleiro, diplomata e desportista.

Preenchendo essa lacuna, reproduzimos artigo por nós escrito no programa oficial do II *Derby Brasileiro de Saltos de Obstáculos*, realizado nos idos de abril de 1981 na pista Príncipe de Nassau do Caxangá Golf Country Club, evento assistido pelo então Presidente João Baptista Figueiredo e pelo Governador do Estado Marco Antônio Maciel.

A pista Príncipe de Nassau havia sido inaugurada pelo Embaixador dos países baixos no Brasil, Barão Gherardt Volter Bentinck, em histórica cerimônia com o hasteamento da bandeira do Brasil Holandês ao som do *Willhemus Van Nassaw* e da Ordem de Cristo e do Pavilhão Nacional aos acordes do Hino Nacional Brasileiro.

Revivemos agora o tricentenário evento nassoviano.

Há precisamente 340 anos o Recife de Pernambuco assumia uma especial primazia: a de presenciar a primeira reunião hípica internacional ocorrida nas terras do Brasil. O Torneio de Cavalaria realizado em abril de 1641 na Cidade Maurícia por iniciativa do Conde de Nassau, Governador Geral do Brasil Holandês, constituiu inquestionavelmente o marco inicial da prática oficial da equitação desportiva no País.

Como sabido, na maioria das Cortes européias, a realização de tais competições representava tradicionalmente o ponto culminante das celebrações por eventos considerados de maior relevância. Traduzindo majestade e poder, essas apresentações, revestiam sempre no maior luxo e ceremonial, delas somente podendo participar os representantes da alta nobreza e convidados especiais igualmente nobres. Crônicas

coervas registram com riqueza de detalhe algumas dessas manifestações em que o próprio soberano participava, competindo desportivamente diante de um público de gente de qualidade.

No Recife do século XVII, estando no Governo um Conde de uma das mais ilustres casas reais da época, general de cavalaria e consumado homem de cavalo, o evento pernambucano foi programado e realizado com todas as características distintivas dos grandes torneios realizados na Europa. Para tanto foram convidados todos os homens mancebos e bons cavaleiros, e que tivessem cavalos regalados, em toda a Capitania de Pernambuco para que lhes fizessem mercê de se quererem achar com seus cavalos em umas festas solenes que pretendia fazer.

Os distinguidos com tamanha honra, pessoas de maior prestígio e representação, logo se prepararam de custosas librés e ricos jaezes, como se requeria para festas que se haviam de fazer honra de seu Rei e Senhor, chegando alguns deles, para aparecerem ricamente adornados a empenhar mais do que suas posses e cabedal alcançava.

A realização de um torneio com tamanho fausto e aparato encontrava amplo fundamento e a melhor das justificativas: tratava-se de demonstrar publicamente o regozijo do Governo holandês no Brasil pela Restauração de Portugal e aclamação do Duque de Bragança como El Rei Dom João IV, significando a esperança de paz e união entre Portugal e os Estados Gerais. Um gesto diplomático do maior alcance e significado.

O evento, com participação verdadeiramente internacional teve, de um lado, holandeses, franceses, ingleses e alemães e

de outro os portugueses e brasileiros. Dois grupos concorrentes, ou quadrilhas com o Conde João Maurício de Nassau e Pedro Marinho Falcão liderando, respectivamente, seus compatriotas. Unidos pela Arte Equestre e pela diplomacia de um Príncipe Cavaleiro encontraram-se naquele dia na liça do Palácio das Torres muitos daqueles que poucos anos depois iriam tingir de sangue as encostas das Tabocas e dos Guararapes.

Ao grande torneio do Conde de Nassau realmente nada faltou.

Desde um público numeroso que enchia as janelas e varandas, a gente subida nos palanques e teatros e a gente comum repartida por onde pouse, com o Rio Capibaribe cheio de barcas e batéis carregados com homens e mulheres; desde o desfile dos participantes pela Cidade Maurícia, dois a dois, lado a lado - um brasileiro e um holandês tendo a frente o próprio Conde de Nassau; desde uma entusiástica presença feminina estrangeira (as damas brasileiras não compareceram em grande número); desde uma premiação valiosíssima representada por cadeias de ouro e anéis de diamantes; desde uma série de disputas em que os portugueses do Brasil se afirmaram em cada prova, com o primeiro lugar cabendo a Henrique Pereira, até o gesto típico da galanteria pernambucana, com João Fernandes Vieira, um dos futuros chefes da restauração pernambucana, ofertando o seu prêmio a Charles de Tornel, secretário do Conde, após tê-lo vencido por três vezes consecutivos na corrida de lanças.

Assim por uma combinação de circunstâncias históricas únicas, naquele longínquo abril de 1641 foram lançadas as bases e iniciados os rumos para a prática

dos esportes equestres em Pernambuco e no Brasil.

Daquela reunião, cujo significado e importância foi de pronto percebido pelo cronista ao descrevê-la tão minuciosamente no seu *Valeroso Lucideno*, restaria, na verdade, bem pouca memória, se os cavaleiros pernambucanos esquecessem suas tradições e o seu passado.

O fato, porém, daquele tricentenário encontro estar hoje sendo relembrado e proclamado bem demonstra quão valiosas permanecem aquelas tradições e aquele passado. Constitui ambos um patrimônio da própria memória pátria, interligando-se, para ressaltar que nestas partes do Brasil, fidalga e cavaleirosamente, a História se fez no dorso dos cavalos. Nas disputas pacíficas de um torneio ou no fragor dos combates.

Uma herança a mais do *Brasil e os Holandeses* e do estadista com o que fomos brindados por sete anos: o Conde João Maurício de Nassau-Siegen.

*Petrônio R. G. Muniz, Advogado,
Consultor Jurídico da Federação das
Associações Comerciais de Pernambuco,
fundador e primeiro coordenador do
Conselho de Revitalização do Bairro
do Recife – CERBAR.*

OPTOELETRÔNICA

A grande revolução do século XXI será a optoeletrônica, que abrangerá não só a medicina, a biotecnologia e toda engenharia, como a tecnologia militar. O equipamento militar de ponta poderá ser transformado em sucata, pois não poderá ser aplicado com a

desenvoltura atual. Mudando a supremacia militar, mudará também a supremacia política e econômica, pois uma é função da outra. A nova revolução não dependerá tanto de maquinaria como foi a revolução do século XX; dependerá mais de recursos humanos ou seja da *massa cinzenta*.

A optoeletrônica é a ciência que modifica imagens, usando programas de computador para obter novas imagens mais nítidas e informativas, podendo atenuar ou elevar variações luminosas de modo a realçar informações específicas.

Algumas imagens, como a do bacilo da tuberculose, são quase imperceptíveis na microscopia clássica, necessitando ser coloridas com reagentes químicos. A optoeletrônica permite realçar as cores desse bacilo, ou detalhes de um objeto, sem usar reagentes, empregando filtros e um programa de computador. Mudar somente as cores da iluminação porém pode não ser suficiente, sendo necessário utilizar outras técnicas. Uma delas é eliminar a luz de fundo.

Quanto maior o percentual de luz uniforme de fundo de uma imagem, mais esmaecida e menos nítida ela é. Um exemplo de imagem com elevado percentual de luz de fundo é o que resulta de uma projeção cinematográfica com as luzes da sala de projeção acesas. Apagando as luzes da sala, a projeção torna-se nítida, em função da retirada da luz de fundo.

No século XVIII foram descobertas as leis da ótica geométrica, que permitiram a construção de binóculos de grandes ampliação. Entretanto, a partir de determinado limite, as imagens tornavam-se esmaecidas e, até, desapareciam. À época, julgava-se que esse fato estava ligado à

qualidade dos vidros das lentes, e gastou-se muito tempo e dinheiro na pesquisa de novos vidros sem encontrar solução. Ter binóculos potentes era muito importante, pois assegurava o domínio dos mares e, consequentemente do comércio mundial. No começo do século XX o físico Rayleigh demonstrou que a degradação da imagem ocorria devido a natureza ondulatória da luz. Ele criou um limite máximo de ampliação ótica, chamado limite de Rayleigh.

Após a Segunda Guerra Mundial, o físico italiano Vasco Ronchi apresentou uma nova teoria ótica, mais completa que a de Rayleigh, e baseado em seus trabalhos, desenvolveu-se uma nova teoria sobre ampliações óticas. Por essa teoria, forma-se, sobre a imagem cuja ampliação ultrapassa o limite de Rayleigh, uma luminosidade uniforme de fundo, que torna a imagem esmaecida e pouco nítida. Nessa teoria, publicada no jornal americano de ótica de maio de 1963, era apresentada a fórmula do cálculo desse percentual de luz de fundo em função da ampliação ótica. Para uma imagem ampliada cinco vezes além do limite de Rayleigh, a luz de fundo é de 60% e, se a ampliação for de dez vezes maior que esse limite, a imagem tem uma luz uniforme de fundo de 80%. A solução para esse problema é receber a imagem numa retina eletrônica, semelhante às usadas em câmeras de TV, transformando as variações de luminosidade da imagem em variações elétricas e, usando um programa de computador, eliminar as variações elétricas correspondentes à luz de fundo.

¹ Resultado de pesquisa do autor da informação.

Essa teoria foi utilizada no satélite telescópio espião americano KH-11, que amplia imagens vinte vezes além do limite de Rayleigh e permite, de 240km de altura, distinguir os números da licença de um carro. Infelizmente, por motivos militares, os americanos não tornaram público essa ajuda, que receberam de nós.

Correções no cálculo do valor da luz uniforme de fundo, BL, em uma imagem magnificada N vezes além do limite de Rayleigh e formada numa retina eletrônica de índice de refração R é dada pela fórmula: $BL = (1,15 N/R - 1) / (1.15 N/R + 1)$ ¹

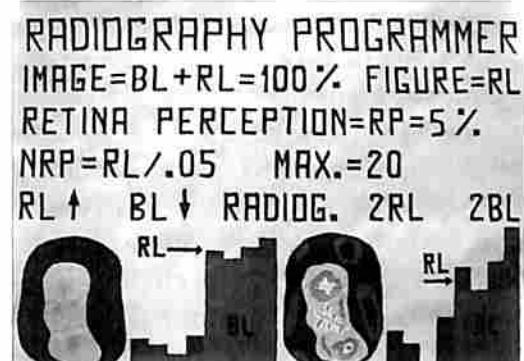
Além das ampliações superiores ao limite de Rayleigh, a luz uniforme de fundo pode aparecer em outros tipos de imagens, como na de objetos através de nevoeiros ou em imagens de objetos cujas variações de luminosidade de suas áreas elementares sejam muito pequenas ou imperceptíveis ao olho humano.

Existem também imagens, como as radiografias, onde a luz de fundo se apresenta em dois campos, um campo claro e um campo escuro. Os percentuais de luz de fundo variam em cada campo e torna-se necessário que o programa de computador considere essa variação.

A discussão de radiografias programadas foram por nós apresentadas na Conferência Internacional de Optoeletrônica, na Índia em dezembro de 1998. As fotos a seguir mostram dois pôsteres apresentados à Conferência. O pôster 01 se refere ao aumento do potencial informativo de imagens em preto e branco.

Do lado esquerdo do pôster 01, está a imagem obtida por uma radiografia normal e, do lado direito, a radiografia programada. BL é a luz uniforme de fun-

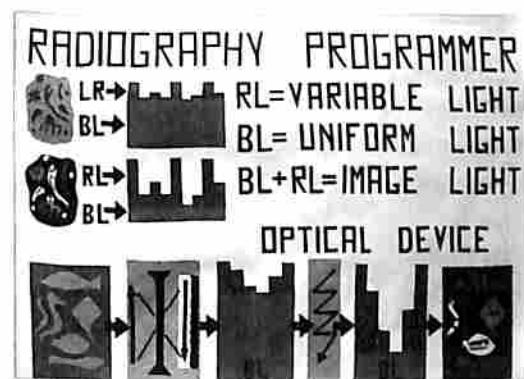
do e RL a luz variável ou de resolução, que dá a nitidez da imagem. Ao lado de cada imagem estão as variações de luminosidade sobre uma reta que corta a ima-



Pôster 1

gem. Quanto maior a porcentagem de RL maior é a nitidez da imagem.

O pôster 02 mostra as programações transfigurando uma radiografia em preto e branco numa radiografia colorida com cores arbitrárias.



Pôster 2

A optoeletrônica permite receber imagens em quatro, cinco ou seis cromias. A vantagem é que essas imagens têm um potencial informativo até dez milhões de vezes maior que na tricromia. Isso multiplica

a capacidade informativa de satélites telescópios e microscópios. Exames clínicos os mais variados poderão ser feitos por imagens dermatográficas, a um custo reduzido e rapidamente. Essa tecnologia poderá também ser aplicada nas análises mecânicas de grandes estruturas, como pontes e viadutos e, até mesmo, de aparelhos em movimento, como naves em operação.

Sobre todos esses assuntos foram por nós publicadas, no jornal italiano de ótica, dezenas de artigos e registradas várias patentes no Brasil.

Espera-se em breve poder contar com uma organização que dê suporte à sua exploração comercial, que deverá render milhões de dólares e tornar em sucata toda tecnologia ótica existente de microscópios, satélites telescópios e criar novas tecnologias tanto de diagnóstico médico como de análises de peças mecânicas. Essa organização não precisa ser fabricante de aparelhos médicos ou eletrônicos; pode ser um banco, uma rede de saúde, de TV ou qualquer outra. Isso porque não se vai fabricar aparelhos e sim programas de computador. Esses programas devem ser desenvolvidos por uma equipe especializada em imagens digitais, o que não é difícil de encontrar, quer em institutos militares quer em universidades.

A optoeletrônica poderá ser usada para controle e detecção de mísseis e aviões por um custo menor do que o radar e sem autodenúncia, já que um sistema de olhos eletrônicos é indetectável.

Não existe mágica em perceber essas imagens e, sim, a exploração de fenômenos biológicos naturais. O olho humano só percebe variações de luminosidade entre dois pontos de 5%. Uma imagem

sem luz de fundo tem vinte níveis de luminosidade perceptíveis, pois $100/5 = 20$. Entretanto, se a imagem tiver 80% de luz de fundo, ela só terá variações de luminosidade em 20% da sua composição luminosa. Nesse caso, só terá $20/5 = 4$ níveis de luminosidades perceptíveis e será uma imagem esmaecida ou pouco nítida. Retirando a luz de fundo, a imagem torna-se nítida.

Pode acontecer também que a imagem tenha 97% de luz de fundo e, para os nossos olhos será um campo uniformemente iluminado. Retirando a luz de fundo e amplificando eletronicamente as variações luminosas, será possível perceber essas imagens que poderão revelar importantes fenômenos físicos ou biológicos.

Com o auxílio de uma retina eletrônica, pode-se transformar imagens em impulsos elétricos e, trabalhando com um computador, modificar esses impulsos retirando a luz de fundo. Também se pode realçar detalhes e atenuar outros, trabalhando na seleção de espectros específicos, e obter das imagens informações específicas em realce.

Nem todos os cientistas têm esse conceito de optoeletrônica. Alguns a confundem com a eletroótica. São coisas diferentes.

Nesse contexto surge a pergunta: por que, com tantas publicações científicas, essa tecnologia não é explorada em países do Primeiro Mundo?

A resposta é simples: nosso comportamento é ditado pelas memórias, que constituem nossa cultura e tecnologia. Quanto mais adiantadas e numerosas essas memórias, mais se reage à sua substituição. Por esse motivo é que as civilizações, como os seres vivos, nascem e morrem. Foi por esse motivo que as Grandes Navegações se originaram em Portugal e não em Veneza, que já tinha consolidado um comércio marítimo e uma indústria naval com grandes recursos. Quem atrapalhou Veneza não foram esses recursos, mas os cérebros que os dominavam. As caravelas portuguesas não eram grandes nem suntuosas como as naus de Veneza, mas, tecnicamente, eram muito melhores e pilotadas com recursos astronômicos que os venezianos desconheciam e que foram introduzidos em Portugal pelos árabes, quando dominaram a Península Ibérica.

A revolução mundial que Portugal fez com a navegação o Brasil pode fazer com a ótica.

*Aldo Alvim. Bacharel em Física
e Tenente-Coronel da Aeronáutica.*

*“Os verdadeiros analfabetos
são os que aprenderam a ler e não lêem.”*

Mário Quintana

Destaques da Imprensa

O MAIOR DOS GENOCÍDIOS

Quando escrevi – na revista *Época* – que no Brasil o grupo mais discriminado eram os cristãos, nada disse sobre as perseguições que sofriam em escala mundial. Digo agora: nenhuma comunidade humana ofereceu mais vítimas à sanha assassina dos totalitários do que a igreja cristã. Só na Ucrânia os mortos na perseguição religiosa chegaram a 4 milhões. É impossível um cálculo global exato, mas, entre as revoluções francesa, russa, mexicana, espanhola, chinesa e cubana, o número de cristãos que pereceram nas mãos do regime que professou, nas palavras de Lênin, *extirpar o cristianismo da face da Terra*, não foi inferior a 15 milhões. Se isso não foi o mais vasto genocídio da História, a aritmética elementar foi revogada. A maioria dessas vítimas eram ortodoxos, mas a Igreja de Roma não saiu ilesa: *Catholic Martyrs of the Twentieth Century: A Comprehensive World History* (New York, Crossroad Publishing, 2000), o historiador Robert Royal mostra que pelo menos um milhão de católicos foram sacrificados no altar do comunismo.

Esse fato só é ignorado do público graças à omissão proposital da hierarquia romana e dos intelectuais católicos. Estes são hoje um dos esteios da revolução comunista que, partindo da

Colômbia, ameaça alastrar-se por toda a América Latina. Mas não se pode dizer que sua escolha seja individual e extra-oficial. Em 1962, na cidade francesa de Metz, emissários do Vaticano e do Governo de Moscou assinaram um acordo secreto pelo qual a Igreja se comprometia a não fazer, durante o Concílio Vaticano II, nenhuma condenação ao comunismo. O pacto, inicialmente desmentido pelas autoridades vaticanas, foi revelado pelo arcebispo de Metz e depois confirmado por *La France Nouvelle*, boletim do Partido Comunista Francês, pelo diário católico *La Croix* e pelo próprio Cardeal Tisserant, encarregado pela Igreja de assinar o documento e zelar pela sua aplicação. Daí por diante, todas as acomodações e cumplicidades com os assassinos de cristãos tinham, por assim dizer, a chancela conciliar. Por isso é que, mais exatas ou menos exatas, as acusações ciclicamente repetidas de que o Vaticano foi omisso ante as perseguições de judeus não me espartam: por que é que o pastor há de proteger as ovelhas do vizinho, quando com tanta solicitude entrega ao lobo as suas próprias?

Os judeus, ao organizarem-se mundialmente para honrar seus mortos, fizeram algo mais do que agir na defesa de seu próprio direito: agiram no interesse da espécie humana, fazendo da insisten-

te rememoração dos crimes da II Guerra um baluarte contra a revivescência, do totalitarismo nazista. Cumpriram seu dever para com todos nós que, nascidos depois do Holocausto, poderíamos ter-nos deixado enganar pelas promessas de novos tiranos salvadores se a memória de seus feitos hediondos tivesse se apagado com o tempo em vez de nos ferir os olhos e alertar o coração a cada vez que nos chegam novos e novos documentos sobre esses fatos. Contra o comunismo os judeus também não se calaram. Devemos a autores judeus algumas das primeiras e mais dramáticas revelações dos horrores por trás da Cortina de Ferro. Arthur Koestler, ex-agente do Comintern, tornou-se objeto de ódio mundial dos comunistas ao descrever a técnica da destruição psicológica dos acusados nos Processos de Moscou. Menahem Begin deu-nos o conhecimento do que se passava nos campos de concentração soviéticos na época em que Stalin brilhava nas telas do Ocidente com a melhor alternativa a Hitler. E não pensem que, ao revelar essas coisas, eles tentam poupar os membros da sua própria comunidade envolvidos em cumplicidade com o comunismo. Ainda recentemente, os editores dos escritos do rabino Itzhak Schneerson, o grande líder espiritual preso, torturado e exilado pelos comunistas, não hesitaram em denunciar que entre os mais ferozes repressores do judaísmo na Rússia estavam os membros da famigerada Seção Judaica do Partido Comunista, que se prevaleciam de suas ligações de língua e parentesco para servir de espiões e desmantelar a comunidade judaica por dentro.

Por que os católicos não têm idêntica coragem de cortar na própria carne para expelir do seu meio os devotos de São Guevara? Será que estes se tomaram maioria entre os fiéis, como já o são na CNBB?

Mas o exemplo de coragem não vem só dos judeus. Vem também dos protestantes, como o pastor Richard Wurmbrand. Este notável homem espiritual romeno teve destino análogo ao do rabino Schneerson: 16 anos de cárcere, incontáveis torturas depois confirmadas por uma comissão médica da ONU. Espantado com a ênfase mais anti-religiosa do que anticapitalista da propaganda comunista na prisão, ao ver-se livre ele se dedicou a pesquisas históricas que resultaram na descoberta de que Karl Marx nem sempre fora um adepto do materialismo, mas andara metido num culto satanista e, segundo depoimento de sua empregada e amante Helene Demuth, fazia estranhos ritos dentro de casa. Publicados estes achados em *Marx and Satan* (Bartlesville, Oklahoma, The Voice of the Martyrs, 1986), o livro tornou-se um sucesso de distribuição clandestina nos países comunistas, ao mesmo tempo que, no Ocidente, os intelectuais de esquerda, inclusive católicos, faziam o possível para abafar sua difusão e a discussão séria de suas revelações.

De que adianta proclamar que o catolicismo tem o monopólio da salvação, se tantos e tão ilustres são entre os católicos os que servem ao império da danação?

(Reprodução de artigo publicado em *O Globo*, edição de 09.09.00, e assinada pelo jornalista e filósofo Olavo de Carvalho.)

CHORE, ARGENTINA

Um enfadado economista do FMI, citado pelo *New York Times*, chamou a Argentina de *país incapaz de levantar os ânimos de seu próprio povo*. Caso de psicologia social, não de *ajustes* ou enquadramento no consenso de Washington, o FMI, avisou, não tem ferramentas para lidar com isso. O Presidente Fernando de la Rua, confrontado com números dando o tamanho da fuga de jovens em busca de vida melhor em outras paragens, falou em *bisteria adolescente*. No primeiro semestre o consulado da Itália em Buenos Aires deu 7 mil passaportes a descendentes de italianos dispostos a fazer o caminho inverso de seus pais e avós. Em 99 foram 7 mil o ano inteiro. Filas enormes nos consulados da Espanha, *la Madre Pátria*, e dos Estados Unidos, a viagem ao sonho americano. Psicólogos apontam angústias e incertezas. Os que fogem têm na ponta da língua razões objetivas. Desemprego, arrochos, empobreecimento, políticos corruptos, enriquecimento desenfreado de uns poucos num país cuja classe média chegou a representar quase a metade da população etc..

Um mestre em gastronomia, dos Estados Unidos, relacionou a Argentina entre os países que ensinaram o mundo a comer carne. A Argentina continua sendo um dos maiores produtores de alimentos e 55 crianças, por dia, morrem de fome. Foi um dos motes da terceira greve geral contra o governo de la Rua. A Argentina tem petróleo e sofre os efeitos da crise do petróleo, a economia se desaquece numa terra cada vez mais aquecida e as exportações sofrem. Somem os dólares, a macro-

economia se desarranja, sem que faltem alimentos. Continuam brotando em solos generosos.

Por que então crianças morrem de fome? Por que proliferam os *comedores* populares, incapazes, mesmo assim, de atender a todos os pedintes de um prato de comida? Estes se multiplicam mais rapidamente. A FAO enunciou com terrível clareza. Fome não é questão de falta de alimentos, mas de renda. Não importam o número e os êxitos de revoluções verdes ou transgênicas feitas para produzir safras em condições de atender às necessidades da espécie humana. Se não tem dinheiro, não come. Estoques apodrecem em manobras especulativas ou por falta de clientes com poder de compra.

A Argentina, um dos celeiros do universo com famintos entre montões de gordas sacas, é exemplo de um dos contornos mais cruéis da perversidade humana. O FMI não tem nada a ver com isso? A Argentina figurou entre os 15 países mais ricos e está a ponto de dar calote em credores. O voto tornou-se universal em 1912, em 1915 a candidatura de Irigoyen mobilizou o eleitorado urbano e derrotou os partidos oligárquicos. É um galardão. O país de San Martin foi o primeiro do continente a ter uma classe média politicamente organizada. Ela tirou do poder, nas urnas, os herdeiros da Corona espanhola.

A reforma universitária, em Córdoba, disseminou no resto da América Latina uma quase religião, a autonomia das universidades. Salário mínimo e tempo máximo de jornadas de trabalho nos anos 20. Hoje, além de famintos antes impensáveis, são jovens desesperançados e

desmobilizados, tomados pela idéia de fuga, e velhos cansados de uma política que *encheu as barrigas de uns poucos ratos*. O que aconteceu? Longevidade golpista? *Fratura na evolução da sociedade argentina*, segundo o Centro de Pesquisas Sociais sobre o Estado e a Administração, de Buenos Aires. Isto é, mais e mais pobreza.

O pecado original, diz o estudo, foram *Joe y sus muchachos*, a equipe econômica dos anos 70 comandada por José Martinez de Hoz, que livrou a Argentina da *irresponsabilidade fiscal do nacional-populismo*. Contraiu salários e escancarou a economia, só possível, afirmava-se, com ditaduras e mãos de ferro. Em 89, quando assumiu, Meném disse que *a dor, a violência, o analfabetismo e a marginalidade golpeiam as portas de 9 milhões de argentinos*. Convocou para o *nascimento de novos tempos, novas oportunidades, talvez as últimas*. Em cinco anos a pobreza duplicou numa Argentina de linhagem européia, antes orgulhosa de sua coesão social.

As ditaduras se foram, não as mãos de ferro. O FMI não tem nada a ver com todas essas matérias de *psicologia social?*

(Reprodução de artigo publicado no *Jornal do Brasil*, edição de 04.12.00, e assinado pelo jornalista Newton Carlos.)

UM DIA QUALQUER

Nenhum homem se parece menos com Robinson Crusoé do que o do século XIX. Nenhum veio ao mundo mais apercebido de armas e recursos para ferir com vantagem a luta pela existência.

Assim rezava o extenso editorial publicado pelo *Estado de S. Paulo* na terça-feira, 1º de janeiro de 1901, e reproduzido pelo jornal há uma semana, no último dia 31. Não sei quem escreveu esse notável editorial de há um século, mas estou certo de que não tivemos nada de melhor e mais ilustrativo para ler na recente dobra do milênio.

Outrora, conta ele na sua ortografia antiga e arrevesada, *gastavam-se sessenta a setenta dias numa viagem de Lisboa ao Rio de Janeiro. Hoje, transpõe-se essa distância em onze dias. Outrora, era uma temeridade projetar somente uma viagem de Madri a S. Petersburgo, por terra. Hoje, concebe-se num dia esse projeto temerário, e, três ou quatro dias depois, está ele realizado.*

Outrora, uma pessoa que se achasse no Japão só se podia comunicar com outra, que estivesse na França, pelo correio, tão lento como o deslize de um navio a vela, tão trôpego como o chute de uma mula cansada. Hoje, as comunicações fazem-se pelo telégrafo. Tão prontas como clarões de relâmpagos. Outrora, o som da voz humana extinguia-se a alguns metros do homem que a emitia. Hoje a eletricidade transmite-a, clara, distinta, a léguas e léguas de distância.

Outrora, receava-se que o dispêndio sempre crescente do carvão viesse afinal a paralisar, numa crise sem remédio, o desenvolvimento das indústrias. Hoje, jáesses receios vão-se apagando. A água fria também produz força motora, como o fogo.

E não só a água fria. Além dos editoriais de jornal, outras pessoas são também capazes de registrar a passagem dos séculos e, até, de fornecer recursos e dinheiros para que essa passagem se realize

e se apresse. Uma dessas pessoas é o indiano Vinod Khosla, aluno do Instituto de Tecnologia de Nova Déli, mais tarde doutorado em Stanford, na Universidade Carnegie Mellon.

Khosla é o mais famoso *money guy* do mundo da fibra ótica, fundador da Sun Microsystems e financiador de companhias como Corvis e Juniper Networks. *Daqui a mais 20 anos, diz ele, o mundo terá mudado tanto quanto mudou nos últimos cem anos, de 1900 para cá. Em 1900, a grande maioria dos trabalhadores, cerca de 90%, labutava no campo, em tarefas agrícolas. Hoje, esses trabalhadores são apenas 3% da força de trabalho e alimentam a nação inteira, que cresceu enormemente. Iniciamos, agora, um ciclo que vai terminar com menos de 10% da força de trabalho na indústria e na manufatura; todo o resto estará dedicado aos setores de serviços e conhecimento.*

Robôs cuidarão da maior parte das atividades manufatureiras, aduz Khosla; daqui a 20 anos, 90% das conversas na Internet serão entre computadores, trocando informações e dados, e não entre humanos. Haverá, no mundo, 50 bilhões de computadores. Teremos mais chips do que baratas, pulgas e percevejos; haverá chips nas roupas, nas máquinas de fazer café, nas agendas...

Embora Vinod Khosla não se refira aos progressos da medicina, pode-se prever que haverá chips também (talvez chips líquidos) inseridos no fígado, no cérebro ou na supra-renal de doentes crônicos e de pessoas de terceira idade; e, até, provavelmente, em atletas submetidos a esforços exagerados, como maratonistas, entre outros.

Será que o Comitê Olímpico Internacional aceitará em suas competições atletas chipados? Ou serão os chips considerados doping? Eis aí uma questão que certamente não escapará às luzes dos editorialistas e *pundits* do futuro. Desde já, entretanto, permito-me considerar duas questões que parecem hoje dominar o progresso humano sobre a terra. Caminhamos sobre os trilhos de um paradoxo: à medida que conhecemos melhor a natureza e vamos descobrindo os seus mais recônditos segredos, mais nos afastamos dela, mais artificiais nos tornamos, menos naturais e mais *engenhados* vão se fazendo os nossos corpos e o nosso modo de vida. Eis aí o que não é apenas um paradoxo, mas uma verdadeira maldição da qual a moderna Humanidade não escapa: o que caracteriza o humano é o domínio da natureza; mas o domínio da natureza torna, inescapavelmente, o mundo (e o próprio homem) cada vez menos natural, cada vez mais produzido e fabricado, artificial.

A segunda questão é decorrente (como tudo o mais) da primeira. Fabricamos robôs cada vez mais perfeitos. Por outro lado, começamos agora a clonar embriões humanos, o que nos permitirá aperfeiçoar crescentemente também os seres humanos. A consequência previsível desse duplo avanço é uma só.

Um dia qualquer, ao longo desse milênio que agora se inicia, robôs e humanos se encontrarão, como as célebres paralelas que se encontram no infinito, tão perfeitos e tão bem acabados ao ponto de se poderem trocar uns pelos outros, de acordo com as preferências e inclinações pessoais dos seus pais ou progenitores, ou fabricantes.

Podemos talvez chamá-los, esses seres do futuro, de rob-humanos, ou simplesmente robumanos. Serão eles de esquerda ou de direita, eletores do PT e do Lula, ou do ACM? O que parece certo é que terão todos pelo menos três sexos, se até lá não inventarem mais algum.

(Reprodução de artigo publicado em *O Globo*, edição de 07.01.01, e assinado pelo Jornalista Fernando Pedreira.)

GUERRILHA, NARCOTRÁFICO, POLÍTICOS E MÍDIA ESQUERDISTA COLABORAM ENTRE SI. MERO ACASO?

Em outubro do ano passado, a NBC noticiou que uma carga de armas expedida pela máfia russa para a guerrilha colombiana havia passado pelo aeroporto de Amã, na Jordânia, sob os olhos cúmplices de funcionários subornados. Investigando mais, a repórter Sue Lackey descobriu que não se tratava de fato isolado: a intervalos regulares, aviões IL-76, partindo da Ucrânia, levavam fuzis AK-47 para entregar às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc). Voltavam trazendo 40 toneladas de cocaína cada um. Parte da droga ficava em Amã, para pagamento dos diplomatas latino-americanos que intermediavam a operação. O restante era distribuído na Europa e no Golfo Pérsico.

Divulgada a notícia em 9 de abril, dois dias depois o presidente colombiano Andres Pastrana e a secretaria de Estado americana Madeleine Albright confirmavam que a rede estava sendo investigada.

Embora entre os personagens provavelmente envolvidos na operação a NBC

apontasse o traficante brasileiro Fernandinho Beira-Mar, as Farc continuaram recebendo no Brasil tratamento cortês. Seu representante, Hernan Rodriguez, foi até hóspede oficial do governador gaúcho Olívio Dutra e teve com ele uma longa conversa a portas fechadas, gabando-se, em entrevista, de estar totalmente seguro no território brasileiro – tudo isso poucos dias depois de noticiado o embarque de fuzis em Amã. Coincidência ou não, a atuação de Fernandinho Beira-Mar no esquema tinha como base, segundo a NBC, uma cidade do Rio Grande do Sul. Mas as coincidências começam a tornar-se demasiado felizes no caso do ex-chefe do serviço secreto do Peru, Vladimiro Montesinos. Logo depois de conseguir estourar um elo da conexão que operava em território peruano, Montesinos foi denunciado na imprensa por tentativa de suborno e caiu em desgraça, precipitando uma crise nacional.

Para maior glória do sincronismo jungiano, ao mesmo tempo o establishment midiático esquerdistas e um vasto círculo de entidades de *direitos humanos* nos Estados Unidos se mobilizavam para condenar maciçamente a decisão governamental de dar mais ajuda militar para o combate à guerrilha colombiana. Eu seria o último a negar o poder das coincidências na História. Mas não vejo por que fazer delas um dogma e proibir a averiguação de conexões que não apenas são logicamente razoáveis, como têm um precedente histórico bem eloquente: na Guerra do Vietnã foi a ação conjugada das drogas e da mídia colaboracionista que paralisou os EUA. A abertura dos arquivos da KGB mostrou que isso não tinha sido pura reação espontânea da sociedade americana,

mas o resultado de uma ação mundial dirigida a partir de Moscou e Pequim.

É insensatez imaginar que, com a queda da URSS, o movimento comunista internacional tenha se desmanchado como por encanto, em vez de, como qualquer exército em retirada, buscar imediatamente reagrupar-se para preparar uma surpresa. Um bilhão e trezentos milhões de seres humanos vivem ainda sob o domínio comunista, a guerrilha avança a passos largos na América Latina e, por toda parte, a esquerda aperta os laços com que controla a vida cultural e inibe a circulação de informações. Qual a desculpa, então, para eludir investigações e apostar tudo, cegamente, na loteria das coincidências?

(Reprodução de artigo publicado na revista *Época*, edição de 23.09.2000, e assinada pelo jornalista Olavo de Carvalho.)

O AVANÇO DO CRIME TRANSNACIONAL

Realizado recentemente com a presença de promotores de 42 países, o I Congresso Mundial do Ministério Público foi encerrado com uma advertência. Se os governantes do mundo inteiro não adaptarem suas leis penais para as novas formas de delito surgidas com a revolução da informática, o narcotráfico, a lavagem de dinheiro e o terrorismo desmoralizarão o Judiciário e comprometerão a soberania dos Estados.

Atualmente, o faturamento do crime transnacional já é superior ao Produto Interno Bruto brasileiro, o que o torna a 8^a economia mundial. Além disso, com a desagregação da União Soviética,

as máfias russas passaram a buscar novos *mercados* obrigando as organizações criminosas dos demais continentes a ampliar seu poder de intimidação, chantagem e corrupção para não serem derrotadas pela concorrência.

Só na Itália, a Cosa Nostra siciliana tem 180 clãs, 5,5 mil *homens de honra* e mais de 3,5 mil *soldados*. A Camorra, de Nápoles, conta com 7 mil integrantes organizados em 145 clãs. Atuando na Costa Adriática, a Sacra Corona Unita dispõe de mil homens. E a máfia calabresa, a N'Drangheta, tem 5 mil membros sob controle de 80 clãs. Como elas, as máfias russa, chinesa, japonesa e colombiana também têm ramificações nos Estados Unidos e no Brasil.

O levantamento da atuação dessas organizações criminosas é da Interpol. No CD-ROM por ela editado na Alemanha, há mais de 100 mil entradas sobre redes de crimes e seus integrantes, com dados oriundos de 177 países. Todas contam com estruturas financeiras para legalizar seus lucros e competentes executivos para aplicá-los. No caso dos crimes econômicos transnacionais, 90% deles são de autoria conhecida. Mas o anacronismo das leis penais e processuais da maioria das nações impede que sejam processados e condenados.

Como a modernização dessas leis e a transnacionalização da legislação penal esbarram em omissões políticas e desconfianças culturais, a polícia e a Justiça estão sendo desafiadas pelo crime transnacional. E, como afirmaram os representantes do FBI e da Justiça italiana, essa situação irá agravar-se se os países continuarem insistindo em combater esses crimes isoladamente.

Por isso, quanto mais tempo se adiar a remoção dos entraves legais que impedem o combate transnacional ao crime transnacional, mais esse ganhará condições de se impor às nações que teimam em coibi-lo por meio de códigos superados e tribunais ineptos.

(Reprodução de editorial de *O Estado de S. Paulo*, edição de 12.10.2000.)

A CÚPULA SUL-AMERICANA

Por convocação do Presidente Fernando Henrique Cardoso se reunirá, em Brasília de hoje ao dia 2 próximo, a primeira reunião de cúpula dos presidentes dos países da América do Sul. É surpreendente o fato de que somente nos últimos meses do século XX venham a se reunir, formalmente, os presidentes sul-americanos para tratar de seus interesses comuns. Tal circunstância é, por si mesma, medida do longo e deplorável estado de alienação a que estiveram historicamente submetidos os países da região. Alienação e subdesenvolvimento são condições que reciprocamente se condicionam.

O fato, entretanto, de que a oportunidade iniciativa do Presidente Cardoso tenha sido pronta e entusiasticamente acolhida por todos os países da região demonstra, por outro lado, que nela se instalou novo estado de espírito e que há motivos para se esperar que a próxima cúpula presidencial não seja mero exercício de retórica e sim o ponto de partida para a emergência de um grande sistema sul-americano de cooperação econômica e política.

Encontra-se o norte da América Latina, ao se iniciar o século XXI, ante a circunstância de que o extraordinário poder de gravitação da maior potência do mundo englobou, dentro de sua área de predomínio, formalmente, o México e, informalmente, a América Central. O Nafta, entretanto, representa para o México uma condição positiva, porque imprimiu regulamentação institucional a um preexistente estado de fato, decorrente de um regime de integração inevitavelmente gerado pela imensa fronteira terrestre comum. O recente desenvolvimento mexicano e a extraordinária expansão de suas exportações são reveladores dos benefícios que auferiu do Nafta.

Tais vantagens, todavia, não decorrem da mera formação, como instituição, de uma área de livre comércio, e sim do fato de que esse arranjo institucional, entre um país de abundante e barata mão-de-obra, na imediata vizinhança territorial da maior potência econômico-tecnológica do mundo, conduziu seu crescente número de empresas a produzir no México, para consumo dos norte-americanos, bens que na nova localização foram produzidos a menor custo.

A América Latina do sul se encontra em situação totalmente distinta. O custo do transporte de países distantes até os centros consumidores norte-americanos anula as vantagens que decorriam do emprego de mão-de-obra mais barata. O que leva os Estados Unidos a propor, sob a forma de Alca, a extensão do Nafta aos países da América do Sul, não é o propósito de neles produzir bens exportáveis, mas, diversamente, é captar para o sistema produtivo americano o imenso mercado sul-americano (leia-se, brasileiro) que, distintamente do norte-ameri-

cano, atualmente super-saturado de bens duráveis de consumo, tem o mais amplo potencial de crescimento do mundo.

Importa assim compreender, por um lado, que se a América Latina continua constituindo uma realidade histórico-cultural da mais alta significação, que se deve defender e reforçar, notadamente no relacionamento da América do Sul com o México, por outro lado, não representa uma entidade economicamente operacionalizável. Operacionalizável é a América do Sul. Isso não obsta a que o Mercosul venha a fazer acordo de livre comércio com o México, isoladamente. Mas obsta a que o México entre nesse possível acordo como parte do Nafta.

Os países sul-americanos se defrontam, ao se iniciar o século XXI, com limites extremamente estreitos para que logrem assegurar historicamente sua viabilidade nacional. Não dispõem, para tal, de mais de duas décadas, como prazo para que ultimem seu retardado processo de desenvolvimento. O que é mais grave, entretanto, é que não dispõem senão de um par de anos para que preservem condições de permissibilidade internacional para uma autônoma promoção de seu desenvolvimento nacional.

A formação de um sistema sul-americano de livre comércio e de coordenação política constitui o último recurso de que dispõem os países para que não se convertam, dentro de prazo dramaticamente exíguo, em meros segmentos do mercado internacional, comandados, desde fora, pelas matrizes das multinacionais que dominem suas economias e potências sob cuja jurisdição estas se encontram.

Tem o Presidente Fernando Henrique Cardoso plena consciência de que, para que

os países sul-americanos logrem, até, no mais tardar, o horizonte de 2020, um nível satisfatório de desenvolvimento nacional necessitam, a curíssimo prazo, de se assegurar as margens de autonomia internacional para tal indispensáveis. Aderir a Alca nas presentes condições, significa abdicar de um projeto nacional autônomo e perder as possibilidades de verdadeiro desenvolvimento futuro, condenando os povos da América do Sul a serem indígenas do século XXI. Diversamente, construir um sistema de livre comércio e de coordenação de políticas extemas abre, para os países da região, a oportunidade de elevarem significativamente sua capacidade produtiva e sua competitividade internacional nos próximos 20 anos.

Não se deve esperar da próxima cúpula presidencial, como primeiro intento de uma reflexão coletiva dos países da região, que dela surja, formalmente, a instituição de um sistema sul-americano. O que se pode e deve esperar, como foi recomendado pelo seminário preparatório de alto nível acadêmico, realizado também em Brasília, é que, da cúpula sul-americana, surja o propósito de se constituir tal sistema, adotando-se, para esse efeito, as convenientes medidas organizatórias.

(Reprodução de artigo publicado no *Jornal do Brasil*, edição de 31.08.2000, e assinado pelo ciente político Hélio Jaguaribe.)

EM TORNO DOS 500 ANOS

Não faz sentido alimentar polêmicas que levam a lugar nenhum em torno das comemorações do quinto centenário do Descobrimento. Mas a verda-

de é que, para certos organismos e para o gosto de alguns intelectuais, não se deve-ria comemorar os 500 anos da chegada da frota de Pedro Álvares Cabral a Porto Seguro, porque, dizem eles, não existem motivos para comemorar. Pelo contrário, com o encontro de 1500 inicia-se o pro-cesso de espoliação e de violência, é quan-do os indígenas perdem a paz e as terras, começa o saque das riquezas pela metró-pole européia e o tráfico da escravatura.

Essa é a posição de entidades que não têm nenhum compromisso com a Histó-ria e que se intitulam defensoras dos di-reitos dos índios e dos negros. A elas ade-riu a chamada *intelligentzia* amarga e res-sentida, que tem a tendência de analisar a era colonial à luz dos princípios contem-porâneos, sem levar em conta o tempo e os condicionalismos em que se desenvol-vem os fatos históricos em cada época.

O objetivo desses movimentos, como aconteceu no México com as celebrações colombinas, ou mais recentemente na Ín-dia, com a oposição do Governo de Nova Déli a qualquer liturgia relacionada com o centenário, da viagem de Vasco da Gama; é reduzir tudo aquilo que possa valorizar a presença do branco – ou melhor, do portu-guês – no processo de construção do Brasil.

Comemorar é recordar em conjunto, e, naturalmente, o alvo das comemorações não pode ser a pilhagem e a segregação étnica, o erro é a ignomínia das classes dirigentes, o abuso e a exploração, mes-mo quando existiram.

Como também não pode ser o esma-gamento dos autóctones e o calvário dos navios negreiros, a cilada e a traição, o cativeiro e a preagem dos nativos nas en-tradas e bandeiras. Comemoraram-se a che-

gada e o achamento, a subida dos dois tupiniquins à nau capitânia e a Primeira Missa de frei Henrique de Coimbra, o deslumbramento das tripulações ante a beleza do que viam e o anúncio da Desco-berta pela carta de Caminha, a epopéia e a grandeza deste país que nasce português.

É como se estivéssemos a celebrar um aniversário em família: ninguém vai, nes-se dia, em torno da mesa, falar das placas da sífilis, ou lamentar que dos progenito-res não se recebeu os gens dos olhos azuis e dos cabelos louros...

No âmbito das celebrações do 5º cen-tenário, o que interessa é mostrar o orgulho pelo que somos – e trazer à me-mória os que contribuíram, não impor-ta a origem, a cor, a religião, com seu san-gue e seu trabalho, seu sonho e seus ideais, para sermos o que somos e chegar onde chegamos.

Isto não significa que tenhamos de transformar a efeméride numa apologia sinfônica e esquecer o sofrimento e a des-truição, ou deixar de lamentar as perdas e os desvios dos reinôis, ou não criticar o passado, ou perder a oportunidade de re-fletir sobre o futuro.

A vida dos povos compõe-se de tudo: de momentos felizes e crepúsculos tristes, de altos e baixos, de sístoles e diástoles, de coerências e contradições, de acertos e descaminhos, de glórias e vergonhas. Se-ria, entretanto, um contra-senso não co-memorar os 500 anos de existência deste país, como querem alguns, sob o pretex-to de que não há nada para comemorar, ou, então, como preconizam outros, se as comemorações são inevitáveis, que se fa-çam – mas que se façam pelo avesso: co-memorem-se o drama da colonização, a

morte dos índios e o martírio dos negros, as assimetrias e o latifúndio, a exploração do trabalho escravo e a centralização administrativa, a evangelização à força e as derramas d'el-rei, a aristocracia rural e o eurocentrismo, a pilhagem e a destruição do meio ambiente.

Ora, *ninguém defende que se esqueçam as mazelas do tecido histórico e que se olhe somente para o que deu certo: a geografia de Tordesilhas e a unidade territorial; a difusão da língua e o triunfo sobre os trópicos, como não aconteceu noutro lugar; a democracia racial e a cristianização – o Brasil que nossos maiores sonharam e o Brasil que temos. Mas decerto seria triste que deixássemos passar os 500 anos sem festa e sem reflexão, sem um olhar para o percurso de um país que soube vencer desafios que outros não venceram, sem uma ponta de emoção pelo Brasil que aí está – e que é nosso.*

A estigmatização do passado é recurso dos que têm vergonha de sua brasiliade – e esses, ácidos por natureza, ao nascer já amaldiçoavam o colostru do seio da mãe... Como diria Fernando Pessoa na *Elegia da Sombra – pesa neles o passado e o futuro, dorme neles o presente.*

(Reprodução de artigo publicado em *O Globo*, edição de 30.03.00 e assinado pelo empresário A. Gomes da Costa.)

A FORÇA AÉREA E O SEU FUTURO

Adeterioração do material aéreo da FAB, muito noticiada ultimamente, vem ocorrendo de longa data e é inadiável enfrentá-la. É um processo com-

plexo e cabe analisá-lo sob a angulação técnica e com a racionalidade que exige, jamais sob quaisquer outros estímulos, como é às vezes feito, por se tratar de matéria de alto interesse da defesa nacional.

A definição de novos programas e projetos (aquisição e/ou revitalização-modernização que se destinam ao uso militar, em que pese a sofisticação que possa ser empregada para a solução dos problemas, estará sempre eivada de projeções, estimativas, previsões e, principalmente, extrações. Há que se manter sempre, em mente que tal definição é feita para material que entrará em serviço seguramente uma década após esboço dos requisitos preliminares. Que, durante esse exercício intelectual, será feita uma incursão em territórios cujo avanço tecnológico pode, apenas ser prognosticado com base nos dados disponíveis no dia: armas, táticas, aerodinâmica, motores, metalurgia e, até mesmo, geopolítica e geoestratégia nacionais. Com certeza, o único elemento imutável em toda a problemática é o fator humano e seu comportamento.

Os dias em que uma Força Aérea (por maior que fosse) desativava seus aviões com alguns poucos anos e horas de serviço, em troca de novos modelos ou versões já pertencem ao passado histórico. E saudoso.

Na realidade – e o mercado aí está para provar – é bem mais simples e fácil encontrar compradores para uma plataforma já provada em serviço (mesmo que seja recondicionada, modernizada e revitalizada) do que mobilizar sócios usuários para compartilhar dos riscos de desenvolvimento e implantação de novas máquinas, ou dispostos a despender fortunas para renovar suas frotas aéreas com aeronaves no-

vas. Mesmo entre os países do Primeiro Mundo, são pouquíssimos os que se dão ao luxo de implantar aviões novos....

Esta é uma situação que não só enfrentam os usuários/compradores como os próprios fabricantes/fornecedores. Acresce a tudo isso o fato que, na medida que ocorre o envelhecimento dos aviões, a inclinação natural da escolha recai sobre um novo produto. Entretanto, novas fórmulas normalmente custam fortunas, o que reduz a quantidade a produzir ou até mesmo impossibilita o lançamento do novo programa. Mesmo para os países do Primeiro Mundo (vide o AMX ítalo-brasileiro, o Eurofighter europeu etc.).

Por essas e por outras razões, o mercado mundial comprador da indústria aeronáutica tende ponderavelmente para a modernização/revitalização dos seus produtos (aviões e sistemas), o que compõe o complexo industrial mundial a se organizar para atender a essa nova demanda.

No panorama apresentado, não são os *dobradores de chapa* (fabricantes) que levam o melhor bocado, e sim os industriais de equipamentos e sistemas, já que as *caixas-pretas* envelhecem mais rapidamente que as células... E é nessa hora que os fornecedores de calculadores de tiro, visores, radares, sistemas de comunicação/navegação/ataque, telas multifunção etc. são beneficiados. Mas, ao mesmo tempo, aparece um fantasma terrível, que impõe restrições ao processo: ele se denomina integração de sistemas, que, em certo aspecto, ganha peso específico superior ao da modernização da célula propriamente dita. Isso tem limitado o acesso de pretendentes a esse cobiçado novo campo de atividade industrial, que é a moderniza-

ção de material militar. E que pode vir a ser o problema da indústria aeronáutica brasileira... se já não o é!

Em termos gerais, toda a frota da FAB (aviões de combate ou não) atingiu seu limite gerontológico. Ou seja, no romper destes anos 2000, praticamente todos os aviões em serviço estarão em obsolescência ou em dasativação.

Independentemente da existência ou não de recursos, este é um fato que deve ser considerado urgente e impõe a adoção de medidas emergenciais, cujos resultados práticos ocorrerão somente a partir dos próximos cinco/sete anos. O que significa que as decisões tomadas hoje tomarão corpo a partir de 2005, que é a data em que aeronaves do tipo F5E, F103, C130, Buffalo, C91, VC93, T25, T27 e, principalmente, os AT26 estarão em total agonia. Até mesmo o *novo* AMX adentrou o mesmo processo, por não ter sido submetido ao seu *mid life update*...

Partindo da premissa que inexistem recursos para aquisições de aeronaves novas e que as modernizações/revitalizações são mais palatáveis do que aquisições, parece imperioso priorizar e dar partida imediata ao processo. Assim mesmo, adotando o caminho de menor impacto financeiro, é fácil perceber que o montante dos programas de revitalização necessários, a curto prazo, ascende a centenas de milhões de dólares, numa época em que recursos para prover a subsistência da própria tropa são *decisões postergadas*, que o Governo vem adotando há muito tempo...

Pelo que se percebe, portanto, a *solucionática* da problemática de reequipamento tem sido perigosamente retardada nos últimos anos, e a FAB, em vez de

economicamente se modernizar e voltar a voar, será conduzida a uma aquisição direta intoleravelmente cara, financeiramente inaceitável! Para um observador atento, qualquer que venha a ser a opção (adquirir/revitalizar/modernizar), o imprescindível é sustar imediatamente a morte a que está sendo submetido todo o material aéreo de combate do Brasil. Necessitamos ações e não omissões que, além de retardar as decisões, produzem o criminoso contingenciamento dos recursos orçamentários, a despeito das repetidas promessas do próprio Governo!

E, mais ainda, necessitamos a eliminação da postura *dupla face* que vem sendo adotada pela equipe de governo, que justifica suas posições indefinidas alegando a necessidade política de atender às prometidas ações de caráter social, em detrimento da modernização das Forças Armadas. Criando uma polêmica indesejável. E inexistente...

Mantido este clima de conflito, o futuro da Força Aérea está sob grave ameaça.

(Reprodução de artigo publicado no *Jornal do Brasil*, edição de 21.08.00, e assinada pelo Brigadeiro L. N. Menezes.)

O GRANADEIRO EMPAREDADO

Há anos, em um fidalgo solar português, durante obras de remodelação do velho edifício, a picareta dos operários, ao derrubar uma parede, descobriu nela um esqueleto, vestido dos restos, ainda perfeitamente reconhecíveis, de um uniforme de granadeiro francês do tempo de Napoleão. A explicação óbvia: du-

rante a invasão de Portugal pelo Exército do General Junot, em 1807, o soldado separama-se de sua tropa e, introduzira-se no solar, na esperança de achar ali algum objeto de valor para furtar - prática seguida pelos Exércitos napoleônicos em todos os países por onde passaram, inimigos, amigos ou neutros. Fora surpreendido e morto pela gente da casa, movida pelo ódio que as populações civis de Portugal votavam aos invasores franceses. Para ocultar o fato e assim evitar represálias, o corpo fora escondido na espessura de uma grossa parede, só vindo a ser descoberto, fortuitamente, passado um século e meio.

É esse precisamente o destino que certos círculos políticos, e não dos menos influentes, parecem esforçar-se por dar às Forças Armadas do Brasil: emparedá-las, encapsulá-las, reduzi-las à imobilidade e ao silêncio, separá-las do corpo da cidadania nacional, privá-las do respeito e da consideração de que, através da História, sempre gozaram da parte dos governos e do povo.

Às vezes, atira-se-lhes um osso para roer – ossos tanto mais bem-vindos quanto a carne anda escassa ao ponto em que o Exército já começa a dar expediente a partir da tarde da segunda-feira, para não ter de fornecer o rancho do meio-dia; e comandantes de unidades estão dispensando os seus recrutas antes do rancho do almoço, por não ter o que lhes dar de comer, prejudicando assim, pela supressão das horas de instrução à tarde, a preparação dos futuros reservistas do Exército. O Brasil ocupa um dos últimos lugares entre os países do mundo a gastar dinheiro com suas Forças Armadas, menos de 0,7% do PIB nacional. Graças a essa sábia

parcimônia, a Força Aérea tem aeronaves paradas por falta de peças ou simplesmente de combustível e há mais de seis meses que a Esquadrilha da Fumaça não escreve mais nos céus o nome do Brasil.

O propósito óbvio é o de negar às Forças Armadas qualquer presença, muito menos influência, na vida institucional da nação. Ainda há pouco tomavam assento no mais alto órgão deliberativo nacional, o Conselho de Ministros, cinco oficiais-generais: os ministros respectivos das pastas da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas e o chefe do Gabinete Militar do presidente da República. Hoje, nenhum resta. Curiosamente, enquanto o Brasil afasta de seu Conselho de Ministros os militares, o Presidente Bush acaba de nomear para seu ministro das Relações Exteriores (*Secretary of State*) um militar, o glorioso General Colin Powell, o vencedor da Guerra do Golfo contra o Iraque de Saddam Hussein. E já na década de 1980 o Presidente Reagan nomeara para dirigir a política externa dos Estados Unidos da América outro militar de carreira, o General Haig, ex-comandante das forças da OTAN na Europa, veterano das guerras do Vietnã e da Coréia.

Através de toda a nossa história, as Forças Armadas acompanharam com vigilante e clarividente patriotismo a marcha dos acontecimentos, sempre em um espírito de puro civismo, jamais com ambições próprias.

O Brasil inteiro, na década de 1920, acompanhou com emocionada simpatia o movimento profundamente patriótico, puro, democrático e liberal da jovem oficialidade dos *tenentes*, que eclodiu com

o admirável sacrifício dos *18 do Forte*, em 1922, prosseguiu com a rebelião de São Paulo em 1924 e a Coluna Prestes e triunfou finalmente com a vitória da Revolução de 1930, para levar ao poder não um chefe militar, mas um presidente civil, Getúlio Vargas.

Em 1935, elas esmagaram o levante comunista que se apoderou de duas grandes cidades, o Recife e Natal, e tentou assenhorear-se do Rio de Janeiro, então capital da República. Durante décadas, foi piedosa tradição uma visita das mais altas autoridades, inclusive o próprio presidente da República, no dia 27 de novembro de cada ano, ao túmulo dos oficiais mortos naquela, data, em 1935, no cumprimento do dever. Essa tradição está hoje significativamente abandonada e a data, outrora anualmente rememorada, é hoje passada sob silêncio. Em 1938, as Forças Armadas desbarataram a intentona integralista que pretendeu apoderar-se do Palácio Guanabara e da pessoa do presidente da República. Tive a honra de participar desse combate. A gloriosa participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado das potências democráticas fortaleceu significativamente as convicções democráticas da oficialidade das Forças Armadas.

Em todas as crises institucionais nas quais elas foram chamadas a intervir, as Forças Armadas do Brasil agiram invariablymente em estrita consonância, em sintonia total, com o sentimento e o desejo da Nação como um todo.

Agora, porém o revanchismo dos antigos adversários busca eliminar de quaisquer cargos de responsabilidade todos aqueles que, no passado, combateram

o terrorismo. Acusações, não apoiadas em qualquer prova, configuram atualmente uma verdadeira *caça às bruxas* e, pasmosamente, bastam para que sejam afastados de seus cargos funcionários com passado militar. Os militares sentem-se ostracizados, olhados com suspeição hostil, como anacronismos redundantes. Isso é desconhecer a missão e a vocação, a razão de ser das Forças Armadas, que têm a responsabilidade pela segurança externa e interna do país, além da preservação de sua integridade institucional.

Arqueólogos do terceiro milênio, escavando as ruínas de Brasília, já então abandonada desde vários séculos como havendo sido o projeto mais insensato desde a Torre de Babel, talvez encontrem, encapsulados na espessura de alguma muralha, as formas mumificadas das três Forças Armadas do Brasil. A menos que a Nação e seus governos reconheçam as imensas reservas de capacidade profissional, de força moral, de civismo e de integridade de que as Forças Armadas dispõem para servir a pátria, e restituam à classe militar a consideração e o respeito a que fez jus através da nossa história.

(Reprodução de artigo publicado no *Jornal do Brasil*, edição de 15.01.01 e assinado pelo Embaixador M. Pio Corrêa.)

OS PARTIDOS MILITARES

Na década de 60 do século passado, a Universidade de Dijon (França) promoveu um simpósio sobre *O Papel Extra-Militar das Forças Armadas no Terceiro Mundo*, com a participação de pro-

fessores universitários e cientistas políticos. Nenhum militar. Estudaram a América Latina, a Ásia, o Médio Oriente e a África. As conclusões do simpósio enfatizaram não serem as intervenções militares um fenômeno autônomo, apartado da realidade de uma dada sociedade e da complexidade de cada situação histórica, das relações entre as classes sociais e dos problemas do Estado. Já em 1979, Alain Rouquié, hoje embaixador da França no Brasil, dirigiu mesa redonda em Paris tratando da mesma tese. O Brasil foi tomado como exemplo privilegiado de sistema político sob domínio militar. Brasileiros infensos aos militares atuaram como analistas. Nenhum militar, outra vez.

Os estudos constam de uma publicação editada pela *Fondation Nationale des Sciences Politiques*, em 1980, que um amigo adquiriu em Paris e me enviou. Nela, as Forças Armadas – diz o coordenador da mesa – não mais foram vistas como o *braço armado da classe média, cão de guarda das oligarquias, instrumento do capital estrangeiro ou poder moderador autônomo arbitrando as querelas civis*, mas como forças políticas. O Exército é o *ator permanente da vida pública há um século, banalizando sua participação mesmo que não haja exercido diretamente o poder senão raramente*. Seu desempenho vem desde o velho Exército de Deodoro e Floriano que estabeleceu a República em 1889, prosseguindo ao *pôr fim à República oligárquica em 30, permitir a ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas em 37, depor Vargas em 45, opor-se em 1954 e 1961 às autoridades legais eleitas, a abandonar o papel tradicional de moderador para, em 1964, assumir o poder*.

As Forças Armadas seriam *verdadeiros partidos fundados por militares para agir na sociedade civil*. Daí o título: *Les Partis Militaires au Brésil*.

A nossa independência não gerou, como no resto da América do Sul, os caudilhos fardados das repúblicas nascentes. O Império nos preservou. Sob D. Pedro II, os militares debelaram as rebeliões armadas internas e venceram a guerra contra Solano Lopez, no Paraguai. Caxias, condestável do Império, não virou ditador. A proclamação da República, em 1889, de fato, deve-se ao *velho Exército de Deodoro e Floriano*. Foi, porém, a única intervenção militar sem apoio popular, mas logo que consolidado o regime é eleito presidente da República um civil, Prudente de Moraes. A Constituição de 1891 vai vigir até 1930, com poucas emendas.

Nilton Freixinho, um dos mais respeitados historiadores de origem militar, prova que não foram os militares, como partido político, que puseram *fim à República oligárquica em 30. A revolução, afirma corretamente, foi feita no fundo, contra o Exército que, como instituição, mantinha-se dentro da legalidade constitucional*. Em acontecimento único, na história das Forças Armadas do Brasil, os insurgentes venceram as resistências do estamento militar... As guarnições federais do Rio Grande do Sul, Paraná, Minas e Nordeste pagaram com o sacrifício da própria vida o dever de defender a legalidade constitucional dos poderes então constituídos.

A revolução resultou de uma conspiração essencialmente política, a que aderiram remanescentes do tenentismo derrotado em 22 e 24. A mais alta patente mili-

tar revolucionária foi um tenente-coronel: Góes Monteiro. Quanto a 1954, Getúlio não foi deposto, como afirma Jacques Lambert, em Dijon. Suicidou-se. Outra vez a política – leia-se basicamente Carlos Lacerda – está na raiz das causas. Também não foram as Forças Armadas que se opuseram à autoridade legalmente eleita em 1954, mas a pequena minoria fardada, influenciada pela UDN. Não teve êxito. JK governou por todo o seu mandato de cinco anos. Em 1961, os ministros recuaram para evitar a guerra civil, rendendo-se à farsa do parlamentarismo. E logo depois respeitariam a restauração do presidencialismo, vitorioso no plebiscito.

Estranho é que os estudos acadêmicos não responsabilizem os políticos na conquista dos militares para as intervenções. Prática que Castello Branco chamou de *vivandeiras dos quartéis*. Jacques Lambert reconheceu esse papel de proselitismo político na América Latina: Os partidos inconformados com a derrota nas eleições – muitas delas fraudadas – os governos civis violadores das constituições e, mesmo, os que buscaram os militares para restabelecer a democracia esmagada por ditadores. Em 1937, Getúlio deu o golpe denunciado por José Américo. Nunca foi um títere dos militares. 1945 foi o exemplo da intervenção militar para restaurar a democracia, como 1955 o foi para mantê-la. E ainda foi o caso de 1964, um consenso nacional cívico-militar-eclesiástico, que levou à deposição de João Goulart, com entusiástico apoio da massa popular.

Alain Rouquié teria razão em falar de *partidos políticos* entre 1964 e 1979, de Castello a Figueiredo, quando os Al-

tos Comandos indicavam ao Congresso os presidentes, o que o Senador Paulo Brossard, da tribuna livre, apelidava de *cerimônia de aclamação*. Houve até mais de um partido militar, dividindo-nos. Dai a justeza com que cita, em epígrafe, frase do General Hugo Abreu. A luta armada desencadeada pelos comunistas de várias facções só fez durar o autoritarismo. A Guerra Fria o inspirou. Nossos dirigentes perderam, com o tempo, o apoio da Igreja e permitiram vingar a intriga que jogou militares, mínima minoria populacional, contra a sociedade civil. Quanto aos políticos, vale a constatação de João Camilo de Oliveira Torres: *Naturalmente criticam as intervenções militares os que estão entre as vítimas. O mal reside em que são aplaudidas ou combatidas conforme o destinatário. Os discursos que estigmatizaram, ontem, tal atentado à Constituição poderiam servir, apenas mudando-se o nome das pessoas, a outros indivíduos do partido contrário, na intervenção seguinte...*

(Reprodução de matéria publicada no *Correio Brasiliense*, edição de 09.01.01, e assinada pelo Coronel Jarbas Passarinho, Presidente da Fundação Milton Campos.)

SOCIEDADE REFÉM

No clima de reação emocional – que não assegura sensatez – ao regime de 1964, os constituintes de 1987/88 produziram preceitos para o serviço público supostamente democráticos mas que se vêm manifestando como anti-sociais nas mãos do corporativismo, para o qual

a democracia é aferida pelo que oferece ao exercício de suas prerrogativas, entre elas o direito à sindicalização e à greve. Esta, *nos termos e nos limites definidos em lei complementar* até hoje não formulada, porque terá de implicar cerceamento gerador de reflexos negativos no mercado político-eleitoral, em que o servidor público tem peso.

Embora a sindicalização seja assegurada apenas aos civis, os policiais militares, que querem o *status* militar sem sujeição aos seus parâmetros, se valem de associações que funcionam como sindicatos, protagonizando reivindicações e conduzindo manifestações e paralisações incompatíveis com a lei e a condição militar, em geral com a complacência do poder público. Mas esse problema não é o escopo deste artigo, direcionado para o serviço civil.

O instituto da greve foi desenvolvido no século XIX como instrumento de apoio ao trabalho em seus confrontos com o capital, nos quais o trabalho e o capital ganham e/ou perdem e/ou conciliam interesses. A extração do instituto para o serviço público não é condizente com esse jogo porque, ao menos sem a disciplina da lei reguladora, os servidores podem não ganhar tudo, quando suas pretensões são devaneios surrealistas, demagógicos, mistificadores, mas nunca perdem, quem perde sempre é o povo. Note-se que essas considerações se aplicam, com ressalvas peculiares ao hibridismo público/privado, ao corporativismo das empresas estatais, mas esse corporativismo vem perdendo força em razão da desestatização, da quebra de monopólios e da terceirização.

Na verdade, em se tratando de serviços essenciais – saúde, educação, segurança pública, receita, justiça, outros? –, o povo é, freqüentemente, refém de pressões corporativas; no Brasil as greves ocorrem hoje principalmente (inclusive com nuances agressivas ao povo) no serviço público. Acuado pelo potencial de agressão corporativa e inibido pelas injunções do mercado político-eleitoral e por interpretações pusilâmines, *politicamente corretas*, do direito democrático, é comum que o poder público se renda, sempre em detrimento da capacidade de conduzir políticas públicas.

Todas essas questões extrapolam o serviço público e se estendem aos serviços sob concessão, cujos preços ou tarifas são sujeitos a controle estatal, a exemplo do crítico transporte público de massa. Com uma agravante: as pretensões do trabalho são comumente estimuladas ou pelo menos toleradas pelo capital porque o repasse do aumento dos custos aos usuários ou consumidores em geral dá margem a alguma ampliação do lucro.

Resulta disso que, diante do recuo dos sindicatos tradicionais, estruturados sobre a economia industrial de massa, que cede terreno à p^{ós}-industrial, menos vulnerável à mobilização sindical, o sindicalismo tende a depender do corporativismo público, embora algumas categorias, como a dos metalúrgicos, continuem com presença sensível nele. Essa tendência é clara na escolha de funcionários públicos como

hierarcas das centrais, de que é exemplo a recente eleição, de servidor público para a presidência da CUT, após dois decênios de presidentes oriundos da indústria.

Em suma: o serviço público está se transformando em problema para o Estado, o povo e a vida nacional. O aumento de 11,98% concedido a funcionários do Poder Judiciário que admitiam sua paralisação a poucos dias das eleições municipais é um sintoma claro. Foi afirmado à imprensa tratar-se de reposição de direito, não tendo havido pressão, o que seria a ameaça de seqüestro do direito do povo de exercer o ritual democrático hierarquizado pelos interessados abaixo de seus interesses, que não se efetivou porque foi pago o resgate preventivo?

A questão sugere uma conjectura. Suponhamos que o Brasil se veja confrontado com uma hipótese de ameaça bélica. O que dizer dos militares se, a poucos dias da provável concretização da ameaça, condicionassem o cumprimento de sua missão constitucional de defesa da pátria à concessão de aumento salarial? Os militares jamais cometariam tamanho desatino mas o fato é que seria apenas uma manifestação apoteótica da cultura patrimonialista dominante no setor público, exacerbada pela Constituição de 1988.

(Reprodução de artigo publicado no *Jornal do Brasil*, edição de 15.10.00, e assinada pelo Almirante-de-Esquadra Mario Cesar Flores.)



*Atualize os seus conhecimentos por
intermédio da Biblioteca do Exército,
a preços nunca vistos!*

PEDIDO DE ASSINATURA

COLEÇÃO GENERAL BENÍCIO — ANO 2001

Composta de 12 (doze) obras selecionadas, de renomados autores, nacionais e internacionais, sobre temas de grande interesse na atualidade.

REVISTA DO **Exército Brasileiro**

Periódico quadrimestral com informações variadas sobre a vida na caserna, temas históricos e técnico-profissionais desde 1882.



REVISTA MILITAR DE CIÊNCIA & TECNOLOGIA

Periódico quadrimestral sobre pesquisa e desenvolvimento científico-tecnológico do Exército Brasileiro.



Periódico quadrimestral de assuntos militares e estudo de problemas brasileiros. Circula nos meios civil e militar desde 1913.

Faça seu pedido!

COLEÇÃO GENERAL BENÍCIO

- à vista – R\$ 210,00
- 02 vezes – R\$ 105,00 (válido até 20 Set)
- 03 vezes – R\$ 70,00 (válido até 20 Ago)
- 05 vezes – R\$ 45,00 (válido até 20 Jun)

REVISTAS

- Exército Brasileiro – R\$ 40,00 (à vista)
- A Defesa Nacional – R\$ 40,00 (à vista)
- Ciência & Tecnologia – R\$ 40,00 (à vista)

Envie cheque correio ou vale postal, nominal à "Biblioteca do Exército" para efetuar sua assinatura.

Dados cadastrais

Nome		Profissão		
Militar <input type="checkbox"/> Ativa <input type="checkbox"/> Reserva	OM	Posto/Grad		Prec – CP
Endereço Rua			Nº	Complemento
Cidade	UF	CEP	Tel.	Fax.
E-mail				

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO

Palácio Duque de Caxias – Praça Duque de Caxias, 25 Ala Marcílio Dias – 3º andar – CEP 20221-260 – Rio de Janeiro, RJ.
Assinaturas 0800 238365 (grátis) ou (21) 519-5715 – Fax (21) 519-5569 – E-mail: bibliex@ism.com.br

Recorte e preencha este PEDIDO DE ASSINATURA, junte o(s) cheque(s) e use o envelope anexo para envio à Biblioteca do Exército.

**seja
assinante
da BIBLIE
e receba
sempre
as
melhores
obras**

Livraria

Leonardo da Vinci

e Biblioteca do Exército
Editora

Agora, as obras editadas pela BIBLIEC
estão também a sua disposição para
aquisição na livraria Leonardo da Vinci



Nicholas von Lucking
CHEFES,
LÍDERES E
PENSADORES
MILITARES



Therezinha de Castro

C
eopolítica

Princípios,
Meios e o
Fim

Biblioteca do Exército



Avenida Rio Branco, 185 – subsolo

Centro – Rio de Janeiro, RJ

Tel.: (21) 533-2237

Fax: (21) 533-1277

www.leonardodavinci.com.br

info@leonardodavinci.com.br



Algumas das obras
a sua disposição
na livraria
Leonardo da Vinci

BIBLIEC
Sempre bons livros!

POSTO DE VENDAS

NA BIBLIEC

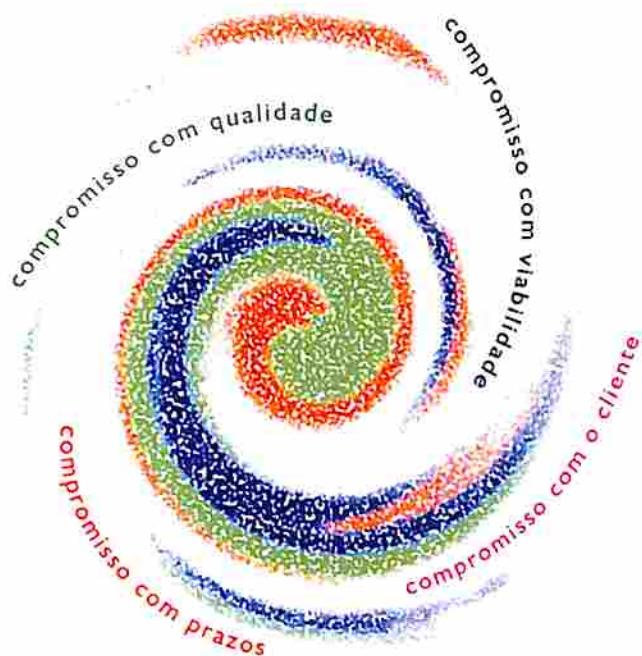
Palácio Duque de Caxias – térreo

Pça. Duque de Caxias, 25 – Centro

www.bibliex.eb.br

E-mail: bibliex@ism.com.br

Impresso nas oficinas da
SERMOGRAF - ARTES GRÁFICAS E EDITORA LTDA.
Rua São Sebastião, 199 - Petrópolis - RJ
Tel.: (24) 237-3769



SERMOGRAF

artes gráficas e editora ltda.

*Busca constante pela qualidade, pontualidade,
absoluto respeito por nossos clientes e o compromisso
de viabilizar os seus projetos.*

Este é o nosso trabalho

(24) 237 3769

Rua São Sebastião, 199
Petrópolis - RJ. 25 645-040
sermograf@sermograf.com.br



Quando falta investimento, falta cultura.

A riqueza cultural do povo brasileiro é enorme. Assim como são enormes as dificuldades que a cultura enfrenta para se manter viva. E por isso que o Centro Cultural Banco do Brasil investe em música, literatura, teatro, dança, artes visuais e plásticas. Porque cultura se faz com talento, paixão e investimento. **Banco do Brasil. Investir em cultura é investir em você.**



 **BANCO DO BRASIL** 